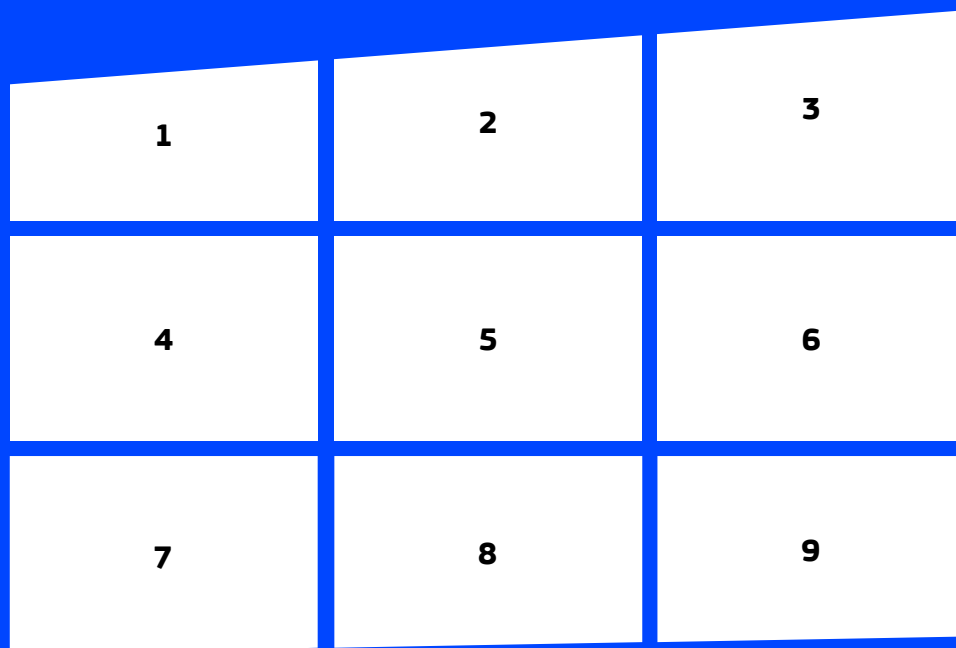


A UE em 2024



RELATÓRIO GERAL SOBRE A ATIVIDADE
DA UNIÃO EUROPEIA



NA CAPA

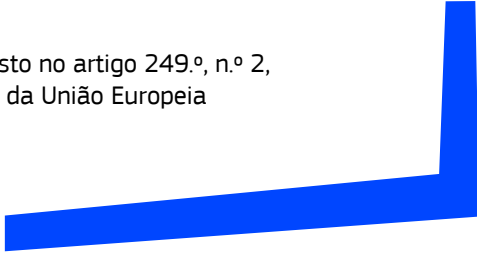
1. Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, na reunião do Eurogrupo, onde os ministros das Finanças e da Economia da UE debatem questões económicas e financeiras fundamentais. Gante, Bélgica, 23 de fevereiro de 2024.
2. O satélite de observação da Terra Sentinel-1C é fixado ao seu adaptador de lançamento, um dispositivo que liga o satélite ao foguete para o lançamento. Este processo foi concluído em 19 de novembro de 2024 nas instalações de integração da carga do porto espacial europeu de Kourou, Guiana Francesa, preparando o satélite para a sua viagem até à órbita polar. (© ESA/ /CNES/Arianespace/Optique du vidéo du CSG–S. Martin)
3. Em 20 de setembro de 2024, Ursula von der Leyen (à esquerda), presidente da Comissão Europeia, visitou Kiev, Ucrânia, onde se reuniu com Volodymyr Zelenskyy (à direita), presidente da Ucrânia, para debater o apoio da UE ao país perante os desafios do inverno de 2024-2025, marcados pela escassez de energia devido ao bombardeamento de infraestruturas pela Rússia. Von der Leyen anunciou que a UE ajudaria a Ucrânia a reparar os danos causados por estes ataques e que iria exportar eletricidade para o país, cobrindo cerca de 25 % das necessidades energéticas da Ucrânia para o inverno.
4. (© imageBROKER/Sigrid Gombert via Getty Images)
5. Ursula von der Leyen (à direita), presidente da Comissão Europeia, reúne-se com António Costa (à esquerda), presidente eleito do Conselho Europeu. Bruxelas, Bélgica, 30 de outubro de 2024.
6. Quase metade dos 1,9 milhões de deslocados em Gaza são crianças. Graças ao financiamento da UE, a UNICEF forneceu vestuário de inverno essencial a mais de 120 000 crianças deslocadas. 28 de janeiro de 2024. (© UNICEF)
7. Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu, visita uma central elétrica danificada e uma escola bombardeada em Kiev, Ucrânia, no Dia da Europa, 9 de maio de 2024.
8. (© fotografxx/E+ via Getty Images)
9. Celebração do 20.º aniversário do alargamento da UE de 2004. Bruxelas, Bélgica, 1 de maio de 2024.



A UE em 2024

RELATÓRIO GERAL SOBRE A ATIVIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

Publicado em conformidade com o disposto no artigo 249.º, n.º 2,
do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia



A versão interativa da presente publicação, com ligações a conteúdos em linha, está disponível em formato PDF e HTML: <http://europa.eu/general-report/pt>.

A UE em 2024 — Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
1049 Bruxelas
BÉLGICA

A UE em 2024 — Relatório Geral sobre a Atividade da União Europeia foi adotado pela Comissão Europeia em 14 de fevereiro de 2025 com a referência C(2025) 954.

Print ISBN 978-92-68-23565-2 ISSN 1608-7283 doi:10.2775/1730581 NA-01-25-001-PT-C
PDF ISBN 978-92-68-23566-9 ISSN 1977-3536 doi:10.2775/4530669 NA-01-25-001-PT-N
HTML ISBN 978-92-68-23564-5 ISSN 1977-3536 doi:10.2775/0788917 NA-01-25-001-PT-Q

A Comissão Europeia não é responsável, em caso algum, pelas eventuais consequências da reutilização desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2025



© União Europeia, 2025

A política de reutilização dos documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dec/2011/833/oj>).

Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, pode ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos.

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Todas as fotografias © União Europeia, salvo indicação em contrário.

Prefácio

O ano de 2024 foi histórico em eleições. Milhares de milhões de pessoas em todo o mundo deslocaram-se às urnas, incluindo milhões de cidadãos da União Europeia que votaram em número recorde nas eleições europeias de junho passado. Este marco importante da democracia vem recordar-nos as liberdades arduamente conquistadas que não podemos — nem devemos nunca — dar como adquiridas e a responsabilidade dos dirigentes de responderem às esperanças e aspirações daqueles que neles confiam.

Sinto-me orgulhosa e honrada por me ter sido confiado um segundo mandato para liderar a Comissão Europeia e prosseguir o trabalho que iniciámos há cinco anos. Quando assumi funções em 2019, nunca poderia ter imaginado os desafios extraordinários que nos esperavam, desde uma pandemia mundial e a brutal guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia até às crises energéticas e ao conflito no Médio Oriente. E isto ao mesmo tempo que enfrentávamos as crises do clima e da biodiversidade, bem como os desafios migratórios, e que nos adaptávamos à revolução digital e garantíamos o crescimento económico e competitividade da Europa.

A força na adversidade foi sempre um dos trunfos da Europa. Juntos, demos resposta às questões importantes para os cidadãos da União Europeia. Da reforma do mercado da eletricidade ao Pacto em matéria de Migração e Asilo e à entrada em vigor das primeiras regras mundiais sobre inteligência artificial, lançámos as bases para uma Europa mais segura, mais justa e mais sustentável. A guerra irrefletida levada a cabo pela Rússia sublinhou também a necessidade de a União Europeia reforçar a sua defesa. A nossa primeira Estratégia Industrial de Defesa Europeia, lançada em março, constitui a base para o desenvolvimento das capacidades de defesa dos Estados-Membros.

O primeiro quarto do século chegou ao fim, trazendo consigo mudanças radicais no panorama mundial. Entrámos numa nova era de concorrência geoestratégica. A Europa tem de acelerar para manter o seu crescimento no próximo quarto de século. A nossa nova Bússola para a Competitividade, que apresentámos logo no início do novo mandato, orientará a transformação da nossa economia, a fim de garantir a prosperidade dos nossos cidadãos.

À medida que avançamos em 2025, não podemos prever o que o futuro nos reserva, mas sabemos que, seja o que for que nos traga, a Europa estará à altura do desafio se nos mantivermos unidos.

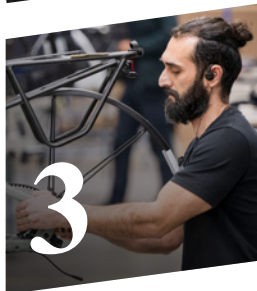
Viva a Europa!

Ursula von der Leyen

Presidente da
Comissão Europeia



Índice



CAPÍTULO 0

A UE em 2024 — manter
o rumo — **6**

CAPÍTULO 1

Apoio da União à Ucrânia — **12**

CAPÍTULO 2

Uma UE próspera
e competitiva — **29**

CAPÍTULO 3

Reforçar a economia — **42**

CAPÍTULO 4

Rumo a uma Europa com
impacto neutro no clima — **56**

CAPÍTULO 5

Uma Europa preparada para
a era digital — **82**

CAPÍTULO 6

Construir uma Europa justa
e social — **101**

CAPÍTULO 7

Proteger as pessoas e
as liberdades — **122**

CAPÍTULO 8

Uma Europa mais forte
no mundo — **140**

CAPÍTULO 9

Reforçar a democracia — **162**





CAPÍTULO 0

A UE em 2024 — manter o rumo

Introdução

Em 2024, o período institucional de cinco anos chegou ao fim e deu lugar ao período seguinte. Após as eleições europeias, em junho, as instituições da União Europeia iniciaram o ciclo político de 2024-2029, assumindo o compromisso de conjugarem esforços em prol de uma UE segura, próspera e competitiva, que defende os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. Este capítulo discorre sobre a passagem de um período para o outro e apresenta as principais prioridades do novo ciclo. Os restantes capítulos (1 a 9) dão conta de como a União Europeia concretizou as suas prioridades no último ano do mandato de 2019-2024.



A cerimónia do hastear da bandeira europeia no início da 10.ª legislatura, em frente ao Parlamento Europeu. Estrasburgo, França, 15 de julho de 2024.

Concretizar as prioridades definidas para o período de 2019-2024

Em 2024, chegou ao fim o anterior ciclo político de cinco anos, durante o qual, apesar das pressões criadas por múltiplas crises, a UE concretizou os seus ambiciosos objetivos em diversos domínios de intervenção (ver capítulos 1 a 9). Durante o mandato, realizaram-se progressos significativos rumo a um novo modelo de crescimento que proteja as pessoas

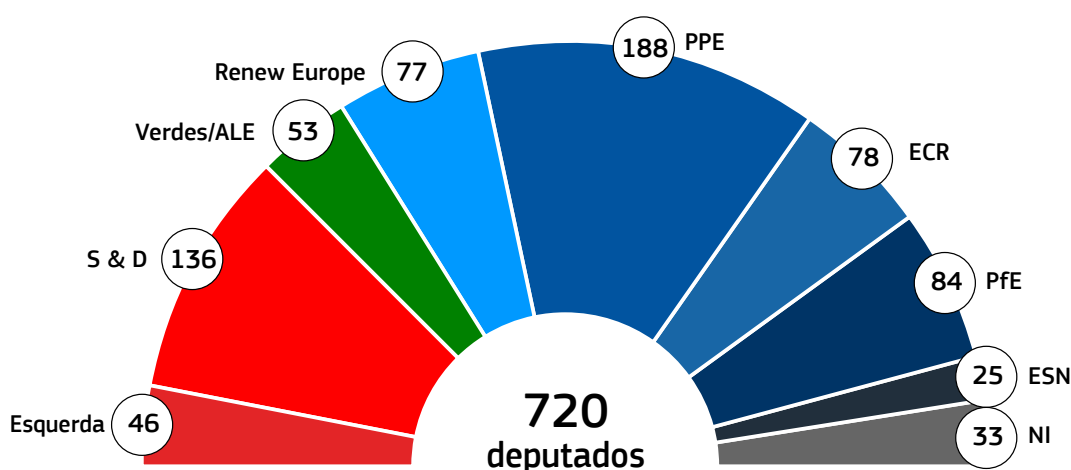
e o planeta, seja economicamente robusto e socialmente justo, e garanta que a tecnologia continua a ser vantajosa para os cidadãos sem os pôr em risco. As instituições da UE lançaram também as bases para o arranque do novo ciclo, definindo as novas prioridades políticas para o período de 2024-2029 em função das preocupações fundamentais dos cidadãos.

Resultados das eleições europeias

As eleições europeias realizam-se de cinco em cinco anos e são o maior exercício democrático transnacional do mundo. As eleições de junho registaram a mais elevada taxa de participação eleitoral (50,74 %) dos últimos 30 anos. Votar

nas eleições europeias é hoje um importante ato democrático para muitos cidadãos: 46 % dos inquiridos afirmam votar sempre e 42 % consideram que votar é um dever cívico.

Composição do Parlamento Europeu (2024-2029)



PPE — Grupo do Partido Popular Europeu (democratas-cristãos) (+9 deputados em comparação com as eleições de 2019)

S & D — Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (-2 deputados)

PfE — Grupo dos Patriotas pela Europa (novo grupo)

ECR — Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (+9 deputados)

Renew Europe — Grupo Renew Europe (-14 deputados)

Verdes/ALE — Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (-17 deputados)

Esquerda — Grupo da Esquerda no Parlamento Europeu (+9 deputados)

NI — Membros Não-Inscritos (-30 deputados)

ESN — Grupo da Europa das Nações Soberanas (novo grupo)

Fonte: Parlamento Europeu, «Resultados das eleições europeias de 2024», 23 de julho de 2024.

Os cidadãos mantêm o seu otimismo em relação ao futuro da União Europeia e continuam a ter uma perceção positiva sobre a UE e as suas instituições. A confiança na UE atingiu o seu nível mais elevado desde 2007 (ver capítulo 9). O inquérito pós-eleitoral da UE mostra que sete em cada 10 cidadãos europeus, um número que se tem mantido estável nos últimos anos,

consideram que a adesão à UE foi benéfica para o seu país. Os motivos mais frequentemente invocados para considerarem a adesão vantajosa são, entre outros, maior cooperação entre os Estados-Membros, proteção da paz e reforço da segurança, contributo da UE para o crescimento económico e criação de novas oportunidades de emprego.

Que fatores influenciaram o voto dos cidadãos nas eleições europeias de 2024?

(os sete fatores mais referidos)



42 %
aumento dos
preços e custo
de vida



32 %
democracia
e Estado
de direito



28 %
ambiente
e alterações
climáticas



41 %
situação
económica



28 %
migração e asilo



28 %
defesa
e segurança
da UE



34 %
situação
internacional

Fonte: Parlamento Europeu, Eurobarómetro — Inquérito pós-eleitoral da UE 2024, outubro de 2024.

A liderança da UE no período de 2024 a 2029

Em julho, o recém-constituído Parlamento reelegeu Roberta Metsola como presidente. Na sequência da proposta do Conselho Europeu, o Parlamento elegeu igualmente Ursula von der Leyen para um segundo mandato como presidente da Comissão Europeia. Após o desfecho positivo das audições de confirmação perante as comissões parlamentares competentes, o Parlamento aprovou, no final de novembro, a nova composição da Comissão Europeia, incluindo a nova alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Kaja Kallas. O novo colégio de comissários nomeado pelo Conselho Europeu tomou posse em 1 de dezembro. Ao mesmo tempo, António Costa sucedeu a Charles Michel no cargo de presidente do Conselho Europeu.



Colégio de comissários de 2024-2029.



VÍDEO: O Parlamento aprova a nova Comissão. Imagem: Ursula von der Leyen (à esquerda), presidente da Comissão Europeia, e Roberta Metsola (à direita), presidente do Parlamento Europeu, congratulam-se com a decisão do Parlamento de aprovar a Comissão Europeia 2024-2029. Estrasburgo, França, 29 de novembro de 2024.



Transferência da presidência do Conselho Europeu do presidente cessante, Charles Michel (à direita), para o novo presidente, António Costa (à esquerda). Bruxelas, Bélgica, 29 de novembro de 2024.



Prioridades da UE para 2024-2029

Os trabalhos da UE no novo ciclo institucional nortear-se-ão pela Agenda Estratégica 2024-2029, aprovada pelos dirigentes da UE em junho. A Agenda Estratégica visa preparar melhor a Europa para enfrentar desafios imediatos e futuros, centrando-se em três domínios fundamentais.

Em consonância com a Agenda Estratégica, a presidente da Comissão Europeia definiu as prioridades da Comissão para 2024-2029, com base nas orientações políticas apresentadas ao Parlamento. Estas sete ambiciosas prioridades políticas visam tornar a Europa mais forte, mais segura e mais justa.

Agenda Estratégica 2024-2029

- 1 Uma Europa livre e democrática.
- 2 Uma Europa forte e segura.
- 3 Uma Europa próspera e competitiva.

Prioridades da Comissão para 2024-2029

1 Um novo plano para a prosperidade e a competitividade sustentáveis da Europa.

2 Uma nova era para a defesa e a segurança europeias.

3 Apoiar as pessoas, reforçar as nossas sociedades e o nosso modelo social.

4 Manter a nossa qualidade de vida: segurança alimentar, água e natureza.

5 Proteger a nossa democracia, defender os nossos valores.

6 Uma Europa global: fazer bom uso do nosso poder e das nossas parcerias.

7 Concretizar objetivos em colaboração e preparar a nossa União para o futuro.

Principais iniciativas a lançar nos primeiros 100 dias do mandato da Comissão

- 1 Um novo pacto da indústria limpa**, tendo em vista indústrias competitivas e empregos de qualidade.
- 2 Um livro branco sobre o futuro da defesa europeia**, para identificar as necessidades de investimento.
- 3 Uma iniciativa sobre fábricas de IA**, a fim de garantir o acesso a novas capacidades de supercomputação adaptadas às empresas em fase de arranque e à indústria no domínio da IA.
- 4 Um plano de ação europeu para a cibersegurança dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde**, visando melhorar a deteção de ameaças e a preparação e resposta a situações de crise.
- 5 Uma visão para a agricultura e o setor alimentar**, com o objetivo de garantir a competitividade e sustentabilidade a longo prazo do nosso setor agrícola.
- 6 Revisões das políticas antes do alargamento**, a fim de assegurar uma melhor preparação para futuras adesões.
- 7 Diálogos sobre a política de juventude com todos os comissários**, para proporcionar aos jovens maior liberdade e responsabilidade nas sociedades e democracias da UE.



CAPÍTULO 1

Apoio da União à Ucrânia

Introdução

A União Europeia mantém-se determinada no seu apoio inabalável à Ucrânia perante a guerra de agressão injusta e sem provocação da Rússia contra o país e as suas tentativas ilegais de anexar território ucraniano. A UE está a ajudar a Ucrânia a resistir a esta agressão, a apoiar as suas necessidades de financiamento e a desempenhar um papel importante na sua recuperação, reconstrução e modernização, acompanhando-a nos esforços para alcançar uma economia ecológica, digital e inclusiva. Está igualmente empenhada em apoiar as reformas da Ucrânia na sua via de adesão à União Europeia e em alinhar mais estreitamente a economia ucraniana com o mercado único. Em 2024, a UE manteve o seu apoio político, financeiro, humanitário e militar à Ucrânia. A União Europeia continuará a batalhar por uma paz justa e duradoura, em conformidade com o direito internacional — incluindo os princípios da Carta das Nações Unidas —, que preserve a soberania, independência e integridade territorial da Ucrânia.



Uma trabalhadora de ajuda humanitária da UE encontrou-se com Lidiia, de 69 anos. Lidiia, o filho e a neta foram forçados a fugir dos combates na sua aldeia no norte da Ucrânia. Ao regressarem a casa, encontraram-na muito danificada. A UE, juntamente com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados, sua parceira de ajuda humanitária, ajudou a substituir o telhado do edifício e as janelas partidas. Horenka, oblast de Kiev, Ucrânia, 23 de janeiro de 2024.

Solidariedade para com a Ucrânia

Assistência financeira

A União Europeia tem mostrado a sua determinação no apoio à Ucrânia desde o início da guerra de agressão da Rússia. Ao adotar pacotes excepcionais de assistência macrofinanceira para estabilizar a economia da Ucrânia, alavancar o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para apoio militar e de defesa, e fornecer missões de formação militar específicas, a UE agiu rapidamente para prestar ajuda financeira e militar de emergência às necessidades da Ucrânia.

Em 2024, reforçou este apoio, procurando assegurar que pode oferecer assistência mais abrangente e a longo prazo à Ucrânia. Atualmente, o país enfrenta o duplo desafio de reconstruir a sua economia e infraestruturas ao mesmo tempo que implementa reformas para o início do seu caminho de adesão à União Europeia (ver capítulo 8). Dada a complexidade tanto da reconstrução como das reformas

necessárias para a adesão, existia uma clara necessidade de apoio sustentado e estruturado da UE. Perante esta situação, a União criou o Mecanismo para a Ucrânia, a fim de disponibilizar até 50 mil milhões de EUR em apoio financeiro estável e previsível à Ucrânia entre 2024 e 2027.

O Mecanismo para a Ucrânia demonstra o empenho da UE em reforçar a resiliência do país, promover a sua recuperação e facilitar a sua trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável e à adesão à União Europeia. Ao abrigo do mecanismo, 16 500 milhões de EUR foram pagos em 2024 ao orçamento de Estado da Ucrânia para ajudar a financiar os salários públicos, pensões e serviços públicos essenciais, enquanto 19 600 milhões de EUR adicionais foram mobilizados nos três pilares do mecanismo.

Mecanismo para a Ucrânia

PLANO PARA A UCRÂNIA

Responder às necessidades financeiras do Estado ucraniano para manter a estabilidade macrofinanceira, apoiando simultaneamente as reformas e investimentos destinados à recuperação, reconstrução e modernização da Ucrânia. Os fundos serão pagos trimestralmente em função da execução bem-sucedida das reformas e investimentos setoriais e estruturais estabelecidos no Plano para a Ucrânia.

QUADRO DE INVESTIMENTO PARA A UCRÂNIA

Atrair e mobilizar investimento público e privado para a recuperação e reconstrução da Ucrânia através do Quadro de Investimento para a Ucrânia (ver abaixo a secção «Reconstrução da Ucrânia»).

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA

Prestar assistência técnica e estabelecer medidas de apoio para facilitar o alinhamento da Ucrânia com a legislação e regulamentos da UE.

Os principais objetivos do Mecanismo para a Ucrânia são:

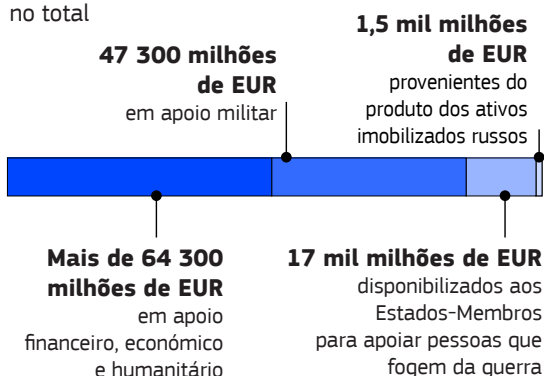
- **apoiar a recuperação, reconstrução e modernização** através do restauro de infraestruturas, revitalização da economia e reforço da resiliência social;
- **apoiar as reformas da Ucrânia na via de adesão à UE**, prestando assistência e incentivos à execução de reformas que facilitem o alinhamento do país com as normas e valores da União Europeia;
- **apoiar as necessidades de financiamento**, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, mesmo perante a guerra e a pressão económica;
- **mobilizar o investimento** ao facilitar fluxos de investimento para catalisar a rápida recuperação económica e o crescimento sustentável, estabelecendo bases para a prosperidade a longo prazo;
- **apoiar a sociedade ucraniana** ao reforçar a resiliência das instituições e dos intervenientes, atenuando o impacto humanitário da guerra e promovendo a coesão social e a inclusividade.

Além da assistência financeira prestada pelo Mecanismo para a Ucrânia, foi adotado, em outubro, um pacote de medidas para cumprir os compromissos assumidos na cimeira do G7 em Fasano, na Apúlia, Itália, pela União Europeia e pelos parceiros do G7, de conceder um montante adicional de 45 mil milhões de EUR em empréstimos à Ucrânia. Deste total de 45 mil milhões de EUR, e na sequência das contribuições de outros parceiros do G7, a UE confirmou que a sua contribuição assumirá a forma de concessão de um empréstimo de assistência macrofinanceira de 18 100 milhões de EUR. Estes empréstimos devem ser reembolsados pelas receitas extraordinárias geradas pelos ativos imobilizados do banco central russo.

Até ao final de 2024, a União Europeia e os seus Estados-Membros tinham disponibilizado quase 130 mil milhões de EUR em assistência económica, humanitária e militar à Ucrânia e aos ucranianos desde o início da invasão em grande escala da Rússia.

Apoio à Ucrânia e aos ucranianos (2022-2024)

Mais de 130 mil milhões de EUR
no total



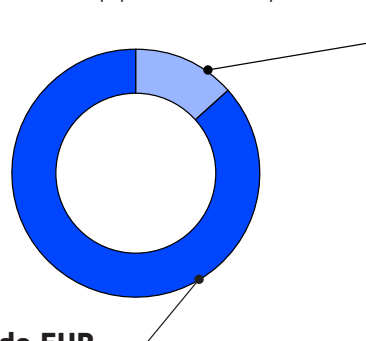
Apoio militar

Além de fornecerem equipamento militar à Ucrânia, a União Europeia e os seus Estados-Membros estão também a ajudar o país através da prestação de formação militar. A Missão de Assistência Militar da União Europeia de apoio à Ucrânia visa reforçar a capacidade das Forças Armadas ucranianas para defender a sua integridade territorial. A missão trabalha em estreita colaboração com parceiros internacionais que partilham das mesmas ideias para apoiar a formação das Forças Armadas ucranianas. Todas as atividades da missão decorrem em território da União Europeia. Até à data, 24 Estados-Membros disponibilizaram módulos de formação e pessoal, contribuindo para a formação de mais de 65 000 soldados ucranianos.

Apoio às forças armadas ucranianas (2022-2024)

47 300 milhões de EUR
no total

6 100 milhões de EUR
através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, para incentivar os Estados-Membros a mobilizarem equipamento militar para a Ucrânia



41 200 milhões de EUR
em apoio militar direto dos Estados-Membros

Em 2024, a União Europeia tomou igualmente medidas para cooperar com a Ucrânia em matéria de defesa. O Fórum das Indústrias de Defesa UE-Ucrânia, um dos primeiros resultados da nova Estratégia Industrial de Defesa Europeia, foi organizado em maio. Além disso, o Gabinete da UE de Inovação na Defesa em Kiev, Ucrânia, iniciou as suas atividades em setembro. O objetivo é promover a cooperação transfronteiriça entre as indústrias de defesa da UE e da Ucrânia e aproximá-las.



Josep Borrell (ao centro), então alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia responsável por Uma Europa mais Forte no Mundo, visita as instalações onde funcionam a missão de aconselhamento da União Europeia na Ucrânia e a Academia Nacional dos Assuntos Internos. Kiev, Ucrânia, 6 de fevereiro de 2024.

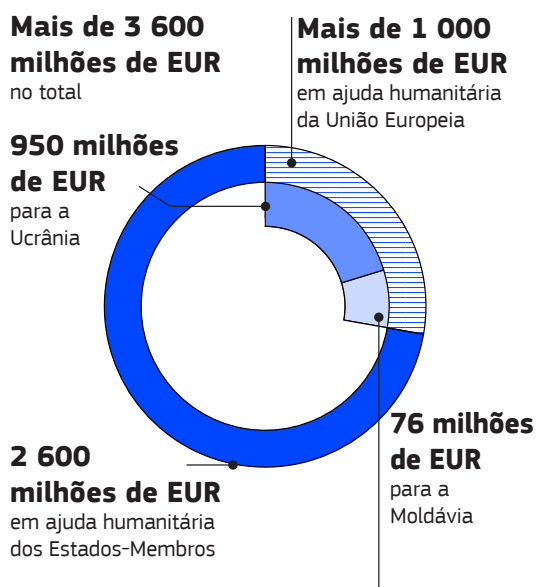


A UE, com os seus parceiros humanitários, como a organização não governamental checa «People in Need», prestou assistência vital às comunidades mais vulneráveis da Ucrânia durante os meses gelados de inverno. Vozdvyzhenka, oblast de Donetsk, Ucrânia, 2 de fevereiro de 2024.

Ajuda humanitária e de proteção civil à Ucrânia

O financiamento humanitário da União Europeia apoia as pessoas na Ucrânia por meio da prestação de assistência pecuniária, proteção civil, cuidados de saúde, abrigos de emergência e de inverno, material médico, alimentos, água, equipamento de desminagem e formação e educação.

Ajuda humanitária da UE e dos seus Estados-Membros à Ucrânia e à Moldávia (2022-2024)



Estes fundos incluem um montante adicional de 100 milhões de EUR em ajuda humanitária que foi disponibilizado à Ucrânia a partir de julho. A maior parte desse valor destina-se a ajudar os mais vulneráveis a prepararem-se para o inverno.

Os peritos estimam que os ataques às infraestruturas energéticas da Ucrânia em 2024 resultaram na perda de cerca de nove *gigawatts* de capacidade de produção de energia — metade do que a Ucrânia precisa para ultrapassar o inverno. Para manter as luzes acesas, a União Europeia disponibilizou cerca de 100 milhões de EUR para reparar infraestruturas energéticas e exportar mais de dois *gigawatts* de eletricidade para a Ucrânia. Este valor será coberto pelas receitas extraordinárias geradas pelos ativos imobilizados do banco central russo na União Europeia. (Para mais informações sobre o contributo da União Europeia para a segurança energética da Ucrânia, ver abaixo a secção «Reconstrução da Ucrânia».)





Em 20 de setembro de 2024, Ursula von der Leyen (à esquerda), presidente da Comissão Europeia, visitou Kiev, Ucrânia, onde se reuniu com Volodymyr Zelenskyy (à direita), presidente da Ucrânia, para debater o apoio da UE ao país perante os desafios do inverno de 2024-2025, marcados pela escassez de energia devido ao bombardeamento de infraestruturas pela Rússia. Von der Leyen anunciou que a UE ajudaria a Ucrânia a reparar os danos causados por estes ataques e que iria exportar eletricidade para o país, cobrindo cerca de 25 % das necessidades energéticas da Ucrânia para o inverno.



Todos os 27 Estados-Membros, juntamente com seis países terceiros, ofereceram assistência em espécie — de material médico a veículos e equipamento energético — através do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

Até à data, os donativos por meio do mecanismo ascenderam a:

- mais de 9,9 milhões de lâmpadas LED;
- mais de 360 000 artigos de aprovisionamento energético de emergência, incluindo:
 - 3 473 transformadores,
 - cinco autotransformadores,
 - 8 809 geradores elétricos.

O mecanismo apoiou igualmente entregas de equipamento de desminagem e de veículos de combate a incêndios. Em conjugação com as reservas de emergência do rescEU da União Europeia, mais equipamento médico e assistência energética foram disponibilizados à Ucrânia.

A fim de distribuir eficientemente abastecimentos essenciais, a União Europeia estabeleceu novos centros logísticos na Polónia, Roménia e Eslováquia. Até à data, foram entregues mais de 152 000 toneladas de ajuda.



Uma ex-bancária ucraniana que agora trabalha na desminagem e é especialista em levantamentos não técnicos. Oblast de Mykolaiv, Ucrânia, 2024.

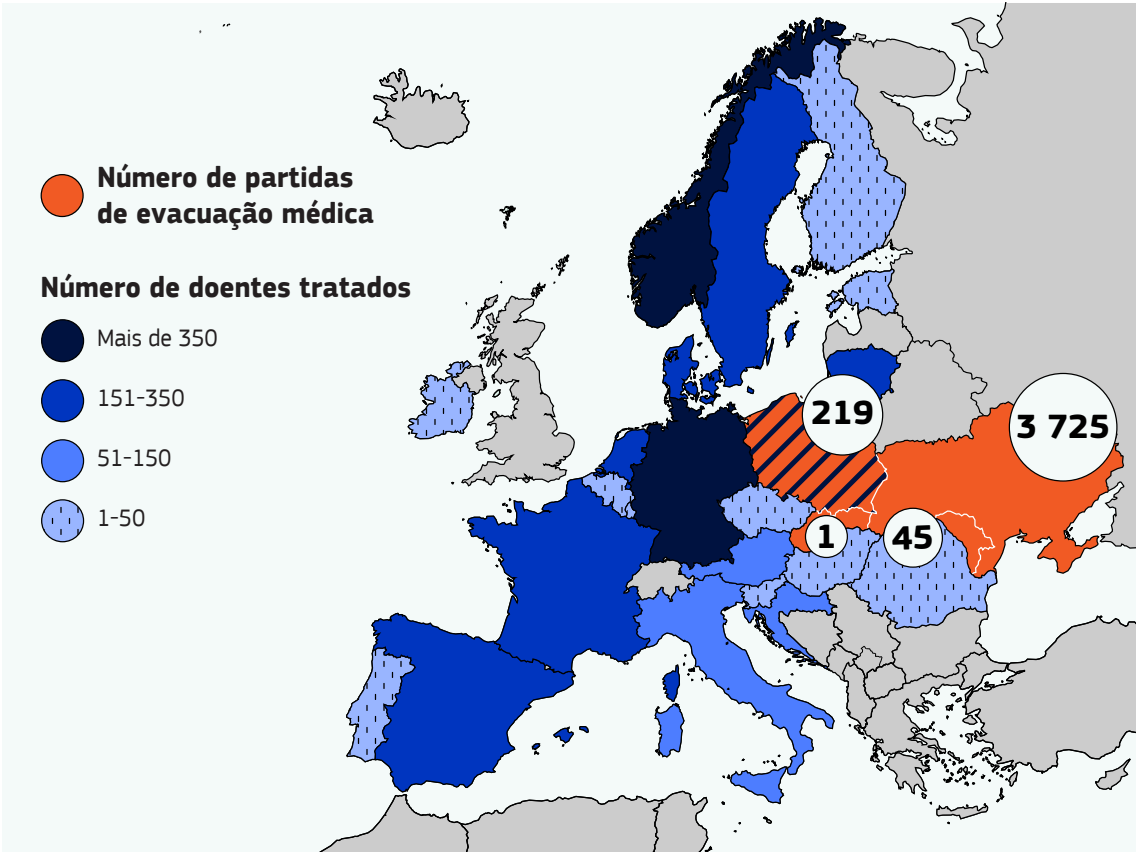
A União Europeia está também a coordenar as evacuações médicas de doentes ucranianos que necessitam urgentemente de tratamento. Até agora, quase 4 000 doentes receberam cuidados especializados em 22 países.

A ajuda humanitária vai além das doações e financiamento. Os gabinetes humanitários da União Europeia na Ucrânia desempenham um papel fundamental na coordenação humanitária e na partilha de informações entre várias organizações. Os peritos humanitários da UE realizam também missões regulares no terreno em quase todas as regiões afetadas para avaliar as necessidades e acompanhar as iniciativas financiadas pela UE. Em Carcóvia, Ucrânia, os parceiros da União Europeia estão no terreno, prestando ajuda essencial, na forma de dinheiro, água e vestuário quente, às pessoas que fogem dos ataques.



↑ Após o ataque russo com mísseis ao hospital pediátrico Okhmatdyt, em Kiev, Ucrânia, a UE coordenou a evacuação médica de doentes pediátricos vulneráveis para a Europa. 18 de julho de 2024.

Doentes ucranianos tratados em toda a Europa



Proteger e apoiar os que fogem à guerra na Ucrânia

Mais de quatro milhões de pessoas que fogem da guerra na Ucrânia obtiveram o estatuto de proteção temporária na União Europeia. Em junho, a UE alargou esta proteção, que concede residência, cuidados de saúde, educação e direitos relacionados com o trabalho em todos os Estados-Membros, até março de 2026.

Em parceria com a União Europeia, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho tem vindo a responder às crescentes necessidades de saúde mental das pessoas deslocadas pela guerra. Esta resposta inclui diferentes formas de apoio — desde assistência a crianças com necessidades psicológicas e sociais na Bulgária até à prestação de atividades de apoio psicológico em aulas de acolhimento na Dinamarca e à formação de professores para ajudar estudantes deslocados na Croácia. A Cruz Vermelha deu também formação em primeiros socorros psicológicos a mais de 4 000 pessoas na Ucrânia.

Autoridades nacionais de toda a União Europeia fizeram também um enorme esforço para apoiar a inclusão de aprendentes deslocados em todos os níveis e setores de educação e formação. As crianças ucranianas já têm de frequentar escolas locais em mais de metade dos Estados-Membros, e outros estão a preparar-se para as integrar na escolaridade obrigatória no futuro. Estima-se que 700 000 crianças deslocadas da Ucrânia tenham estado inscritas em toda a União Europeia no ano letivo de 2023-2024, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino secundário.

O programa Erasmus+ também está a apoiar os Estados-Membros na integração de estudantes e docentes ucranianos deslocados. A Ucrânia continua a beneficiar da dimensão internacional do Erasmus+, tendo sido abertos ao país, pela primeira vez em 2024, projetos de reforço de capacidades nos domínios da juventude e do desporto. Em junho, a Comissão Europeia publicou igualmente um relatório intitulado A inclusão das crianças deslocadas da Ucrânia nos sistemas educativos da UE.

Na sequência do convite à apresentação de propostas de 2024 relativo às Universidades Europeias do Erasmus+ sobre como formar ou expandir alianças universitárias, cerca de 35 universidades ucranianas juntaram-se a alianças de universidades europeias como parceiros associados. Esta iniciativa permite a estudantes e docentes estudar e trabalhar em vários países europeus. Além disso, o Corpo Europeu de Solidariedade apoiou pessoas deslocadas pela guerra na Ucrânia por meio de projetos de voluntariado.



↑
VÍDEO: Denys, de 12 anos, sonha ser psicólogo, mas a sua escola na Ucrânia está encerrada. Graças à parceria entre a UE e a UNICEF, pode continuar a sua aprendizagem em linha.



Desde o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a UE forneceu 1,5 milhões de manuais escolares a alunos ucranianos. Kiev, Ucrânia, 31 de outubro de 2024.



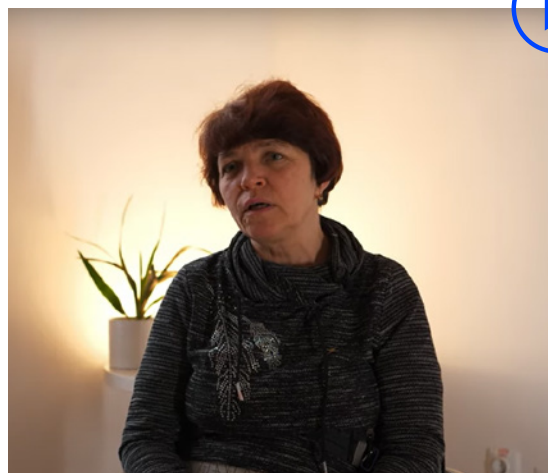
Foi afetado um montante adicional de 10 milhões de EUR para apoiar os investigadores deslocados da Ucrânia através do MSCA4Ukraine, no âmbito do Horizonte Europa, o principal programa de financiamento da UE para a investigação e inovação. Graças a esse montante, pelo menos mais 50 investigadores poderão continuar a trabalhar de forma segura em projetos de investigação em universidades, empresas, centros de investigação e outras instituições sediadas na UE e em países associados ao Horizonte Europa. Este valor vem juntar-se aos 25 milhões de EUR já consagrados ao apoio a 125 investigadores deslocados pela guerra ao abrigo do programa de bolsas MSCA4Ukraine.

A União Europeia está também a trabalhar para garantir que os ucranianos se integram facilmente nos Estados-Membros. Graças ao Instrumento de Assistência Técnica da UE, cidades e vilas da Polónia, Roménia e Eslováquia, por exemplo, estão a desenvolver estratégias a mais longo prazo para apoiar as famílias de refugiados ucranianos, que poderão assim beneficiar de acesso sustentável e ininterrupto a serviços essenciais, como educação e oportunidades de emprego.



Inna, refugiada ucraniana, começou um estágio numa padaria local na cidade de Randers, Dinamarca, no âmbito do projeto «Inclusive Restart», cofinanciado pelo Fundo Social Europeu Mais. Agora, está formalmente empregada.

↑
Inna, refugiada ucraniana, fabrica produtos de pastelaria numa padaria. Randers, Dinamarca, 1 de julho de 2024.



↑
VÍDEO: Na Roménia, o Instrumento de Assistência Técnica ajudou a financiar uma plataforma em linha que funciona como balcão único onde os refugiados ucranianos podem aceder aos serviços públicos.

Além de promover a sua integração, a União Europeia reconhece a importância de dotar os ucranianos dos conhecimentos necessários para compreenderem e exercerem os seus direitos enquanto residentes na UE com estatuto de proteção temporária. Em 2024, a União lançou uma campanha específica para informar os ucranianos deslocados em seis Estados-Membros sobre os direitos dos consumidores na UE. Assim se ajuda a garantir que eles beneficiam de igualdade de acesso a tratamento justo, proteção e transparência nas suas transações diárias de consumo. O segundo objetivo principal da campanha era capacitar os ucranianos deslocados para procurarem ajuda e reivindicarem os seus direitos, encaminhando-os para a organização de consumidores adequada no Estado-Membro em que vivem.

Por último, a União Europeia visa salvaguardar, desenvolver e promover a diversidade e o património culturais e linguísticos europeus, e compreende a importância da expressão cultural na criação de um sentido de comunidade e compreensão mútua. Em dezembro, a Ucrânia aderiu à vertente Media do programa Europa Criativa, permitindo que criadores cinematográficos e audiovisuais ucranianos se candidatem a financiamento para o seu trabalho.

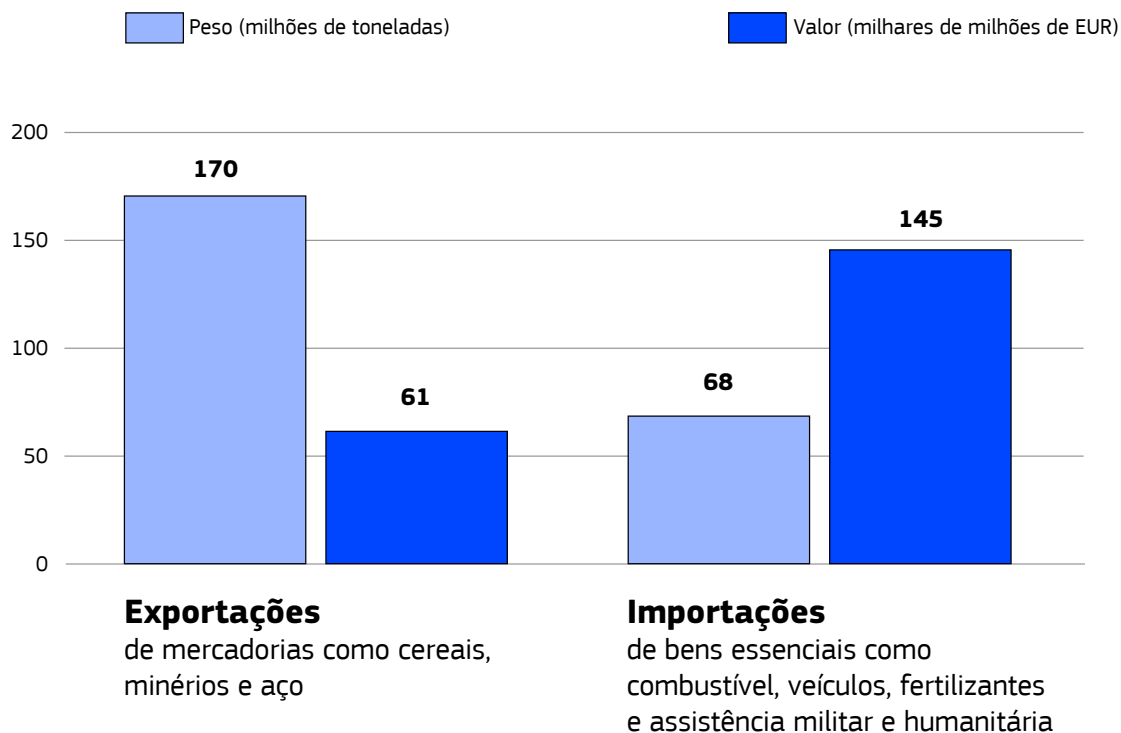
Ajudar a economia da Ucrânia

A União Europeia continuou a trabalhar de perto com a Ucrânia e a Moldávia para melhorar as rotas de transporte através da iniciativa corredores solidários. Inicialmente estabelecidos para contornar o bloqueio da Rússia aos portos ucranianos do mar Negro, principal porta de entrada para as exportações de cereais do país, os corredores solidários abrangem agora o comércio de todos os setores. Permitem à Ucrânia e à Moldávia exportar todo o tipo de mercadorias para os mercados mundiais, assegurando simultaneamente que as importações essenciais chegam à Ucrânia. A longo prazo, os corredores solidários desempenharão um papel central na reconstrução da Ucrânia e na sua maior integração no mercado único da União Europeia.



↑ [VÍDEO](#) Corredores Solidários em ação.

Apoio prestado através dos Corredores Solidários UE-Ucrânia desde a sua criação



No âmbito dos corredores solidários, a União Europeia está também a financiar equipamento para apoiar as autoridades aduaneiras e fronteiriças. Em junho, foi entregue um novo aparelho móvel de controlo de carga financiado pela União Europeia ao posto de passagem fronteiriço em Chop, Ucrânia, junto à fronteira com a Hungria, a fim de acelerar os controlos e reduzir os tempos de espera para os condutores de camiões e as empresas de logística.

Além dos corredores solidários, a rede transeuropeia de transportes, uma iniciativa fundamental da União Europeia concebida para reforçar as infraestruturas de transportes e a conectividade em todos os Estados-Membros, foi alargada para incluir a Ucrânia e a Moldávia. Desta forma, entidades de ambos os países têm acesso ao Mecanismo Interligar a Europa, o principal mecanismo de financiamento da UE para o desenvolvimento de infraestruturas.

Nove projetos ajudarão a desenvolver uma conectividade transfronteiriça sem descontinuidades com a Ucrânia e a Moldávia, apoiados por um financiamento de 338 milhões de EUR do Mecanismo Interligar a Europa.

Acordos de integração e outros acordos

A União Europeia continuou a apoiar a Ucrânia através da prorrogação de acordos comerciais favoráveis, acordos de transporte e acordos de itinerância de comunicações móveis.

Durante o ano, a UE voltou a prolongar as medidas de apoio ao comércio que suspendem os direitos e quotas de importação sobre as exportações ucranianas, desta vez até 5 de junho de 2025.

Contudo, atendendo ao aumento significativo das importações para a União Europeia de alguns produtos agrícolas da Ucrânia em 2022 e 2023, as renovadas medidas de apoio contêm um mecanismo de salvaguarda reforçado. Este mecanismo garante a possibilidade de adotar rapidamente medidas corretivas em caso de perturbações significativas no mercado da União Europeia ou nos mercados de um ou mais Estados-Membros.

A fim de ajudar a Ucrânia a exportar as suas mercadorias para os mercados europeu e mundial, em junho a UE e a Ucrânia prorrogaram e atualizaram o seu acordo de transporte rodoviário. O acordo facilitou substancialmente o comércio rodoviário entre a União Europeia e a Ucrânia, beneficiando

ambas as economias desde o início da guerra. Um acordo semelhante foi igualmente prorrogado entre a União Europeia e a Moldávia.

Para reforçar a cooperação no domínio dos transportes, foi lançado o diálogo de alto nível União Europeia-Moldávia sobre transportes, que ajudará a reforçar ligações entre todos os modos de transporte e a realizar progressos conjuntos na transformação sustentável e digital.



Adina Vălean (à direita), então comissária europeia responsável pelos Transportes, e Serhiy Derkach (à esquerda), vice-ministro ucraniano das Comunidades, dos Territórios e do Desenvolvimento das Infraestruturas, por ocasião da assinatura do Acordo Rodoviário UE-Ucrânia. Bruxelas, Bélgica, 20 de junho de 2024.



Reconstrução da Ucrânia

A União Europeia reconhece que a recuperação económica da Ucrânia exige também apoio sólido à reconstrução do país. A UE pretende coordenar eficazmente os recursos, reunindo a Ucrânia, a UE, os países do G7 e outros parceiros. O objetivo é assegurar que a assistência à Ucrânia é planeada e prestada de forma eficiente, coerente, transparente e inclusiva, evitando a duplicação de esforços.

De acordo com o relatório do Banco Mundial *Ucrânia — Avaliação rápida dos danos e das necessidades*, publicado em fevereiro de 2024, a reconstrução e recuperação da Ucrânia custarão 486 mil milhões de dólares ao longo da próxima década. As necessidades mais prementes são a habitação, transportes, comércio e indústria, agricultura, energia, proteção social e proteção dos meios de subsistência.

Apesar das circunstâncias difíceis, a economia ucraniana registou um crescimento de 5 % em 2023. Segundo as previsões de base, prevê-se que o crescimento nos próximos anos seja superior a 4 %. No entanto, mesmo no cenário de base em que a guerra começaria a diminuir de intensidade no final de 2024, o produto interno bruto real da Ucrânia só atingiria o seu nível anterior à guerra em 2030.

Para ajudar a Ucrânia a reconstruir-se, a União Europeia lançou em abril o novo Quadro de Investimento para a Ucrânia, ao abrigo do Mecanismo para a Ucrânia. Tal permitirá desbloquear 9 300 milhões de EUR em instrumentos de investimento (7 800 milhões de EUR em garantias de empréstimo e 1 510 milhões de EUR em subvenções de financiamento misto) que poderão mobilizar até 40 mil milhões de EUR de financiamento adicional das instituições financeiras europeias e do setor privado. Os primeiros 1 400 milhões de EUR de subvenções e acordos de garantia no âmbito deste quadro foram assinados em junho na Conferência sobre a Recuperação da Ucrânia, em Berlim, Alemanha. Estes projetos têm potencial para desbloquear seis mil milhões de EUR em investimentos em projetos essenciais de reconstrução e modernização, especialmente em domínios como a energia e as infraestruturas municipais. A conferência lançou também o conselho consultivo empresarial, que apoiará a Plataforma de Doadores para a Ucrânia, fornecendo informações económicas para melhorar o clima de investimento do país e atrair investimento do setor privado.

Além disso, em novembro, na Conferência de Investimento União Europeia-Ucrânia, realizada em Varsóvia, Polónia, foi lançado um convite à manifestação de interesse destinado a empresas privadas sediadas na União Europeia e interessadas em investir na Ucrânia. A conferência atraiu mais de 5 500 participantes de 32 países, incluindo representantes de empresas e bancos.



↑ A Ucrânia continua a sofrer com os bombardeamentos implacáveis da Rússia. Todos os dias, mais e mais famílias perdem entes queridos e casas. Sumy, Ucrânia, 8 de março de 2024.

A fim de apoiar uma reconstrução mais ecológica e socialmente inclusiva, a União Europeia e a Sociedade Financeira Internacional assinaram um acordo de garantia de 90 milhões de EUR para apoiar essa reconstrução inclusiva e sustentável na Ucrânia. O programa visa mobilizar mais de 500 milhões de EUR em investimentos do setor privado para infraestruturas essenciais, produção de bens, descarbonização e preservação dos meios de subsistência.

Neste contexto, a primeira Cimeira Empresarial UE-Ucrânia, realizada em 18 de abril, reuniu mais de 400 participantes do setor privado para debater setores-chave da economia ucraniana, com o objetivo de promover um desenvolvimento mais ecológico.



Em 2024, os prêmios Novo Bauhaus Europeu, que dão visibilidade a projetos e conceitos inovadores de cidadãos da Europa e mais além, abriram-se pela primeira vez aos projetos ucranianos. Um prêmio de reconhecimento especial pelo esforço de reconstrução e recuperação da Ucrânia foi atribuído a duas iniciativas que proporcionam abrigo e espaços comuns às pessoas deslocadas internamente e às famílias necessitadas. Este prêmio especial reconhece a resiliência do povo ucraniano e apoia o processo de reconstrução e recuperação.



VÍDEO: Projeto Nad Dzherelom, vencedor do prêmio «Reconhecimento Especial dos Esforços de Reconstrução e Recuperação da Ucrânia».

Energia segura e ecológica para a Ucrânia

Em resposta aos ataques da Rússia às infraestruturas energéticas, a UE aumentou o seu apoio ao setor energético da Ucrânia com três prioridades fundamentais.

- 1** Restabelecer a capacidade de produção e acelerar a implantação de fontes de energia descentralizadas, incluindo energias renováveis.
- 2** Mobilizar doações dos Estados-Membros, parceiros e empresas, coordenadas através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. A União Europeia ajudou também a criar o Fundo de Apoio à Energia da Ucrânia. Desde a invasão em grande escala do país pela Rússia, foram disponibilizados à Ucrânia, pelo menos, dois mil milhões de EUR para apoio à segurança energética através do Fundo de Apoio à Energia da Ucrânia e do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, entre outras fontes.
- 3** Aumentar as exportações de eletricidade da UE para a Ucrânia, fixadas desde 1 de dezembro de 2024 em 2 100 *megawatts* numa base comercial e 250 *megawatts* numa base de emergência.

A União Europeia está a apoiar a Ucrânia na sua integração no mercado da energia da UE e a oferecer orientações para a ambiciosa via de reformas que facilitará a adesão.

Apoiar os Estados-Membros e os agricultores da União Europeia

Respondendo à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e à consequente crise dos preços da energia, a Comissão adotou instrumentos de auxílio estatal específicos, nomeadamente o Quadro Temporário de Crise e o seu sucessor, o Quadro Temporário de Crise e Transição. Estes instrumentos desempenharam um papel significativo na atenuação do impacto dos elevados custos da energia e no apoio à transição ecológica dos Estados-Membros. Em maio, a Comissão prorrogou por mais seis meses, até ao final de 2024, determinadas disposições do Quadro Temporário de Crise e Transição, a fim de fazer frente às persistentes perturbações do mercado, especificamente nos setores da agricultura e pescas.

As preocupações dos agricultores da UE com o aumento das importações agroalimentares provenientes da Ucrânia foram reconhecidas com a inclusão nas medidas de apoio ao comércio, que foram prorrogadas até 5 de junho de 2025, de uma cláusula de salvaguarda reforçada e de um travão de emergência para sete produtos sensíveis. A Rússia permanece um

grande exportador mundial de cereais e as suas exportações continuam direta e indiretamente a financiar o esforço de guerra. A ameaça de perturbações no mercado da União levou à adoção de direitos aduaneiros mais elevados sobre os produtos à base de cereais importados para a União e provenientes da Rússia e da Bielorrússia — um aumento de até 50 %, que entrou em vigor em 1 de julho. Em conformidade com o princípio básico da União Europeia de não tomar medidas restritivas suscetíveis de afetar negativamente a segurança alimentar mundial, este aumento da proteção pautal aplica-se apenas às importações para o mercado da UE.



Sanções da União Europeia

Durante o ano, a União Europeia continuou a impor pesadas sanções à Rússia com o objetivo de limitar a sua capacidade de financiar a guerra de agressão contra a Ucrânia. Desde fevereiro de 2022, a União Europeia impôs um total de 15 pacotes de medidas restritivas contra a Rússia. Além de visarem pessoas e entidades específicas, as sanções visam também os setores financeiro, energético, dos transportes, da tecnologia e da defesa.

O 13.º pacote de sanções, adotado em fevereiro de 2024, visou limitar ainda mais o acesso da Rússia a tecnologias militares, como os drones, e incluiu mais empresas e indivíduos na lista de pessoas envolvidas no esforço de guerra da Rússia. O 14.º pacote de medidas restritivas, adotado em junho, abordou questões de aplicação e os esforços da Rússia para contornar as sanções da União Europeia. Este pacote incluiu novas medidas importantes relacionadas com a energia que visam o gás natural liquefeito. Pela primeira vez, a União Europeia adotou uma medida dirigida a navios específicos que facilitam os esforços de guerra da

Rússia, que deixarão de poder aceder aos portos da UE e de prestar serviços.

O 14.º pacote também reforçou significativamente as sanções financeiras ao proibir os bancos da União Europeia fora da Rússia de utilizarem o Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras, o equivalente russo da rede SWIFT (Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais). Além disso, introduziu uma proibição de transações com bancos e prestadores de serviços de criptoativos que facilitem transações que apoiem a base industrial de defesa da Rússia. A fim de limitar ainda mais a capacidade da Rússia para aceder a bens e tecnologias restritos, introduziram-se várias medidas destinadas a reforçar a aplicação das sanções por parte do setor privado, apoiar a aplicação de legislação pelas autoridades nacionais competentes e dificultar a evasão às sanções, nomeadamente controlando as filiais estrangeiras dos operadores da União Europeia.



O 15.º pacote de sanções, adotado em dezembro, centrou-se na luta contra a frota obscura da Rússia, a evasão às sanções e o complexo militar-industrial russo. Pela primeira vez, a União Europeia impôs sanções plenas — incluindo interdições de viagem, congelamento de bens e proibições de disponibilizar recursos económicos — a várias entidades chinesas. Além disso, o pacote visou os fabricantes russos de equipamento militar, as companhias de navegação e as entidades que contribuem para a evasão às sanções, e introduziu alterações para fazer frente ao aumento do contencioso e das medidas de retaliação na Rússia contra centrais de valores mobiliários da UE. O pacote abrangeu igualmente 84 novas inclusões na lista — 54 pessoas e 30 entidades —, elevando o número total para mais de 2 300. Quer isto dizer que os ativos estabelecidos na União Europeia das pessoas e entidades incluídas na lista foram objeto de congelamento de bens e, no caso das pessoas, de proibições de viagem.

A União Europeia impôs sanções à Bielorrússia em resposta ao papel deste país na guerra de agressão ilegal, não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia. Estas medidas abrangentes refletem várias das restrições já impostas à Rússia para lidar com os riscos de evasão devido à estreita integração das economias russa e bielorrussa.

A União Europeia está a trabalhar arduamente no sentido de garantir que as sanções são aplicadas



PODCAST: Um podcast sobre a eficácia das sanções da UE.

de forma eficaz. O Instrumento de Assistência Técnica, que disponibiliza conhecimentos especializados específicos aos Estados-Membros, continuou a apoiá-los, ajudando-os a identificar as autoridades e organizações pertinentes para o congelamento de ativos. No âmbito do Grupo de Missão Congelar e Apreender, os Estados-Membros continuaram a partilhar, entre si e com parceiros internacionais, boas práticas sobre a forma de reforçar a aplicação das sanções da União Europeia. Em maio, entrou em vigor uma diretiva que harmoniza as definições de infrações penais e de sanções em caso de violação das sanções da União Europeia. Esta diretiva reforçará ainda mais a eficácia das sanções da UE. Por último, ao longo de 2024, David O'Sullivan, enviado especial para a aplicação das sanções da União Europeia, continuou a dialogar com países terceiros para assegurar que a eficácia das sanções da União Europeia não seja comprometida por práticas de evasão.

Na sequência das sanções da UE, os ativos do banco central russo na União, no valor de mais de 210 mil milhões de EUR, foram imobilizados. As receitas extraordinárias geradas pela gestão destes ativos ascendem a cerca de 2 500-3 000 milhões de EUR por ano. Em maio, a União Europeia adotou atos jurídicos que permitem a utilização destes lucros líquidos em benefício da Ucrânia, com o primeiro pagamento de 1 500 milhões de EUR disponibilizado em julho e o segundo previsto para a primavera de 2025.

Responsabilizar a Rússia

No contexto da sua guerra de agressão injustificada, ilegal e não provocada contra a Ucrânia, as ações da Rússia têm violado continuamente o direito internacional, com numerosos relatos de incidentes que constituem crimes internacionais. Um total de 17 Estados-Membros da UE lançaram investigações aos crimes internacionais cometidos na Ucrânia. A Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) desempenha um papel crucial no apoio à equipa de investigação conjunta sobre crimes internacionais cometidos na Ucrânia, constituída pela Ucrânia e por seis Estados-Membros, com a participação do Tribunal Penal Internacional e da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial. As investigações são apoiadas pela base de dados especializada da Eurojust, a Base de Dados contendo Elementos de Prova de Crimes Internacionais Fundamentais, criada para conservar, armazenar e analisar elementos de prova relacionados com crimes internacionais.

Desde 2023 que a Eurojust acolhe o Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão contra a Ucrânia. O centro foi estabelecido para apoiar o trabalho de preparação de quaisquer ações penais futuras contra o crime de agressão, independentemente da jurisdição a que estas sejam levadas. Os procuradores da equipa de investigação conjunta, incluindo a Ucrânia e um procurador dos Estados Unidos, trabalham em conjunto no terreno, o que lhes permite trocar rapidamente elementos de prova e chegar a acordo sobre uma via comum para avançar nas suas investigações. O Tribunal Penal Internacional tem estado ativamente envolvido.

Além disso, desde 2023, a União Europeia, o Conselho da Europa e cerca de 40 países, coletivamente conhecidos por «Grupo Central» têm participado de forma ativa nos debates

sobre a criação de um tribunal especial para a ação penal contra o crime de agressão contra a Ucrânia. Em 22 de novembro de 2024, o Grupo Central reafirmou o seu empenho neste esforço através da publicação da Declaração de Viena-Riga. Esta declaração descreve a criação do tribunal especial no âmbito do Conselho da Europa, com base num acordo bilateral entre a Ucrânia e o Conselho da Europa.

A Rússia deve também ser responsabilizada pelo pagamento dos danos que causou, e continua a causar, à Ucrânia e à sua população. Em maio de 2023, 43 países e a União Europeia criaram, no Conselho da Europa, o Registo de Danos Causados pela Agressão da Federação da Rússia contra a Ucrânia para documentar os pedidos de indemnização por perdas e danos causados pela invasão russa. O registo foi aberto para apresentação da primeira categoria de pedidos na Conferência Restaurar a justiça para a Ucrânia, realizada em 2 de abril de 2024 em Haia, Países Baixos. Em outubro, mais de 10 000 pedidos tinham sido inscritos no registo. Em 13 de dezembro, o Registo de Danos anunciou as suas primeiras decisões de registo de pedidos, que diziam respeito a 832 pedidos de indemnização por danos ou destruição de imóveis destinados a habitação. Além disso, em 2024, mais de 50 países, juntamente com a União Europeia e o Conselho da Europa, participaram em três reuniões preparatórias para criar uma Comissão de Pedidos de Indemnização. Estas reuniões constituíram um passo importante na criação de um mecanismo de compensação abrangente, com o objetivo de analisar e determinar os pedidos inscritos no registo.



Didier Reynders (primeira fila, nono a contar da esquerda), então comissário europeu da Justiça, acolhe a conferência internacional Restaurar a justiça para a Ucrânia em conjunto com os Países Baixos e a Ucrânia no Fórum Mundial. Haia, Países Baixos, 2 de abril de 2024.



Apoiar uma paz e segurança justas para a Ucrânia

A União Europeia apoia firmemente a Ucrânia na obtenção de uma paz abrangente, justa e duradoura, em conformidade com o direito internacional e os princípios da Carta das Nações Unidas. Na Cimeira sobre a Paz na Ucrânia, realizada na Suíça em 15 e 16 de junho, a UE comprometeu-se a defender estes princípios e a apoiar uma paz que restabeleça a soberania, independência política e integridade territorial da Ucrânia.

A União Europeia não só apoiará a Ucrânia na obtenção de uma paz justa e nos seus próprios termos, como também continuará a mobilizar apoios internacionais para o país. Em 27 de junho, a UE e a Ucrânia assinaram os «compromissos conjuntos em matéria de segurança entre a União Europeia e a Ucrânia». Ao assinarem este acordo, a União e os seus Estados-Membros comprometeram-se a prestar à Ucrânia e ao seu povo todo o apoio político,

financeiro, económico, humanitário, militar e diplomático necessário durante 10 anos. Aí se inclui ajudar a Ucrânia a angariar apoio internacional, especialmente por parte dos principais países em desenvolvimento e das economias emergentes.

A União Europeia — juntamente com vários países — assinou também o Pacto para a Ucrânia na 33.ª Cimeira da OTAN, em julho. Este documento salienta a importância da segurança da Ucrânia para a segurança de toda a região euro-atlântica e a forma como a agressão militar da Rússia contra a Ucrânia constitui uma ameaça para a paz e segurança internacionais. Os signatários afirmaram a sua intenção de apoiar a Ucrânia até que esta prevaleça contra a agressão da Rússia.



Participantes na Cimeira sobre a Paz na Ucrânia. Lucerna, Suíça, 15 de junho de 2024.





CAPÍTULO 2

Uma UE próspera e competitiva

Introdução

Em 2024, a Europa deu grandes passos no reforço da sua competitividade mundial por meio de uma série de ações destinadas a promover um crescimento económico sustentável e estimular a inovação industrial. Perante desafios prementes como as dependências económicas, as tensões geopolíticas e a crescente concorrência mundial, a União Europeia concentrou-se em medidas estratégicas para garantir recursos essenciais, promover a liderança tecnológica e proteger os seus mercados. Os seus principais esforços incluíram prosseguir o desenvolvimento de parcerias e acordos comerciais, reformular políticas nos domínios do comércio e da concorrência e garantir uma economia mais resiliente. Por meio de uma abordagem global, a UE procurou reforçar a sua posição enquanto líder mundial no comércio sustentável e equitativo, salvaguardando ao mesmo tempo a segurança económica e promovendo um ambiente industrial competitivo.



Cientistas trabalham num projeto de biodegradação de microplásticos no Centro Chem&Tech da Universidade Católica de Lovaina. A UE é líder em inovação no domínio das tecnologias limpas e responsável pelo desenvolvimento de mais de um quinto das tecnologias limpas e sustentáveis do mundo. Lovaina, Bélgica, 1 de março de 2024.

Reforçar a competitividade da União Europeia

Em 2024, a União Europeia prosseguiu os seus esforços para reforçar a competitividade das empresas europeias, tanto no mercado único como mundial.

As medidas adotadas centraram-se no reforço da base industrial da União Europeia e na criação de um ambiente mais favorável ao investimento:

- executando o plano REPowerEU para garantir o aprovisionamento energético e reduzir a dependência em relação à Rússia;
- desenvolvendo o Plano Industrial do Pacto Ecológico para reforçar a competitividade da indústria europeia neutra em carbono;
- criando uma União Europeia da Saúde para assegurar material médico acessível, comportável em matéria de preços e inovador.

No decurso do ano, o futuro da competitividade da União Europeia continuou a ser uma questão urgente e veio a constituir uma das prioridades da nova Comissão (ver capítulo 0). Embora seja uma das regiões mais competitivas e inovadoras do mundo, a Europa enfrenta ainda vários problemas estruturais. As empresas da União Europeia realizam as suas atividades num mundo conturbado e enfrentam desafios consideráveis, entre os quais a concorrência desleal, elevados preços da energia, escassez de competências e de mão de obra, e dificuldades de acesso ao capital. Em 2024, a nova Comissão criou a Bússola para a Competitividade, uma importante iniciativa que irá enquadrar os trabalhos sobre a competitividade da UE no futuro.

Para reforçar a sua competitividade, a União Europeia centrar-se-á nos seguintes aspetos:

- ➔ facilitar a atividade das empresas da UE e continuar a desenvolver o mercado único em setores como o dos serviços, energia, defesa, financeiro, comunicações eletrónicas e digital;
- ➔ lançar um pacto da indústria limpa para reduzir as emissões de carbono e baixar os preços da energia;
- ➔ trabalhar em prol de uma economia mais circular e sustentável;
- ➔ dar à investigação e à inovação um papel central na nossa economia;
- ➔ aumentar a produtividade através da difusão das tecnologias digitais;
- ➔ realizar investimentos avultados na competitividade sustentável;
- ➔ colmatar o défice de competências e de mão de obra.

A competitividade da União Europeia enfrenta desafios numerosos e complexos, que exigem uma resposta global e elaborada. Estão já em vigor várias iniciativas que visam reforçar a competitividade das empresas e das indústrias na UE. As medidas transversais — que vão da previsão das futuras necessidades de normalização em domínios como as matérias-primas e as tecnologias quânticas a um instrumento de assistência técnica concebido para apoiar projetos fundamentais que reforçarão as capacidades de produção industrial — visam permitir, por exemplo, que a União Europeia concretize o objetivo de se tornar líder mundial em tecnologias estratégicas.

Convém notar que a competitividade não pode ser alcançada à custa das pessoas e do planeta. A União Europeia está a tomar as medidas necessárias para garantir que a sua abordagem de crescimento se mantém fiel aos seus valores. Para o efeito, promove uma economia circular (ver capítulo 4), procura assumir um papel de liderança nos domínios das tecnologias estratégicas e verdes (capítulos 4 e 5), e assegura-se de que as pessoas estão continuamente dotadas das competências necessárias para responder às novas exigências da indústria (capítulo 6).

Relatório anual sobre o mercado único e a competitividade

Para melhor compreender e avaliar o funcionamento do mercado único e da competitividade da União Europeia, a Comissão publicou a edição de 2024 do seu relatório anual sobre o mercado único e a competitividade. Em comparação com os relatórios de anos anteriores, a edição deste ano aborda de forma mais exaustiva a competitividade. O relatório de 2024 parte dos nove principais fatores impulsionadores da concorrência identificados na comunicação de 2023 relativa à competitividade da UE a longo prazo e que serão utilizados para acompanhar o progresso da União Europeia de ano para ano.

No relatório, destacam-se ainda os pontos fortes do mercado único que podem ser utilizados para reforçar a competitividade da UE e sublinha-se que, para financiar as transições ecológica e digital, importa recorrer a uma combinação inteligente de instrumentos. Entre eles contam-se uma utilização mais inovadora dos fundos da União Europeia, a fim de impulsionar e proteger o investimento privado, bem como o recurso a contratos públicos para promover a sustentabilidade, resiliência, inovação e práticas socialmente responsáveis.

Os nove vetores de competitividade

- 1

Um mercado único funcional.
- 2

Acesso ao capital privado.
- 3

Investimento público e infraestruturas.
- 4

Investigação e inovação.
- 5

Energia.
- 6

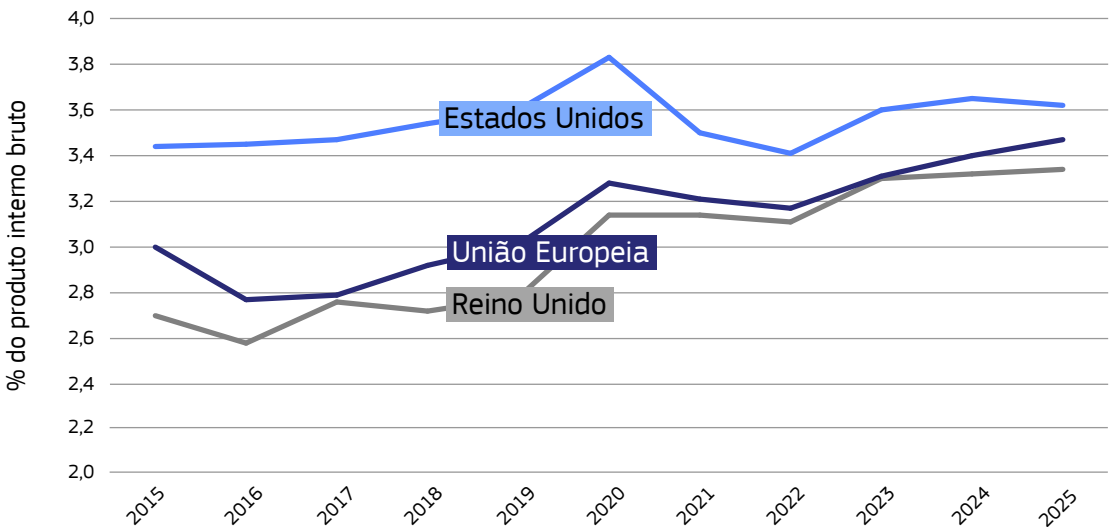
Circularidade.
- 7

Digitalização.
- 8

Educação e competências.
- 9

Comércio e autonomia estratégica aberta.

Tendências do investimento público na União Europeia, no Reino Unido e nos Estados Unidos (2015-2025)



Fonte: Comissão Europeia, «AMECO (base de dados macroeconómicos anuais)», 15 de novembro de 2024.

Os relatórios Letta e Draghi

Além das análises realizadas pela Comissão, foram publicados em 2024 dois relatórios independentes que contêm recomendações no sentido de reforçar o mercado único e a competitividade da UE. O relatório *Muito mais do que um mercado*, elaborado pelo antigo primeiro-ministro italiano Enrico Letta para a Presidência belga do Conselho da União Europeia, sublinha que o mercado único deve evoluir e adotar as transições ecológica e digital, explorando novas oportunidades de alargamento e melhorando a segurança da UE.

Com base no relatório Letta, a Comissão identificou cinco grandes domínios de ação para reforçar a competitividade europeia:

- 1 desbloquear mais capital para as empresas europeias;
- 2 garantir a independência energética e energia mais barata;
- 3 dar resposta à escassez de competências;
- 4 fomentar a inovação digital;
- 5 libertar todo o potencial do comércio.

Por seu turno, a análise *O futuro da competitividade europeia — Uma estratégia de competitividade para a Europa*, elaborada pelo antigo presidente do Banco Central Europeu Mario Draghi, a pedido da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, defende que a UE deve tirar partido da transição para energias limpas, a fim de aumentar a competitividade e baixar os preços da energia. O relatório sublinha igualmente a necessidade de impulsionar a inovação e acelerar a transição digital, mobilizando para isso o investimento público e privado, melhorando o ambiente empresarial e reduzindo a burocracia, e dotando as pessoas das competências exigidas em novos mercados de trabalho. Por último, salienta a necessidade de melhorar a resiliência, defesa e segurança globais da União Europeia, atendendo ao atual contexto geopolítico.

As conclusões do relatório Draghi contribuíram para os trabalhos da Comissão sobre um novo plano para a prosperidade e competitividade sustentáveis da Europa. Três pontos principais do relatório Draghi estarão também na base da Bússola para a Competitividade atrás referida: colmatar o défice de inovação entre a UE, por um lado, e a China e os Estados Unidos, por outro; criar um plano conjunto para a descarbonização e a competitividade; e reforçar a segurança e reduzir as dependências. O relatório dará também um contributo fundamental no desenvolvimento do pacto da indústria limpa, tendo em vista indústrias competitivas e empregos de qualidade.

→ Ursula von der Leyen (à direita), presidente da Comissão Europeia, e o seu conselheiro especial Mario Draghi (à esquerda), numa conferência de imprensa sobre o relatório Draghi, relativo ao futuro da competitividade europeia. Bruxelas, Bélgica, 9 de setembro de 2024.



Segurança económica

Encontrar o justo equilíbrio entre comércio livre e segurança económica é outro desafio que se coloca à UE. Para não depender excessivamente de prestadores em regime de exclusividade, a UE tem de promover a sua competitividade, proteger dos riscos a sua economia e colaborar com outros parceiros que partilham os seus interesses económicos.

Estas três vertentes de ação (promover, proteger e criar parcerias) estão na base da estratégia europeia em matéria de segurança económica. Desde o seu lançamento, em junho de 2023,

a Comissão tomou várias medidas para avaliar e reduzir os riscos: iniciou o primeiro reexame dos riscos de instrumentalização das dependências económicas ou de coerção económica e deu início a uma análise mais exaustiva destas questões.

Além disso, o instrumento antioerção está já em vigor. Este instrumento auxilia a União Europeia a tomar medidas — em conformidade com o direito internacional — quando países terceiros exercem coerção económica sobre a UE ou os seus Estados-Membros.

Promover

Em 2024, o Conselho Europeu da Inovação lançou um programa de trabalho dotado de financiamento superior a 1,2 mil milhões de EUR que contribuirá para a expansão das tecnologias estratégicas e empresas inovadoras. Em junho, tinham já sido aprovados mais de 200 investimentos distintos.

Proteger

Em janeiro, a Comissão apresentou um conjunto de cinco iniciativas para reforçar a segurança económica da União Europeia, que incluem a análise dos investimentos estrangeiros, controlo das exportações e avaliação dos riscos decorrentes dos investimentos no estrangeiro.

Criar parcerias

A UE intensificou o diálogo sobre segurança económica no âmbito do G7 e através de debates bilaterais. Alargou também a sua rede de acordos de comércio para obter recursos, abrir novos mercados e reforçar a sua resiliência.

Investigação e inovação

A investigação e inovação são prioridades transversais, essenciais não só para a competitividade da União Europeia, mas também para as transições ecológica e digital, a segurança económica e a autonomia estratégica aberta.

A fim de estimular a inovação e, em especial, a inovação de tecnologia profunda, a União Europeia lançou em 2022 a Nova Agenda Europeia para a Inovação. Segundo um relatório publicado em 2024, foram já concluídas 17 das 25 medidas da Agenda, estando as restantes oito atualmente em curso. O termo «tecnologia profunda» refere-se a tecnologias que são de tal forma inovadoras que, não raras vezes, vêm perturbar ou alterar completamente o modo de funcionamento das indústrias, das economias ou mesmo das sociedades.



Exemplos de medidas recentes

- **Desenvolvimento de competências** no âmbito da iniciativa de talentos de tecnologia profunda do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia: um milhão de pessoas terá acesso a oportunidades de formação na União Europeia.
- **Reforço dos ecossistemas de inovação**, por meio do desenvolvimento de redes de regiões orientadas para a inovação graças, por exemplo, a um financiamento de 116 milhões de EUR para os primeiros beneficiários e mais de 150 regiões classificadas como vales regionais de inovação.
- Novas diretivas propostas para **simplificar o acesso ao financiamento pelas empresas em fase de expansão e as pequenas e médias empresas**, tais como o ato legislativo relativo à admissão à cotação proposto em 2024, que facilitará às empresas inovadoras a admissão à cotação nas bolsas de valores (ver capítulo 3).
- Comunicação da Comissão sobre uma série de medidas orientadas para **impulsionar a biotecnologia e a biofabricação na União Europeia**, a fim de responder aos desafios e criar oportunidades, por exemplo transferindo a tecnologia e os resultados da investigação para o mercado, reduzindo a complexidade regulamentar e promovendo o investimento público e privado.

Por seu turno, o programa de financiamento da UE para a investigação e inovação, Horizonte Europa, continua a impulsionar a competitividade da União Europeia, promovendo a colaboração e reforçando o impacto da investigação e da inovação. O programa apoia igualmente a criação e melhor difusão das tecnologias (ver capítulo 6 para mais informações sobre o Horizonte Europa). O Conselho Europeu da Inovação acima referido — um programa de inovação dotado de um orçamento de 10,1 mil milhões de EUR que visa identificar, desenvolver e potenciar tecnologias e inovações transformadoras — é uma das iniciativas criadas no quadro do programa Horizonte Europa.

Política de concorrência

Outro elemento fundamental no reforço da competitividade da União Europeia é a política de concorrência, ou seja, as normas e leis que visam garantir uma verdadeira concorrência entre as empresas. Através da aplicação desta política, a Comissão cria um ambiente que não só incentiva as empresas a serem mais eficientes, adaptáveis e inovadoras, como gera produtos de qualidade superior a preços competitivos para os consumidores. A política de concorrência prepara igualmente as empresas da União Europeia para o sucesso à escala mundial, impulsionando o investimento na investigação, o desenvolvimento de produtos e a racionalização dos processos, permitindo-lhes obter melhores resultados que os seus concorrentes. As medidas coercivas contribuem consideravelmente para dissuadir empresas de adotarem práticas anticoncorrenciais.

Regras antitrust

A aplicação da legislação antitrust destina-se, em geral, às práticas de empresas que tentam eliminar os concorrentes do mercado, acabando por lesar os consumidores. Trata-se de uma situação habitual no setor das tecnologias digitais, sobretudo no caso das grandes empresas tecnológicas. Por exemplo, em 2024, a Comissão aplicou uma coima de 792,72 milhões de EUR à Meta por abuso da sua posição dominante através de vendas subordinadas e da imposição de condições de transação não equitativas aos prestadores de serviços de publicidade em linha, em proveito da sua própria plataforma. Num outro processo, a Comissão aceitou os compromissos propostos pela Apple para

eliminar os obstáculos ao acesso à tecnologia de pagamento sem contacto em lojas através de dispositivos móveis.

É também possível recorrer às regras de concorrência para agir diretamente contra preços elevados e condições comerciais desleais, que reprimem a concorrência em detrimento dos consumidores. No decurso do ano, a Comissão aplicou uma coima mais de 1,8 mil milhões de EUR à Apple por abuso da sua posição dominante ao impor condições de transação não equitativas aos criadores de aplicações de difusão de música, levando à possibilidade de os utilizadores terem de pagar preços consideravelmente mais elevados pelas suas assinaturas de transmissão de música em contínuo.

Os esforços da Comissão no domínio *antitrust* não se limitam à indústria tecnológica. Em maio, a Comissão aplicou uma coima de 337,5 milhões de EUR à Mondelēz ao abrigo da legislação antitrust por ter criado entraves ao comércio intra-UE dos seus produtos de chocolate e confeitaria (entre as marcas conhecidas controladas pela Mondelēz contam-se a Milka, Côte d'Or, Toblerone, Oreo, LU e Belvita).

Num outro importante processo em 2024, a Comissão aplicou uma coima à sociedade farmacêutica Teva, no montante de 462,6 milhões de EUR, por práticas dilatórias destinadas a retardar a concorrência ao seu medicamento contra a esclerose múltipla, o Copaxone. A Teva fê-lo alargando artificialmente a proteção do Copaxone por patente e divulgando sistematicamente informações enganosas sobre um produto concorrente para impedir a sua introdução e adoção no mercado.

Concentrações

A União Europeia também protege os mercados competitivos por meio do controlo das concentrações. Quer se trate de concentrações horizontais entre concorrentes diretos, concentrações verticais ao longo de cadeias de aprovisionamento ou concentrações conglomeradas que envolvam produtos ou serviços complementares, a Comissão procede a averiguações para evitar resultados negativos, tais como aumentos de preços ou desincentivo da inovação.

O regulamento da UE relativo às concentrações, que celebrou o seu 20.º aniversário em 2024, constitui a base jurídica utilizada pela Comissão para examinar concentrações com uma dimensão europeia e determinar a sua compatibilidade com o mercado único. Durante o ano, a Amazon abdicou do seu plano de aquisição da iRobot depois de a Comissão ter levantado a questão de que o acordo poderia reduzir a concorrência ao limitar o acesso de outros fornecedores ao mercado da Amazon, podendo assim dar azo a preços mais elevados, a uma qualidade inferior e a uma redução da inovação para os consumidores. Em contrapartida, a concentração entre a Microsoft e a Activision é exemplo de uma transação aprovada pela Comissão, sob reserva de compromissos. As partes na concentração propuseram compromissos que respondem a todas as preocupações em matéria de concorrência e introduziram medidas que melhorarão de forma assinalável a transmissão em contínuo de jogos em nuvem, em comparação com a situação atual.

Em fevereiro, a Comissão aprovou também uma comunicação revista relativa à definição de mercado para acompanhar a dinâmica de mercado. A comunicação revista atualiza as orientações sobre a definição dos mercados em causa no contexto dos processos *antitrust* e de concentração. As empresas terão assim mais facilidade em compreender de que forma a Comissão aplica a legislação em matéria de concorrência e melhora o seu cumprimento.

EM 2024

400

decisões relativas a concentrações.

8

decisões *antitrust*.

2

decisões sobre cartéis.

613

decisões em matérias de auxílios estatais.

3,5 mil milhões de EUR

em coimas aplicadas a empresas que violaram a legislação da UE em matéria de concorrência.

NO PASSADO

28,7 mil milhões de EUR de auxílio ilegal e incompatível recuperados junto dos beneficiários entre 1999 e 2024.

Poupanças estimadas de 13 a 23 mil milhões de EUR por ano na última década, graças à aplicação das regras de concorrência nos processos relativos a concentrações, cartéis e *antitrust*.

Auxílios estatais

A política da UE em matéria de auxílios estatais garante que, quando concedidos, os auxílios estatais não distorcem a concorrência leal e efetiva entre as empresas dos Estados-Membros, nem prejudicam a economia. A política em matéria de auxílios estatais está também subjacente aos princípios económicos da política industrial da UE. O controlo dos auxílios estatais pode apoiar as estratégias industriais da União Europeia, colmatando as deficiências do mercado e assegurando que os auxílios são necessários e limitados ao mínimo exigido, e que se destinam a objetivos públicos.

Os projetos importantes de interesse europeu comum são um exemplo prático dos auxílios estatais e da política industrial. Estes projetos transfronteiriços são financiados por auxílios estatais e têm repercussões positivas em mais que um Estado-Membro. Até à data, a Comissão aprovou auxílios estatais em 10 projetos deste tipo, destinados a apoiar a inovação em setores estratégicos como as baterias, hidrogénio, microeletrónica e cuidados de saúde, contribuindo assim para a competitividade da indústria da UE.

Um exemplo digno de nota em 2024 foi o projeto Med4Cure, no qual participam seis Estados-Membros, 13 empresas (nove das quais são pequenas e médias empresas) e cerca de 175 entidades de investigação na qualidade de parceiros indiretos. O Med4Cure visa combater a resistência antimicrobiana, as doenças raras e o cancro através de novos tratamentos e tecnologias, como as terapias de ARNm. O projeto deverá receber até mil milhões de EUR de financiamento público concedido pelos Estados-Membros e prevê-se que venha a desbloquear mais 5,9 mil milhões de EUR em investimentos privados.

O Fórum Estratégico de Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum foi criado para identificar domínios de interesse estratégico da União Europeia para potenciais projetos futuros e aumentar a eficácia da sua conceção, avaliação e execução. A primeira e segunda reuniões de alto nível desta parceria entre a Comissão e os Estados-Membros realizaram-se em março e novembro, respetivamente.

As regras da UE em matéria de auxílios estatais apoiam igualmente a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, em vigor desde 1 de março de 2024, permitindo que os Estados-Membros concedam níveis mais elevados de auxílios com finalidade regional a projetos de investimento abrangidos pela plataforma. A plataforma foi criada para impulsionar o investimento em tecnologias essenciais em três domínios principais: tecnologias digitais e tecnologias profundas, tecnologias limpas e eficientes na utilização de recursos, e biotecnologias. Apoia igualmente projetos que fomentam as competências necessárias para desenvolver estas tecnologias essenciais.

Por último, a Comissão procura melhorar constantemente a sua política de auxílios estatais, que promove, por exemplo, a investigação e desenvolvimento na UE. Desde 2023, ano em que se aumentaram os limiares de notificação para os auxílios à investigação, desenvolvimento e inovação, mais de 90 % das medidas de auxílio estatal neste domínio não exigiram a aprovação prévia da Comissão. Reduziram-se assim os encargos administrativos para os Estados-Membros, o que permitiu acelerar a inovação e o desenvolvimento de tecnologias essenciais.

Regulamento relativo às subvenções estrangeiras

A União Europeia não só garante a lealdade da concorrência interna como verifica se as empresas da UE têm uma possibilidade real de sucesso quando confrontadas com a concorrência internacional. O Regulamento relativo às subvenções estrangeiras, que começou a ser aplicado em julho de 2023, visa combater as eventuais distorções no mercado único causadas por subvenções estrangeiras. Estas subvenções podem dar às empresas uma vantagem desleal na aquisição de empresas com sede na UE, na participação em contratos públicos ou na tomada de decisões comerciais e de investimento nos mercados da União Europeia.

Em 2024, a Comissão deu início a vários inquéritos no domínio dos contratos públicos, dando azo a que as empresas chinesas objeto

de inquérito abdicassem da sua participação nos respetivos procedimentos de concurso. A Comissão deu igualmente início a uma análise preliminar de eventuais subvenções estrangeiras no setor da energia eólica da União Europeia, análise essa que está atualmente em curso.

A Comissão procedeu ainda a uma investigação aprofundada da proposta de aquisição da PPF Telecom Group BV, um operador de telecomunicações com sede na UE estabelecido na Bulgária, Hungria e Eslováquia, pela e&, um operador de telecomunicações sediado nos Emirados Árabes Unidos. A Comissão manifestou, a título preliminar, preocupações quanto ao facto de a e& poder ter beneficiado de subvenções estrangeiras suscetíveis de falsear o mercado único. Em setembro, a Comissão autorizou esta operação sob reserva de uma série de compromissos propostos pelas partes envolvidas para responder às preocupações manifestadas.

Política industrial

A política industrial refere-se, em geral, a políticas que promovem a atividade económica. Pode incluir tudo, desde a introdução de alterações estruturais em várias indústrias e a criação de um ambiente que apoie as empresas, em especial as pequenas e médias empresas, até uma melhor exploração do potencial industrial da investigação, novas tecnologias e inovação. A política industrial da UE visa reforçar a competitividade da indústria da União Europeia e promover uma economia mais sustentável, resiliente e digitalizada, criadora de emprego.

No decurso do ano, a UE renovou o quadro da sua política industrial, com a entrada em vigor de vários atos e regulamentos. O Regulamento Matérias-Primas Críticas garante o acesso às matérias-primas estratégicas e o Regulamento Indústria Neutra em Carbono promove a produção de tecnologias limpas. Estes dois atos fazem parte do Plano Industrial do Pacto Ecológico introduzido em 2023, com

o objetivo de melhorar a competitividade das tecnologias de impacto zero na União Europeia e apoiar a rápida transição para a neutralidade climática. Além disso, o Regulamento Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis introduz novos requisitos de conceção e reciclagem de produtos e a Diretiva Emissões Industriais revista reforça a luta contra a poluição. Por último, a Comunicação sobre materiais avançados para a liderança industrial apoia a investigação e inovação no domínio dos materiais de ponta, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu (ver capítulo 4) e os objetivos industriais.

Estas iniciativas são fundamentais para reforçar a vantagem competitiva e a liderança da União Europeia na transição mundial para uma economia sustentável. As políticas industriais da UE foram concebidas para satisfazer a evolução das necessidades do mercado da União Europeia e assegurar que esta continua a ser líder na transição ecológica.

A política industrial é igualmente essencial para a aplicação eficaz do Pacto Ecológico Europeu e para dele se tirar partido. Em 2024, a União Europeia fez o balanço dos diálogos sobre a transição para energias limpas, que foram lançados em 2023 como uma nova forma de diálogo entre a UE, a indústria e os parceiros sociais, a fim de compreender os seus atuais desafios e reforçar e apoiar a aplicação do Pacto Ecológico. Realizaram-se nove diálogos, que se centraram no hidrogénio, setores energeticamente intensivos, tecnologias limpas, infraestruturas energéticas, matérias-primas essenciais, bioeconomia florestal, cidades, mobilidade limpa e aço. Estes diálogos mostraram a necessidade de uma



↑
Maroš Šefčovič (à direita), então vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, as Relações Interinstitucionais e a Prospetiva, no evento da Associação Europeia do Aço «The Future of EU Industry: Value chain resilience or dependency» (O futuro da indústria europeia: resiliência ou dependência da cadeia de valor). Bruxelas, Bélgica, 9 de abril de 2024.

regulamentação simplificada, de energia limpa abundante e a preço acessível, de infraestruturas modernas, de um acesso mais fácil ao financiamento e de um mercado único mais forte num contexto de concorrência mundial.

Parcerias de comércio e investimento

Diplomacia das matérias-primas

O acesso às matérias-primas nos mercados mundiais é uma das prioridades da União Europeia. Em 2024, a UE adotou medidas significativas para alargar a cooperação com parceiros internacionais no domínio das matérias-primas essenciais, fundamentais para as transições ecológica e digital à escala mundial.

Em abril, a União Europeia, os Estados Unidos e os países da Parceria para a Segurança dos Minerais, juntamente com o Cazaquistão, Namíbia, Ucrânia e Usbequistão, anunciaram o lançamento do Fórum da Parceria para a Segurança dos Minerais, uma nova plataforma de cooperação no domínio das matérias-primas críticas. Em 2024, aderiram 11 novos países e territórios: Argentina, Equador, Filipinas, Grónlandia, México, Peru, República Dominicana, República Democrática do Congo, Sérvia, Turquia e Zâmbia.

O Clube das Matérias-Primas Críticas anunciado em 2023 tornou-se parte integrante do Fórum da Parceria para a Segurança dos Minerais. Este fórum reúne países ricos em recursos e países com uma elevada procura desses recursos.

A União Europeia assinou igualmente memorandos de entendimento bilaterais com a Austrália, Noruega, Ruanda, Sérvia e Usbequistão, alargando ainda mais a sua rede de parceiros de matérias-primas essenciais e garantindo um aprovisionamento diversificado e sustentável das mesmas, tanto para a UE como para os seus países parceiros.



↑
A União Europeia prosseguiu os seus trabalhos no Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA, com a UE e os Estados Unidos a avançarem no trabalho conjunto sobre comércio mais ecológico e na sua cooperação no domínio das matérias-primas essenciais. Aqui vemos, em primeiro plano, Margrethe Vestager (ao meio), então vice-presidente-executiva da Comissão Europeia responsável por Uma Europa Preparada para a Era Digital e comissária europeia da Concorrência; Valdis Dombrovskis (à esquerda), então vice-presidente-executivo da Comissão Europeia responsável por Uma Economia ao Serviço das Pessoas e comissário europeu do Comércio; e Thierry Breton (à direita), então comissário europeu responsável pelo Mercado Interno, no Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA. Lovaina, Bélgica, 5 de abril de 2024.

Acordos mais robustos para facilitar o comércio

Diversificar o acesso das empresas da UE aos parceiros comerciais por meio de acordos de comércio reforça a resiliência da economia da União Europeia num contexto geopolítico cada vez mais incerto. Mais de 30 milhões de postos de trabalho na UE são assegurados pelas exportações, com quase 10 milhões resultantes do investimento estrangeiro no mercado único.

Em 2024, a União Europeia celebrou um acordo de comércio digital com Singapura que reforçará os fluxos transfronteiras de dados e trará vantagens para as empresas e consumidores com atividades de comércio digital. Trata-se do primeiro acordo do género celebrado pela UE.

A Comissão concluiu também as negociações com vista a um inovador acordo de parceria entre a União Europeia e o Mercosul. O acordo surge num momento crucial para ambas as partes e cria grandes oportunidades de obtenção de vantagens recíprocas, graças ao reforço da cooperação nos domínios geopolítico, económico, da sustentabilidade e da segurança.

A União Europeia reforçou também as suas relações com parceiros que partilham as mesmas ideias, entre os quais o Canadá e os países da região indo-pacífica, com o intuito de promover uma transformação digital que respeite os direitos fundamentais.

Em 26 de março, a União Europeia e a Coreia do Sul realizaram em Bruxelas, Bélgica, a segunda reunião do Conselho de Parceria Digital, onde reafirmaram o seu empenho em cooperar no domínio das tecnologias digitais essenciais em prol dos cidadãos e das economias.

Ao longo do ano, entraram em vigor vários outros acordos, entre os quais o acordo de parceria económica entre a UE e o Quênia, o acordo de comércio livre entre a UE e a Nova Zelândia, o acordo de facilitação do investimento sustentável entre a UE e Angola e o acordo entre a UE e o Japão sobre fluxos de dados transfronteiras.

Estes acordos terão um papel preponderante na promoção de um comércio aberto e equitativo com os parceiros internacionais. Serão essenciais para a competitividade da União Europeia, criando novas oportunidades de exportação para as empresas da UE e assegurando o acesso a fatores de produção essenciais. Isto é especialmente importante para o setor agrícola da Europa, como o confirma um relatório elaborado em 2024 pelo Centro Comum de Investigação da Comissão.

Estes acordos contêm ainda disposições ambiciosas em matéria de sustentabilidade, que promovem os elevados padrões da União Europeia no domínio da proteção do ambiente e dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo.



A atualização das regras do comércio mundial no domínio da agricultura e da alimentação constitui uma prioridade para os membros da Organização Mundial do Comércio. Na 13.ª Conferência Ministerial, que se realizou em Abu Dabi, Emirados Árabes Unidos, em 2024, a União Europeia reiterou o seu empenho num sistema comercial multilateral aberto, equitativo, inclusivo e transparente, que apoie os agricultores e melhore a segurança alimentar mundial.

Hoje em dia, a União Europeia mantém, globalmente, um comércio agroalimentar diversificado com vários parceiros comerciais. Embora esteja ainda dependente de determinados produtos de base, a sua posição enquanto principal exportador mundial e grande importador de produtos agroalimentares permite-lhe manter relações comerciais equilibradas e favoráveis com outros países.

Ao longo do ano, a União Europeia consagrou mais de 83 milhões de EUR à abertura de novas oportunidades de mercado para os agricultores e a indústria alimentar da UE e à proteção das suas atividades.

Proteger as empresas da UE contra práticas comerciais desleais

Em 2024, a União Europeia tomou medidas importantes para defender as suas empresas de práticas comerciais desleais. Durante o ano, a Comissão deu início a 33 novos processos de aplicação dos seus instrumentos de defesa comercial, elevando para 63 o número total de processos, incluindo reexames. Trata-se de um aumento assinalável em comparação com os 12 novos processos iniciados em 2023. A Comissão aplicou igualmente 10 medidas a título provisório (entre as quais uma medida antissubvenções) e sete medidas definitivas. Estes processos e medidas são instrumentais para garantir a competitividade e o emprego na União Europeia — em 2024, assegurou-se a proteção de 629 655 postos de trabalho.

A Comissão instituiu também direitos de compensação definitivos sobre as importações de veículos elétricos a bateria provenientes da China. A decisão foi tomada na sequência de um inquérito que revelou que a cadeia de valor dos veículos elétricos a bateria da China tira partido de práticas de subvenção desleais, que ameaçam causar prejuízo aos produtores da

União Europeia. Os contactos a nível técnico entre a UE e a China prosseguem, com vista à negociação de uma possível solução em matéria de compromissos de preços. A Comissão continua plenamente empenhada em chegar a uma solução mutuamente acordada, defendendo firmemente, ao mesmo tempo, as empresas da União Europeia contra medidas de retaliação injustificadas. As medidas de salvaguarda aplicáveis às importações de produtos siderúrgicos foram também prorrogadas por novo período de dois anos, a fim de proteger os produtores siderúrgicos da União Europeia dos elevados volumes de sobrecapacidade siderúrgica mundial.

Registaram-se igualmente novos progressos na remoção dos obstáculos às exportações da União Europeia para países terceiros, tendo sido eliminados 41 obstáculos que afetam as mercadorias em setores como a agricultura, produtos farmacêuticos e setor automóvel. Particularmente, a ação da Comissão foi bem-sucedida no caso da discriminatória legislação turca contra as exportações de tratores da União Europeia, desbloqueando o acesso a um mercado de 2,5 mil milhões de EUR.



CAPÍTULO 3

Reforçar a economia

Introdução

Em 2024, a União Europeia atingiu marcos significativos no seu esforço para reforçar a economia e promover a resiliência em resposta aos recentes desafios mundiais. A meio do plano de recuperação NextGenerationEU, a UE avaliou qual o seu impacto em todos os Estados-Membros, enquanto estes continuaram a avançar na execução dos seus planos de recuperação e resiliência. Ademais, entrou em vigor o quadro de governação económica reformado e registaram-se progressos nas reformas fiscais e modernização da união aduaneira. Todas estas reformas contribuíram para reforçar a competitividade a longo prazo, promover o crescimento económico e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade da dívida. A União Europeia adotou também novos quadros para abordar os riscos climáticos, a evasão



Trabalhador na linha de montagem de bicicletas elétricas numa fábrica especializada em bicicletas de gama alta montadas à mão. Mühlthal, Alemanha, 6 de dezembro de 2024.

fiscal e a sustentabilidade das empresas. Estas iniciativas demonstram o empenho da UE no crescimento sustentável, na inovação e na liderança mundial, assegurando que os Estados-Membros se mantêm competitivos nas suas transições económicas, ambientais e sociais.

Da recuperação à resiliência

Tendências

Em 2024, a economia da União Europeia retomou um crescimento gradual, com o produto interno bruto a aumentar 0,9 %. A inflação global desceu para 2,6 %, uma redução significativa em relação aos 6,4 % de 2023. Nos próximos dois anos, a atividade económica deverá acelerar no contexto de um novo abrandamento da inflação. O mercado de trabalho da União Europeia manteve-se robusto, com o emprego a expandir-se a um ritmo contínuo, e a taxa de desemprego atingiu o mínimo histórico de 5,9 % em outubro.

No entanto, a incerteza e os riscos intensificaram-se, impulsionados pela escalada das tensões geopolíticas (ver capítulos 1 e 8) e pela fragmentação política interna. A frequência e gravidade crescentes dos desastres naturais (ver capítulo 4) constituem também desafios à atividade económica.



↑
Valdis Dombrovskis (ao centro), então vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável por Uma Economia ao Serviço das Pessoas e comissário europeu do Comércio, e Artjoms Uršulis (segundo a contar da direita), secretário parlamentar do ministério da Saúde da Letónia, em frente a um novo hospital cuja construção foi financiada pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Riga, Letónia, 27 de setembro de 2024.

O sucesso do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Em 2021, a União Europeia criou o NextGenerationEU, um plano sem precedentes que desbloqueou fundos para ajudar os Estados-Membros a recuperarem do impacto económico da pandemia de COVID-19 e a tornarem-se mais resilientes. Desde então, o plano tem também dado resposta aos desafios socioeconómicos decorrentes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, como a crise energética.

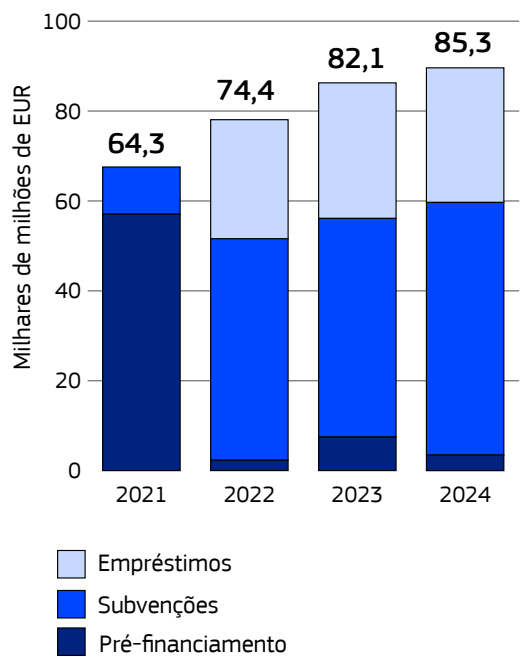
A maioria dos fundos do NextGenerationEU são distribuídos aos Estados-Membros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). O MRR foi concebido para apoiar a recuperação socioeconómica dos Estados-Membros e aumentar a sua competitividade, ajudando-os simultaneamente a concretizar as suas transições ecológica e digital. O financiamento é desembolsado em função do sucesso dos Estados-Membros na aplicação das reformas e investimentos que estabeleceram nos respetivos planos de recuperação e resiliência.

O ano de 2024 marcou meio caminho do plano de recuperação e, como tal, o momento de avaliar o seu desempenho. A avaliação revelou que o NextGenerationEU permitiu à economia da União Europeia chegar ao terceiro trimestre de 2021 com níveis de produção anteriores à pandemia — uma recuperação muito mais rápida que após a crise económica e financeira de 2007-2008, quando foram necessários sete anos para recuperar plenamente. Graças à despesa do MRR, o produto interno bruto da UE em 2022 foi também 0,4 % mais elevado do que teria sido na ausência destes gastos.

A avaliação apurou também que o NextGenerationEU tem potencial para aumentar o produto interno bruto real da União Europeia até 1,4 % em 2026, em comparação com um cenário sem plano. Estes valores não incluem os efeitos positivos das reformas realizadas através do MRR, que se tornarão gradualmente mais visíveis ao longo dos próximos anos.

Outra medida de execução do MRR é o montante dos fundos pagos. No final de 2024, tinham sido desembolsados 306 mil milhões de EUR, ou seja, 47 % dos fundos autorizados.

Desembolso dos fundos do
Mecanismo de Recuperação
e Resiliência (2021-2024)



A União Europeia oferece assistência técnica aos Estados-Membros para executarem estas reformas e investimentos através do Instrumento de Assistência Técnica. Em 2024, este instrumento ajudou os Estados-Membros a aplicarem a legislação e políticas da UE, permitindo às administrações públicas prestar serviços aos cidadãos e conceber e executar reformas em domínios como as transições ecológica e digital, a gestão da migração e a proteção social. Até à data, apoiou direta ou indiretamente mais de 500 projetos no contexto do MRR.

Graças à execução dos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros, em novembro de 2024 (últimos dados disponíveis):

48,3 milhões
de pessoas tiveram acesso a instalações de cuidados de saúde novas ou modernizadas;

23,2 milhões
de pessoas beneficiaram de medidas de proteção contra inundações, incêndios florestais e outras catástrofes naturais associadas ao clima;

3,5 milhões
de empresas receberam ajuda não financeira;

16,3 milhões
de pessoas participaram em ações de educação e formação, incluindo 9,5 milhões de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos;

33,6 milhões
de megawatts-hora de energia primária anual — energia proveniente de fontes brutas, como o gás natural ou as energias renováveis — foram poupados.



Paolo Gentiloni (10.º a contar da direita), então comissário europeu responsável pela Economia, inaugurou um mural #EuropeStreetArt numa visita a dois projetos apoiados pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência: um centro de formação para o desenvolvimento de talentos no setor da biotecnologia e da saúde e um polo tecnológico no centro de Charleroi que alberga um ecossistema de empresas industriais, jovens empresas em fase de arranque, universidades e centros de investigação e formação. Charleroi, Bélgica, 8 de abril de 2024.



EXEMPLOS DE PROJETOS

- 1 Bulgária.** O MRR está a contribuir para um ambiente urbano sustentável e eficiente energeticamente, apoiando a renovação de, pelo menos, 3,6 milhões de metros quadrados de edifícios residenciais.
- 2 Alemanha.** O MRR está a conceder financiamento para a instalação de 689 000 pontos de carregamento privados em zonas residenciais, apoiando a implantação das infraestruturas necessárias para veículos elétricos.
- 3 França.** O MRR está a disponibilizar 345 milhões de EUR para ajudar as pequenas e médias empresas (PME) industriais a aumentarem a sua competitividade através da modernização digital dos seus processos de produção.
- 4 Letónia.** O MRR está a ajudar no investimento em equipamentos e infraestruturas de 10 hospitais e 40 clínicas, a fim de melhorar o acesso a serviços de saúde integrados e de elevada qualidade para os cidadãos em Riga e noutras regiões.

Novo quadro de governação económica

A mais ambiciosa e profunda reforma do quadro de governação económica da União Europeia desde a crise de 2007-2008 entrou em vigor em 2024. Este quadro inclui as regras e procedimentos que regem as políticas macroeconómicas nos Estados-Membros.

O reformado quadro, atualmente em processo de aplicação, garante a estabilidade das economias dos Estados-Membros e a consecução de objetivos comuns, como a prevenção da dívida e défices excessivos, promovendo ao mesmo tempo um crescimento sustentável e inclusivo através de reformas e investimentos. Para concretizar as transições ecológica e digital, enquanto se reforça também a resiliência e competitividade da UE, são necessários investimentos significativos e sustentados, nomeadamente por parte de entidades do setor público.

A reforma visa colmatar as lacunas do quadro legislativo anterior: é mais simples, mais transparente e mais eficaz, com maior grau de envolvimento nacional e uma melhor aplicação da legislação. O novo quadro estabelece também distinções entre os Estados-Membros em função da situação de cada um e permite um ajustamento orçamental mais lento se apoiado por reformas e compromissos de investimento que promovam o crescimento, a sustentabilidade orçamental e as prioridades da União Europeia. Esta abordagem evita a tendência da política orçamental para amplificar as flutuações económicas e estabiliza a economia.

No cerne do novo quadro encontram-se os planos orçamentais estruturais de médio prazo, que integram os objetivos orçamentais, de reforma e de investimento numa abordagem unificada. Esta coerência simplifica o processo e alinha os esforços nacionais de reforma e investimento com o MRR, assegurando a coerência entre as políticas nacionais e da União Europeia. Os planos frisam a autonomia dos Estados-Membros, proporcionando-lhes maior margem de manobra para definir as suas trajetórias de ajustamento orçamental, bem como os seus compromissos de reformas e investimentos.

Semestre Europeu

O Semestre Europeu é um processo anual em que a União Europeia identifica os desafios económicos e sociais mais prementes enfrentados pelos Estados-Membros e fornece orientações políticas para os ajudar a concretizarem todo o seu potencial.

O pacote da primavera do Semestre Europeu de 2024 centrou-se na competitividade e prosperidade a longo prazo da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Fez também o balanço da aplicação dos planos nacionais de recuperação e resiliência e dos programas da política de coesão. Partindo desta análise, a Comissão propôs recomendações específicas por país para orientar os Estados-Membros na sua resposta aos principais desafios.

Além disso, a UE intensificou os esforços para reduzir as disparidades sociais entre regiões e entre Estados-Membros, e para diversificar o aprovisionamento energético. Pela primeira vez, o quadro do Semestre incluiu uma avaliação reforçada dos progressos realizados na aplicação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como um quadro para identificar os riscos para a convergência social. Esta análise, incluída no Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2024, avaliou o funcionamento do mercado de trabalho e os desafios sociais e em matéria de competências em todos os Estados-Membros, a fim de identificar potenciais riscos para a convergência social ascendente.

Por último, no Relatório de 2024 sobre o Mecanismo de Alerta, a Comissão avaliou a existência de desequilíbrios macroeconómicos nos 12 Estados-Membros selecionados para serem objeto de avaliações aprofundadas. A Comissão propôs igualmente a abertura de procedimentos relativos aos défices excessivos relativamente a sete Estados-Membros, com base no seu relatório «Omnibus».

O pacote de outono do Semestre Europeu de 2024 centrou-se na garantia de finanças públicas sólidas e de um crescimento sustentável e inclusivo. Fez arrancar a aplicação de um novo quadro de governação económica, com recomendações sobre os planos orçamentais de médio prazo e avaliações dos planos orçamentais da área do euro. Analisou igualmente o cumprimento da regra da UE relativa ao défice de 3 % do produto interno bruto, emitindo recomendações para corrigir os défices excessivos em oito Estados-Membros e relatórios de supervisão pós-programa relativos a cinco. Além disso, o pacote definiu prioridades económicas e sociais para 2025, incluindo propostas relativas às políticas da área do euro, ao emprego e aos alertas económicos.

A recomendação para a área do euro de 2025 instou os Estados-Membros a agirem de forma individual (incluindo através da execução dos seus planos de recuperação e resiliência) e coletiva (no âmbito do Eurogrupo), a fim de melhorarem a competitividade, promoverem a resiliência económica e continuarem a garantir a estabilidade macroeconómica e financeira.

Orçamento da União Europeia: preparar a Europa para os desafios atuais e futuros

Desde a adoção do orçamento de longo prazo para 2021-2027, em 2020, a União Europeia tem enfrentado desafios extraordinários. As consequências da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o aumento das taxas de juro e as pressões migratórias fizeram crescer as exigências orçamentais. Em resposta, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a acordo sobre a primeira revisão intercalar do orçamento de longo prazo da União Europeia (o chamado quadro financeiro plurianual). Consequentemente, um financiamento adicional de 64 600 milhões de EUR está a ser disponibilizado para fazer frente aos novos desafios e cumprir as obrigações jurídicas da União Europeia que já não podiam ser satisfeitas dentro dos limites máximos iniciais do orçamento.

Os recursos adicionais provenientes da revisão do orçamento de longo prazo da União Europeia financiam as seguintes prioridades:

- 1 Mecanismo para a Ucrânia**
Programa de assistência financeira que presta apoio contínuo e estável à Ucrânia.
- 2 Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa**
Plataforma que promove a soberania e a competitividade a longo prazo da UE em tecnologias essenciais, como a tecnologia profunda, tecnologias limpas e biotecnologia (ver capítulo 2).
- 3 Migração, ação externa e emergências**
Recursos adicionais para responder aos desafios da migração, internos e externos, e manter a capacidade da UE para reagir às crises humanitárias e catástrofes naturais.
- 4 Custos de financiamento mais elevados do NextGenerationEU**
Os custos aumentaram devido ao aumento sem precedentes das taxas de juro.



↑
Johannes Hahn, então comissário europeu do Orçamento e da Administração, discursando na Conferência Anual sobre o Orçamento da UE de 2024, evento que se centrou no papel do orçamento da UE para preparar a Europa para o futuro. Bruxelas, Bélgica, 29 de abril de 2024.

No que diz respeito ao orçamento anual, foi acordado, em novembro, um orçamento anual da União Europeia de 192 800 milhões de EUR para 2025. Este valor será complementado por um montante estimado em 72 mil milhões de EUR de desembolsos no âmbito do NextGenerationEU. O projeto de orçamento anual de 2025 direciona os fundos para onde podem ter mais impacto: apoiar as transições ecológica e digital, criar emprego e reforçar a autonomia estratégica e o papel da Europa no mundo. Financiará igualmente tecnologias essenciais, através da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa, e prestará apoio contínuo aos refugiados, aos países vizinhos e à Ucrânia.

Uma União Europeia coesa

A política de coesão da União Europeia é uma política de investimento que apoia a criação de emprego, a competitividade, crescimento económico, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém nem nenhuma região para trás. Por meio desta política, a União Europeia cuida de todas as suas regiões, dando especial atenção aos Estados-Membros e regiões menos desenvolvidos, a fim de os ajudar a alcançarem os níveis desejados e de reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais que ainda existem na UE.



Dois exemplos da atuação do Fundo de Coesão: a modernizada linha de elétrico Dúbravsko-Karloveská radiála, em Bratislava, Eslováquia, e a alargada linha de metro 2, que melhorou os serviços de transporte urbano em Varsóvia, Polónia.

De 2014 a 2020, os fundos estruturais e de investimento europeus:

- apoiaram mais de cinco milhões de empresas;
- proporcionaram emprego, inclusão social e formação em competências a 64,5 milhões de pessoas;
- melhoraram os serviços de saúde a mais de 63 milhões de pessoas;
- aumentaram a produção de energia renovável no equivalente a cerca de 2 400 turbinas eólicas;
- elevaram o desempenho energético em mais de 550 000 agregados familiares;
- protegeram 17 milhões de pessoas contra inundações e 15 milhões de pessoas contra incêndios florestais.

Fonte: Comissão Europeia, [Fundos Europeus Estruturais e de Investimento — Relatório de síntese de 2023 dos relatórios anuais de execução dos programas que abrangem a execução em 2014-2020, COM\(2024\) 6 final](#), de 15 de janeiro de 2024.

O Nono Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial mostrou como a política de coesão está a contribuir para reduzir as disparidades territoriais, sociais e económicas em toda a União Europeia. O relatório referiu progressos significativos nos Estados-Membros mais recentes, nos quais o produto interno bruto *per capita* passou de 52 % da média da União Europeia em 2004 para quase 80 % em 2023.

A política de coesão ajudou a economia da União Europeia a tornar-se mais competitiva e sustentável ao apoiar a investigação e o desenvolvimento, a inovação e as transições ecológica e digital em todos os Estados-Membros. Melhorou também a vida dos cidadãos ao financiar a conclusão de projetos de infraestruturas importantes em falta, como ligações essenciais de transportes e serviços fundamentais. A implantação gradual do Mecanismo para Estimular os Talentos está também a ajudar as regiões, oferecendo assistência técnica e outras atividades para atenuar os efeitos das alterações demográficas e da fuga de talentos.



Elisa Ferreira (à direita), então comissária europeia responsável pela Coesão e Reformas, visitou a Hungria para discutir com as autoridades locais o apoio à política de coesão e conhecer projetos financiados através do Fundo de Coesão. Durante a viagem, visitou uma aldeia onde observou atividades relacionadas com vários projetos financiados pela UE em matéria de acolhimento de crianças, educação e apoio familiar à comunidade cigana. Tarnabod, Hungria, 2 de maio de 2024.



Apoio da União Europeia a Chipre

Com vista a apoiar o processo de resolução da questão cipriota facilitado pelas Nações Unidas, o programa de ajuda da União Europeia à comunidade cipriota turca promove o desenvolvimento socioeconómico desta comunidade e financia medidas de reforço da confiança entre cipriotas gregos e cipriotas turcos.

A Comissão acompanha o Regulamento da Linha Verde, que rege a circulação de pessoas, mercadorias e serviços entre as duas partes da ilha. A assistência da União Europeia contribuiu também para reduzir as doenças perigosas que afetam as vacas, ovinos e caprinos na comunidade cipriota turca. A erradicação destas doenças é crucial para a futura comercialização do *halloumi/hellim* cipriota turco para lá da Linha Verde e no lucrativo mercado da UE. Além disso, a Comissão aprovou 150 bolsas de estudo para cipriotas turcos em universidades da União Europeia, reforçando os laços com a UE.

Um mercado único forte e resiliente

O mercado único da União Europeia continua a ser uma pedra angular da estabilidade económica e do crescimento, permitindo a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas em todos os Estados-Membros e reforçando a competitividade das indústrias europeias.

A fim de assegurar que o mercado único continua a ser resiliente, competitivo e líder nas transições ecológica e digital globais, a UE colaborou com parceiros da indústria para criar trajetórias de transição adaptadas para cada ecossistema industrial. Estes ecossistemas reúnem empresas, investigadores, decisores políticos e prestadores de serviços para alcançar objetivos económicos comuns ou responder a necessidades específicas do mercado. As trajetórias de transição oferecem orientações estratégicas a cada setor sobre como adotar tecnologias inovadoras, reduzir a pegada de carbono e reforçar as capacidades digitais.

Além disso, para que o mercado único funcione eficazmente, as regras têm de ser devidamente aplicadas e cumpridas. A União Europeia está a focar-se em domínios que aumentarão o investimento, acelerarão a retoma e reforçarão a competitividade, como a resolução dos atrasos de pagamento por parte das autoridades públicas às empresas, em especial às PME. Através do grupo de trabalho para o cumprimento das regras do mercado único, a Comissão e os Estados-Membros eliminaram obstáculos, por exemplo, ao facilitar a mobilidade profissional na UE e resolver entraves administrativos às energias renováveis. A Comissão está também a melhorar a transparência e os instrumentos regulamentares existentes para evitar que surjam novos obstáculos.

A União Europeia pretende igualmente assegurar que as PME são apoiadas em todos os Estados-Membros. Para o efeito, analisou a situação económica das PME em toda a União e publicou, em julho, a análise anual do desempenho das PME.

O mercado único é importante não só para as empresas da UE, mas também para os seus 450 milhões de consumidores. Ao longo do ano, a União Europeia introduziu regras para tornar mais sustentáveis os produtos vendidos na União Europeia, capacitar os consumidores para a transição ecológica e digital, e tornar a reparação de bens uma opção fácil e apelativa. Estas regras garantirão que os consumidores dispõem de melhores informações sobre os produtos e confrontarão a ecomaquilhagem e a obsolescência programada (ver capítulo 4).

Por último, o mercado único continua a crescer com a gradual adesão dos países candidatos. O alargamento cria oportunidades significativas para as empresas da União Europeia ao reforçar as cadeias de abastecimento transfronteiras e reduzir os custos comerciais. Mais ainda, o alargamento permite que os agregados familiares, tanto dos novos Estados-Membros como dos já existentes, beneficiem de acesso mais fácil a bens e serviços e de preços mais comportáveis, resultando num melhor nível de vida. A iniciativa corredores verdes UE-Balcãs Ocidentais, por exemplo, poupa o equivalente a 20 anos de tempo de espera anual para passageiros e mercadorias. Além disso, a integração da região na Aliança para os Medicamentos Críticos alargou as cadeias de valor da União Europeia, impulsionando o crescimento e a eficiência.

Trinta anos do Espaço Económico Europeu

Em 2024, assinalou-se o 30.º aniversário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que passou a permitir trabalhar, estudar e usufruir de cuidados de saúde sem descontinuidades além das fronteiras da União Europeia e alargou o mercado único.

Seguindo o êxito deste acordo, recentemente o Conselho deu luz verde aos mecanismos financeiros do Espaço Económico Europeu e da Noruega para 2021-2028, que foram então assinados e estão agora a ser aplicados a título provisório, reforçando

ainda mais estas alianças de longa data e os laços económicos. Esta decisão canaliza milhares de milhões de EUR para reduzir as disparidades económicas em toda a União Europeia, beneficiando diretamente os cidadãos de 15 Estados-Membros. A UE também assinou e está a aplicar provisoriamente acordos com a Islândia e a Noruega, permitindo a determinados produtos da pesca originários desses países um acesso mais fácil ao mercado da União.

Iniciativas da União Europeia para reforçar o mercado único

- ✓ **Novas regras para proibir produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado**
Estas regras, que afetam cerca de 27,6 milhões de pessoas no mundo inteiro, serão aplicáveis a todos os produtos, tanto os fabricados na União Europeia como no estrangeiro, sem visarem empresas ou indústrias específicas.
- ✓ **Recomendação para reforçar a aplicação dos direitos de propriedade intelectual**
As medidas recomendadas incentivam a colaboração entre os titulares de direitos, prestadores de serviços e autoridades responsáveis pela aplicação da lei, utilizando tecnologias modernas para proteger a propriedade intelectual e combater as contrafações. As medidas contemplam igualmente instrumentos específicos para as PME e apelam a uma maior sensibilização e educação em matéria de propriedade intelectual.
- ✓ **Sistema de patente unitária**
O sistema simplificou os processos de atribuição de patentes e proporciona proteção uniforme em todos os Estados-Membros participantes. No seu primeiro ano foram registadas 27 000 patentes unitárias, principalmente nos domínios da tecnologia médica, engenharia civil e transportes.
- ✓ **Novo sistema integrado de contratação pública eletrónica**
O novo sistema facilita a participação das empresas, em especial das PME, em concursos públicos em toda a UE.
- ✓ **Faturação eletrónica**
Passados dez anos da sua implementação, a Diretiva Faturação Eletrónica da União Europeia simplificou a faturação transfronteiras, reduzindo custos e aumentando a eficiência. Todos os Estados-Membros aceitam agora faturas eletrónicas para contratos públicos, o que beneficia empresas e administrações públicas.
- ✓ **Redução dos encargos administrativos através de novas regras de direito das sociedades**
As novas regras reduzirão os encargos administrativos para as empresas em mais de 400 milhões de EUR por ano eliminando formalidades como as apostilas e simplificando os procedimentos transfronteiras através de soluções digitais.
- ✓ **Nova diretiva relativa à responsabilidade decorrente dos produtos**
A diretiva atualiza as regras de responsabilidade decorrente dos produtos para estabelecer um sistema claro, previsível e eficaz de indemnização por danos causados por produtos defeituosos, incluindo produtos que utilizam novas tecnologias, como a inteligência artificial. A diretiva proporciona segurança jurídica aos operadores económicos que pretendam colocar produtos no mercado.

União dos Mercados de Capitais

A União Europeia continua também a trabalhar para desenvolver o seu mercado único e assim permitir um melhor fluxo de capitais transfronteiras, o que conhecemos por União dos Mercados de Capitais. Uma circulação de capitais mais livre representa custos de transação mais baixos, uma menor carga regulamentar e mercados mais fortes, e dá às empresas da União, incluindo as PME, acesso a mais fontes de financiamento, tornando a União Europeia mais competitiva.

Em 2024, foram adotadas medidas que reforçarão a União dos Mercados de Capitais e contribuirão para o objetivo da UE de simplificar as obrigações de comunicação de informações e reduzir os encargos administrativos (ver capítulo 9). O novo regulamento relativo à admissão à cotação altera as regras em matéria de prospectos, abuso de mercado, investigação financeira e estruturas de ações com voto plural. Facilitará as exigências que as empresas encontram, tanto no momento da cotação como após a sua admissão à cotação, preservando a transparência, proteção dos investidores e integridade do mercado. O regulamento abordará também a questão da fragmentação das legislações nacionais, que limita a flexibilidade das empresas para emitirem ações com voto plural após a sua publicação, o que será particularmente benéfico para as empresas inovadoras em fase de expansão.

Benefícios do regulamento relativo à admissão à cotação

Para investidores e supervisores

- Informações empresariais mais breves, atempadas e fáceis de navegar para os investidores;
- Supervisão mais eficiente graças a regras de admissão à cotação mais simples e mais claras.

Para empresas

Reduções significativas de custos e um impulso às ofertas públicas iniciais na União Europeia:

- uma poupança estimada em 67 milhões de EUR por ano decorrente da simplificação das regras aplicáveis aos prospectos;
- os custos de conformidade para as empresas cotadas da União Europeia diminuem cerca de 100 milhões de EUR por ano;
- potencialmente, as ações com voto plural podem aumentar o número de ofertas públicas iniciais na União Europeia até 20 %;
- benefícios específicos para as PME: maior visibilidade para os investidores nos mercados financeiros e um regime de sanções mais proporcional para infrações menores às regras de abuso de mercado.



Christine Lagarde (à esquerda), presidente do Banco Central Europeu, e Mairead McGuinness (à direita), então comissária europeia responsável pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais, na Conferência sobre Integração Financeira Europeia de 2024. Frankfurt am Main, Alemanha, 18 de junho de 2024.



Durante o ano, registaram-se também progressos na criação das condições adequadas para que os prestadores de informação consolidada (CTP) apresentem uma visão consolidada da negociação nos mercados de toda a União. Em 16 de dezembro, a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados publicou um relatório sobre as normas técnicas dos CTP. O relatório delineou as normas técnicas finais para os CTP, com o objetivo de reforçar a transparência do mercado e a qualidade dos dados, apoiando assim a União dos Mercados de Capitais através da promoção de um mercado financeiro mais integrado e eficiente.

Além disso, a União Europeia registou progressos na eliminação dos obstáculos causados pelas diferentes legislações dos Estados-Membros em matéria de insolvência. As divergências entre legislações resultam numa União dos Mercados de Capitais fragmentada. A fim de eliminar os obstáculos e reforçar a competitividade, em 2022 a Comissão propôs harmonizar o direito substantivo em matéria de insolvência dos Estados-Membros. As conclusões do Conselho Europeu de abril de 2024 criaram maior dinamismo, acelerando as negociações.

Por último, a fim de assegurar o funcionamento eficaz da União dos Mercados de Capitais, a União Europeia está a aumentar a atratividade e a resiliência dos seus serviços de compensação. Trata-se de serviços oferecidos por contrapartes centrais (CCP) que se interpõem entre contrapartes em transações de instrumentos financeiros, tornando-se o comprador perante todos os vendedores e o vendedor perante todos os compradores. Ao garantirem obrigações contratuais em caso de incumprimento, as CCP são vitais para preservar a estabilidade do mercado, atenuar os riscos sistémicos e melhorar a confiança no mercado.

Em fevereiro de 2024, foi alcançado um acordo político quanto a um pacote de medidas que permitirão às CCP introduzir mais rapidamente novos produtos no mercado da União Europeia, incentivando os participantes no mercado a compensar e a criar liquidez nas CCP da UE. Estas medidas reforçarão igualmente o quadro de supervisão da União Europeia para as CCP, aumentando a segurança e a resiliência dos sistemas de compensação. O quadro reduzirá a dependência excessiva de CCP sistémicas em países terceiros ao obrigar todos os participantes relevantes no mercado a deter contas ativas em CCP da União Europeia e a compensar uma parte representativa de determinados contratos de derivados sistémicos no mercado único.

Finanças digitais

As novas regras para disponibilizar pagamentos imediatos em euros a todas as pessoas e empresas com uma conta bancária na União Europeia entraram em vigor em abril e serão aplicadas gradualmente a partir de janeiro de 2025. Estas regras visam assegurar que os pagamentos imediatos em euros são acessíveis, seguros e processados sem entraves em toda a UE.

Os pagamentos imediatos oferecem soluções rápidas e convenientes em situações quotidianas, possibilitando, por exemplo, receber fundos prontamente (em menos de 10 segundos) em situações de emergência, pagar por bens e serviços em linha e em lojas, e dividir instantaneamente custos partilhados em contextos sociais. Ademais, melhoram a gestão dos fluxos de tesouraria das administrações públicas e empresas, em especial das PME, permitem o acesso rápido das entidades de beneficência e organizações não governamentais a fundos, e incentivam os bancos e outros prestadores de serviços de pagamento a desenvolverem serviços e produtos financeiros inovadores.

Além disso, em 2024 entrou em vigor o Regulamento Mercados de Criptoativos, criando-se assim regras de mercado uniformes na União Europeia para os criptoativos. Tal sustentará a integridade do mercado e a inovação, regulando as ofertas públicas de criptoativos e os intermediários de criptoativos que prestam serviços aos consumidores, e assegurando que estes ficam mais bem protegidos contra os riscos associados.

O instrumento de assistência técnica da União Europeia está também a ajudar 37 autoridades de supervisão financeira de 26 Estados-Membros a reforçarem a sua capacidade de gerir os riscos do financiamento digital. Em 2024, a Academia de Finanças Digitais de Supervisão da União Europeia proporcionou cursos de formação residenciais e em linha a mais de 1 000 supervisores em toda a UE.

Combate ao branqueamento de capitais

O pacote legislativo em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) foi adotado em 2024 e inclui o primeiro Regulamento CBC/FT e a sexta Diretiva CBC/FT. Estas propostas servirão de base ao trabalho da Autoridade para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.

As novas regras estabelecem requisitos à escala da UE para o setor privado, por forma a garantir a aplicação coerente das regras em todo o mercado único. Harmonizam igualmente as funções e poderes das autoridades nacionais de supervisão e das unidades de informação financeira, a fim de permitir uma cooperação transfronteiriça eficaz. Além disso, este quadro reforça os poderes dos registos de beneficiários efetivos, assim assegurando a transparência relativamente a quem detém ou controla pessoas coletivas e fundos fiduciários. Por último, harmoniza as regras de acesso a esta informação, o que permite que as partes interessadas com um interesse legítimo, incluindo os jornalistas e a sociedade civil, contribuam para a luta contra a criminalidade financeira.

O que trará o novo quadro CBC/FT?

Exemplos práticos

SETOR DO FUTEBOL

Os investimentos e patrocínio de clubes de futebol profissional passarão a ser objeto de análise, tal como as transferências de jogadores. As transações que envolvam montantes de origem duvidosa serão detetadas e comunicadas.

IMOBILIÁRIO

Ao adquirirem propriedades de luxo, as empresas estabelecidas fora da União Europeia passarão a ser obrigadas a divulgar os dados do proprietário final do imóvel, tornando mais fácil para as autoridades da UE saber quem está a agir por trás dessas empresas.

FINANCIAMENTO COLABORATIVO

A utilização de campanhas de financiamento colaborativo passará a ser objeto de escrutínio, dificultando o acesso a financiamento por instituições de beneficência fictícias ou o desvio de fundos para apoiar atividades terroristas.

VEÍCULOS DE ELEVADO VALOR

Os comerciantes de automóveis, embarcações e aviões de luxo terão de comunicar sistematicamente as vendas acima de determinados limiares. Esta medida ajudará as autoridades a detetarem quaisquer ligações a atividades criminosas, sempre que seja esse o caso.

Financiamento sustentável

Em novembro, o Parlamento e o Conselho adotaram um Regulamento relativo à transparência e integridade das atividades de notação ambiental, social e de governação, assim respondendo às preocupações relacionadas com a ecomaquilhagem. Este regulamento faz parte de um pacote mais vasto de medidas destinadas a desenvolver as bases do quadro de financiamento sustentável da União Europeia e a incentivar o financiamento privado para projetos e tecnologias de transição.

As novas regras proporcionarão aos investidores e instituições financeiras dados fiáveis sobre o desempenho ambiental, social e de governação das empresas, ajudando-os a tomarem decisões mais informadas sobre investimentos sustentáveis e a gestão dos riscos relacionados com estes fatores. As notações proporcionarão também uma maior clareza sobre as atividades dos prestadores de serviços de notação e sobre se foram tomadas as medidas necessárias para prevenir e atenuar os conflitos de interesses.

O Parlamento e o Conselho chegaram também a acordo quanto ao adiamento do prazo para a adoção de normas europeias de relato de

sustentabilidade em setores específicos, de meados de 2024 para meados de 2026. Além de dar mais tempo para o desenvolvimento de tais normas, este adiamento proporcionará também às empresas mais tempo para se concentrarem na aplicação do primeiro conjunto de normas horizontais, adotado em julho de 2023.

Além de respeitarem as normas de comunicação de informações, as grandes empresas que cumpram determinados critérios serão obrigadas a exercer o dever de diligência nas suas próprias operações, juntamente com as das suas filiais e parceiros empresariais nas suas cadeias de atividade mundiais, a fim de identificar e corrigir quaisquer efeitos negativos, reais e potenciais, no ambiente e nos direitos humanos. A nova Diretiva relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade obriga-as a introduzir as alterações necessárias nas suas estratégias e operações globais, incluindo as práticas de aquisição, conceção e distribuição. O incumprimento pode resultar em execução administrativa, incluindo sanções e responsabilidade civil.

Banca e seguros

Um sistema bancário saudável é essencial para todos os cidadãos da União Europeia e para a estabilidade e prosperidade da economia europeia. Após a crise financeira de 2007-2008, os líderes europeus e internacionais chegaram a acordo sobre normas bancárias internacionais — o acordo de Basileia III — para garantir que os bancos são mais resilientes e para reduzir a probabilidade de futuras crises financeiras.

O texto final do pacote bancário mais recente (Regulamento Requisitos de Fundos Próprios e Diretiva Requisitos de Fundos Próprios), que entrou em vigor em 9 de julho de 2024, representa um marco fundamental para a correta aplicação do acordo de Basileia III na União Europeia. Reafirma a disponibilidade da UE para cumprir o compromisso que assumiu a nível internacional e para aplicar as novas regras prudenciais a partir de 1 de janeiro de 2025, tal como anunciado anteriormente. No entanto, a data de aplicação de uma parte do acordo de Basileia III, a revisão fundamental da carteira de negociação, foi adiada para 1 de janeiro de 2026, a fim de preservar condições de concorrência equitativas a nível mundial para os bancos europeus ativos internacionalmente e de fazer o alinhamento com os prazos de adoção de outras jurisdições importantes.

A fim de reforçar ainda mais os bancos, tanto o Parlamento como o Conselho adotaram

as suas posições e encetaram negociações sobre a reforma do quadro de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos.

Além disso, em dezembro de 2023 tinha sido acordada a revisão da Diretiva Solvência II. As novas regras reforçam o quadro regulamentar dos seguros, proporcionando maiores incentivos para que o setor dos seguros e resseguros (ou seja, seguros para as companhias de seguros) invistam em capital a longo prazo. As novas regras têm mais em conta os riscos macroeconómicos, incluindo os relacionados com as alterações climáticas, e tornam a posição financeira das seguradoras menos sensível às flutuações do mercado a curto prazo. Estas alterações assegurarão igualmente a resiliência do setor em períodos económicos difíceis e a proteção dos interesses dos consumidores.

Ao mesmo tempo, foi também aprovada uma nova Diretiva Recuperação e Resolução das Seguradoras, que garante a estabilidade financeira e protege os tomadores de seguros e os contribuintes em caso de insolvência de uma seguradora ou resseguradora. A diretiva exige uma seleção baseada no risco das seguradoras e resseguradoras e das respetivas autoridades de resolução para formular, respetivamente, planos de recuperação preventivos e planos de resolução, a fim de assegurar a sua preparação para crises.

Regras fiscais e aduaneiras justas, simples e modernas

Reforma da união aduaneira

A reforma da união aduaneira da União Europeia, proposta em 2023, prevê um sistema aduaneiro líder mundial e baseado em dados, que simplificará significativamente os processos aduaneiros para as empresas e, ao mesmo tempo, dotará as autoridades dos instrumentos necessários para porem termo a importações que representem riscos reais para a UE, os seus cidadãos e a sua economia. Em 2024, registaram-se progressos no que respeita à proposta de criação de uma Autoridade Aduaneira Europeia e de uma Plataforma de Dados centralizada, principais pilares dos três que estão no cerne da reforma (juntamente com o comércio eletrónico).

O Ambiente de Janela Única Aduaneira da UE, que está a ser gradualmente aplicado e visa harmonizar os procedimentos administrativos

entre as alfândegas e outros setores, como a saúde e o ambiente, complementa estes progressos. Este ambiente melhorará os intercâmbios digitais entre os governos nas fronteiras da União Europeia e simplificará o processo de desalfandegamento de mercadorias.

Além disso, o Sistema de Controlo das Importações 2 obriga agora os operadores económicos a apresentarem dados de segurança para todos os modos de transporte. Graças a este sistema, as autoridades aduaneiras belgas efetuaram as suas maiores apreensões de sempre de precursores de drogas (produtos químicos utilizados para produzir drogas ilícitas) no aeroporto de Liège em março, em cooperação com outros Estados-Membros.



↑
VÍDEO: O que é o Sistema de Controlo das Importações?

Por último, foi lançada a Aliança Europeia dos Portos, no âmbito do roteiro da União Europeia para combater o tráfico de droga e a criminalidade organizada (ver capítulo 7). Melhorará a coordenação entre as autoridades aduaneiras e facilitará a cooperação com outras autoridades responsáveis pela aplicação da lei e com o setor privado.

Criar condições de concorrência equitativas na fiscalidade

Em janeiro de 2024, a Comissão apresentou novas regras que fixam uma taxa mínima efetiva de imposto de 15 % para as empresas multinacionais ativas nos Estados-Membros da União Europeia. A entrada em vigor destas regras formaliza a aplicação pela UE do quadro do Pilar Dois, no âmbito de um acordo internacional histórico de reforma fiscal alcançado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos em 2021. Ainda que quase 140 jurisdições em todo o mundo tenham aderido a essas regras, a União Europeia tem sido pioneira na sua transposição para o direito. Estas regras desencorajam as empresas de transferir lucros para jurisdições de baixa tributação e restringem a prática do «nivelamento por baixo», segundo a qual os países diminuem as suas taxas de imposto sobre o rendimento das sociedades com o objetivo de atrair investimento.

Em 28 de outubro, a Comissão adotou uma proposta de alteração da Diretiva relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade. A diretiva alterada estabelece regras e procedimentos para as autoridades fiscais dos Estados-Membros cooperarem estreitamente entre si em matéria de fiscalidade direta, facilitando assim às empresas o cumprimento das suas obrigações declarativas ao abrigo da Diretiva Pilar Dois, que aplica o quadro do Pilar Dois acima referido.

Combater a evasão e fraude fiscais

O sistema eletrónico central de informações sobre pagamentos fornece agora às administrações fiscais dos Estados-Membros dados que as ajudam a detetar mais facilmente a fraude relativa ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), em especial no âmbito das atividades de comércio eletrónico. Ao abrigo das novas regras, os prestadores de serviços de pagamento que os disponibilizem na União Europeia devem controlar os destinatários dos pagamentos transfronteiras. São igualmente obrigados a transmitir informações sobre os pagamentos transfronteiras às administrações fiscais dos Estados-Membros.

A luta contra a fraude fiscal e as práticas fiscais abusivas foi também reforçada por um novo ato legislativo aprovado em dezembro. A Diretiva relativa a um desagravamento mais rápido e mais seguro do excesso de retenção do imposto na fonte introduz regras que tornarão os procedimentos de retenção na fonte na UE mais eficientes e seguros para os investidores, intermediários financeiros e administrações fiscais nacionais. Esta diretiva acelerará o processo que permite aos investidores beneficiarem de uma redução do excesso de retenção do imposto na fonte sobre os pagamentos transfronteiras de dividendos e juros. Reduzirá igualmente o risco de dupla tributação para os contribuintes e facilitará o investimento transfronteiras, reforçando a União dos Mercados de Capitais.

Além disso, a UE está a aderir à transição digital para ajudar a combater a fraude e apoiar as empresas da UE. A proposta relativa ao IVA na era digital — aprovada em 5 de novembro — reduzirá a necessidade de múltiplos registos para efeitos de IVA em diferentes Estados-Membros, alargando o atual modelo de balcão único do IVA. A proposta ajudará igualmente a utilizar novas tecnologias digitais, como a faturação eletrónica e a comunicação digital, para combater a fraude ao IVA. As novas regras são o primeiro passo na abordagem aos desafios resultantes do desenvolvimento da economia das plataformas e ajudam a estabelecer condições de concorrência mais equitativas entre os serviços de alojamento de curta duração e de transporte que operam em linha e os tradicionais. As propostas beneficiarão as finanças públicas dos Estados-Membros e reduzirão os custos administrativos e de conformidade para os operadores da União Europeia.



CAPÍTULO 4

Rumo a uma Europa com impacto neutro no clima

Introdução

O Pacto Ecológico Europeu é a resposta da União Europeia às três crises que a Terra enfrenta: alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição. Para proteger as pessoas e o planeta, a UE assumiu o compromisso de neutralidade climática — almejando uma economia com emissões líquidas nulas e isenta de poluição nociva — até 2050, sobretudo mediante a redução das emissões, o investimento em tecnologias verdes e a proteção do ambiente natural. Este objetivo faz parte de um novo modelo de crescimento para a Europa baseado numa economia limpa e circular, que fomenta uma transição ecológica economicamente sólida e socialmente justa. Em 2024, o foco incidiu na

aplicação do quadro jurídico subjacente ao Pacto Ecológico Europeu, a fim de alcançar a meta climática que a UE fixou para 2030 e preparar o caminho para uma nova meta a atingir em 2040 ao abrigo da Lei Europeia em matéria de Clima. Em mais um ano marcado por fenómenos meteorológicos extremos e respetivos impactos devastadores, a avaliação europeia dos riscos climáticos salientou a importância de reforçar a resiliência às alterações climáticas, o que motivou o anúncio de um plano europeu de adaptação às alterações climáticas.

↑ Participantes na marcha do Orgulho Climático, em defesa da justiça climática. Roma, Itália, 16 de novembro de 2024.

Procurar respostas para as alterações climáticas

Em mais um ano de temperaturas sem precedentes em todo o mundo, a Europa continuou a vivenciar as difíceis realidades de um clima em rápida mutação. Os Estados-Membros e as regiões da UE foram afetados por múltiplos fenómenos climáticos extremos — de secas persistentes no Sul da Europa e incêndios florestais graves em Portugal e no Mediterrâneo a inundações mortais na Europa Central e Oriental e em Espanha —, que, em conjunto, custaram mais de 250 vidas.

O número de vezes que o Mecanismo de Proteção Civil da UE foi ativado em resposta a fenómenos meteorológicos extremos registou um aumento significativo. Estas tendências evidenciam a intensificação dos efeitos das alterações climáticas no continente, sublinhando a urgência de uma resposta coordenada a catástrofes. Perante o agravamento do impacto das alterações climáticas, as nações europeias intensificaram a sua cooperação e demonstraram solidariedade em tempos de crise. Em 2024,

a UE tomou novas medidas para reforçar o Mecanismo de Proteção Civil, a fim de melhorar a preparação, prevenção e resposta a catástrofes dentro e fora do seu território. Contam-se, entre essas medidas, o reforço da frota de combate a incêndios rescEU e o posicionamento de equipas de bombeiros em locais estratégicos na Europa para apoiar as corporações de bombeiros locais.

O Relatório Anual sobre o Estado do Clima na Europa sublinhou a tendência alarmante de aumento das temperaturas, com a Europa a aquecer a um ritmo duas vezes superior ao da média mundial, e insistiu na necessidade de a UE alcançar a neutralidade climática e reforçar a sua resiliência às alterações climáticas. Os fenómenos meteorológicos extremos tornaram-se mais frequentes e dramáticos, conduzindo a um aumento das mortes relacionadas com o calor, graves vagas de calor marinhas e perturbações na agricultura, abastecimento de água e infraestruturas.



↑ Terra seca e vegetação selvagem substituem o que antes foi água no lago Monte Cotugno, uma albufeira que, no verão de 2024, continha apenas 300 000 metros cúbicos de água, estando praticamente seca. Basilicata, Itália, 16 de outubro de 2024.



↑ Quarta vaga de calor do verão em Bilbao, Espanha, 11 de agosto de 2024.



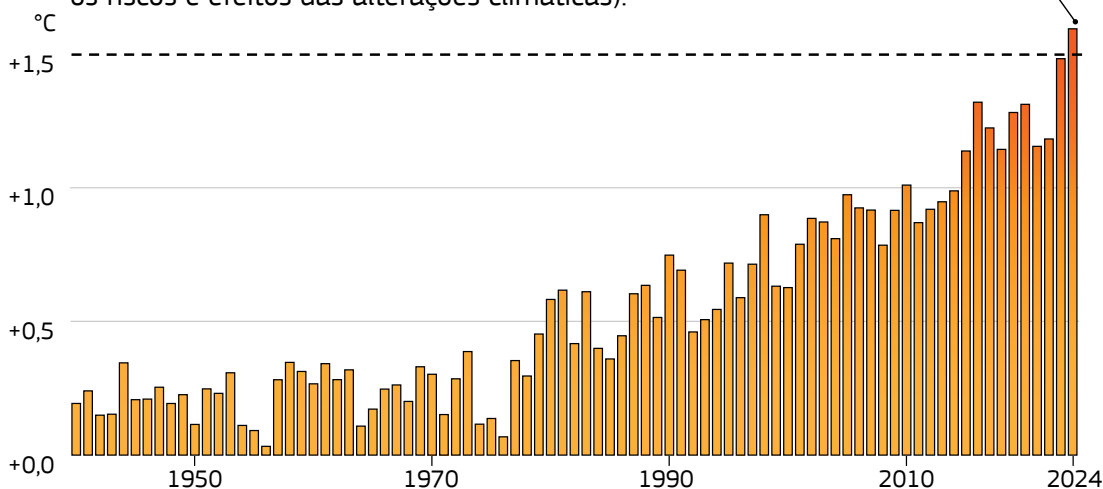
↑ Bombeiros combatem um incêndio florestal na região de Aveiro, Portugal, 18 de setembro de 2024.



↑ Chuvas intensas e inundações atingiram o município de Païporta. Valência, Espanha, 2 de novembro de 2024.

2024 foi o **ano mais quente** desde que há registos.

Foi também o primeiro ano civil em que a temperatura média mundial excedeu o seu nível pré-industrial (1850-1900) em mais de 1,5 °C (limiar fixado pelo Acordo de Paris para tentar reduzir significativamente os riscos e efeitos das alterações climáticas).



Fonte: Serviço de monitorização das alterações climáticas Copernicus, «Destaques climáticos mundiais 2024», 2024.

Para uma maior resiliência às alterações climáticas

A devastação e destruição causadas por fenómenos meteorológicos extremos sublinham o quão urgente é estarmos mais bem preparados para antecipar os efeitos das alterações climáticas e dar-lhes resposta. Ao mesmo tempo que atua para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e limitar as alterações climáticas, a UE deve também reforçar a sua

resiliência perante os efeitos que são inevitáveis. Em resposta à primeira avaliação europeia dos riscos climáticos, publicada pela Agência Europeia do Ambiente, a Comissão Europeia avançou com iniciativas que são essenciais para gerir esses riscos e reforçar a resiliência da Europa às alterações climáticas, assim protegendo as pessoas e salvaguardando a prosperidade.

Quadro político para aumentar a resiliência às alterações climáticas

GOVERNAÇÃO

- Maior clareza quanto às responsabilidades e aos riscos que são geridos pela UE e pelos Estados-Membros.
- Processos ao nível da UE para integrar mais eficazmente os riscos climáticos no planeamento e elaboração de políticas.
- Os Estados-Membros devem dispor das capacidades necessárias para responder aos riscos.

POLÍTICAS ESTRUTURAIS

- Os Estados-Membros devem considerar os riscos climáticos nas decisões de ordenamento do território e nas medidas de proteção de infraestruturas essenciais.
- Reforço dos mecanismos de solidariedade da UE para melhorar a sua capacidade de antecipar riscos.

FERRAMENTAS

- Melhoria do acesso a dados, modelos e cenários necessários para uma tomada de decisões fundamentada, desde os sistemas de alerta precoce até ao planeamento a longo prazo.
- Apoio contínuo ao reforço das capacidades e à elaboração de orientações, bem como melhor utilização dos instrumentos existentes.

RESILIÊNCIA FINANCEIRA

- Garantia de que a resiliência às alterações climáticas esteja no cerne de todas as decisões da UE em matéria de despesas.
- As instituições financeiras públicas e privadas e a indústria devem trabalhar para melhorar a mobilização do investimento privado.
- Os Estados-Membros devem ter em conta a resiliência nos respetivos processos de contratação pública.

Este trabalho assenta na execução da Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas de 2021, que avança a bom ritmo. Os Estados-Membros estão a integrar a resiliência às alterações climáticas nos projetos de planos nacionais em matéria de energia e clima e receberam recomendações da Comissão sobre como melhorar as respetivas medidas de adaptação em conformidade com a Lei Europeia em matéria de Clima. A missão específica da UE sobre adaptação às alterações climáticas visa ajudar, pelo menos, 150 regiões e comunidades a compreenderem os riscos climáticos, desenvolverem planos de preparação e aplicarem soluções inovadoras até 2030.

No seu relatório especial sobre a adaptação às alterações climáticas na UE, publicado em outubro, o Tribunal de Contas Europeu concluiu que é real o risco de a política de adaptação da UE não acompanhar o ritmo a que o clima está a mudar. O relatório formulou várias recomendações: melhorar a forma como os Estados-Membros comunicam informações sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas; utilizar melhor os instrumentos da UE relacionados com a adaptação; e preparar, pensando no futuro, o financiamento da UE para ações de adaptação às alterações climáticas. A Comissão aceitou ou aceitou parcialmente estas recomendações. Uma das prioridades da nova Comissão será propor um plano europeu de adaptação às alterações climáticas para ajudar os Estados-Membros e a UE a reforçarem significativamente a resiliência neste domínio.

Em 15 de julho, a UE celebrou a segunda edição anual do Dia para as Vítimas da Crise Climática Mundial, homenageando as pessoas afetadas e promovendo medidas para atenuar o impacto de catástrofes futuras. Muitos Estados-Membros estão ainda a recuperar de fenómenos meteorológicos catastróficos. Em agosto, a Comissão propôs mais de mil milhões de EUR, ao abrigo do Fundo de Solidariedade da UE, para ajudar a Grécia, França, Itália, Áustria e Eslovénia a fazerem frente aos efeitos das inundações de 2023. Em resposta às inundações e aos incêndios florestais devastadores que atingiram a Europa Central, Oriental e Meridional no outono de 2024, a Comissão propôs facilitar a utilização dos fundos de coesão para ajudar os Estados-Membros afetados por catástrofes associadas ao clima. Em novembro, foi aprovado um pacote de ajuda de 116 milhões de EUR, ao abrigo do Fundo de Solidariedade da UE, para apoiar a Alemanha e a Itália na sequência dos devastadores desastres naturais que ocorreram na primavera.

As alterações climáticas e a saúde

Cerca de 500 investigadores, decisores e organizações de financiamento de todo o mundo reuniram-se, em fevereiro, numa conferência de alto nível em Bruxelas, Bélgica, para refletir sobre as necessidades de investigação no domínio das alterações climáticas e da saúde. Os participantes debateram os principais desafios e prioridades nesta matéria e iniciaram preparativos para uma ambiciosa agenda europeia de investigação e inovação com incidência global, virada para o futuro e inclusiva.



↑
Painel de debate durante a sessão de abertura da conferência de alto nível da UE sobre o clima e a saúde. Bruxelas, Bélgica, 19 de fevereiro de 2024.

Na Europa, os efeitos das alterações climáticas conduziram a uma presença acrescida de mosquitos suscetíveis de transmitir doenças graves. Em resposta, a UE autorizou a primeira vacina contra o vírus chicungunha. Um relatório do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças confirmou a presença, em 13 países europeus, do mosquito *Aedes albopictus*, vetor de transmissão da doença chicungunha. O mosquito *Aedes aegypti*, recentemente estabelecido em Chipre, pode também contribuir para a propagação desta doença, juntamente com a zica, a dengue e a febre amarela. A autorização foi aprovada por unanimidade pelos Estados-Membros na

sequência de uma avaliação rigorosa por parte da Agência Europeia de Medicamentos. A fim de reduzir ainda mais o risco de propagação de doenças transmitidas por mosquitos na Europa, a Comissão anunciou a afetação de uma verba de 500 000 EUR, ao abrigo do Programa UE pela Saúde, a um projeto-piloto destinado a contribuir para a erradicação do mosquito *Aedes aegypti* em Chipre.

Consulte o Observatório Europeu do Clima e da Saúde para saber como a Europa está a reforçar a resiliência contra riscos para a saúde associados às alterações climáticas.

Rumo ao «zero líquido»

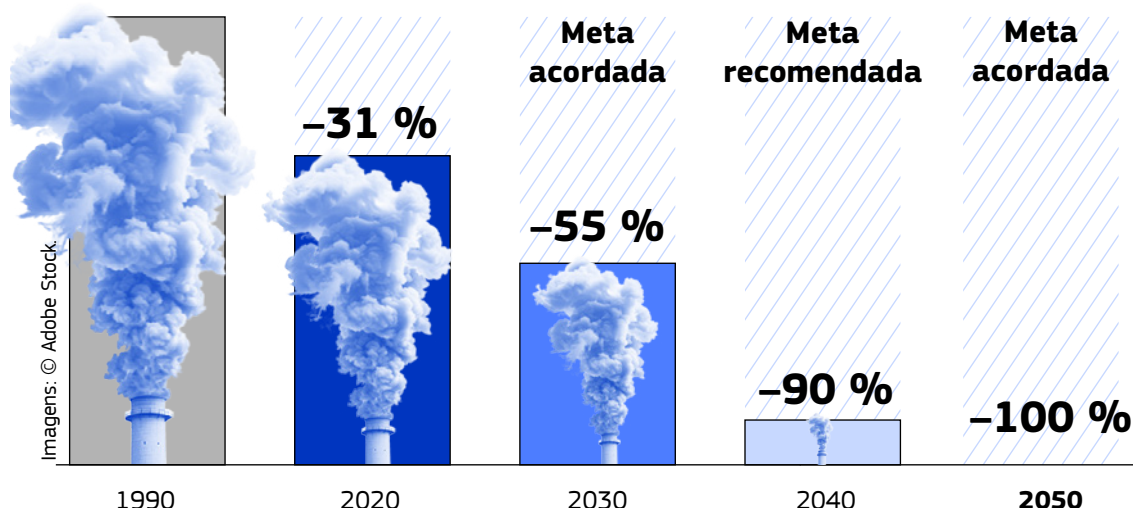
O Pacto Ecológico Europeu está a aplicar as mudanças necessárias para alcançar a neutralidade climática até 2050. Está agora em vigor legislação cujo objetivo é atingir, e mesmo ultrapassar, a meta a médio prazo da UE de reduzir, pelo menos, 55 % as emissões de gases com efeito de estufa até 2030.

Com a adoção da Lei Europeia em matéria de Clima e do quadro legislativo associado ao Pacto Ecológico Europeu, a UE dispõe agora de metas climáticas juridicamente vinculativas que abrangem todos os setores-chave da economia. Desta forma, a União Europeia está no bom caminho para atingir, de forma justa, competitiva e eficaz em matéria de custos, as metas climáticas que fixou. A fim de assegurar condições de concorrência equitativas para as empresas europeias, um novo mecanismo prevê o pagamento de um preço de carbono equivalente pelas mercadorias importadas em

setores específicos. Além disso, nas regiões mais afetadas, os trabalhadores serão acompanhados no desenvolvimento de novas competências e cidadãos e empresas vulneráveis beneficiarão de apoio social.

Como passo seguinte no caminho para a neutralidade climática, a Comissão apresentou a sua avaliação no que respeita à fixação de uma meta da UE para o clima até 2040. A avaliação recomenda uma redução de 90 % das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, em comparação com os níveis de 1990, o que está em consonância com os recentes pareceres científicos e com os compromissos assumidos pela UE no âmbito do Acordo de Paris. A avaliação contribuirá para a proposta legislativa a apresentar pela nova Comissão relativamente à meta para 2040 ao abrigo da Lei Europeia em matéria de Clima.

Metas de redução para as emissões de gases com efeito de estufa



Além de acentuadas e sustentadas diminuições das emissões, serão necessárias medidas de remoção do dióxido de carbono da atmosfera para que seja possível alcançar a redução de 90 % recomendada. Significa isto que a UE necessitará de tecnologias capazes de capturar dióxido de carbono ou removê-lo diretamente da atmosfera para, de seguida, o armazenar ou utilizar. A Estratégia da UE de Gestão Industrial do Dióxido de Carbono, apresentada em março, identifica um conjunto de medidas a tomar nas esferas da UE e nacionais para permitir a implantação destas tecnologias e das infraestruturas necessárias à criação de um mercado único do dióxido de carbono na Europa nas próximas décadas. Em novembro, foi adotado um regulamento que cria o primeiro regime voluntário de certificação ao nível da UE relativo às remoções de carbono, à carbonicultura e ao armazenamento de carbono em produtos na Europa. Este regime facilitará o investimento em tecnologias inovadoras de remoção de carbono e em soluções sustentáveis de carbonicultura.

Ajudar a indústria da UE a atingir emissões líquidas nulas

O Regulamento Indústria Neutra em Carbono, que entrou em vigor em junho, cria um quadro regulamentar para dinamizar a competitividade da indústria e avançar com as tecnologias que ajudarão a UE a alcançar os seus objetivos climáticos. Coloca a União Europeia no bom caminho para reforçar a produção interna de tecnologias limpas essenciais e, ao criar um ambiente empresarial unificado e previsível para o setor do fabrico de tecnologias limpas, aumentará a segurança do planeamento e investimento e favorecerá a criação de empregos de qualidade e de mão de obra qualificada (ver também capítulo 2).



VÍDEO: Gestão industrial do carbono — fundamental para a descarbonização.

O mercado mundial das tecnologias neutras em carbono deverá triplicar até 2030, com um valor anual de cerca de **600 mil milhões de EUR**.

Principais tecnologias neutras em carbono

- > **TECNOLOGIA SOLAR FOTOVOLTAICA E SOLAR TÉRMICA**
- > **ELETROLISADORES E PILHAS DE COMBUSTÍVEL**
- > **ENERGIA EÓLICA TERRESTRE E ENERGIAS RENOVÁVEIS NO MAR**
- > **BIOGÁS/BIOMETANO SUSTENTÁVEIS**
- > **BATERIAS E ARMAZENAMENTO**
- > **CAPTURA E ARMAZENAMENTO DE CARBONO**
- > **BOMBAS DE CALOR E ENERGIA GEOTÉRMICA**
- > **TECNOLOGIAS DAS REDES ELÉTRICAS**

O lançamento da Academia Solar Europeia, em junho, será crucial para dotar os trabalhadores das competências necessárias para o setor da energia solar, fator fundamental para alcançar os objetivos da UE em matéria de energias renováveis. Esta é a primeira de uma série de academias da UE criadas ao abrigo do regulamento.

Avançar com a transição para energias limpas

Em resposta à perturbação do mercado mundial da energia e às dificuldades causadas pela invasão não provocada e injustificada da Ucrânia pela Rússia em 2022, a UE lançou o plano REPowerEU para acelerar a transição para energias limpas e reduzir rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos. Nos últimos dois anos, o REPowerEU ajudou a UE a poupar energia, diversificar o seu aprovisionamento, produzir energia limpa e combinar de forma inteligente investimento e reformas.

A poupança de energia e a melhoria da eficiência energética contribuíram para reduzir o consumo, registando-se também progressos significativos em matéria de energias renováveis. No primeiro semestre de 2024, as energias renováveis produziram 50 % da eletricidade na UE. A Noruega substituiu a Rússia como principal fornecedor de gás da União. Verificou-se também uma transição significativa para importações de gás natural liquefeito, sendo agora os Estados Unidos o principal fornecedor da UE. Mais importante ainda, a União Europeia conseguiu fazer frente a riscos sérios para a segurança do seu aprovisionamento energético, recuperar o controlo dos mercados e dos preços da energia, e acelerar a transição para a neutralidade climática.

No outono, a UE começou a aceitar pedidos de reconhecimento de projetos de fabrico de tecnologias limpas como «projetos estratégicos de impacto zero» ao abrigo do Regulamento Indústria Neutra em Carbono. Os projetos aprovados impulsionarão o setor das tecnologias limpas da UE, reforçando a competitividade e a ação climática, e beneficiando simultaneamente de um licenciamento mais rápido, de um tratamento prioritário a nível nacional e de orientações em matéria de financiamento.

Em 2024, a energia eólica ultrapassou pela primeira vez a produção de gás, tornando-se a segunda maior fonte de eletricidade na UE, logo atrás da energia nuclear.

As importações de gás russo (gás por gasoduto e gás natural liquefeito) diminuíram, passando de 45 % das importações globais da UE em 2021 para apenas 19 % em 2024.

Entre agosto de 2022 e novembro de 2024, a UE conseguiu reduzir 18 % a procura de gás, permitindo uma poupança de cerca de 165 mil milhões de metros cúbicos de gás.

As medidas adotadas ao nível da UE e a nível nacional deram frutos, com os preços atuais da eletricidade e do gás a serem muito mais baixos e estáveis que no auge da crise energética.

Entretanto, as emissões de gases com efeito de estufa da UE diminuíram 37 % em comparação com 1990, e a economia cresceu cerca de 68 % no mesmo período.

Reforma do mercado da eletricidade

Os mercados da energia regressaram a condições mais estáveis, com preços mais baixos que os praticados em 2022 e 2023. Com a adoção de nova legislação, como o regulamento e a diretiva relativos à reforma do mercado da eletricidade, os preços para o consumidor devem ser mais independentes dos preços de mercado a curto prazo. Na eventualidade de uma futura crise dos preços do gás, os Estados-Membros podem adotar medidas para protegerem os consumidores e garantirem acesso a energia e serviços sociais essenciais a preços acessíveis. A reforma do mercado da eletricidade também proporciona aos consumidores uma maior escolha no que toca a contratos, bem como informações mais claras antes de os assinarem. Mercados da energia preparados para o futuro fomentarão também o investimento em energias limpas e possibilitarão preços mais baixos e mais estáveis, fundamentais para tornar a indústria da UE mais competitiva mundialmente.

A reforma do mercado da eletricidade da UE irá:

- impulsionar o investimento em energias renováveis;
- proteger e capacitar os consumidores da UE mais eficazmente;
- reforçar a competitividade da indústria da UE.



Kadri Simson, então comissária europeia responsável pela Energia, dá uma conferência de imprensa acerca do [Relatório de 2024 sobre o Estado da União da Energia](#). O relatório resume os progressos realizados pela UE para garantir energia segura, competitiva e a preços acessíveis para todos. Bruxelas, Bélgica, 11 de setembro de 2024.

Aumentar a eficiência energética dos edifícios

O setor da construção é crucial para a concretização dos objetivos da UE em matéria de energia e clima. A Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios, que foi revista e entrou em vigor em maio, contribuirá para aumentar a taxa de renovação de edifícios na UE, em especial os que apresentam pior desempenho energético. A nova legislação estabelece um quadro para os Estados-Membros reduzirem as emissões e o consumo de energia nos edifícios, sejam eles habitações familiares, instalações de empresas ou edifícios públicos, contribuindo para melhorar a saúde e qualidade de vida das pessoas e reduzir as faturas.

Cerca de 40 % da energia consumida na UE é utilizada em edifícios.

Na UE, mais de um terço das emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com a energia provêm de edifícios.

Cerca de 80 % da energia utilizada nas habitações familiares da UE destina-se a sistemas de aquecimento, arrefecimento e água quente.

Estimular o mercado europeu do hidrogénio

A descarbonização do setor do gás e a criação de um mercado do hidrogénio darão um contributo fundamental para atingir a neutralidade climática até 2050. Em maio, foram adotadas na UE novas regras sobre o hidrogénio e o gás hipocarbónico, incluindo uma Rede Europeia dos Operadores das Redes de Hidrogénio e um mecanismo-piloto para associar compradores e fornecedores, que irão estimular o mercado de hidrogénio. Espera-se que os novos incentivos à utilização de hidrogénio renovável, como o primeiro leilão no âmbito do Banco Europeu do Hidrogénio e a aprovação de quatro Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum relacionados com o hidrogénio, venham a gerar mais investimento. Até 2030, a UE comprometeu-se a criar, pelo menos, 50 Vales de Hidrogénio, onde hidrogénio limpo será produzido localmente e usado nas habitações familiares, transportes e indústria.



↑
VÍDEO: Banco Europeu do Hidrogénio — apoia a produção europeia e mundial de hidrogénio renovável.

As regras em matéria de auxílios estatais, como as orientações relativas a auxílios estatais à proteção do clima e do ambiente e à energia, estão a ajudar os Estados-Membros a concretizarem os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. As orientações apoiam a implantação de energias renováveis, permitindo aos Estados-Membros conceder financiamento público a empresas que realizem os investimentos necessários ao menor custo possível para os contribuintes e sem distorcer indevidamente a concorrência.

Avançar com o Plano de Ação para a Poluição Zero

A poluição apresenta múltiplos riscos para a saúde humana, animal e dos ecossistemas. Para avançar na consecução do objetivo de poluição zero, a UE está a tomar medidas para

melhor monitorizar, comunicar, prevenir e tratar a poluição do ar, da água e dos solos, bem como os danos causados por produtos químicos.

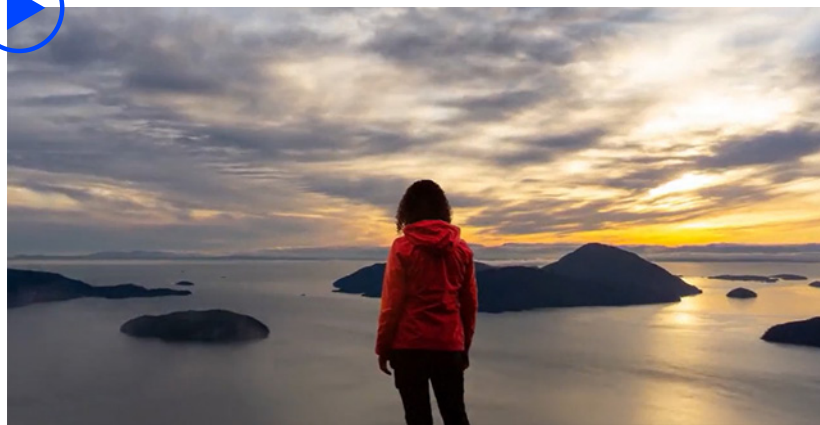
ÁGUA

Em 2024, várias novas medidas foram adotadas para garantir a qualidade da água potável para todos na UE. As novas normas e procedimentos aplicáveis aos materiais e produtos que entrem em contacto com a água potável visam prevenir o crescimento microbiano e reduzir o risco de lixiviação de substâncias nocivas dos materiais para a água potável. Foi igualmente adotada uma nova metodologia de medição dos microplásticos e estabelecidas orientações técnicas para a monitorização de produtos químicos duradouros.

As águas residuais urbanas são uma das principais fontes de poluição da água, se não forem recolhidas e tratadas em conformidade com a legislação da UE. Chegou-se a acordo sobre novas regras para continuar a reduzir a poluição proveniente de fontes urbanas e responder ao problema dos poluentes emergentes, incluindo os microplásticos e os micropoluentes. Em conformidade com o princípio do poluidor-pagador, os produtores têm agora uma responsabilidade alargada, com os poluidores a terem de suportar os custos do tratamento de remoção de micropoluentes. Novas orientações foram emitidas às autoridades dos Estados-Membros para que garantam a segurança das águas residuais tratadas e reutilizadas na agricultura.

Segundo o relatório anual da UE sobre o estado das praias e zonas balneares, as águas balneares da Europa continuam a ser seguras, com mais de 85 % a cumprirem a norma de qualidade da água «excelente».

A UE adotou quatro atos legislativos que lhe darão novos instrumentos para favorecer um transporte marítimo limpo e moderno. As regras visam igualmente contribuir para a prevenção das descargas ilegais e a preservação dos ecossistemas marinhos.



↑
VÍDEO: #WaterWiseEU — a mudar a forma como pensamos sobre a água na Europa.

AR

Em dezembro, entrou em vigor uma nova lei destinada a reforçar as normas da UE em matéria de qualidade do ar para 2030, a fim de melhor proteger a saúde das pessoas e o ambiente. As regras revistas reduzem para mais de metade o

valor-limite anual para o maior poluente, as partículas finas. Pessoas que sofram danos para a saúde devido à poluição atmosférica terão também o direito de ser indemnizadas em caso de violação das regras da UE em matéria de qualidade do ar.

EMISSÕES INDUSTRIAIS

Na UE, uma grande parte da poluição provém de processos de produção industrial, incluindo a emissão de poluentes atmosféricos, descarga de águas residuais e produção de resíduos. As novas regras diminuirão ainda mais as emissões dos principais poluentes do ar, água e solo ao abrangerem novas fontes de emissões e ao simplificarem as disposições relativas à concessão de licenças de exploração às instalações industriais e explorações

agrícolas em causa. Introduzem obrigações e medidas que irão melhorar as informações sobre as emissões disponíveis ao público e a utilização dos recursos por parte das maiores instalações industriais da UE. O Centro de Inovação para a Transformação e as Emissões Industriais, lançado em julho, visa acelerar o desenvolvimento e a adoção de soluções inovadoras para controlar a poluição.

SOLOS

Como parte dos esforços para tornar os solos europeus mais saudáveis, até 2030 a UE pretende criar 100 laboratórios vivos e estruturas de referência (locais para a demonstração de soluções exemplares). No âmbito da iniciativa Missão Solos da UE, foram selecionados e lançados os primeiros 25 laboratórios vivos, onde vários parceiros se reúnem para cocriar e testar, em

condições reais, soluções e modelos empresariais. Além disso, 10 projetos da Missão Solos estão especificamente a desenvolver estratégias, modelos e soluções de reabilitação para monitorizar e combater a poluição e a descontaminação dos solos e da água em zonas urbanas, rurais e costeiras.



VÍDEO: Biodiversidade do solo.

PRODUTOS QUÍMICOS

A UE estabeleceu princípios orientadores para determinar o que constituem «utilizações essenciais» dos produtos químicos mais nocivos para a sociedade. O objetivo é eliminar progressiva e mais rapidamente as utilizações não essenciais das substâncias mais nocivas, dando mais tempo para a eliminação gradual das utilizações consideradas essenciais e para as quais não existem ainda alternativas.

As novas regras que proíbem as últimas utilizações intencionais de mercúrio começaram a ser aplicadas em toda a UE em 2024. A proibição incide na utilização e exportação de amálgamas dentárias a partir de 1 de janeiro de 2025. Os Estados-Membros que precisem de mais tempo para adaptarem os respetivos sistemas nacionais de saúde podem beneficiar de uma derrogação limitada e temporária para a utilização, fabrico e importação de amálgamas dentárias (até

30 de junho de 2026). Por fim, os materiais de obturação dentária não conterão mercúrio, exceto no caso de necessidades médicas específicas e quando um médico os considerar estritamente necessários.

A UE adotou igualmente novas medidas para restringir a utilização de determinadas substâncias químicas nocivas, persistentes em produtos como têxteis, cosméticos e embalagens, a fim de proteger a saúde humana e o ambiente.

A legislação revista em matéria de classificação, rotulagem e embalagem de produtos químicos entrou em vigor em dezembro. Com estas novas regras, a UE visa proteger os trabalhadores, os consumidores e o ambiente de produtos químicos perigosos, melhor comunicando os riscos presentes ao longo das cadeias de abastecimento.



Rumo a uma economia circular

Em 2024, a UE continuou a avançar no sentido de uma economia circular, pretendendo reduzir a pressão sobre os recursos naturais, diminuir os resíduos criados e gerar crescimento sustentável

e emprego. A legislação recentemente adotada contribuirá para aumentar a produtividade dos recursos e dinamizar a competitividade e resiliência da economia da UE a longo prazo.



78 %

das pessoas na UE acreditam que as questões ambientais têm um efeito direto na sua vida quotidiana e na sua saúde. Consideram que a forma mais eficaz de resolver os problemas ambientais é:



17 %

promover a economia circular mediante a redução dos resíduos e a reutilização ou reciclagem de produtos



14 %

assegurar o respeito pela legislação ambiental



15 %

restaurar a natureza



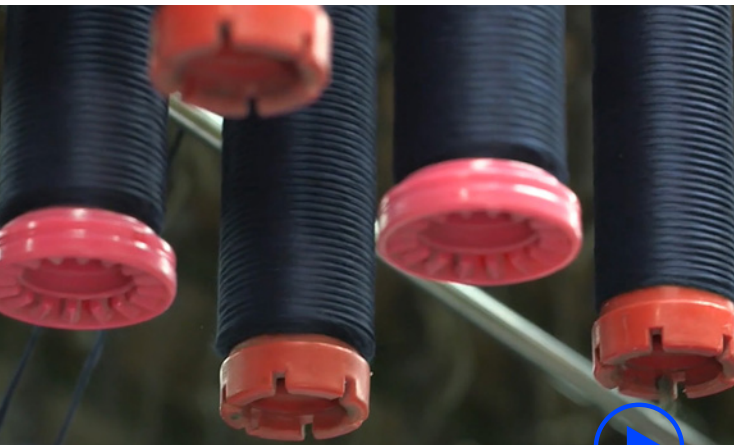
14 %

garantir que os produtos vendidos no mercado da UE não contribuem para prejudicar o ambiente

Fonte: Comissão Europeia, [Eurobarómetro Especial n.º 540](#), maio de 2024.

Fazer dos produtos sustentáveis a norma

Os produtos e a forma como os utilizamos podem ter um impacto significativo no ambiente, mas, graças às novas regras da UE, as opções sustentáveis passarão, gradualmente, a ser norma. Tal surge na sequência da entrada em vigor de novas regras que garantirão que os bens domésticos do dia a dia e os produtos industriais tenham maior durabilidade, sejam mais eficazes na utilização da energia e dos recursos, sejam mais fáceis de reparar e reciclar, e incluam mais conteúdo reciclado. Os compradores poderão também fazer escolhas mais sustentáveis graças aos passaportes digitais de produtos, isto é, etiquetas digitalizáveis que dão acesso fácil a informações sobre a sustentabilidade dos produtos. Ao abrigo das novas regras, será proibida a destruição de vestuário e calçado não vendidos.



VÍDEO: Descubra o novo regulamento sobre a conceção ecológica de produtos sustentáveis.



Em março, entraram em vigor novas regras da UE para capacitar os consumidores para a transição ecológica. Significa isto que, antes de comprarem um produto, os consumidores terão informações mais fidedignas sobre a sua durabilidade e possibilidade de reparação, bem como sobre os seus direitos à garantia legal. As empresas deixarão de poder declarar que os produtos são «verdes» se não puderem demonstrar que têm, efetivamente, um excelente desempenho ambiental. Além disso, serão proibidas práticas comerciais desleais, designadamente as relacionadas com a obsolescência prematura ou com falsas alegações sobre a sustentabilidade de um produto. As novas regras entrarão em aplicação em setembro de 2026.

Promover a reparação de produtos contribui para um consumo sustentável. Em julho, entraram em vigor novas regras que estabelecem medidas destinadas a aumentar o número de produtos reparados dentro e fora da garantia legal. Os fabricantes de produtos sujeitos a requisitos de reparabilidade previstos na legislação da UE (por exemplo, frigoríficos e telemóveis inteligentes) terão de reparar os produtos num prazo razoável e a um preço admissível. Durante o período de garantia legal, os vendedores serão obrigados a oferecer ao cliente a possibilidade de reparação, exceto quando esta for mais onerosa que a substituição do produto em causa. Fora do período de garantia legal, os consumidores disporão de um novo conjunto de direitos e instrumentos para tornar a reparação uma opção fácil e acessível. Os consumidores terão também direito a um ano suplementar de garantia legal se optarem por reparar o produto em vez de o substituir. Estas regras serão aplicáveis a partir de julho de 2026.

A reciclagem não só poupa energia e dinheiro, como pode também ser uma boa fonte de matérias-primas essenciais. O acesso seguro e sem entraves a determinadas matérias-primas constitui uma preocupação crescente. O Regulamento Matérias-Primas Críticas, que entrou em vigor em maio, estabelece um valor de referência segundo o qual a União deve poder obter, pelo menos, 25 % do consumo anual dessas matérias na UE a partir da reciclagem. Inclui igualmente disposições para melhorar a sustentabilidade e circularidade das matérias-primas essenciais no mercado da UE.

Os residentes na UE produzem diariamente, em média, cerca de meio quilo de resíduos de embalagens. As novas regras adotadas em dezembro tornarão as embalagens mais sustentáveis, reduzindo as que são desnecessárias, limitando as que são excessivas e aumentando o número de sistemas de depósito e devolução para garrafas de plástico e latas metálicas. Cada pessoa poderia poupar até 100 EUR por ano se as empresas passassem estes ganhos para os clientes.

As exportações de resíduos da União Europeia para países terceiros aumentaram 88 % desde 2004, atingindo 35 milhões de toneladas em 2023. As novas regras que visam garantir que a UE assume maior responsabilidade pelos resíduos que produz entraram em vigor em maio. O novo regulamento pretende garantir que a UE não exporta os seus resíduos para países terceiros e que contribui para uma gestão ambientalmente correta dos resíduos.



Festival Novo Bauhaus Europeu. Bruxelas, Bélgica, 11 de abril de 2024.

Durante o Festival do Novo Bauhaus Europeu, realizado em abril, os visitantes foram convidados para um dia especial dedicado à moda sustentável, que incluiu um desfile de moda circular e inclusiva onde 16 *designers* internacionais de oito países exibiram as suas criações respeitadoras do ambiente. O evento salientou não só a atratividade estética da moda sustentável, mas também o seu papel na promoção de um estilo de vida em harmonia com o ambiente.

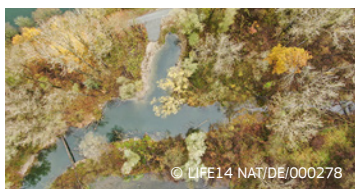


Ambiente e natureza

Uma revisão intercalar do 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente, que orientará a política ambiental europeia até 2030, confirma que os objetivos da UE no âmbito do Pacto Ecológico Europeu são exequíveis se todas as medidas previstas forem plenamente aplicadas. Sublinha igualmente o impacto económico e social positivo do cumprimento das metas climáticas e ambientais, nomeadamente no bem-estar, saúde, resiliência, competitividade e garantia da segurança do aprovisionamento de todos os materiais.

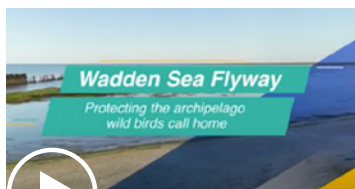
O inovador ato legislativo da UE sobre restauro da natureza, que visa inverter o grave declínio da biodiversidade e contribuir para a luta contra as alterações climáticas, entrou em vigor em agosto. Assenta na Estratégia de Biodiversidade da UE e define metas vinculativas para restaurar os ecossistemas degradados, em especial

aqueles com maior potencial de remoção e armazenagem de carbono, bem como prevenir e reduzir o impacto de catástrofes naturais. O novo ato legislativo estabelece medidas para, até 2030, restaurar, pelo menos, 20 % das zonas terrestres e marítimas da UE. Até 2050, devem ter sido adotadas medidas em favor de todos os ecossistemas que necessitem de ser restaurados. Os Estados-Membros deverão apresentar planos nacionais de restauro até meados de 2026, mostrando como irão cumprir as metas fixadas. O Regulamento Restauro da Natureza, primeiro do seu género a nível mundial, ajudará igualmente a UE e os seus Estados-Membros a cumprirem os respetivos compromissos internacionais em matéria de biodiversidade no âmbito do Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal.



Um projeto para restaurar o rio Isar, na Alemanha, e as suas planícies aluviais, através de uma colaboração única entre as autoridades da Baviera responsáveis pela água e pela natureza, foi distinguido com o Prémio LIFE para a Natureza de 2024. Quase uma década após o início do projeto, o rio volta a circular livremente e as espécies ameaçadas regressaram.

↑
Rio Isar, Alemanha.



Um projeto financiado pela UE está a ajudar a Dinamarca, Alemanha e Países Baixos a monitorizarem e protegerem as aves aquáticas migratórias em toda a Rota Migratória do Atlântico Leste.

↑
VÍDEO: Monitorização dos movimentos de aves aquáticas ao longo da Rota Migratória do Atlântico Leste.



A rede de zonas protegidas Natura 2000 é, há 30 anos, a espinha dorsal da política de conservação da natureza da UE. Em 2024, os Prémios Natura 2000 destacaram uma vasta gama de novas iniciativas — desde a conservação e gestão da cegonha-preta na Polónia até à conservação marinha de «florestas azuis» em Portugal.

↑
Prémios Rede Natura 2000.

Em 2024, mantiveram-se também os apoios para dinamizar iniciativas existentes, por exemplo com a publicação de um novο guia para a conceção de melhores políticas de ordenamento do território. Este guia deverá ajudar todas as partes interessadas a melhor conhecerem a legislação relativa à silvicultura e à utilização e alteração da utilização do solo, bem como as boas práticas nestes domínios. O setor é essencial para preservar a natureza e combater as alterações climáticas graças à remoção do carbono em grande escala. No contexto do Dia Internacional das Florestas, celebrado em março, a Comissão organizou uma conferência para intensificar os esforços de plantar três mil milhões de árvores até 2030, com o objetivo de aumentar a resiliência a ameaças climáticas e ambientais.

A criminalidade ambiental é uma preocupação crescente e causa danos significativos ao ambiente, à saúde dos cidadãos e à economia, tanto dentro como fora da União. A legislação revista, que entrou em vigor em maio, incide nas violações mais graves às obrigações ambientais da UE. Foram introduzidas várias novas categorias de infrações, como a reciclagem ilegal de navios e a captação de água. As novas regras reforçarão a cadeia de execução e ajudarão os profissionais e os defensores do ambiente a combaterem a criminalidade ambiental. Os Estados-Membros dispõem de dois anos para adaptarem as respetivas legislações nacionais em conformidade.

A criminalidade ambiental:

é a **quarta maior** atividade de criminalidade organizada do mundo

corresponde a uma perda global anual de **80 a 230 mil milhões de EUR**

está a crescer **5 % a 7 %** por ano

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Ambiente, The Rise of Environmental Crime — A growing threat to natural resources, peace, development and security, 2016.

Agricultura sustentável e segurança alimentar

Apoiar os agricultores europeus

Nos últimos anos, os agricultores europeus têm encontrado uma série excecional de desafios e incertezas — de uma pandemia e um aumento acentuado dos preços da energia, agravado pela guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, a fenómenos meteorológicos

extremos cada vez mais frequentes. Em 2024, a UE continuou a tomar medidas para os apoiar e também para os ajudar a enfrentarem os desafios decorrentes da reforma da política agrícola comum.

Apoio aos agricultores da UE

- > Redução de, **pelo menos, 50 %** das visitas a explorações por parte das administrações nacionais relacionadas com a política agrícola comum.
- > Afetação de **98 mil milhões de EUR** a medidas voluntárias em prol do ambiente, clima e bem-estar dos animais.
- > Explorações agrícolas com menos de **10 hectares** isentas de controlos e sanções associadas a requisitos de condicionalidade.

Fonte: Comissão Europeia, *EU actions to address farmers' concern*, 2024.

Em março, a Comissão propôs alterações a determinadas disposições da política agrícola comum, mantendo simultaneamente o seu apoio à transição da agricultura europeia para uma agricultura sustentável. Esta ação foi acompanhada de novas medidas para reduzir os encargos administrativos que pesam sobre os agricultores, no âmbito de uma política mais ampla de racionalização das obrigações de comunicação de informações lançada em 2023. A realização de uma consulta em linha, que recebeu 27 000 respostas, permitiu recolher os pontos de vista dos agricultores da UE sobre os encargos administrativos relacionados com a política agrícola comum, incluindo as obrigações de comunicação de informações.

Além disso, a Comissão propôs medidas para melhorar a remuneração dos agricultores. O Observatório da Cadeia Agroalimentar da UE foi lançado em julho para analisar os custos de produção, margens e práticas comerciais.

O objetivo é reforçar a transparência e confiança entre as partes interessadas tornando os dados públicos e trocando informações. Foram igualmente apresentadas opções de novas regras para corrigir desequilíbrios na cadeia de abastecimento alimentar. Em abril, a Comissão também apresentou um relatório sobre a aplicação da Diretiva relativa às práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar, que contribuirá para uma avaliação contínua da legislação. Em dezembro, propôs novas medidas para reforçar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento agroalimentar e melhorar o cumprimento transfronteiras das regras contra práticas comerciais desleais.

Em 2024, foram concedidos 233 milhões de EUR em assistência aos agricultores afetados por catástrofes naturais e fenómenos meteorológicos extremos na Bulgária, Chéquia, Alemanha, Estónia, Grécia, Itália, Áustria, Polónia, Roménia e Eslovénia. Foram igualmente introduzidas medidas de apoio para responder à perturbação no mercado no setor vitivinícola em Portugal, bem como ao efeito negativo nos mercados das aves de capoeira e dos ovos causado pela gripe aviária em Itália.



↑ Janusz Wojciechowski (ao centro), então comissário europeu responsável pela Agricultura, com delegados representantes dos jovens agricultores, na reunião de ministros do G7 sobre a Agricultura. Siracusa, Itália, 27 de setembro de 2024.

O diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE foi lançado em janeiro, reunindo 29 das principais partes interessadas do setor agroalimentar para desenvolver uma visão comum para o futuro do sistema agrícola e alimentar da UE.

Em setembro, o relatório final resultante deste diálogo foi apresentado. Intitulado Uma perspetiva comum para o futuro da agricultura e do setor alimentar na Europa, o relatório apresenta uma avaliação dos desafios e oportunidades, acompanhada de um conjunto de recomendações. Estas sugestões serão tidas em conta pela Comissão no processo de reflexão levado a cabo para definir uma visão para o futuro da agricultura e do setor alimentar, que será apresentada nos primeiros 100 dias do novo mandato político (ver capítulo 0).

Em 2024, a UE negociou a eliminação das barreiras comerciais às exportações de carne de bovino irlandesa e francesa para a Coreia do Sul, dando aos produtores destes Estados-Membros acesso a um dos maiores mercados de importação de carne de bovino do mundo.

O novo regulamento relativo às indicações geográficas para o vinho, as bebidas espirituosas e os produtos agrícolas entrou em vigor em maio. Cria um conjunto único de regras e procedimentos de proteção para todas as indicações geográficas agrícolas. Reforça igualmente a sua proteção, nomeadamente em linha e nos nomes de domínio na Internet.



Final Report of the Strategic Dialogue on the future of EU agriculture

4 September 2024



Ursula von der Leyen (à direita), presidente da Comissão Europeia, e Peter Strohshneider (à esquerda), presidente do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE, numa conferência de imprensa relacionada com a publicação do relatório final do Diálogo Estratégico. Bruxelas, Bélgica, 4 de setembro de 2024.

Pescas e aquicultura sustentáveis

As alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição dos oceanos e das águas doces ameaçam a sustentabilidade dos recursos haliêuticos e aquícolas. Com o pacote relativo às pescas e aos oceanos de 2023, a Comissão apresentou um conjunto de medidas para responder a estes desafios através da aplicação da política comum das pescas. Foi lançada uma consulta para avaliar o regulamento relativo a esta política, estando um relatório previsto para o final de 2025.

Regras de controlo são fundamentais para a execução da política comum das pescas, nomeadamente para fiscalizar a utilização das quotas de pesca e assegurar que capturas indesejadas não são devolvidas ilegalmente ao mar. Em janeiro, entraram em vigor novas regras com vista a modernizar a forma como as atividades de pesca são controladas, tanto para os navios da UE como para os de países terceiros que pescam nas águas da União. As novas disposições ajudarão a prevenir a sobrepesca, a criar um sistema de controlo das pescas mais eficaz e harmonizado e a assegurar condições de concorrência equitativas entre as diferentes bacias marítimas e frotas. As novas regras aliviarão também os encargos administrativos através da digitalização e promoverão a utilização de tecnologias.

Em dezembro, os ministros das Pescas da UE chegaram a acordo sobre as possibilidades de pesca para 2025. O acordo inclui 12 medidas de sustentabilidade que, se aplicadas, resultarão num aumento considerável dos dias de pesca.

A Comissão respondeu igualmente aos apelos no sentido de reduzir os encargos administrativos relacionados com a criação e funcionamento de estabelecimentos aquícolas na União. Fê-lo prestando apoio aos Estados-Membros na aplicação das orientações estratégicas para tornar a aquicultura mais sustentável e competitiva.

Para um oceano sustentável

A UE reafirmou o seu empenho na governação internacional dos oceanos com o anúncio de 40 compromissos de ação para 2024, apoiados por 3,5 mil milhões de EUR em fundos da UE, por ocasião da Conferência O Nosso Oceano, realizada na Grécia. Os compromissos incidem em domínios como a pesca sustentável, zonas marinhas protegidas, oceanos e alterações climáticas, economias azuis sustentáveis e poluição marinha.



↑
[Virginijus Sinkevičius, então comissário europeu do Ambiente, Oceanos e Pescas, discursa na Conferência O Nosso Oceano. Atenas, Grécia, 16 de abril de 2024.](#)

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada é uma das ameaças mais graves à exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, comprometendo tanto os esforços mundiais para promover uma melhor governação dos oceanos como a política comum das pescas da UE. Em maio, a União Europeia mostrou «cartão amarelo» ao Senegal, notificando-o da necessidade de intensificar as medidas de luta contra este tipo de pesca. O valor global da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada está estimado em 10-20 mil milhões de EUR por ano. As capturas ilegais de peixe totalizam anualmente entre 11 e 26 milhões de toneladas, o que corresponde a, pelo menos, 15 % das capturas mundiais.

Decisões importantes, nomeadamente sobre a gestão dos dispositivos flutuantes utilizados para capturar atum e outros peixes, contribuirão para tornar mais sustentável a pesca no Oceano Índico. Partindo de uma proposta da UE, na 28.^a reunião anual da Comissão do Atum do Oceano Índico, realizada em maio, foi adotada uma resolução que preconiza a eliminação gradual dos componentes não biodegradáveis dos dispositivos de concentração de peixes derivantes, para que sejam totalmente biodegradáveis até 2030. O quadro regulamentar para esses dispositivos foi também melhorado para aumentar a sua rastreabilidade e conformidade.

A UE está disposta a ratificar o Tratado do Alto-Mar, também conhecido como «acordo sobre biodiversidade marinha em zonas não sujeitas à jurisdição nacional». Fá-lo-á em conjunto com vários Estados-Membros antes da terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, a realizar em junho de 2025. O tratado visa proteger os oceanos, promover a equidade e a justiça, combater a degradação ambiental, lutar contra as alterações climáticas e prevenir a perda de biodiversidade no alto-mar, e entrará em vigor após a sua ratificação por 60 partes. A UE está a preparar-se ativamente para a sua adoção e a apoiar outros países nos seus esforços de ratificação e implantação.

Mobilidade sustentável

Os transportes são responsáveis por quase um quarto das emissões de gases com efeito de estufa da UE. No contexto do Pacto Ecológico Europeu, a UE visa reduzir 90 % as emissões relacionadas com os transportes até 2050. A Estratégia de Mobilidade Sustentável

e Inteligente apresenta um roteiro para alcançar estas ambiciosas metas. Nos últimos cinco anos, registaram-se progressos consideráveis no sentido de reforçar a sustentabilidade do setor dos transportes da UE.

Mais de 90 % das 82 iniciativas no âmbito da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente foram já concluídas ou estão em curso.

No contexto do Mecanismo Interligar a Europa 2021-2027, **mais de 21,2 mil milhões de EUR** foram afetados a 630 projetos de infraestruturas de transportes em toda a UE.

Os Estados-Membros, no quadro dos respetivos planos nacionais de recuperação, reservaram **quase 100 mil milhões de EUR** para este setor.

Foram investidos **quatro mil milhões de EUR** em investigação e inovação no domínio dos transportes.

O Regulamento ReFuelEU Aviação

promove a utilização de combustíveis de aviação sustentáveis e resultará numa redução substancial de mais de 60 % das emissões de dióxido de carbono até 2050, em comparação com os níveis de 1990. Entrou em vigor em janeiro de 2024.

Um sistema voluntário de rotulagem para calcular as emissões provenientes de viagens de avião, criado ao abrigo do regulamento, permite aos passageiros tomarem decisões fundamentadas quando comparam diferentes opções de voos.

O Regulamento FuelUE Transportes Marítimos

contribuirá para reduzir as emissões provenientes do transporte marítimo, promovendo a utilização de combustíveis renováveis e hipocarbónicos e de tecnologias de energia limpa nos navios. É aplicável a partir de janeiro de 2025.

O Regulamento Infraestrutura para Combustíveis Alternativos

aumentará o número de estações de carregamento elétrico e de abastecimento de hidrogénio. Entrou em aplicação em abril.

Ao longo do ano, foram selecionados 42 novos projetos que vão receber mais de 424 milhões de EUR de financiamento da UE para a implantação de infraestruturas para combustíveis alternativos (instalação de pontos de carregamento elétrico e estações de abastecimento de hidrogénio, eletrificação das operações em terra em aeroportos).

REDUZIR AS EMISSÕES PROVENIENTES DOS TRANSPORTES

Os objetivos revistos de redução das emissões de dióxido de carbono para os veículos pesados (camiões, autocarros e veículos comerciais ligeiros), que entraram em vigor em julho, reduzirão as emissões 45 % até 2030, 65 % até 2035 e 90 % até 2040.

As novas regras que estabelecem limites de emissões para os veículos rodoviários e requisitos de durabilidade das baterias regulamentarão as partículas provenientes dos travões e pneus para todos os veículos, reduzindo as emissões e os microplásticos.

O transporte por vias navegáveis interiores é eficiente do ponto de vista energético e quase isento de congestionamentos. Uma nova proposta para melhorar a gestão do tráfego nos rios e canais da UE aumentará a eficiência e fiabilidade da navegação interior e contribuirá para o objetivo da UE de transferir mais tráfego de carga para os rios e canais da Europa.

A UE alcançou também significativos progressos na redução das emissões provenientes dos transportes com a adoção da Declaração Europeia sobre o Velocipedismo, que reconhece oficialmente a bicicleta como um meio de transporte sustentável, acessível e barato.

Os membros da Aliança para a Aviação sem Emissões apresentaram o ambicioso objetivo de, até 2050, operar entre 36 % e 68 % dos voos intra-UE em aeronaves movidas a hidrogénio e eletricidade. Este objetivo poderia reduzir as emissões de dióxido de carbono nestas rotas entre 12 % e 31 %. A UE lançou esta aliança como uma iniciativa voluntária para possibilitar aos parceiros privados e públicos trabalharem em conjunto no sentido de tornar realidade para os viajantes na Europa as novas formas de transporte sustentável.

Uma rede de transportes sustentável e resiliente

Para melhorar as ligações de transporte em toda a Europa, a UE está a investir um valor recorde de sete mil milhões de EUR em infraestruturas de transportes sustentáveis, seguras e inteligentes. Mais de 80 % do financiamento apoiará projetos que concretizem os objetivos climáticos da UE, melhorando e modernizando a rede de caminhos de ferro, vias navegáveis interiores e rotas marítimas da UE. O financiamento destinar-se-á a grandes projetos que visem melhorar as ligações ferroviárias transfronteiriças. Entre estes contam-se o projeto Rail Baltica, que ligará os Estados bálticos da Estónia, Letónia e Lituânia, e o projeto do túnel de Fehmarnbelt, que ligará a Alemanha à Dinamarca.

Estão a ser desenvolvidas linhas ferroviárias de alta velocidade graças a novas regras que estabelecem ambiciosos objetivos para as infraestruturas de transportes europeias. Até 2040, as linhas ferroviárias de passageiros nas principais ligações ferroviárias de passageiros da UE terão de suportar comboios que viagem a uma velocidade mínima de 160 km/h.

Melhorar a segurança das nossas estradas

A segurança rodoviária na UE melhorou significativamente nas últimas décadas, com o número de mortes nas estradas a diminuir de cerca de 50 000 há 20 anos para aproximadamente 20 400 nos dias de hoje. No entanto, são necessárias novas medidas à escala da UE, nacional e local para alcançar o objetivo da União de zero vítimas mortais até 2050.

Entraram em vigor novas regras para melhorar a segurança geral de todos os veículos a motor vendidos na UE. As regras obrigam à integração em todos os novos veículos de uma série de novas tecnologias e sistemas avançados de assistência ao condutor. Desde que começaram a aplicar-se a novos modelos de veículos em 2022, as medidas têm sido fundamentais para melhorar a proteção dos passageiros, peões e ciclistas em toda a UE, esperando-se que, até 2028, salvem mais de 25 000 vidas e evitem, pelo menos, 140 000 ferimentos graves.

A mobilidade cooperativa, conectada e automatizada é essencial para tornar os transportes europeus mais ecológicos, mais seguros e mais competitivos. A UE, em cooperação com parceiros privados, está a investir 500 milhões de EUR, ao abrigo do programa Horizonte Europa, para fazer avançar a investigação sobre esta tecnologia.

Agir mundialmente em prol do planeta

O trabalho da UE em cooperação com os principais parceiros internacionais para responder à tripla crise das alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição prosseguiu em 2024. Decorreram três importantes negociações multilaterais: a Conferência das Nações Unidas

sobre Alterações Climáticas, no Azerbaijão; a Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, na Colômbia; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, na Arábia Saudita.

Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

A 29.^a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29) decorreu de 11 a 24 de novembro de 2024 em Baku, Azerbaijão. A cimeira reuniu as partes com vista a acelerar

as ações necessárias para alcançar o objetivo fixado no Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura média mundial a 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais.

A conferência focou-se em assegurar o significativo investimento financeiro necessário para reduzir as emissões e proteger as populações vulneráveis. A UE desempenhou um papel vital na obtenção de um acordo quanto a um novo objetivo de financiamento da luta contra as alterações climáticas para ajudar os países em desenvolvimento a empreenderem esforços nesse sentido.



Além disso, a UE desempenhou um papel importante na finalização do conjunto de regras do Acordo de Paris para os mercados do carbono. O acordo, cuja redação se prolongou por nove anos, operacionalizará os mercados internacionais do carbono e assegurará um quadro sólido com vista à transparência, responsabilização e maior integridade ambiental. Outra realização importante foi a prorrogação bem-sucedida do reforçado Programa de Trabalho de Lima sobre a Igualdade de Género, que sublinha a importância de uma ação climática sensível às questões de género.

Durante a COP29, a UE publicou o seu primeiro relatório bienal sobre transparência, antes do prazo fixado. Trata-se de um marco importante na aplicação do Acordo de Paris, assinalando o início de uma nova era de responsabilização e colaboração na luta mundial contra as alterações climáticas.

As partes estabeleceram um novo e ambicioso objetivo coletivo e quantificado de aumentar todas as fontes de financiamento da luta contra as alterações climáticas para 1,3 biliões de dólares por ano até 2035. No contexto deste objetivo mais geral, os países desenvolvidos comprometeram-se a assumir a liderança na mobilização de, pelo menos, 300 mil milhões de dólares por ano até 2035. O objetivo também alargou com êxito a base de contribuidores mundiais, com mais países a serem incentivados a contribuir, refletindo as suas emissões crescentes e o seu peso económico. Salientou igualmente o papel transformador dos bancos multilaterais na intensificação da ação climática.

→ Wopke Hoekstra (à esquerda), então comissário europeu responsável pela Ação Climática e comissário em exercício responsável pelos Transportes, com Ferre Van Steenberghe, de 12 anos, o membro mais jovem da delegação belga na conferência da COP29. Baku, Azerbaijão, 19 de novembro de 2024.



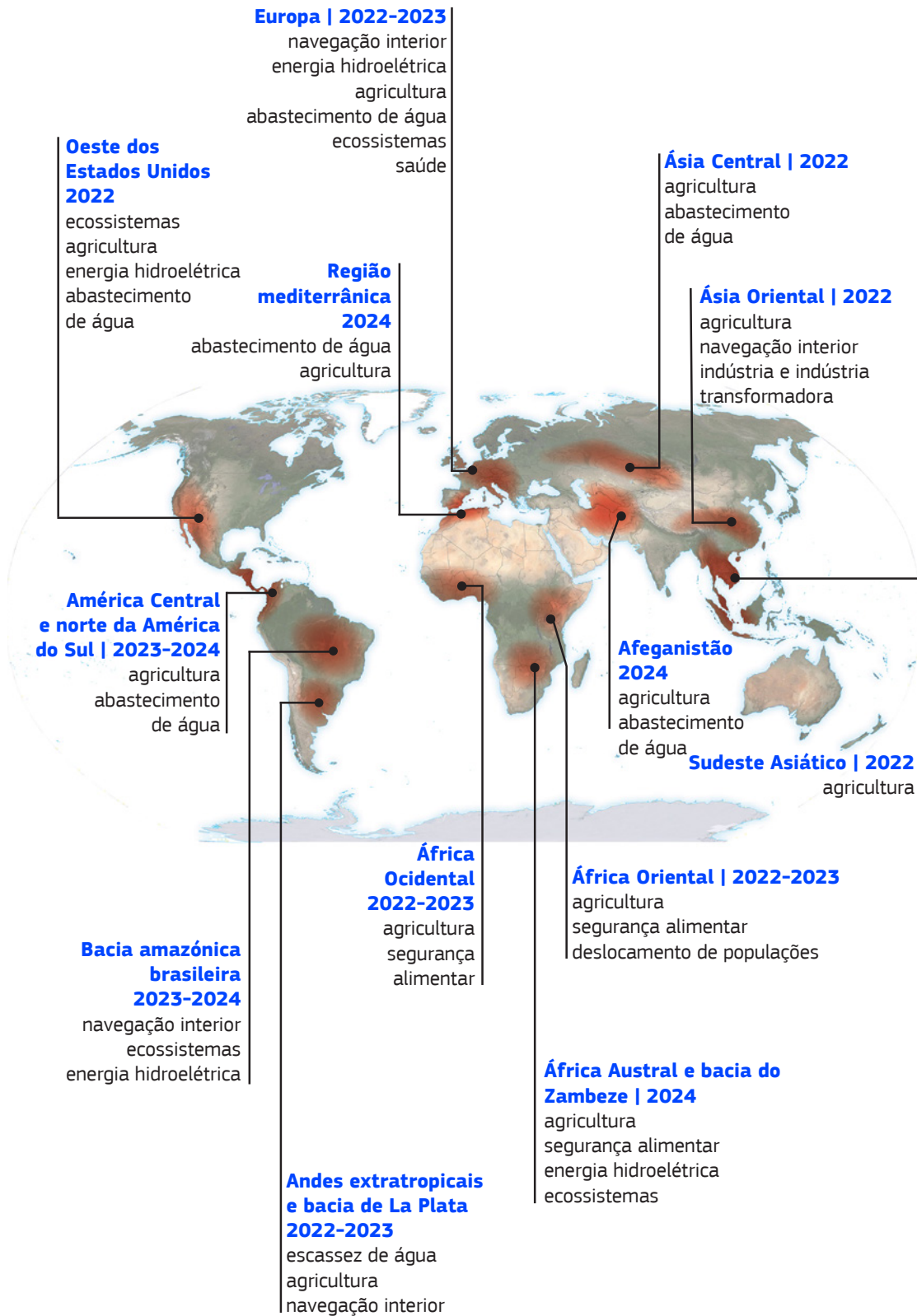
Conferência das Nações Unidas sobre biodiversidade

A 16.^a Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em outubro em Cali, Colômbia, revelou uma encorajadora dinâmica na aplicação do Quadro Mundial para a Biodiversidade, no sentido de travar e inverter a perda de biodiversidade até 2030. Sob o lema «COP do povo» foram tomadas várias decisões importantes, incluindo um acordo para alargar o papel dos povos indígenas e das comunidades locais na proteção da biodiversidade e um acordo inovador sobre a forma de partilhar os benefícios da informação genética digital. A UE apresentou um pacote de novas iniciativas no valor de quase 160 milhões de EUR para apoiar os países parceiros e salvaguardar a biodiversidade mundial, expressando um compromisso claro de cumprir os objetivos globais de financiamento em prol da proteção da natureza.

Conferência das Nações Unidas sobre desertificação

Na 16.^a Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a UE trabalhou de perto com os parceiros internacionais para honrar os compromissos assumidos a nível mundial no sentido de combater a desertificação, a degradação dos solos e a seca. O primeiro Atlas Mundial da Seca, desenvolvido pelo Centro Comum de Investigação da Comissão e pela convenção, foi apresentado na conferência e visa ilustrar todas as dimensões da seca e os crescentes riscos globais que esta comporta. Além de definir os desafios, oferece também respostas que permitem aos decisores políticos tomarem medidas para reforçar a resiliência à seca.

Grandes episódios de seca com exemplos de sistemas afetados (2022-2024)





CAPÍTULO 5

Uma Europa preparada para a era digital

Introdução

Ao longo dos últimos anos, a Europa adaptou-se a um panorama digital em rápida mutação. Tem trabalhado para garantir que a sociedade beneficia da tecnologia e que a inovação reforça a competitividade e soberania tecnológica da União Europeia, enquanto minimiza os riscos para os cidadãos. Foram investidos milhares de milhões de euros na expansão da fibra ótica e da tecnologia 5G para melhorar a conectividade em toda a UE, e os trabalhadores estão a ser dotados das competências de que necessitam para o futuro digital. Os inovadores Regulamento Serviços Digitais e Regulamento Mercados Digitais estão já a tornar o espaço digital mais seguro e justo para todos e a garantir que os gigantes

tecnológicos assumem a responsabilidade pelo seu impacto significativo na sociedade e na economia. A UE está também na vanguarda dos esforços para tornar a inteligência artificial (IA) mais segura e fiável, combatendo simultaneamente os riscos associados à sua utilização indevida. Para impulsionar a inovação, a colaboração entre organismos de investigação e universidades foi reforçada e o investimento em tecnologias de ponta, como a supercomputação, semicondutores, computação quântica e tecnologia espacial, foi significativamente aumentado.

↑
Em dezembro de 2024, foi inaugurada num centro científico em Mechelen, Bélgica, uma exposição sobre IA que promove uma ciência e tecnologia acessíveis. 17 de janeiro de 2025.

Progressos na Década Digital

Quase a meio da Década Digital da Europa, a UE avaliou os progressos realizados na consecução dos objetivos que orientam a sua transformação digital. Com um plano comum e objetivos a atingir até 2030 claramente definidos, a meta é integrar a tecnologia em todos os domínios da sociedade, desde escolas e hospitais a grandes e pequenas empresas, e proporcionar aos cidadãos da UE os instrumentos para tirarem o máximo partido de tudo o que a Internet tem para oferecer.

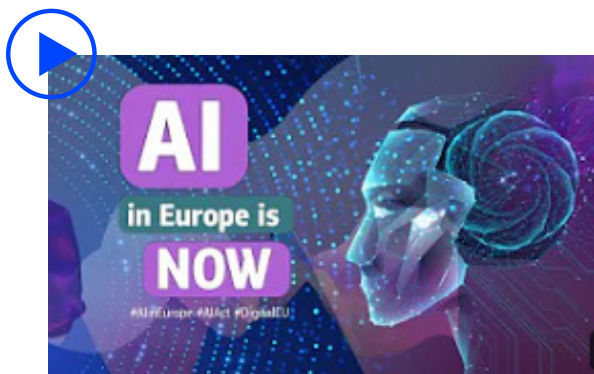
O relatório intercalar de 2024 sobre a Década Digital mostra até que ponto a UE alcançou estes objetivos, sem deixar de destacar os domínios a melhorar. Insta todos os Estados-Membros a continuarem a apoiar as empresas locais em fase de arranque, a promoverem a literacia digital nas suas comunidades e a melhorarem a adoção da IA e da análise de dados nas empresas e no fabrico de semicondutores. A UE atualizou também as suas recomendações para cada Estado-Membro, tendo em conta os diferentes pontos fortes e desafios em toda a União.

Promoção da economia digital

Inteligência artificial, mundos virtuais e supercomputadores

A IA está a tornar-se uma força de mudança para a sociedade e economia europeias. Da indústria transformadora aos cuidados de saúde e à educação, a IA está a alterar processos essenciais e modelos empresariais em todos os setores, prometendo maior eficiência e crescimento. No entanto, coloca também desafios nos domínios do desenvolvimento ético, direitos fundamentais e cibersegurança. É necessário um equilíbrio cuidadoso das políticas para explorar todo o potencial da tecnologia e dar resposta às preocupações que lhe estão associadas.

A UE quer ser protagonista na IA, mas não a qualquer preço. Defende uma IA responsável que ponha as pessoas em primeiro lugar. Enquanto primeira verdadeira tentativa mundial de regulamentar esta tecnologia, o Regulamento Inteligência Artificial da UE, que entrou em vigor em agosto, estabelece regras e orientações claras sobre como a IA pode ser utilizada e como deve ser desenvolvida, assegurando que os sistemas de IA sejam fiáveis, justos e imparciais, e protejam os direitos fundamentais das pessoas. Um conjunto harmonizado de regras facilitará o trabalho das empresas que desenvolvem a IA, reduzindo a burocracia e incentivando a inovação. As regras ajudarão igualmente as empresas a saber com o que podem contar.



VÍDEO: A inteligência artificial está em todo o lado e todos falam dela, mas quem garante que é segura?

Regulamento IA em ação

O Regulamento Inteligência Artificial da UE entrou em vigor em 2024. Eis o que se seguiu.



COMITÉ EUROPEU PARA A IA

Foi criado um órgão consultivo, constituído por peritos de todos os Estados-Membros, para ajudar a pôr em prática as regras da IA.



CÓDIGO DE PRÁTICAS DA IA

Foi lançado um convite à apresentação de propostas para que as empresas, peritos e organizações no domínio da IA participem no desenvolvimento de regras para a IA de finalidade geral (a concluir em 2025).



PAINEL CIENTÍFICO

Foram recolhidas reações sobre uma proposta relativa à forma como um novo painel de peritos independentes no domínio da IA será criado e funcionará. Este grupo prestará aconselhamento sobre questões técnicas e alertará para os riscos da IA.



ORIENTAÇÕES

Foi publicado um conjunto de orientações sobre a utilização responsável da IA generativa na investigação.

O novo Serviço Europeu para a IA, fundado em maio, desenvolverá orientações claras para as empresas e os criadores que trabalham com IA e assegurará a aplicação uniforme das novas regras em toda a UE. Enquanto centro de conhecimentos especializados em IA em toda a UE, terá também uma palavra a dizer sobre os modelos de IA aprovados, podendo mesmo bloquear utilizações que sejam consideradas tendenciosas ou inseguras. Em setembro, a UE lançou o Pacto para a IA, para incentivar as organizações a planearem antecipadamente e a começarem a aplicar os seus requisitos antes do prazo legal.



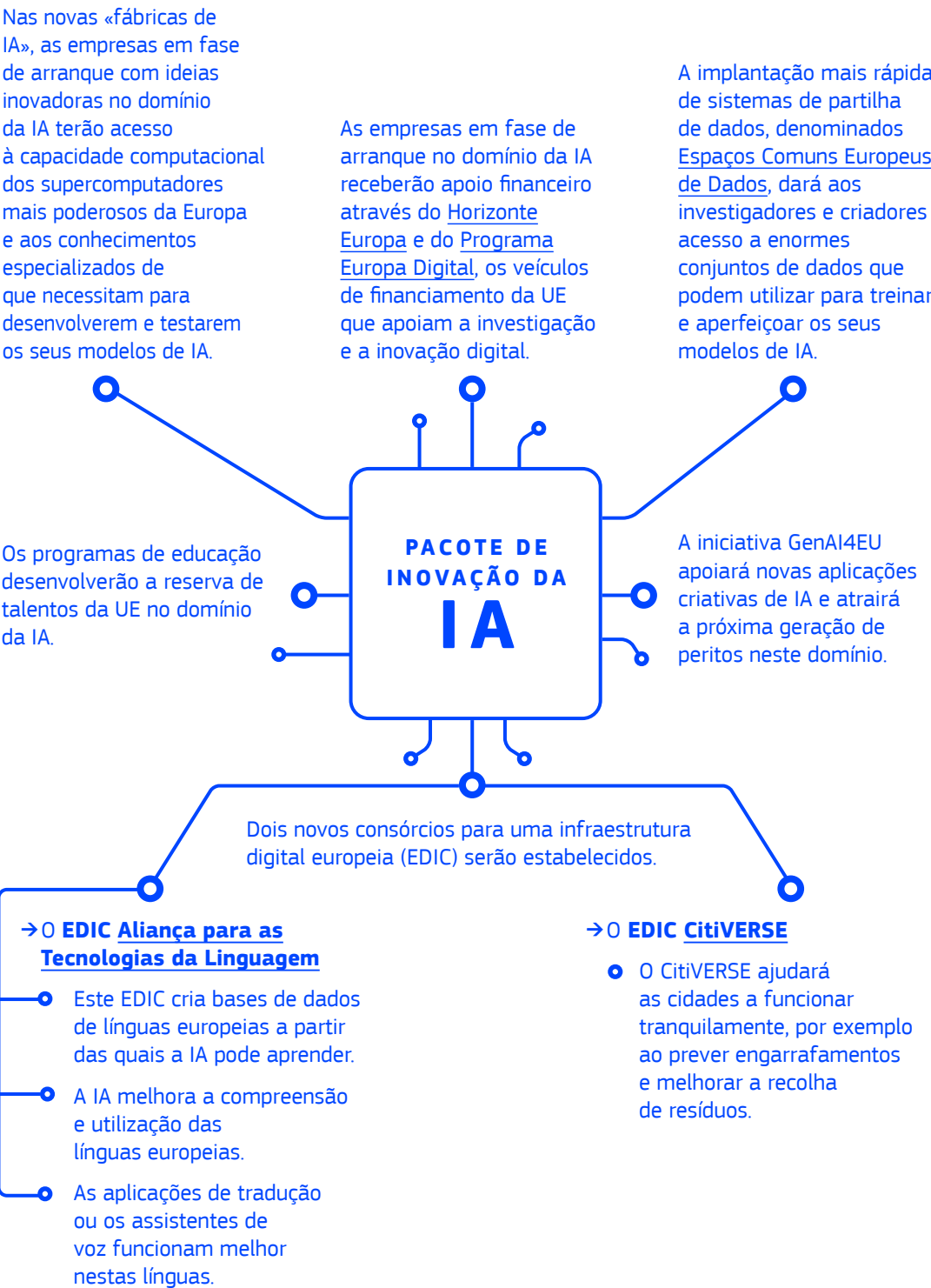
Exemplo: mantendo a IA sob controlo nos Países Baixos

A UE apoiou as autoridades neerlandesas no acompanhamento dos sistemas de IA, a fim de assegurar que cumprem o direito da UE, incluindo o Regulamento Inteligência Artificial. Através do Instrumento de Assistência Técnica, o projeto:

- analisou a forma como supervisionam a IA;
- examinou os desafios de tornar os sistemas de IA seguros e justos;
- formulou recomendações para ajudar as autoridades a utilizarem a IA de forma responsável e em conformidade com a lei.

Pacote de inovação da IA para apoiar as empresas em fase de arranque e as pequenas e médias empresas

Lançado em janeiro de 2024, este pacote de medidas apoiará as empresas em fase de arranque e as pequenas e médias empresas da UE no desenvolvimento de uma IA fiável.



Ao combinar investigação e regulamentação, a UE marca a sua posição no panorama tecnológico global. O Regulamento Inteligência Artificial define uma norma mundial e estabelece a UE como pioneira. Em setembro, a União assinou a Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre Inteligência Artificial, o primeiro acordo internacional juridicamente vinculativo sobre IA, plenamente harmonizado com o Regulamento Inteligência Artificial.

A UE está igualmente empenhada nos mercados abertos e acessíveis, especialmente no que toca aos mundos virtuais e à IA generativa, bem como em criar condições de concorrência equitativas e evitar que os monopólios asfixiem a inovação. O objetivo é criar um ambiente em que as empresas mais pequenas e as empresas em fase de arranque possam competir com os gigantes tecnológicos.

Embora a IA e os mundos virtuais estejam a alargar as fronteiras da inovação digital, a capacidade computacional necessária para fazer avançar estas tecnologias depende fortemente de computadores potentes. Em setembro de 2024, a UE lançou um convite à apresentação de propostas para modernizar os supercomputadores existentes e adquirir outros novos com capacidades de IA, alargando ainda mais a maior rede pública de supercomputadores do mundo. Estes computadores estão a tentar resolver alguns dos maiores desafios da humanidade, por exemplo ao acelerar a descoberta de novos medicamentos e a melhorar a modelização climática.



↑
Margrethe Vestager, então vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável por Uma Europa Preparada para a Era Digital, no evento de lançamento da plataforma DestinE. Kajaani, Finlândia, 10 de junho de 2024.



VÍDEO: Destino Terra.



A emblemática iniciativa da UE Destino Terra (DestinE), que visa desenvolver um gémeo digital altamente preciso da Terra, terá um papel importante ao ajudar a Europa a adaptar-se às alterações climáticas. A sua implantação em junho significa que os computadores de alto desempenho da Europa foram incumbidos de simular os efeitos das alterações climáticas e dos eventos meteorológicos extremos. Graças a esta iniciativa, a Europa estará mais bem preparada para responder a catástrofes naturais de grandes proporções e para avaliar os potenciais impactos socioeconómicos e políticos desses fenómenos.

O projeto utiliza o supercomputador finlandês LUMI, juntamente com outros supercomputadores da UE, para criar um gémeo altamente preciso da Terra. Trata-se de um excelente exemplo de supercomputadores da UE em ação, utilizando a IA e a modelização avançada para simular as alterações climáticas e os eventos meteorológicos extremos.

A União Europeia está também a olhar para lá da computação à exaescala, prevendo um futuro em que as descobertas científicas possam surgir a um ritmo sem precedentes, graças à próxima geração de computadores quânticos. No entanto, dado que estes computadores também podem violar os atuais sistemas de cifragem, a UE emitiu, em maio, uma recomendação instando os Estados-Membros a melhorarem os métodos de cifragem para proteger dados sensíveis.

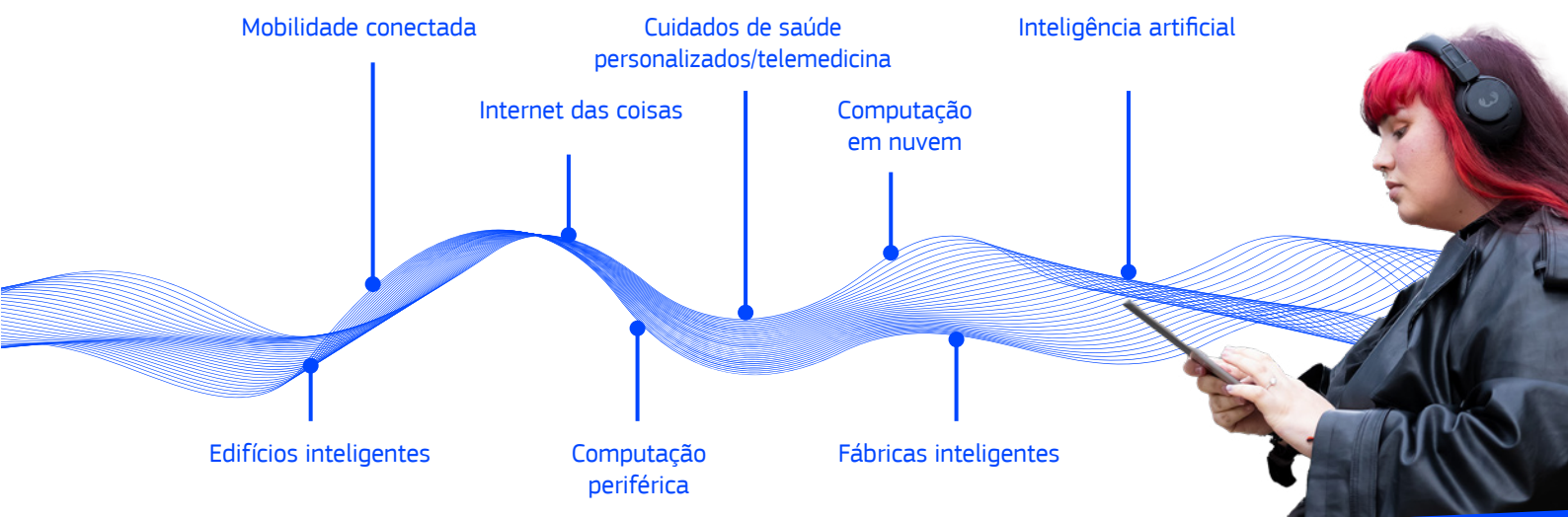
Em 2024, a UE investiu mais de 65 milhões de EUR em IA e 47 milhões de EUR em tecnologias quânticas.

Conectividade

Em 2024, a UE continuou a investir em infraestruturas digitais. Disponibilizou 420 milhões de EUR através do Mecanismo Interligar a Europa (MIE Digital), o programa de financiamento da UE que apoia a implantação de serviços digitais. Através do novo programa de trabalho digital do MIE, será disponibilizado um montante adicional de 865 milhões de EUR

entre 2024 e 2027 para apoiar a implantação da tecnologia 5G nas comunidades e ao longo das principais rotas de transporte, juntamente com a instalação de cabos submarinos para reforçar as redes de base da UE — linhas de dados de elevada capacidade que constituem o núcleo da sua infraestrutura de Internet.

Redes rápidas e fiáveis alimentam as tecnologias de amanhã

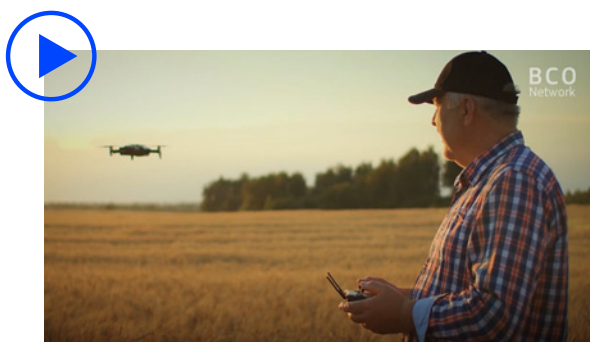


PARA APOIAR UMA TRANSIÇÃO DIGITAL BEM-SUCEDIDA, A UE ESTABELECEU METAS ESPECÍFICAS A ALCANÇAR ATÉ 2030

- 1** Conectividade a *gigabits* para todos.
- 2** Conectividade de alta velocidade (pelo menos 5G) em todo o lado.
- 3** 10 000 nós periféricos de computação em nuvem (servidores localizados mais perto dos utilizadores e que asseguram processamento de dados e tempos de resposta mais rápidos).
- 4** Computação quântica da UE até 2025.
- 5** 20 % dos circuitos integrados mundiais produzidos na UE.

Em fevereiro, a UE emitiu uma recomendação sobre a proteção dos cabos submarinos, reconhecendo-os como infraestruturas essenciais. Estes cabos transportam a maior parte dos dados do mundo, mas são vulneráveis a danos e sabotagem, o que torna a sua proteção vital para as comunicações mundiais e a segurança económica.

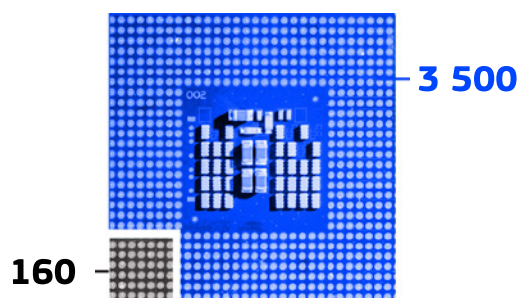
O Regulamento Infraestruturas Gigabit, adotado em 2024, visa acelerar e facilitar a implantação de redes de elevada capacidade, como a fibra ótica e a 5G, para as empresas. Elimina a burocracia morosa, as aprovações e regulamentações que, até à data, abrandaram a implantação de redes, e garante uma Internet mais rápida, uma melhor conectividade e melhores serviços para todos. Adotada ao mesmo tempo, a Recomendação Gigabit promove a concorrência entre fornecedores e oferece aos consumidores mais opções e melhores preços. Foi igualmente alcançado um acordo sobre as regras aplicáveis às chamadas e mensagens de texto feitas de um Estado-Membro para outro, que, até 2032, promete assegurar a proteção contínua dos consumidores vulneráveis contra os custos desses serviços.



VÍDEO: A conectividade 5G reforça o potencial rural.

A indústria dos semicondutores da UE

Desde os telemóveis inteligentes que trazemos nos bolsos até aos automóveis que conduzimos, os semicondutores — comumente designados por *microchips* — alimentam os dispositivos que definem a vida moderna. Ao investir na investigação, instalações de produção e infraestruturas, a UE está a agir no sentido de se tornar mais autossuficiente no fabrico de semicondutores.



Um telemóvel contém cerca de 160 *microchips* diferentes.

Um automóvel elétrico híbrido contém até 3 500 *microchips*.

2024: um ano de progresso para a indústria de *microchips* da UE

FEVEREIRO

Foram lançados convites à apresentação de propostas no valor de 216 milhões de EUR relacionadas com semicondutores, microeletrónica e fotónica.

ABRIL

Foram selecionadas organizações para criar quatro linhas-piloto de semicondutores para testar métodos de fabrico, com um financiamento de 3,7 mil milhões de EUR da UE e dos Estados-Membros.

MAIO

Foi aprovado um auxílio estatal de dois mil milhões de EUR para ajudar um importante fabricante mundial a construir uma fábrica de produção de *microchips* de carboneto de silício.

→ *Estes microchips resistem a mais calor que os microchips normais e são ideais para os veículos elétricos e os sistemas de energias renováveis.*

JULHO

Foram lançados convites à apresentação de propostas no valor de 330 milhões de EUR para apoiar:

- fotónica;
- centros de competências;
- conceção em nuvem de semicondutores.

AGOSTO

Foram lançados dois novos convites à apresentação de propostas relacionados com tecnologias quânticas de circuitos integrados.

Foram aprovados cinco mil milhões de EUR em auxílios estatais para a construção de uma fábrica de *microchips* de elevado desempenho.

DEZEMBRO

O Fórum Europeu sobre Componentes e Sistemas Eletrónicos salientou a necessidade de promover a inovação e a produção de semicondutores na UE.

Fazer negócios digitalmente

As empresas que se expandem para outros Estados-Membros têm muitas vezes de provar às autoridades desses países que são uma empresa da UE, tendo de voltar a apresentar informações, como os dados da sua sede social ou os representantes legais, apesar de estes estarem já disponíveis no seu registo comercial. As novas regras da UE para as empresas, adotadas em dezembro, introduzirão ferramentas digitais para aliviar estes encargos administrativos. As empresas deixarão de ter de voltar a apresentar documentos aquando da criação de filiais ou sucursais noutros Estados-Membros, uma vez que estas informações serão trocadas diretamente entre registos de empresas ao abrigo do princípio da declaração única. Além disso, um certificado multilingue de empresa da UE — essencialmente um cartão de identidade da UE para as empresas — permitirá facilmente às empresas provar que estão legalmente constituídas, e uma procuração da UE permitirá aos representantes gerir questões jurídicas e empresariais além-fronteiras.

A UE está também a criar administrações públicas mais bem conectadas, ativando, por exemplo, o seu Sistema de Interconexão dos Registos das Empresas, que liga os registos de empresas em toda a UE, incluindo os sistemas de registos de beneficiários efetivos e os registos de insolvência. Tal facilitará igualmente o acesso às informações sobre as empresas no mercado interno.



A transformação digital é crucial para que as empresas permaneçam competitivas no mundo em rápida mutação de hoje em dia, e a UE está a ajudá-las ativamente neste devir. Uma das formas é através dos Polos Europeus de Inovação Digital, que apoiam as empresas na adoção de tecnologias digitais, incluindo a IA. Por exemplo, um polo pode ajudar uma pequena empresa retalhista a criar robôs de conversação de IA para prestar serviços aos clientes ou proporcionar ferramentas para analisar os dados de vendas com vista a uma melhor gestão dos inventários. Em 2024, a Rede de Polos Europeus de Inovação Digital expandiu o seu alcance, chegando a mais países, e desenvolveu uma nova ferramenta de autoavaliação digital para as pequenas e médias empresas, a fim de medir a sua maturidade tecnológica.

↑
VÍDEO: Descubra o poder da transformação digital com a Rede de Polos Europeus de Inovação Digital.



Uma história de sucesso dos Polos Europeus de Inovação Digital

A Gas Grün GmbH, uma pequena empresa de produção de biogás na Alemanha, tinha dificuldade em otimizar o rendimento energético das suas unidades de biogás. Graças ao auxílio de um polo de inovação digital, a empresa desenvolveu um sistema de controlo baseado na IA que lhe permitiu maximizar a produção de energia e reduzir ao mínimo o desperdício. Isto ajudou-a a aumentar o volume de negócios e a dar a conhecer o seu trabalho em eventos especializados.

A Comissão e os Estados-Membros estão também a trabalhar no sentido de desenvolver um portal único de declaração digital para reduzir os encargos administrativos das empresas (incluindo as pequenas e médias empresas) que destacam trabalhadores para outro Estado-Membro. Um novo sistema em linha ajudará as empresas a cumprirem as regras nacionais em matéria de comunicação de informações quando enviam trabalhadores para outros Estados-Membros. Estará disponível em todas as línguas oficiais da UE, será simples de utilizar e permitirá aos utilizadores reutilizarem informações provenientes de notificações anteriores.

Transportes digitais e mobilidade

A União Europeia está a tomar medidas para melhorar a forma como circulamos nas nossas cidades. O DeployEMDS, um projeto de partilha de dados, é pedra angular dos esforços da UE para criar um espaço comum de dados sobre a mobilidade. Visa criar um sistema que permita às cidades partilhar em tempo real informações sobre o fluxo de tráfego e os transportes públicos. Esta rede inteligente, já a ser testada em nove cidades e regiões, contribuirá para identificar e resolver problemas de mobilidade urbana em toda a UE.

Com o rápido desenvolvimento da tecnologia de drones, torna-se essencial dispor de regulamentação clara neste domínio. A UE adotou novas medidas para responder aos desafios únicos em matéria de segurança dos serviços de mobilidade aérea emergentes. O objetivo é duplo: agilizar os processos regulamentares, mantendo simultaneamente elevados padrões de segurança, e harmonizar a regulamentação em todos os Estados-Membros. Estas regras uniformizadas facilitarão a vida dos criadores e utilizadores de drones. Uma regulamentação clara e coerente dará também às empresas confiança para investirem em novas tecnologias de drones, impulsionando a inovação em toda a União.

Construir uma sociedade digital segura e inclusiva

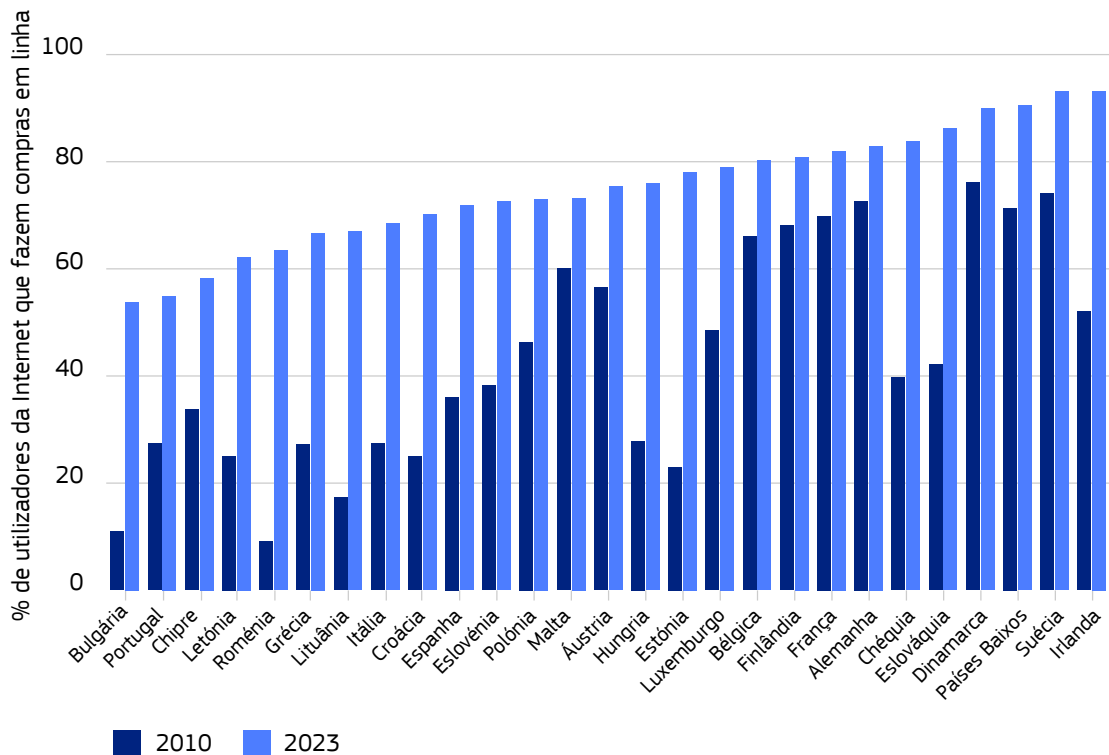
Serviços em linha mais seguros

Embora a Internet seja inestimável, representa também desafios como a desinformação, discursos ilegais de incitação ao ódio e outras formas de conteúdos e práticas ilícitos. Para combater essas ações e melhorar a segurança em linha, a UE adotou dois atos legislativos fundamentais: o Regulamento Serviços Digitais (RSD) e o Regulamento Mercados Digitais (RMD).

O RSD exige às plataformas em linha que sejam mais proativas na remoção de conteúdos ilegais, aumentem a transparência dos seus algoritmos e proíbam determinados tipos de publicidade direcionada. Começou a ser aplicado em toda a UE em fevereiro de 2024, introduzindo novas regras para as plataformas em linha, redes sociais e sítios de comércio eletrónico. As maiores plataformas, conhecidas como plataformas em linha de muito grande dimensão, devem cumprir regras mais rigorosas devido à sua maior influência.

300 milhões de pessoas fazem compras em linha na União Europeia.

Entre 2010 e 2023, verificou-se **um aumento de 24 pontos percentuais** nas compras em linha.



Fontes: Eurostat, «Compras na Internet por particulares (2002-2019)», 16 de junho de 2024; Eurostat, «Compras na Internet por particulares (2020 e seguintes)», 17 de dezembro de 2024.



Principais alterações do RSD que afetam o comércio eletrónico

✓ AUMENTO DA TRANSPARÊNCIA

Os vendedores devem agora fornecer informações mais claras sobre os produtos e serviços.

✓ MAIOR PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES

Melhoria das disposições para proteger os consumidores contra conteúdos nocivos e fraudes.

✓ REGULAMENTAÇÃO MAIS RIGOROSA DA PUBLICIDADE

Os anúncios direcionados exigem mais transparência e devem proporcionar maior controlo aos utilizadores.

✓ RESPONSABILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS

Os mercados devem agir rapidamente contra os produtos ilegais.



Como aplicou a UE o RSD em 2024?

ADITAMENTOS À LISTA DE VIGILÂNCIA

Foram acrescentadas três novas plataformas em linha de muito grande dimensão:

- > Shein
- > Temu
- > XNXX

INQUÉRITOS EM CURSO

Foram solicitadas informações e encetados processos por eventual violação do RSD contra as seguintes plataformas:

- > AliExpress
- > TikTok
- > Meta
- > X
- > Temu

Os Estados-Membros designaram coordenadores dos serviços digitais nas respetivas jurisdições nacionais.

A proteção das crianças tem sido uma das principais prioridades da aplicação do RSD e conduziu à adoção de medidas contra três grandes plataformas por inadequada verificação da idade e exposição de menores a conteúdos nocivos. Paralelamente, os professores estão a receber formação como tutores escolares do RSD para orientar os alunos no que se refere aos desafios em linha, como o ciberassédio e a desinformação, criando um espaço digital mais seguro para os jovens utilizadores. O ano de 2024 marcou igualmente o segundo aniversário da Estratégia para uma Internet melhor para as crianças, com a divulgação de uma ferramenta de autoavaliação para ajudar as plataformas a melhor proteger as crianças em linha.

O RSD ajuda a proteger a integridade das eleições contra ameaças em linha, incluindo conteúdos gerados por IA, através da realização de testes de esforço à capacidade das plataformas e da emissão de orientações sobre a atenuação dos riscos e a rotulagem clara dos conteúdos de IA. As regras complementares adotadas em março limitarão a utilização de dados pessoais na propaganda política, tanto em linha como fora de linha. Exigem que os anúncios políticos incluam rótulos de transparência, requerem o consentimento explícito para o direcionamento em linha e proíbem a definição de perfis com base em dados pessoais sensíveis. Um repositório europeu fornecerá pormenores sobre todos os anúncios políticos e os seus métodos de direcionamento, reduzindo o risco de manipulação e interferência estrangeira. Os anúncios em nome de intervenientes de países terceiros são proibidos nos três meses anteriores às eleições.

Como protege o RSD os menores em linha?

✓
Mecanismos de denúncia adaptados às crianças para conteúdos ilegais ou inadequados.

✓
Melhor proteção dos dados pessoais e da privacidade.

✓
Modalidades e condições claras e concisas.

✓
Inexistência de publicidade direcionada a crianças e jovens.

Foi proposta uma revisão das regras em matéria de luta contra o abuso sexual de crianças para combater as novas ameaças em linha, como as falsificações profundas e os fóruns pedófilos. As novas regras reforçarão igualmente a prevenção e o apoio às vítimas e estabelecerão normas mínimas para a ação penal na UE. Uma medida jurídica temporária para combater o abuso sexual de crianças em linha foi prorrogada até 2026, a fim de permitir às medidas voluntárias em curso detetar e remover conteúdos abusivos. Estes esforços estão a ajudar a proteger as crianças nos ambientes em linha, enquanto a UE elabora legislação de cariz mais permanente para resolver eficazmente estas questões.

A vaga crescente de intolerância em linha não só está em contradição com os princípios fundadores da UE, como também constitui uma grave ameaça para as vítimas e põe em causa a liberdade de expressão e o discurso democrático. As plataformas de redes sociais enfrentam agora supervisão mais rigorosa, visto que a UE tem colaborado com as entidades reguladoras para proteger os menores, tornar as plataformas mais transparentes, combater os

conteúdos ilegais e a desinformação sistémica, e melhorar a aplicação da legislação através de ações conjuntas de formação, debates e investigação.

Enquanto o RSD se centra na proteção dos utilizadores e na regulamentação dos conteúdos, o RMD assegura que o nosso mercado digital continua a ser justo e competitivo. O RMD é um dos primeiros instrumentos a regular o poder das grandes empresas digitais e funciona em paralelo com a legislação da UE em matéria de concorrência, que continua a ser plenamente aplicável. Estabelece critérios claros para a designação de controladores de acesso — grandes plataformas digitais, como motores de pesquisa, lojas de aplicações e serviços de mensagens. A partir de março de 2024, os controladores de acesso (existem atualmente sete) têm de cumprir todas as obrigações do Regulamento Mercados Digitais, impedindo-os de asfixiar a concorrência. Isto assegurará que empresas mais pequenas tenham uma oportunidade justa de competir e que os consumidores beneficiem de maior escolha e de preços mais justos.

Como aplicou a UE o RMD em 2024?

Novos controladores de acesso designados

→ Booking

Número total de controladores de acesso: 7.

Novos serviços essenciais de plataforma (serviços oferecidos pelos controladores de acesso com impacto significativo no mercado digital)

→ iPadOS da Apple

Número total de serviços essenciais de plataforma: 24.

Mais controlo para os utilizadores

→ Diálogos regulamentares com os controladores de acesso, a fim de assegurar a sua conformidade com o Regulamento Mercados Digitais.

Os utilizadores podem agora:

- escolher os seus navegadores e motores de pesquisa preferidos sem serem bloqueados por predefinição por um controlador de acesso;
- utilizar dispositivos sem estarem ligados a outros serviços do mesmo controlador de acesso;
- transferir dados mais facilmente para serviços alternativos.

Inquéritos e conclusões preliminares

→ Foram iniciados seis inquéritos por incumprimento (inquéritos formais sobre violações de regras).

→ Foram iniciados dois processos de especificação (processos de clarificação de obrigações legais).

→ As conclusões preliminares sobre eventuais violações das regras foram enviadas às seguintes empresas:

- **Apple**, por restringir os criadores das aplicações, impedindo-os de informarem os utilizadores sobre opções de pagamento mais baratas fora da sua App Store;
- **Meta**, para examinar se o seu modelo de «pagamento ou consentimento» dá efetivamente aos utilizadores uma escolha justa quando recusam a recolha de dados.

Em 2024, foram introduzidos dois instrumentos de denúncia de irregularidades que permitem às pessoas fornecer informações que ajudam a identificar e expor práticas nocivas por parte das plataformas, protegendo-as

simultaneamente de represálias. A transparência é essencial para aumentar a confiança dos consumidores no mercado digital, especialmente no que diz respeito aos influenciadores em linha e às plataformas de retalho.

Uma análise (ou «rastreo») de publicações nas redes sociais concluiu que os influenciadores em linha raramente divulgam a natureza comercial dos seus conteúdos:

97 %

dos influenciadores publicaram conteúdos comerciais, mas

apenas 1 em 5

os identificaram sistematicamente como publicidade.

A popularidade dos mercados em linha está a aumentar, mas verifica-se que estes induzem os consumidores em erro sobre preços e condições. Na sequência de uma ação conjunta das autoridades nacionais de defesa do consumidor e da UE, várias plataformas em linha comprometeram-se a melhorar as suas práticas comerciais.

As práticas comerciais problemáticas tornam evidente a necessidade de uma melhor legislação para proteger os consumidores em linha. Em outubro, uma análise identificou lacunas nas regras da UE de defesa do consumidor, tais como leis pouco claras, regras aplicadas de forma diferente em diferentes países e uma execução deficiente. Em 2025, serão analisados em pormenor os domínios específicos que devem ser melhorados.

O **Viagogo**, um mercado em linha para a venda em segunda mão de bilhetes para eventos, comprometeu-se a:

- informar melhor os consumidores sobre as condições de revenda dos bilhetes;
- deixar de pressionar os consumidores com um excesso de temporizadores de contagem decrescente que precipitam as suas compras.

A **Vinted**, um mercado em linha para a venda de bens em segunda mão, introduziu alterações para:

- fornecer informações mais claras sobre o preço total dos artigos antes de os consumidores concluírem a sua compra;
- garantir que os consumidores sabem como obter um reembolso se a sua encomenda não chegar ou se o artigo for uma contrafação.

A **Temu**, um mercado em linha, foi notificada de práticas que violam a legislação da UE em matéria de defesa do consumidor, incluindo descontos falsos, vendas sob pressão, comentários falsos, informações enganosas e ludificação forçada. Foi instruída para se harmonizar com as regras da UE e continua a ser objeto de investigação.

Cibersegurança

Poucos acontecimentos podem minar mais a confiança dos consumidores, a estabilidade dos mercados e a credibilidade das instituições que uma violação de dados ou o encerramento de serviços em linha. Por conseguinte, a cibersegurança tornou-se uma preocupação fundamental para todos.

A legislação sobre medidas destinadas a alcançar um elevado nível comum de cibersegurança em

todos os Estados-Membros (conhecida como Diretiva SRI 2) entrou em vigor em outubro. Prevê medidas jurídicas para reforçar o nível global de cibersegurança na UE e alarga o âmbito de aplicação das regras de cibersegurança a outros setores e entidades essenciais. Estes incluem as comunicações eletrónicas públicas, serviços digitais, gestão das águas residuais e dos resíduos, espaço, serviços postais e administração pública.

Importância da cibersegurança



71 %

das empresas da UE consideram que a cibersegurança é uma grande prioridade.



57 %

das empresas da UE têm, pelo menos, um trabalhador que desempenha funções diretamente relacionadas com a cibersegurança.

QUAIS AS COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE CIBERSEGURANÇA MAIS IMPORTANTES PARA AS EMPRESAS DA UE?



25 %

das empresas consideram que a aplicação de práticas profissionais relacionadas com a proteção de dados e a privacidade é supinamente importante.



20 %

das empresas consideram que identificar e resolver questões relacionadas com a cibersegurança é supinamente importante.



21 %

das empresas consideram que analisar, avaliar e rever a segurança do *software* ou do *hardware* é supinamente importante.



19 %

das empresas consideram que aplicar práticas de gestão dos riscos de cibersegurança e assegurar o cumprimento da regulamentação e das normas é supinamente importante.

Fonte: Comissão Europeia, [Eurobarómetro Flash n.º 547](#), maio de 2024.

A UE chegou igualmente a um acordo político sobre regras para melhorar a cooperação entre os Estados-Membros e reforçar a sua capacidade para detetar, preparar e responder a ciberameaças (Regulamento Ciber-solidariedade). Estas regras constituirão um fator de mudança para a deteção, preparação e resposta a ciberameaças à escala da UE, com o acordo provisório a incluir planos para um sistema de alerta de cibersegurança, um mecanismo de resposta a emergências e a certificação dos serviços de segurança geridos.

Em janeiro de 2024, entraram em vigor novas regras para reforçar a cibersegurança das instituições da UE. Estabelecem orientações claras para a gestão dos riscos internos de cibersegurança e criam um quadro de governação e controlo para cada instituição. Estas medidas ajudarão a prevenir violações de dados e ciberataques que possam afetar serviços públicos, dados pessoais e a confiança global nos sistemas digitais.

A segurança deve também ser integrada em todos os produtos digitais utilizados pelas pessoas. O Regulamento Ciber-Resiliência, adotado em outubro (aplicável a partir do final de 2027), alcançará este objetivo ao garantir *hardware* e *software* mais seguros. Os fabricantes são obrigados a aplicar medidas de segurança em todos os produtos com componentes digitais, desde telemóveis inteligentes até máquinas de café. As regras especificam a necessidade de avaliações de segurança, tratamento de vulnerabilidades e atualizações de *software* ao longo de todo o ciclo de vida de um produto.

Um exercício de cibersegurança realizado em junho testou a preparação da UE para um ciberataque em grande escala, simulando um ataque ao setor da energia. Seguiram-se relatórios e recomendações sobre cibersegurança nas telecomunicações, eletricidade e redes de comunicações. A UE adotou o primeiro sistema de certificação da cibersegurança, que estabelece regras à escala da União para a certificação de produtos de TIC ao longo do seu ciclo de vida. A UE está também a investir mais de 210 milhões de EUR para reforçar a ciberdefesa e as capacidades digitais em toda a Europa.

Gerir e proteger os dados na UE

Os dados são o motor da economia moderna e todos os setores dependem da livre circulação de informações. Esta conectividade abre os mercados mundiais a empresas de todas as dimensões, mas também coloca desafios relativos ao tratamento e partilha de dados de forma segura e equitativa.

Em janeiro, entrou em vigor nova legislação para tornar a partilha de dados na UE mais transparente e acessível. O Regulamento Dados define quem pode utilizar os dados e em que condições, dando às empresas acesso seguro a dados essenciais. Um melhor acesso aos dados industriais promove a concorrência e a inovação, especialmente para as empresas de menor dimensão. Tal permitir-lhes-á desenvolver novos produtos e serviços e competir com empresas de maior dimensão. Em maio, foram também intentadas ações judiciais contra 18 Estados-Membros que não criaram as autoridades adequadas para supervisionar o Regulamento Governação de Dados, que estabelece regras para a partilha de dados em toda a UE.

Mais conjuntos de dados públicos estarão agora disponíveis para reutilização, graças às novas regras que começaram a ser aplicadas em junho. Aplicam-se a conjuntos de dados de elevado valor que contêm informações sobre seis domínios temáticos — incluindo dados geoespaciais, observação da Terra e mobilidade — e promoverão a inovação em domínios como a IA. A criação de um Espaço Europeu de Dados de Saúde dará aos cidadãos pleno controlo sobre os seus dados de saúde, permitindo simultaneamente que sejam utilizados para fins de investigação e saúde pública em condições estritas.

Potencial de crescimento da economia dos dados de saúde

5,5 mil milhões de EUR

em poupanças na UE ao longo de 10 anos, graças a um melhor acesso e ao intercâmbio de dados no âmbito dos cuidados de saúde.

entre 20 % e 30 %

de crescimento suplementar do mercado da saúde digital.

5,4 mil milhões de EUR

em poupanças na UE ao longo de 10 anos, graças a uma melhor utilização dos dados de saúde para fins de investigação, inovação e elaboração de políticas.

Num mundo em que a partilha de dados não pára de aumentar, a legislação da UE em matéria de proteção de dados, constituída pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), também garante que estes progressos não sejam realizados em detrimento da privacidade. O RGPD continua a ser pedra angular de todas as políticas digitais da UE com respeito aos dados pessoais. Dá aos cidadãos o controlo sobre os seus dados pessoais e sobre quem lhes tem acesso e permanece o principal exemplo dos quadros de proteção de dados em todo o mundo. Ao mesmo tempo, o relatório de 2024 sobre a aplicação do RGPD identificou alguns domínios a melhorar, incluindo o tratamento de casos transfronteiriços. Esta questão já tinha sido abordada através da proposta de regulamento relativo às regras processuais do RGPD, que procura racionalizar a cooperação entre as autoridades de proteção de dados aquando da aplicação do RGPD em casos transfronteiriços.



VÍDEO: Descubra a carteira europeia de identidade digital.

A importância do RGPD estende-se além da União Europeia. Uma vez que as empresas dependem cada vez mais dos fluxos de dados transfronteiriços, o RGPD proporciona instrumentos para proteger os dados pessoais, mesmo fora da UE, podendo até restringir as transferências para países com normas menos rigorosas. As decisões de adequação que a UE assina com países terceiros são um dos mecanismos que asseguram que, fora da UE, os dados beneficiam do mesmo nível de proteção. Estão atualmente em vigor 16 decisões de adequação. Após revisão de algumas das decisões existentes em janeiro de 2024, a UE confirmou que os dados podem continuar a circular livremente para 11 países e territórios parceiros.

Foi assinada uma decisão de adequação adicional (o Quadro de Privacidade de Dados UE-EUA) entre a União Europeia e as empresas norte-americanas participantes, a fim de permitir transferências de dados seguras e gratuitas, protegendo simultaneamente o direito à privacidade. Esta decisão confere também aos cidadãos da UE o direito de recorrer para um novo tribunal criado para resolver queixas da UE sobre as atividades dos serviços de informações dos EUA. O relatório de avaliação de outubro de 2024 confirmou que as autoridades dos EUA criaram as estruturas e procedimentos necessários para garantir o seu funcionamento eficaz. Estas salvaguardas protegem os dados em todas as transferências transatlânticas, incluindo as efetuadas através de acordos de empresa ou de políticas internas.

Serviços públicos digitais

Os serviços públicos e privados são cada vez mais digitais, mas a privacidade e segurança em linha nem sempre correspondem ao nível exigido, deixando as pessoas vulneráveis à usurpação de identidade e à indesejada definição de perfis. Novas regras entraram em vigor em maio de 2024, abrindo caminho para que, todos os cidadãos e residentes da UE tenham uma carteira europeia de identidade digital até 2026, o que tornará tarefas quotidianas mais fáceis e seguras. Os utilizadores poderão fazer prova da sua identidade de forma segura, partilhar documentos digitais (como receitas médicas) e fazer pagamentos — tudo através de uma única aplicação e mantendo pleno controlo dos seus dados pessoais.

A UE está atualmente a preparar orientações jurídicas para garantir que as carteiras cumprem as mais elevadas normas de segurança e funcionam sem descontinuidades em todo o território europeu. Em novembro, foram adotados

cinco regulamentos de execução que estabelecem regras para as funções essenciais e a certificação das carteiras.

O atual sistema jurídico da UE, em suporte de papel, torna o tratamento de questões além-fronteiras complicado e dispendioso. Para resolver este problema, será introduzido em todos os Estados-Membros um sistema em linha para a gestão de questões jurídicas. Trate-se de sucessões ou de contratos comerciais, pessoas e empresas poderão apresentar documentos, comunicar com os tribunais, assistir a audiências e pagar emolumentos — tudo por via eletrónica.

Graças ao sistema de partilha de dados à escala da UE, é agora mais fácil para os cidadãos estudar, circular, trabalhar, reformar-se ou fazer negócios em toda a UE. As autoridades de diferentes Estados-Membros podem, a pedido do cidadão, partilhar documentos, não tendo este de fornecer as mesmas informações múltiplas vezes. Este sistema será integrado na Plataforma Digital Única, que liga portais nacionais para prestar informações, serviços em linha e apoio aos cidadãos e às empresas em todos os Estados-Membros. Em 2024, tornou-se possível para os Estados-Membros fornecerem informações atualizadas e fiáveis sobre os procedimentos nacionais de autorização de projetos industriais de impacto zero no portal Your Europe, ajudando as empresas a poupar tempo quando solicitam licenças.

Competências digitais

Para aceder a serviços públicos em linha, estudar, trabalhar, comunicar e encontrar informações fiáveis, é necessária literacia digital. Cerca de 56 % das pessoas na UE com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos possuem, pelo menos, competências digitais básicas.

Para melhorar estes valores, a UE estabeleceu como objetivo chegar a 80 % dos adultos com capacidade para utilizarem tecnologias nas tarefas quotidianas e empregar 20 milhões de pessoas no domínio tecnológico até 2030, com destaque para a integração de mais mulheres. A nova iniciativa Women TechEU é fundamental para este esforço: oferece mentoria, orientação e apoio financeiro às mulheres que dirigem empresas tecnológicas em fase de arranque para as ajudar a expandir as suas empresas.

Como apoiou a UE o desenvolvimento de competências em 2024?

PRÉMIOS

→ Os Prêmios Europeus de Competências Digitais 2024 galardoaram

projetos que equipam as pessoas com competências digitais nas seguintes categorias:

- educação;
- melhoria de competências no local de trabalho;
- inclusão;
- mulheres na tecnologia;
- cibersegurança.

ENSINO

→ Foi publicada a revisão intercalar do Plano de Ação para a Educação Digital 2021–2027, a estratégia da UE para uma educação digital de elevada qualidade, inclusiva e acessível.

→ A Semana Europeia da Programação incluiu seminários e eventos que tornam a programação acessível e divertida.

→ Foram criados diplomas de licenciatura, mestrado e doutoramento em domínios digitais.

→ A Academia de Cibercompetências foi atualizada para garantir que constitui um recurso exaustivo e atual para os utilizadores.

→ Foi providenciado financiamento para a Plataforma para as Competências e o Emprego na Área Digital, a fim de apoiar os esforços nacionais de aquisição de competências digitais.

→ O projeto do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia Girls Go Circular equipou 40 000 jovens do sexo feminino com competências digitais e empresariais, e vai três anos adiante do previsto.

FERRAMENTAS

→ O Quadro de Competências Digitais para os Cidadãos

é uma ferramenta que identifica competências digitais essenciais em cinco domínios, relacionados com 21 aptidões específicas.

→ A Selfie é uma ferramenta em linha gratuita que apoia as empresas e escolas

de ensino e formação profissional na integração de tecnologias digitais.

→ O Instrumento de Assistência Técnica é um programa da UE que ajuda os Estados-Membros na sua transformação digital, especialmente nos domínios dos cuidados de saúde e educação. Em 2024, o instrumento permitiu à Estónia, Espanha, Itália e Roménia desenvolverem programas e estratégias de formação para melhorar as competências digitais nestes setores-chave, centrando-se em projetos como:

- a implementação dos registos de saúde eletrónicos;
- a melhoria das competências digitais dos professores e dos estudantes.

→ A Women4Cyber é uma rede que visa atrair mais mulheres para o domínio da cibersegurança.

O espaço comum europeu de dados sobre competências, lançado em 2024, permitirá a partilha e o acesso a dados relacionados com competências. Estes podem ser utilizados para uma série de propósitos, como a análise de tendências, a conceção de estratégias e o desenvolvimento de novas aplicações, priorizando simultaneamente a ética, diversidade e proteção de dados.



↑
Alunos aprendem competências digitais numa organização não governamental que apoia crianças com deficiência. Bolonha, Itália, 23 de outubro de 2024.

Espaço

A política espacial impulsiona a inovação, reforça a segurança e fomenta o crescimento económico em vários setores. Reconhecendo estes benefícios de grande alcance, em 2024 a UE lançou novos programas e alargou os já existentes.

Crucial para este esforço foi a criação do Centro de Partilha e Análise de Informações Espaciais da UE, uma plataforma onde peritos governamentais e industriais podem colaborar em questões de segurança espacial (ver também capítulo 7). Em complemento destes avanços espaciais, foi publicada uma estratégia pormenorizada para as empresas aeroespaciais, que define etapas para uma indústria mais ecológica e tecnologicamente mais avançada.

Embora os satélites orbitem muito acima de nós, o seu impacto sente-se mais perto do que imaginamos. Dos telemóveis inteligentes nos nossos bolsos aos aviões no céu, estas sentinelas em órbita mantêm o nosso mundo conectado e fazem-no avançar.



O sistema de navegação da UE, Galileo, deu as boas-vindas a quatro novos satélites na sua constelação em 2024. Esta expansão melhorou a precisão para as indústrias que dependem dos dados de satélite, dados esses que atualmente sustentam 10 % da economia da UE.



VÍDEO: O que é o Galileo?



O Sentinel-1C e o Sentinel-2C, os últimos aditamentos ao programa Copernicus, assumiram os seus postos de vigilância, prontos a alertar as autoridades para catástrofes e ameaças ambientais, permitindo respostas de emergência mais rápidas e precisas.



VÍDEO: O satélite Copernicus Sentinel-2C — o novo elemento da família europeia de satélites.

A IRIS² (Infraestrutura para a Resiliência, a Interconectividade e a Segurança por Satélite), a rede segura de satélites da UE, oferece comunicações seguras para tarefas como o controlo de fronteiras e a gestão de crises, trabalhando também para fornecer Internet de alta velocidade a zonas remotas e reforçar a segurança digital da Europa.



CAPÍTULO 6

Construir uma Europa justa e social

Introdução

Nos últimos anos, perante desafios de natureza mundial, como a pandemia de COVID-19, a crise do custo de vida, as alterações climáticas e a transição digital, a União Europeia redobrou esforços para proteger e capacitar pessoas e comunidades. Em 2024, as atividades empreendidas para melhorar as condições de vida e de trabalho de todos prosseguiram a bom ritmo. Assente no êxito do Ano Europeu das Competências, a Comissão Europeia apresentou um novo plano de ação para fazer frente à escassez de mão de obra e de competências, contribuindo assim para o crescimento sustentável e inclusivo da UE e assegurando

a sua competitividade. A UE continuou a apoiar a adoção de novas medidas que permitam aos trabalhadores usufruir dos seus direitos sociais. A título de exemplo, novas regras agora em vigor asseguram aos trabalhadores a proteção de um salário mínimo, e as condições de trabalho na economia dos serviços pontuais serão melhoradas graças a novos direitos e salvaguardas. Além disso, a UE aprovou uma inovadora lei para combater a violência contra as mulheres e introduziu novos cartões para as pessoas com deficiência, que facilitarão a forma como estas viajam.

Uma economia justa e competitiva para as transições ecológica e digital

A União Europeia definiu um rumo ambicioso para uma Europa justa e inclusiva, capaz de proteger os seus cidadãos e gerar oportunidades. As suas políticas visam melhorar as condições de vida e de trabalho para todos na UE, promovendo mais e melhores empregos, competências, igualdade e proteção e inclusão sociais.

Os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais — e o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que visa traduzir estes princípios em medidas concretas — orientarão as políticas nacionais e da UE nestes domínios fundamentais. Numa conferência de alto nível realizada em abril em La Hulpe, Bélgica, a União, os parceiros sociais europeus e as organizações da sociedade civil renovaram o seu compromisso para com uma Europa social mais forte, assinando uma declaração em que reafirmam o Pilar como quadro orientador das políticas sociais da UE. A Declaração de La Hulpe sobre o Futuro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais saúda também a revisão do plano de ação correspondente, prevista para 2025. Esta revisão servirá igualmente de base para novas ações destinadas a alcançar as grandes metas nacionais e da UE para 2030 em matéria de emprego, competências e redução da pobreza.

Os progressos realizados no plano nacional e da UE na consecução destas metas são acompanhados em pormenor na edição anual do *Relatório Conjunto sobre o Emprego*. A versão mais recente do relatório revela que, graças a uma recuperação geradora de postos de trabalho, a UE continua no bom caminho para atingir a meta de emprego. No entanto, são ainda necessários progressos significativos para atingir a meta de redução da pobreza, que registou ligeiros avanços apesar das várias crises dos últimos anos e, nomeadamente, da elevada inflação. Importa também progredir na consecução da meta de educação de adultos, domínio em que o impacto das medidas da UE ainda não se faz sentir na maioria dos Estados-Membros.

Três metas para a UE

Pelo menos 78 % da população entre os 20 e os 64 anos deverá ter emprego até 2030.

Pelo menos 60 % de todos os adultos deverão participar anualmente em ações de formação até 2030.

O número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social deverá diminuir pelo menos 15 milhões até 2030.

A situação de sem-abrigo é uma das formas mais extremas de exclusão social e afeta todos os Estados-Membros. Em fevereiro, uma conferência ministerial informal reuniu representantes dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu com peritos e associações que lutam ativamente para solucionar o problema das pessoas sem abrigo. Os delegados manifestaram o seu apoio à Plataforma Europeia de Luta contra a Condição de Sem-Abrigo, saudando o trabalho já realizado. Salientaram a necessidade de intensificar os esforços, empenho político e recursos destinados a combater este flagelo, a fim de alcançar o objetivo fixado na Declaração de Lisboa de trabalhar para acabar com este problema até 2030. As conclusões da conferência contribuíram para a Declaração de La Hulpe.

Em 2024, foram lançados e apoiados pela UE múltiplos projetos que complementam o trabalho da Plataforma Europeia de Luta contra a Condição de Sem-Abrigo, incluindo a Contagem Europeia dos Sem-Abrigo, o conjunto de instrumentos da OCDE para combater a condição de sem-abrigo e quatro projetos-piloto neste domínio.



Nicolas Schmit (em primeiro plano, quarto a contar da direita), então comissário europeu do Emprego e Direitos Sociais, com ministros e delegados na Conferência Rumo à Erradicação da Condição de Sem-abrigo, no Palácio Egmont. Bruxelas, Bélgica, 9 de fevereiro de 2024.





Transição para uma sociedade caracterizada pela longevidade

Com os europeus a gozarem de vidas mais longas e saudáveis, as políticas nacionais e da UE têm de olhar para o futuro, a fim de capacitar as pessoas de todas as idades e assegurar o bem-estar das gerações vindouras. Isto implica a conceção de políticas que incentivem o envelhecimento ativo e saudável e tenham um impacto positivo na forma como os europeus envelhecem. Partindo dos resultados do *Relatório de 2024 sobre o Envelhecimento Demográfico* e do *Relatório de 2024 sobre a Adequação das Pensões*, especialistas e partes interessadas reuniram-se para refletir sobre os desafios da longevidade na Europa. Os participantes salientaram que seriam necessárias novas reformas para garantir uma proteção adequada e sustentável na velhice e para responder ao problema das desigualdades socioeconómicas e de género que afetam os mais velhos. O investimento no envelhecimento ativo e saudável, o prolongamento da vida laboral e o apoio a regimes de trabalho adaptados e flexíveis farão parte da solução, juntamente com sistemas de pensões e de cuidados continuados eficazes e eficientes.

↑
Dubravka Šuica, então vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Democracia e Demografia, discursa na conferência de alto nível *Navegar o Futuro: Desafios e oportunidades da longevidade na Europa*. Bruxelas, Bélgica, 27 de junho de 2024.

Fazer frente à escassez de mão de obra e de competências

Há quase uma década que a escassez de mão de obra e de competências se acentua em todos os Estados-Membros. Tal deve-se, em grande medida, às alterações demográficas e à procura crescente de competências no âmbito das transições ecológica e digital, bem como às más condições de trabalho em determinados setores e profissões. A Comissão identificou mais de 40 profissões em diferentes setores que registam insuficiências ao nível da UE, com algumas diferenças entre os Estados-Membros. Colmatar estas insuficiências é fundamental para aumentar a capacidade de inovação da UE, desbloquear o seu potencial de crescimento, impulsionar a sua competitividade, promover a criação de empregos de qualidade e reforçar a resiliência económica e social.

Até 2030, prevê-se que venham a ser criados 3,5 milhões de novos postos de trabalho nos setores das energias renováveis.

Quase dois terços (63 %) das pequenas e médias empresas não conseguem encontrar os talentos de que precisam.

Quarenta e duas profissões carecem de profissionais em toda a UE.

Para responder a este desafio, a Comissão apresentou, em março, um plano de ação elaborado em estreita cooperação com os parceiros sociais, que, estando mais próximos do mercado de trabalho, desempenham um papel crucial na aplicação de soluções neste campo. O plano oferece um quadro abrangente para colmatar insuficiências em cinco grandes domínios de intervenção política ao nível da UE, nacional e dos parceiros sociais.

Plano de ação sobre a escassez de mão de obra e de competências na UE

- 1 Apoiar a ativação de grupos sub-representados no mercado de trabalho.
- 2 Prestar apoio ao desenvolvimento de competências, à formação e à educação.
- 3 Melhorar as condições de trabalho.
- 4 Melhorar a mobilidade justa em toda a UE para trabalhadores e aprendentes.
- 5 Atrair talentos de fora da UE.

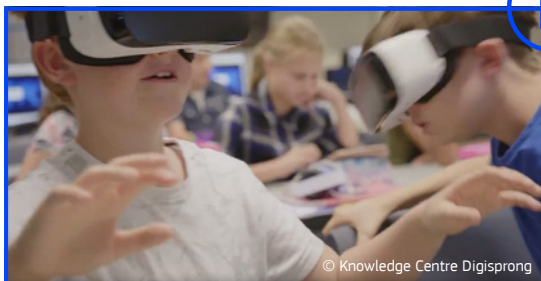
A execução do plano de ação será crucial para alcançar as grandes metas da União Europeia em matéria de emprego e competências até 2030. O plano baseia-se nas muitas medidas políticas e de financiamento já em vigor à escala da UE, de que é exemplo o Pacto para as Competências. As parcerias de competências comprometeram-se a proporcionar oportunidades de melhoria de competências e requalificação a mais de 25 milhões de pessoas em idade ativa em toda a União até 2030. Ademais, desde o seu lançamento, em 2020, os membros do Pacto para as Competências investiram, conjuntamente, mais de 150 milhões de EUR em ações de melhoria de competências e requalificação. Além disso, a UE está a investir cerca de 65 mil milhões de EUR em programas de competências, sobretudo através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (ver capítulo 3) e do Fundo Social Europeu Mais.

O Ano Europeu das Competências, que decorreu entre 9 de maio de 2023 e 8 de maio de 2024, imprimiu uma nova dinâmica à aprendizagem ao longo da vida, dando prioridade às competências e contribuindo para adequar aspirações e perfis de competências às oportunidades no mercado de trabalho. Os esforços locais de comunicação chegaram a milhões de pessoas, contribuindo para um reforço significativo da sensibilização para as políticas da UE nesta matéria.



↑
[VÍDEO: Ano Europeu das Competências — abrir o caminho para uma mão de obra mais qualificada.](#)

Em abril, foi lançada a Academia do Novo Bauhaus Europeu, que visa reforçar as competências em matéria de sustentabilidade no setor da construção. A academia combinará os valores da sustentabilidade, estética e inclusividade e contribuirá para a aplicação do Pacto Ecológico Europeu. Ao longo dos próximos dois anos, reunirá profissionais do ensino e da formação e interligará cinco polos locais e regionais em toda a Europa.



Apoio aos Estados-Membros

O Instrumento de Assistência Técnica da UE está a ajudar 12 Estados-Membros a concretizarem as respetivas reformas em matéria de competências. O apoio prestado estende-se da ajuda na conceção de um programa de estudo baseado nas competências e desenvolvimento de microcredenciais (que certificam os resultados de experiências de aprendizagem de curta duração) à integração de crianças refugiadas no sistema educativo.

Exemplo de projeto

Na Bélgica, o instrumento apoiou um projeto de dois anos que visa ajudar as escolas a utilizarem eficazmente as TIC na aprendizagem e no ensino. O objetivo era dotar as escolas de capacidades para desenvolverem abordagens em equipa no domínio da coordenação das TIC e da educação digital.

↑
[VÍDEO: Transformação digital no sistema de ensino da Flandres.](#)

O Ano Europeu das Competências em números

Mais de **2 000**
eventos em
toda a Europa

1,37 milhões
de visitantes a 54 eventos
em 23 Estados-Membros

69 milhões
de pessoas alcançadas
nas redes sociais

190
iniciativas promovidas pela UE
em matéria de competências

90 milhões
de visualizações de vídeos
no YouTube e Twitch

41 milhões
de telespetadores em cinco
países selecionados

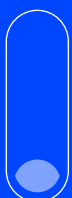
O Ano Europeu das Competências — mudar mentalidades

**PESSOAS MAIS
SENSIBILIZADAS
PARA AS POLÍTICAS
DA UE EM MATÉRIA
DE COMPETÊNCIAS**



26 %
fevereiro de 2023

**PESSOAS MAIS
DISPOSTAS A
FREQUENTAR UM
CURSO DE FORMAÇÃO**



19 %
não viram
iniciativas no
âmbito do Ano das
Competências

**PESSOAS QUE
DIZEM QUE O ANO
TEVE IMPACTO NAS
SUAS VIDAS**



35 %
não viram
iniciativas no
âmbito do Ano das
Competências



53 %
dezembro de 2023



64 %
viram iniciativas
no âmbito do Ano
das Competências



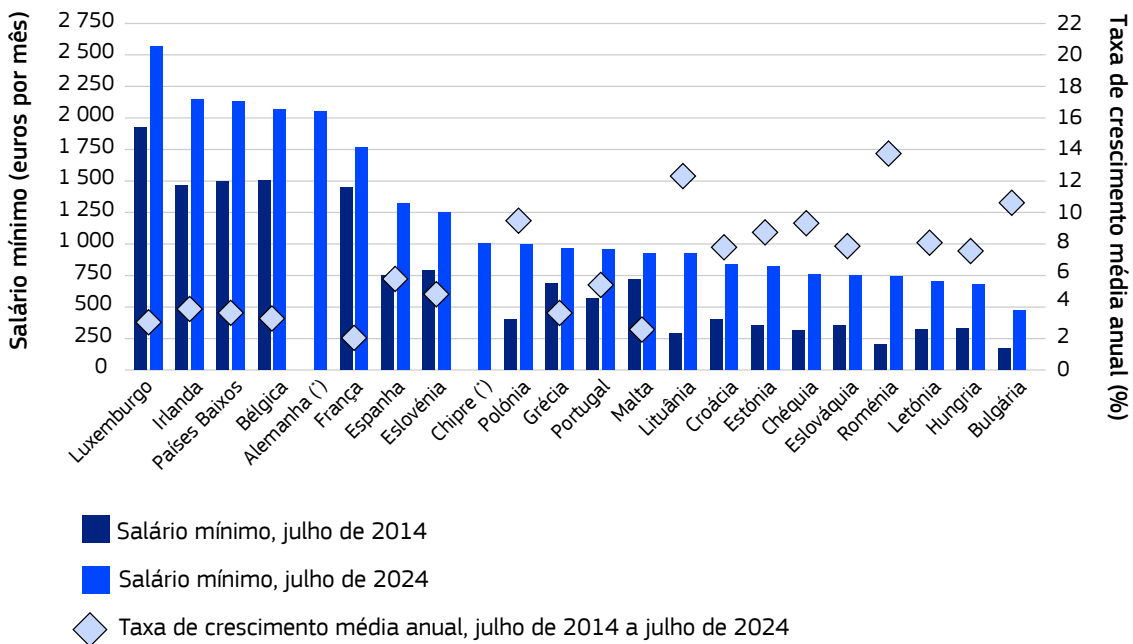
72 %
viram iniciativas
no âmbito do Ano
das Competências

Apoiar os trabalhadores

As novas regras destinadas a assegurar que os trabalhadores auferem salários mínimos nacionais que lhes garantam uma vida digna deviam ser incorporadas nas legislações nacionais até 15 de novembro. A maioria dos Estados-Membros já notificou a Comissão da transposição das novas regras. A aplicação da diretiva relativa a salários mínimos adequados contribuirá para condições de vida e de trabalho mais favoráveis, melhorando a adequação dos salários mínimos nacionais e promovendo a negociação coletiva em matéria salarial. Reforçará igualmente

o acesso dos trabalhadores a uma proteção salarial mínima através de mecanismos mais eficazes para garantir o cumprimento, obrigações de informação e direito de recurso. A diretiva começou já a produzir efeitos positivos, motivando debates nacionais sobre a adequação dos salários mínimos. Consequentemente, nos últimos dois anos, os salários mínimos nacionais aumentaram significativamente na maioria dos Estados-Membros, ajudando a compensar o impacto da elevada inflação no poder de compra dos trabalhadores com salários baixos.

Salário mínimo em toda a União Europeia (2014-2024)



Nota: Dinamarca, Itália, Áustria, Finlândia e Suécia não têm salário mínimo nacional.
 (*) Dados de 2014 e taxa de variação média anual não disponíveis.

Em julho de 2024, o salário mínimo nos Estados-Membros da União Europeia variou entre 477 EUR por mês na Bulgária e 2 571 EUR por mês no Luxemburgo.

Fonte: Eurostat, «Estatísticas do salário mínimo», julho de 2024.

Em 2024, a União Europeia estabeleceu novas regras para melhorar as condições de trabalho de 28 milhões de trabalhadores de plataformas na UE. A Diretiva relativa ao Trabalho nas Plataformas Digitais assegurará a correta classificação do estatuto profissional daqueles que trabalham em plataformas de trabalho digitais. Uma vez reclassificados, estes trabalhadores poderão usufruir dos direitos laborais e prestações sociais a que têm direito. As novas regras promovem igualmente uma maior transparência e responsabilização no que diz respeito aos sistemas automatizados que apoiam ou substituem funções de gestão no trabalho, incluindo o direito de contestar decisões baseadas em algoritmos. Os Estados-Membros têm dois anos para transpor as novas regras para a respetiva legislação nacional.

Além disso, em 2024, prosseguiram a bom ritmo os esforços para reforçar os organismos que representam os trabalhadores europeus em empresas multinacionais. Uma nova proposta de revisão das regras em vigor visa reforçar o papel dos conselhos de empresa europeus, que consultam os trabalhadores e os mantêm informados das decisões suscetíveis de afetar as respetivas condições de emprego ou trabalho. O objetivo é facilitar a criação destes órgãos, melhorar o equilíbrio entre homens e mulheres na sua composição e assegurar a consulta dos trabalhadores antes da tomada de decisões.

O teletrabalho é uma realidade generalizada, especialmente desde a pandemia de COVID-19. Segundo o inquérito às forças de trabalho da UE, a percentagem global de pessoas que trabalham a partir de casa na UE mais que duplicou nos últimos anos, passando de 11,1 % em 2019 para 22,4 % em 2023. Ao mesmo tempo, mais atenção tem sido dada ao impacto da cultura de disponibilidade permanente na saúde mental dos trabalhadores. Em março, foi lançada uma consulta em duas fases dos parceiros sociais sobre o teletrabalho justo e o direito a desligar.

Estima-se que existam cerca de **3,1 milhões** de estagiários na UE. Estágios de qualidade podem ajudar os jovens a obter experiência profissional prática e adquirir novas competências, permitindo simultaneamente aos empregadores atrair, formar e reter pessoal. Em março, a Comissão apresentou uma iniciativa para melhorar as condições de trabalho dos estagiários na UE, designadamente em matéria de remuneração, inclusividade e qualidade dos estágios. Além de rever o atual Quadro de Qualidade para os Estágios, a fim de ter em conta questões como a remuneração justa e o acesso à proteção social, a iniciativa propõe igualmente medidas legislativas para melhorar as condições de trabalho dos estagiários e combater a prática de fazer passar por estágios aquilo que são relações regulares de trabalho.

Para continuar a apoiar o mercado de trabalho, a UE afetou, ao abrigo do Fundo Social Europeu Mais, novo financiamento, no valor de 23 milhões de EUR, a projetos inovadores que visem reduzir o desemprego de longa duração e ajudar as pessoas a encontrarem emprego. O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a favor dos Trabalhadores Despedidos também prestou apoio a cerca de 1 600 trabalhadores despedidos na Bélgica, Dinamarca e Alemanha.



88 %

das pessoas na UE consideram pessoalmente importante uma Europa social.



60 %

estão cientes de, pelo menos, uma iniciativa fundamental recente da UE que reforça uma Europa social.

- 49 %** Diretiva Salários Mínimos
- 38 %** Diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e familiar
- 37 %** Fundo Social Europeu Mais
- 33 %** Garantia para a Infância
- 30 %** Diretiva Trabalho nas Plataformas Digitais
- 29 %** Agenda de Competências

Fonte: Comissão Europeia, Eurobarómetro Especial n.º 546, abril de 2024.

Reforçar o diálogo social

Os parceiros sociais — organizações que representam os interesses dos trabalhadores e dos empregadores da UE — desempenham um papel importante na melhoria das condições de trabalho e produtividade, no reforço da competitividade das empresas europeias e no aumento da prosperidade e resiliência da UE. Este aspeto é especialmente relevante à luz das alterações introduzidas pelas novas tecnologias e da necessidade de uma transição justa para a neutralidade climática. Numa reunião realizada em janeiro em Val Duchesse, em Bruxelas, Bélgica, a UE e os parceiros sociais europeus acordaram em renovar o seu compromisso de reforçar o diálogo social à escala da UE e de unir forças para responder aos principais desafios que se colocam às economias e mercados de trabalho da UE. Os parceiros sociais debateram igualmente os desafios do mercado de trabalho na Cimeira Social Tripartida, em março.



Alexander De Croo (em primeiro plano, à esquerda), então primeiro-ministro da Bélgica, e Ursula von der Leyen (em primeiro plano, à direita), presidente da Comissão Europeia, assinam a Declaração Tripartida para um Diálogo Social Europeu bem-sucedido em Val Duchesse. Bruxelas, Bélgica, 31 de janeiro de 2024.



Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

Espaço Europeu da Educação

O Espaço Europeu da Educação é a principal estratégia política da UE no domínio da educação para ajudar os Estados-Membros a trabalharem em conjunto em prol da criação de sistemas de educação e formação mais inclusivos e resilientes. Visa eliminar os obstáculos à aprendizagem e melhorar o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, e à formação e aprendizagem ao longo da vida para todos. Seguindo esta visão, a UE lançou uma iniciativa para estabelecer alianças entre instituições de ensino superior de toda a Europa.

Nos últimos cinco anos, a iniciativa Universidades Europeias, financiada pelo programa Erasmus+, consolidou a sua importância. Com o acréscimo de 14 novas alianças, que se juntam às 50 anteriormente selecionadas, esta iniciativa cumpriu o objetivo de estabelecer, pelo menos, 60 alianças de universidades europeias e, em meados de 2024, contava com o envolvimento de mais de 500 universidades. Trabalhando em conjunto e congregando recursos, as instituições de ensino superior podem oferecer programas inovadores e as competências de ponta necessárias às transições ecológica e digital em toda a União, bem como aliciantes e competitivos programas de diplomas conjuntos, e atrair e reter talentos de todo o mundo.



VÍDEO: A iniciativa Universidades Europeias.



Na sequência do apelo por parte do setor do ensino superior, incluindo muitas alianças de universidades europeias, no sentido de aumentar o número de programas conjuntos, a Comissão propôs uma via concreta de cooperação entre os Estados-Membros e o setor com vista à criação de um diploma europeu. O plano para um novo tipo de programa, ministrado à escala nacional, regional ou institucional, tem por base seis projetos que envolvem mais de 140 instituições de ensino superior de toda a UE. Esta visão de como tornar o diploma europeu uma realidade foi apresentada juntamente com duas propostas de recomendações do Conselho para apoiar o setor do ensino superior. A primeira visa melhorar os processos de garantia da qualidade e o reconhecimento automático das qualificações no ensino superior, e a segunda procura tornar as carreiras académicas mais atrativas e sustentáveis.



Iliana Ivanova, então comissária europeia da Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, fala numa conferência de imprensa sobre o pacote para o ensino superior. Bruxelas, Bélgica, 27 de março de 2024.

Mobilidade para fins de aprendizagem

Um período de estudos, formação ou trabalho no estrangeiro traduz-se em inúmeras vantagens, designadamente no reforço de competências interculturais e de comunicação. Para melhorar as oportunidades de aprendizagem no estrangeiro para todos, foram estabelecidas novas metas europeias.

Uma temporada noutro Estado-Membro constitui também uma oportunidade para melhorar as competências linguísticas ou aprender uma nova língua. A diversidade linguística é promovida através de projetos financiados pelos programas Erasmus+ e Europa Criativa. Um inquérito de 2024 revelou que, de um modo geral, as pessoas na Europa têm uma atitude positiva em relação ao multilinguismo e à aprendizagem de línguas.

Novas metas em matéria de mobilidade para fins de aprendizagem

- Até 2030, pelo menos **23 %** dos diplomados do ensino superior deverão ter uma experiência de aprendizagem no estrangeiro.
- Até 2030, pelo menos **12 %** dos alunos do ensino e formação profissionais deverão beneficiar de uma experiência de aprendizagem no estrangeiro.
- Até 2027, pelo menos **20 %** de todos os aprendentes que beneficiem de mobilidade para fins de aprendizagem no estrangeiro deverão ser pessoas com menos oportunidades.

Os europeus e as suas línguas



86 % das pessoas na UE consideram que todos os que vivem na UE devem saber falar, pelo menos, uma outra língua além da sua língua materna.



76 % consideram que a melhoria das competências linguísticas deve ser uma prioridade política.



84 % consideram que as línguas regionais e minoritárias devem ser protegidas.



3 em 5 europeus conseguem manter uma conversa em, pelo menos, outra língua que não a sua língua materna (proporção que é de 4 em cada 5 jovens).

Fonte: Comissão Europeia, Eurobarómetro Especial n.º 540, maio de 2024.

A União Europeia também colabora com os governos para tornar o ensino superior na Europa mais inclusivo e acessível através do Processo de Bolonha, que reúne os países pertencentes ao Espaço Europeu do Ensino Superior e a Comissão. Em maio, 47 representantes da UE e de ministérios do ensino superior reafirmaram o seu empenho em apoiar a mobilidade dos estudantes e do pessoal do setor. No Comunicado de Tirana, fizeram o balanço da cooperação no domínio do ensino superior e definiram o rumo para 2025-2027. Acordaram igualmente uma renovação dos compromissos relacionados com a eliminação dos obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem, a internacionalização do ensino superior e o ensino de elevada qualidade, assegurando fortes ligações com iniciativas emblemáticas da UE, como a iniciativa Universidades Europeias e o plano para a criação de um diploma europeu.

Programa Erasmus+

O programa da UE no domínio da educação, formação, juventude e desporto.

- **37 anos de Erasmus+.**
 - **Mais de 16 milhões de participantes em projetos de mobilidade para fins de aprendizagem.**
 - **Mais de 900 000 organizações participantes desde 2014.**
 - **Orçamento de 2024: 4,65 mil milhões de EUR.**
-



2024 assinalou o 20.º aniversário do Erasmus Mundus, a iniciativa europeia de cooperação para o ensino superior financiada pelo programa Erasmus+ e que apoia a criação de diplomas de mestrado conjuntos a nível internacional. Desde o seu lançamento, quase 50 000 estudantes de 179 países participaram em programas de mestrado Erasmus Mundus e mais de 34 000 estudantes receberam uma bolsa de estudo da UE. Os resultados do programa e o seu contributo para o desenvolvimento da dimensão internacional do Erasmus+ foram comemorados numa conferência realizada em maio.

Apoiar a investigação e a inovação

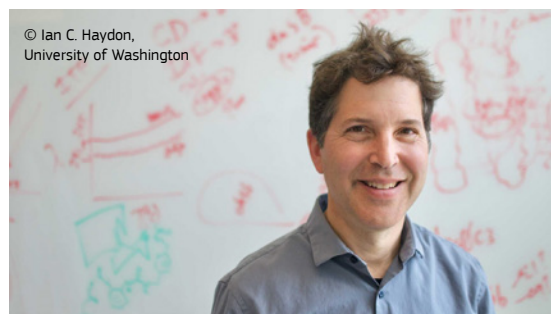
O ano de 2024 assinalou 40 anos desde o lançamento do primeiro programa de financiamento da UE dedicado à investigação e inovação. Desde 1984, a União Europeia investiu mais de 280 mil milhões de EUR na ciência, investigação e inovação, concedendo mais de 120 000 subvenções a cerca de 75 000 beneficiários. Este financiamento criou empregos de qualidade, apoiou empresas inovadoras e reforçou a competitividade e liderança tecnológica da UE. Ao longo das últimas quatro décadas, a UE reforçou o investimento na investigação e inovação e alargou o seu foco para reagir aos desafios globais, explorar o potencial da tecnologia e responder à evolução das necessidades da sociedade. Os frutos deste trabalho foram igualmente reconhecidos pela atribuição de mais de 30 prémios Nobel a investigadores financiados pela UE.



VÍDEO: Comemoração de 40 anos de investigação e inovação.



David Baker, um dos vencedores do Prémio Nobel de 2024.



David Baker, que recebeu financiamento ao abrigo do programa Ações Marie Skłodowska-Curie da UE, foi galardoado com o Prémio Nobel da Química de 2024 «pela conceção computacional de proteínas», juntamente com Demis Hassabis e John M. Jumper «pela previsão da estrutura de proteínas». Junta-se à ilustre lista de 18 bolseiros, cientistas e supervisores do programa que receberam um Prémio Nobel desde 2010.

Horizonte 2020

O relatório final de avaliação sobre o Horizonte 2020, o programa-quadro de investigação e inovação da UE que vigorou de 2014 a 2020, mostra que o investimento em investigação e inovação é extremamente rendível. O relatório concluiu que o Horizonte 2020 deu um importante contributo para a construção de uma sociedade e economia da UE enraizadas no conhecimento e na inovação, e trouxe aos cidadãos europeus vantagens que vão muito além do que teria sido possível alcançar no plano nacional ou regional. O programa financiou soluções concretas — desde novos transportes alimentados a hidrogénio e vacinas de ARNm até à micro e nanoeletrónica — e contribuiu decisivamente para a ciência climática. Cada euro gasto em atividades associadas ao programa traduzir-se-á, em última análise, em cinco EUR de benefícios para os cidadãos da UE até 2040, demonstrando o elevado nível de rentabilidade que o investimento em investigação e inovação representa para a sociedade europeia.

Horizonte 2020 em números



ORÇAMENTO:

**80 mil milhões
de EUR**



PROJETOS FINANCIADOS:

35 000

Contributo para um crescimento de 20 % do emprego em toda a UE.

Horizonte Europa

Uma nova característica do atual programa-quadro de investigação e inovação para 2021-2027, o Horizonte Europa, é a introdução de planos estratégicos desenvolvidos pela Comissão em conjunto com os Estados-Membros, os países associados e o Parlamento, e com o contributo de partes interessadas e cidadãos. O segundo Plano Estratégico do Horizonte Europa, publicado em março, define as prioridades para os três últimos anos do programa (2025-2027). Este plano orientará o financiamento da investigação

e inovação dentro e fora da Europa, a fim de responder aos principais desafios globais, como as alterações climáticas, poluição e perda de biodiversidade, transição digital e envelhecimento demográfico. Com este novo plano estratégico, a UE amplia a ambição do programa em matéria de biodiversidade, comprometendo-se a consagrar 10 % do orçamento total do Horizonte Europa para 2025-2027 a temas relacionados com esta matéria. Este compromisso complementa as metas existentes em matéria de despesas com o clima (35 % ao longo do ciclo de vida do Horizonte Europa) e as principais atividades digitais (13 mil milhões de EUR no mesmo período).

O plano estratégico introduz também o Mecanismo do Novo Bauhaus Europeu, um novo instrumento de financiamento destinado a revitalizar comunidades dentro e fora da UE. Entre 2025 e 2027, serão disponibilizados, ao abrigo do programa Horizonte Europa, 120 milhões de EUR anuais para projetos de investigação e inovação associados ao Novo Bauhaus Europeu, prevendo-se a mobilização de um nível semelhante de financiamento vindo de outros programas da UE para apoiar as fases de implantação. A pioneira iniciativa do Novo Bauhaus Europeu reúne cidadãos, autoridades públicas, especialistas, empresas, universidades e instituições para reimaginar e promoverem em conjunto uma vida sustentável e inclusiva.

No âmbito do Horizonte Europa, o Conselho Europeu de Investigação contribui para expandir as fronteiras do conhecimento em todos os domínios científicos e atribuir bolsas de estudo graças aos seus prestigiosos programas de subvenções. Em 2024, foi atribuído um total de 2,3 mil milhões de EUR de subvenções a projetos selecionados em função da sua excelência científica.

Durante o ano, foram anunciadas verbas no valor de 1,25 mil milhões de EUR para apoiar a investigação no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie, o emblemático programa da UE para formações de doutoramento e pós-doutoramento. Este financiamento apoiará e empregará cerca de 10 000 talentosos investigadores de todo o mundo em todas as fases das suas carreiras.

A fim de melhorar as condições de progressão na carreira e atrair e reter investigadores na Europa, foi lançada, em junho, a Plataforma de Talentos do Espaço Europeu da Investigação. Funcionará como uma plataforma central para facilitar o acesso dos investigadores a instrumentos de desenvolvimento da carreira e a financiamento e colaboração internacional, promovendo a sua mobilidade e progressão profissional em toda a Europa.

Reforço das medidas a favor de uma União da Igualdade

Na UE, a igualdade e a não discriminação são valores e direitos fundamentais. A fim de garantir uma sociedade aberta e inclusiva, a UE pôs em prática uma série de estratégias específicas, com medidas concretas e financiamento para fazer a diferença na vida das pessoas em toda a UE.

Cartões europeus de deficiência e de estacionamento

Em outubro, foram aprovadas novas regras que criam o cartão europeu de deficiência e o cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência. Os cartões serão aplicáveis aos cidadãos da UE e aos membros da sua família com deficiência reconhecida, bem como aos cidadãos de países terceiros com deficiência reconhecida que residam na UE.

Em viagens noutros Estados-Membros, o cartão europeu de deficiência proporcionará aos seus titulares acesso igual a condições especiais e tratamento preferencial numa vasta gama de serviços. Estas condições poderão incluir, por exemplo, acessos prioritários ou gratuitos, assistência pessoal em determinados locais, guias em braille ou áudio, e tarifas gratuitas ou reduzidas. Os titulares de um cartão europeu de estacionamento para pessoas com deficiência poderão aceder às instalações e condições de estacionamento disponibilizadas às pessoas com deficiência noutros Estados-Membros. As novas regras serão aplicáveis a estadas de curta duração até três meses, ou, em alguns casos, por períodos mais longos, por exemplo para titulares de cartões que participem em programas de mobilidade da UE (como projetos Erasmus+ e do Corpo Europeu de Solidariedade). Os Estados-Membros podem também aplicar a diretiva por períodos mais longos a outros titulares de cartões.

O cartão europeu de deficiência complementar os cartões ou certificados nacionais de deficiência, e o novo cartão de estacionamento substituirá o atual cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Prevê-se que ambos estejam operacionais em toda a UE em 2028.



© Cédric Puisney, Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência

↑
Helena Dalli (segunda a contar da direita), então comissária europeia para a Igualdade, apresenta o novo Cartão Europeu de Deficiência juntamente com representantes do Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência. Bruxelas, Bélgica, 6 de setembro de 2023.

Tornar as nossas cidades mais acessíveis

A acessibilidade dos espaços representa um primeiro passo crucial para alcançar a igualdade. O ano de 2024 assinalou o 15.º aniversário do Prémio Cidade Acessível. Este prestigiado prémio reconhece os esforços notáveis que as cidades da UE estão a desenvolver para dar prioridade à acessibilidade das pessoas com deficiência.

Em novembro, Viena, na Áustria, ganhou o Prémio Cidade Acessível de 2025 por constituir um exemplo de como as grandes capitais podem integrar com êxito a acessibilidade em todos os aspetos da vida urbana. Para celebrar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2024, Nuremberga, na Alemanha, recebeu uma menção especial pela criação de infraestruturas desportivas acessíveis, pelo investimento em centros desportivos inclusivos com equipamento adaptado e pela formação para treinadores em desportos adaptáveis e natação inclusiva.



Para assinalar o 15.º aniversário do Prémio Cidade Acessível, representantes de anteriores cidades vencedoras, organizações que representam pessoas com deficiência e associações de partes interessadas reuniram-se para partilhar boas práticas. Recolheram igualmente informações úteis para a segunda fase da Estratégia Europeia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030.



Participantes na mesa-redonda organizada para assinalar o 15.º aniversário do Prémio Cidade Acessível. Bruxelas, Bélgica, 29 de maio de 2024.



VÍDEO: San Cristóbal de La Laguna, Espanha — vencedora do Prémio Cidade Acessível em 2024.



Igualdade de género

Nos últimos anos, a UE realizou progressos significativos na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Entre os objetivos já alcançados contam-se novas regras em matéria de transparência remuneratória para reforçar a aplicação do princípio de salário igual por trabalho igual, novos direitos para melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada e metas para aumentar o equilíbrio entre homens e mulheres em conselhos de administração.

No entanto, apesar desses progressos substanciais, há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade de género. De acordo com o *Relatório de 2024 sobre a Igualdade de Género na UE*, continuam a existir disparidades significativas entre homens e mulheres no mercado de trabalho e em cargos de decisão, incluindo na representação política, e os estereótipos em relação ao papel das mulheres na sociedade continuam a ser um desafio. Além disso, mulheres e raparigas continuam a ser particularmente vulneráveis às consequências da guerra e dos conflitos. O relatório refere igualmente o aumento dos obstáculos à liberdade de expressão, especialmente em linha, e um retrocesso crescente dos direitos das mulheres em várias partes do mundo.

Em 2024, foi adotada legislação inovadora da UE para combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica. O novo ato legislativo estabelece determinadas formas de violência contra as mulheres como infrações penais específicas, nomeadamente a mutilação genital feminina, o casamento forçado e as formas mais generalizadas de ciberviolência (por exemplo, a partilha não consensual de material íntimo ou manipulado, a ciberperseguição e o ciberassédio), juntamente com o incitamento cibernético à violência ou ao ódio com base no género.



1 em cada 3 mulheres na UE já foi vítima de violência física, violência sexual ou ameaças.



Apenas **1 em cada 8** mulheres vítimas de violência denunciou o incidente à polícia.



Apenas **1 em cada 5** mulheres vítimas de violência procurou a ajuda de um prestador de cuidados de saúde ou de serviços sociais.

Fontes: Eurostat; Instituto Europeu para a Igualdade de Género; Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.



A diretiva reforça o acesso das vítimas à justiça e a medidas de proteção e assistência, e obriga os Estados-Membros a aplicarem medidas abrangentes de prevenção e a promoverem o papel central do consentimento nas relações. Os Estados-Membros têm até 14 de junho de 2027 para transpor as novas regras para o direito nacional.

A violência contra as crianças continua também a ser um desafio significativo, tanto dentro como fora da UE. Em abril, a Comissão emitiu recomendações para ajudar os Estados-Membros a reforçarem os respetivos sistemas de proteção infantil. As recomendações refletem as opiniões de mais de 1 000 crianças, recolhidas através da nova Plataforma Europeia para a Participação das Crianças.

Promover a igualdade de género nas políticas públicas e nos processos orçamentais

A fim de apoiar o seu compromisso de promover a igualdade de género, em 2024, a UE disponibilizou conhecimentos técnicos específicos a 12 administrações em nove Estados-Membros (Alemanha, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Portugal e Roménia). O objetivo é ajudá-los a pôr em prática políticas e elaborar orçamentos que promovam e respondam às necessidades de igualdade de género.

Graças às alterações das regras financeiras da UE, as questões de género passarão a ser tidas em conta nos seus programas financeiros. Estas alterações incluem um melhor acompanhamento, que irá agora distinguir as informações por género. Além disso, as atividades apoiadas por fundos da UE terão, sempre que possível — a começar pelo próximo período orçamental (pós-2027) —, de ter em conta as necessidades e prioridades específicas das mulheres e raparigas.

Novas normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade

Os organismos nacionais de promoção da igualdade desempenham um papel importante para garantir a aplicação concreta da legislação da UE em matéria de não discriminação. Promovem a igualdade de tratamento prestando assistência independente às vítimas de discriminação, realizando inquéritos independentes, publicando relatórios independentes e formulando recomendações sobre questões relacionadas com a discriminação. No entanto, apesar do seu valioso trabalho, estes organismos enfrentam atualmente uma série de desafios e encerram ainda um potencial inexplorado na prevenção e combate à discriminação.

A nova legislação adotada pela UE em 2024 conferirá aos organismos de promoção da igualdade maior independência, recursos e competências, contribuindo para reforçar a aplicação da legislação da UE em matéria de não discriminação. Os Estados-Membros têm até 19 de junho de 2026 para adaptar as respetivas legislações nacionais em conformidade.

As novas regras implicam que cabe aos Estados-Membros assegurar que todos os organismos de promoção da igualdade possam:

prestar serviços gratuitos e acessíveis a todas as vítimas e em condições de igualdade;

levar a cabo campanhas de prevenção, promoção e sensibilização;

agir em tribunal em casos de discriminação para prestar um apoio fiável às vítimas.

Os cidadãos da UE consideram que há discriminação generalizada nos seus países

119

MOTIVOS DE DISCRIMINAÇÃO:



65 %

ser de etnia
cigana



60 %

origem
étnica



54 %

orientação
sexual



61 %

cor da pele



57 %

ser transgénero

Fonte: Comissão Europeia, Eurobarómetro Especial n.º 535, dezembro de 2023.

Reforçar a igualdade das pessoas LGBTIQ na Europa

Os resultados do terceiro inquérito LGBTIQ, publicado em maio pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, mostram que as pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transgénero, intersexuais e *queer* (LGBTIQ) são agora mais abertas no seu ambiente social quanto à sua orientação sexual, identidade de género ou características sexuais. No entanto, enfrentam mais situações de assédio e violência. Ao mesmo tempo, os incidentes não denunciados de discriminação, violência e assédio continuam a ser numerosos.

Um relatório sobre a execução da Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ mostra que esta teve um impacto positivo na sua situação na UE. São 12 os Estados-Membros que dispõem de estratégias ou planos de ação para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ que complementam a estratégia da UE, enquanto outros estão atualmente a preparar, pela primeira vez, estratégias ou planos de ação nacionais na matéria. A cooperação com os Estados-Membros será reforçada através da partilha de boas práticas de elaboração e aplicação dos planos de ação nacionais.



1 em cada 2 pessoas LGBTIQ é agora mais aberta sobre a sua orientação sexual.



1 em cada 3 pessoas LGBTIQ é vítima de discriminação.



1 em cada 2 pessoas LGBTIQ é vítima de assédio.



2 em cada 3 pessoas LGBTIQ foram vítimas de intimidação no seu percurso escolar.



1 em cada 7 pessoas LGBTIQ é vítima de violência.

Fonte: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, *LGBTIQ Equality at a Crossroads — Progress and challenges*, 2024.

Combater o racismo em todas as suas formas

Um relatório sobre a aplicação do Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020-2025 mostra que, embora a maioria das medidas tenha sido aplicada, é necessária uma proteção mais eficaz contra a discriminação racial, juntamente com uma prevenção sistemática do racismo. Revela igualmente que estão a ser desenvolvidas medidas e iniciativas de combate ao racismo em todos os domínios de intervenção da UE — desde a educação e o emprego até à ação externa. No entanto, o relatório mostra também que o racismo é generalizado nas estruturas da sociedade, seja no emprego, educação ou acesso à habitação, e que cabe aos Estados-Membros o papel fundamental de dar solução a este problema. Para lá de 2025, a União Europeia continuará a combater o racismo em todas as suas formas e desenvolverá uma estratégia abrangente nesta matéria.

O primeiro relatório intercalar sobre a Estratégia da UE para combater o antissemitismo e apoiar a vida judaica (2021-2030) foi publicado em 2024. Mostra que, desde os ataques do Hamas a Israel, em 7 de outubro de 2023, e a subsequente guerra em Gaza, se tem assistido na Europa ao mais elevado número de incidentes de ódio e de violência contra judeus desde a fundação da União. De acordo com um inquérito de 2023 da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o grau de antissemitismo já era elevado mesmo antes dos ataques do Hamas, exacerbado pela pandemia de COVID-19 e pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O relatório descreve a forma como a UE e os seus Estados-Membros estão a trabalhar para combater o antissemitismo, bem como as medidas que tomaram para reforçar a segurança das comunidades judaicas. Apresenta progressos na criação de estruturas sustentáveis nacionais e ao nível da UE para prevenir e combater o antissemitismo. Em resultado da estratégia da União, 23 Estados-Membros adotaram uma estratégia nacional de combate ao antissemitismo e 20 nomearam um coordenador nacional neste domínio.

96 % dos judeus na Europa já se depararam com atitudes antissemitas em linha ou fora de linha.

80 % afirmam que o antissemitismo aumentou nos últimos anos.

76 % evitam transportar ou ostentar em público artigos que os possam identificar como judeus.

Fonte: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Jewish People's Experiences and Perceptions of Antisemitism — EU Survey of Jewish People, 2024.

Segundo o relatório intitulado *Being Muslim in the EU — Experiences of Muslims*, publicado pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia em outubro, quase um em cada dois muçulmanos na UE enfrenta atitudes racistas e discriminatórias na sua vida quotidiana — um aumento acentuado desde 2016. As mulheres, homens e crianças muçulmanos são visados, tanto em linha como fora de linha, não só devido à sua religião, mas também pela cor da pele e pela sua origem étnica ou imigrante. Os números constantes do relatório foram recolhidos antes dos ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023 e da guerra que se seguiu em Gaza, que vieram acentuar o ódio antimuçulmano.

Um relatório sobre a aplicação dos quadros estratégicos nacionais relativos aos ciganos destaca os progressos realizados pelos Estados-Membros e pelos países do alargamento na criação das estruturas, processos e programas necessários para a aplicação efetiva desses quadros estratégicos. Embora estes esforços constituam um importante passo na direção certa, há ainda espaço para uma maior ambição no sentido de alcançar plenamente as metas da UE para 2030, que avaliam de que forma foram atingidos os objetivos do Quadro Estratégico da UE para os Ciganos nos domínios da igualdade, inclusão socioeconómica e participação significativa da comunidade cigana. A UE continua empenhada em apoiar os Estados-Membros por meio da formulação de orientações e do acompanhamento da aplicação dos respetivos quadros nacionais relativos a este grupo da população.

Celebrar sociedades inclusivas

O Mês Europeu da Diversidade, celebrado em maio, encarna o compromisso a longo prazo da UE para com locais de trabalho e sociedades diversificados e inclusivos. Em 2024, realizaram-se mais de 50 eventos em toda a União. Um dos destaques foi a terceira edição do Prémio Capitais Europeias da Inclusão e da Diversidade, que reconhece o trabalho realizado

por cidades, localidades ou regiões da UE na promoção da inclusão e criação de sociedades isentas de comportamentos discriminatórios. Este ano foi incluída uma categoria específica de prémios para autoridades que, ao combater a violência contra as mulheres, promovem cidades, localidades e regiões seguras.

Os vencedores do prémio Capitais Europeias da Inclusão e da Diversidade

AUTORIDADES LOCAIS COM MAIS DE 50 000 HABITANTES



Zagrebe, Croácia



Växjö Kommun, Suécia



La Laguna, Espanha

AUTORIDADES LOCAIS COM MENOS DE 50 000 HABITANTES



Corbetta, Itália



Miranda de Ebro, Espanha



Casares, Espanha

PRÉMIO ESPECÍFICO



Ljubljana, Eslovénia



Miranda de Ebro, Espanha



Växjö Kommun, Suécia



CAPÍTULO 7

Proteger as pessoas e as liberdades

Introdução

Em 2024, a União Europeia tomou medidas abrangentes para proteger os seus cidadãos de ameaças, tanto dentro como fora das suas fronteiras, tendo começado a trabalhar para garantir que a Europa está mais bem preparada para responder a crises graves. A UE continuou a intensificar medidas para reforçar a segurança e defesa europeias e introduziu novas medidas para combater o tráfico de seres humanos, o tráfico de droga e a criminalidade organizada. O ano de 2024 marcou igualmente o início de uma nova era na gestão da migração. Com o Pacto em matéria de Migração e Asilo agora em vigor, a União Europeia dispõe de instrumentos para gerir a migração de forma metódica, com base nos princípios da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades. O importante trabalho de criação das condições necessárias para as reformas está em curso, tendo os Estados-Membros elaborado os seus

planos nacionais de execução. Em dezembro foi alcançado outro marco, na sequência da decisão de suprimir os controlos nas fronteiras terrestres internas com e entre a Bulgária e a Roménia a partir de 1 de janeiro de 2025. A UE continuou também a trabalhar no sentido de proteger a saúde dos cidadãos, tendo levado a cabo reformas em matéria de medicamentos. Foram introduzidas novas iniciativas, incluindo medidas importantes para melhorar a saúde mental e o bem-estar, em especial entre as crianças e jovens.



Mulheres migrantes trabalham num pomar no âmbito de um programa de integração socioprofissional em Culleredo, Espanha, 19 de junho de 2024. Esta iniciativa financiada pela UE apoia migrantes em situações vulneráveis, incentiva o desenvolvimento de competências e a inclusão no mercado de trabalho, e promove a igualdade de género.

Proteger os cidadãos

As graves crises dos últimos anos, como a pandemia que afetou o mundo inteiro, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e as catástrofes meteorológicas causadas pelas alterações climáticas, não se revelaram isoladas nem transitórias. Evidenciam o facto de a Europa ter de estar pronta e preparada para responder a qualquer crise e a qualquer momento. O reforço da preparação da Europa para crises futuras é fundamental para assegurar a proteção dos cidadãos e o bom funcionamento das economias e sociedades da União Europeia.

O relatório elaborado por Sauli Niinistö, *Safer Together*, publicado em outubro, avalia os complexos desafios que a UE enfrenta e indica formas de impulsionar a preparação

civil e militar e a prontidão perante crises futuras. O relatório apresenta cerca de 80 recomendações de medidas a curto prazo, e entre médio a longo prazo, que contribuirão para consolidar uma preparação abrangente. Partindo destas propostas, a Comissão Europeia e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança estão a desenvolver a Estratégia da União da Preparação, que envolverá a mobilização de intervenientes em todos os níveis de governo (do nível local ao nível da UE, e das autoridades civis às forças armadas) e incluirá a participação de todas as partes da sociedade (setor privado, sociedade civil e cidadãos).

**58 %**

das pessoas na União Europeia não se sentem bem preparadas para catástrofes.

**37 %**

foram vítimas diretas de uma catástrofe (que não a COVID-19) nos últimos 10 anos.

**46 %**

sabem o que fazer em caso de catástrofe.

**82 %**

consideram que a UE deve estar mais envolvida nos esforços de preparação para futuras crises.

Fontes: Comissão Europeia, [Eurobarómetro Flash n.º 546](#), junho de 2024; Comissão Europeia, [Eurobarómetro Especial n.º 547](#), setembro de 2024.

Reforçar as capacidades de defesa

Os Estados-Membros estão já a trabalhar em conjunto para enfrentar ameaças e desafios em matéria de segurança, mediante uma visão estratégica comum para a segurança e defesa da UE para os próximos anos.

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia incentivou a UE a tornar as indústrias de defesa da Europa mais fortes, mais reativas e mais inovadoras. A primeira Estratégia Industrial de Defesa Europeia, apresentada em março, visa assegurar que a UE tem os seus sistemas e equipamentos de defesa prontos quando necessário. A estratégia beneficiará não só a União Europeia, mas também os nossos principais aliados, nomeadamente a OTAN e a Ucrânia. É apoiada por um programa de financiamento de 1,5 mil milhões de EUR para o período de 2025-2027, a fim de preparar a indústria europeia de defesa.

Estratégia Industrial de Defesa Europeia — metas para 2030

- **Adquirir, pelo menos, 40 %** do equipamento de defesa por meio da aquisição conjunta.
- **Despender, pelo menos, 50 %** do orçamento destinado a contratos públicos no setor da defesa em produtos e serviços europeus.
- **Realizar, pelo menos, 35 %** das transações comerciais em bens de defesa entre os Estados-Membros (e não com outros países).

Além de aumentarem regularmente as suas despesas com a defesa, os Estados-Membros são incentivados a adquirirem conjuntamente produtos de defesa, focando-se em apoiar as indústrias europeias de defesa. Em novembro, foram selecionados cinco projetos transfronteiriços para financiamento ao abrigo do novo programa da União Europeia destinado a incentivar a cooperação em matéria de contratos públicos no setor da defesa. Em conjunto, estes projetos representam a aquisição combinada de produtos de defesa no valor de mais de 11 mil milhões de EUR para as forças armadas dos Estados-Membros. Os projetos selecionados envolvem 20 Estados-Membros e incluem, na sua maioria, a aquisição de produtos de defesa destinados à Ucrânia.

Ao mesmo tempo, a execução do primeiro incremento industrial de produção de munições já está a dar frutos. Foram atribuídos mais de 500 milhões de EUR em subvenções e a produção europeia de munições de artilharia aumentou a sua capacidade para um milhão de projéteis com carga por ano.

Três anos após o seu lançamento, o Fundo Europeu de Defesa já autorizou quatro mil milhões de EUR para apoiar 160 projetos colaborativos no domínio da defesa, abrangendo uma vasta gama de tecnologias e capacidades e apoiando a competitividade da indústria europeia de defesa. O lançamento do novo mecanismo de capital próprio no setor da defesa da UE visa melhorar o acesso ao financiamento para o setor da defesa e apoiar um sistema próspero de empresas em fase de arranque e de pequenas empresas neste setor.

Em consonância com o seu Plano de Ação para a Mobilidade Militar, a UE está a financiar 38 novos projetos que irão melhorar a movimentação de tropas e equipamento ao longo da rede transeuropeia de transportes. Com um orçamento de 807 milhões de EUR, estes projetos irão modernizar as principais infraestruturas de transporte na UE, tanto para o transporte civil como militar. Em 2024, foi adotado um novo Compromisso de Mobilidade Militar para colmatar as lacunas que subsistem na mobilidade militar.

Responder às ameaças contra a segurança

Um relatório sobre os progressos realizados no âmbito da Estratégia para a União da Segurança, publicado em maio, mostra que as muitas medidas legislativas e operacionais tomadas desde a sua adoção tornaram a UE mais bem preparada para enfrentar desafios de segurança. No entanto, o cenário de ameaças em constante evolução exige que se aproveitem todas as oportunidades para dar resposta a potenciais vulnerabilidades.

As ameaças híbridas são um dos desafios mais complexos e em constante evolução que a União Europeia e os seus Estados-Membros enfrentam. Podem incluir, por exemplo, a obstrução dos processos democráticos de tomada de decisão através de campanhas de desinformação e a utilização das redes sociais para controlar a narrativa política. A UE já adotou uma vasta gama de medidas para combater estas ameaças, incluindo o conjunto de instrumentos contra as ameaças híbridas que está agora em funcionamento e que foi ativado para responder à intensificação da campanha híbrida da Rússia contra a UE e os seus Estados-Membros. Em outubro, a União Europeia adotou um novo regime de sanções em resposta às atividades híbridas da Rússia. Os Estados-Membros concluíram a criação de equipas de resposta rápida às ameaças híbridas, que serão um dos principais instrumentos para apoiar os Estados-Membros, países parceiros e missões da União Europeia na luta contra estas ameaças e campanhas.

O ciberespaço, em particular, tornou-se um domínio de concorrência estratégica. A implementação da política de ciberdefesa da UE progrediu em 2024, com o início dos trabalhos preparatórios relativos ao Centro de Coordenação da Ciberdefesa da UE, que reforçará o conhecimento situacional da comunidade de defesa. A fim de acompanhar a execução desta política, foi publicado em outubro o primeiro censo da UE sobre ciberdefesa, estando um segundo em curso.

Tendo em conta a transformação geopolítica sem precedentes do plano espacial e o papel fundamental da UE neste campo, foi dada maior ênfase aos aspetos globais de segurança do espaço e à implementação da Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa. As iniciativas centraram-se, em especial, na melhoria do entendimento comum das ameaças espaciais

e de como lhes responder. Em abril, a Comissão, juntamente com a Agência da União Europeia para o Programa Espacial, lançou o centro de partilha e análise de informações espaciais da UE. Esta iniciativa colaborativa para as empresas do setor espacial da União visa incentivar a partilha de boas práticas, com vista a reforçar a segurança dos sistemas espaciais da UE.

No mar, a UE reforçou o seu papel de interveniente na segurança marítima e as suas relações com parceiros externos neste domínio. Em maio, decorreu o primeiro exercício de segurança marítima que envolveu os Estados-Membros, as instituições da UE e as agências especializadas, e que constituiu um marco fundamental no âmbito da Estratégia de Segurança Marítima revista. O exercício centrou-se na proteção das infraestruturas submarinas essenciais e na luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada nas águas da UE. Incluiu um teste bem-sucedido de uma nova iniciativa de partilha de informações, que permite o intercâmbio seguro e em tempo real de informações entre as autoridades marítimas da UE e que entrou em funcionamento em julho. A Comissão assinou convenções de subvenção no valor de 142 milhões de EUR para 21 projetos destinados a modernizar ou implantar novos cabos *backbone* de conectividade, incluindo cabos submarinos.

Combater o tráfico de seres humanos

Todos os anos, milhares de pessoas são vítimas de tráfico de seres humanos na UE — tanto cidadãos da União como de países terceiros. Por conseguinte, a União Europeia e os seus Estados-Membros estão a intensificar esforços para combater este crime grave. Graças à sua ação, foram efetuadas mais de 450 detenções e apreendidos 4,1 milhões de EUR só em 2023. A Diretiva Antitráfico da UE revista, que entrou em vigor em julho, introduz regras mais rigorosas para combater o tráfico de seres humanos. Proporciona instrumentos reforçados para ajudar as autoridades públicas a investigar e exercer ação penal em relação aos crimes de tráfico, acrescenta novas definições de exploração às já abrangidas pela legislação da UE nesta matéria e torna a exploração sexual em linha uma circunstância agravante. Assegura também um melhor apoio às vítimas. Os Estados-Membros dispõem de até dois anos para adaptar as respetivas legislações nacionais.

41 % das vítimas de tráfico de seres humanos são sujeitas a *exploração laboral*.

41 % das vítimas de tráfico de seres humanos são sujeitas a *exploração sexual*.



↑
VÍDEO: A campanha da UE «Acaba com o tráfico de seres humanos. Quebra a corrente invisível» ajuda a sensibilizar o público para este tipo de crime, que priva as pessoas dos seus direitos fundamentais.

Em junho, o grupo focal de procuradores especializados contra o tráfico de seres humanos reuniu-se para trocar pontos de vista, experiências e melhores práticas na investigação e repressão de casos complexos de tráfico de seres humanos. Organizadas pelo Coordenador da Luta Antitráfico da UE e pela Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal, as reuniões visam reforçar a cooperação judiciária em casos transfronteiriços de tráfico de seres humanos e melhorar a resposta da justiça penal através de um maior entendimento deste crime.

Intensificar a luta contra o tráfico de droga e a criminalidade organizada

O tráfico de droga é uma das principais ameaças à segurança interna da UE, com quase 40 % das organizações criminosas sediadas na UE a estarem exclusivamente relacionadas com o comércio ilegal de droga. Para ajudar a combater a evolução das ameaças nesta matéria, a UE lançou, em julho, a Agência da União Europeia sobre Drogas. A nova agência, que parte das realizações do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, tem mais poderes que o seu antecessor para enfrentar os desafios atuais e futuros colocados pela droga na UE. O seu trabalho reforçará a deteção precoce de substâncias perigosas e, além disso, a agência criará uma rede de laboratórios forenses, melhorando a resposta da Europa a novas epidemias de droga. Abordará igualmente os complexos desafios da criminalidade relacionada com a droga, os seus impactos na saúde e os custos sociais salientados no *Relatório Europeu sobre Drogas 2024: Tendências e Evoluções*.



↑
Ylva Johansson, então comissária europeia dos Assuntos Internos, à entrada da nova sede da Agência da União Europeia sobre Drogas. Lisboa, Portugal, 3 de julho de 2024.

A adoção do Roteiro da UE em matéria de luta contra o tráfico de droga e o crime organizado conduziu a várias iniciativas que estão a ajudar a dismantlar redes criminosas. Por exemplo, a parceria público-privada da Aliança Europeia dos Portos foi lançada em janeiro para proteger os portos contra o tráfico de droga e a infiltração da criminalidade, reforçando a gestão dos riscos e a imposição da lei, bem como a colaboração entre os setores público e privado.

Além disso, foi criada a Rede Judiciária Europeia contra a Criminalidade Organizada, apoiada pela Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal, com vista a melhorar a partilha de informações e boas práticas entre os procuradores.



Autoridades policiais em toda a UE trabalham em conjunto para combater o tráfico de droga e a criminalidade organizada por meio da Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas. Em 2023, os Estados-Membros, apoiados pela Comissão e pelas agências da União Europeia através desta iniciativa, procederam a mais de 13 800 detenções e apreensões avaliadas em quase 800 milhões de EUR, incluindo 197 toneladas de droga.



VÍDEO: Os resultados de 2023 da Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminosas.

As medidas de recuperação de ativos permitem às autoridades policiais detetar e dismantlar redes de organizações criminosas dentro e fora da União Europeia. Uma nova lei adotada em 2024 visa garantir que os criminosos não possam manter ganhos ilícitos. Este conjunto abrangente de regras inclui a recuperação de ativos do início ao fim do processo — desde a deteção, identificação, congelamento e gestão até ao confisco e alienação definitiva dos ativos. Entretanto, em julho, entraram em vigor novas regras que proporcionarão às autoridades policiais acesso mais rápido a informações

financeiras, o que as ajudará a realizar investigações financeiras, permitindo-lhes identificar se um suspeito detém contas bancárias noutros Estados-Membros.

Com o aumento da criminalidade transfronteiriça, a UE confronta-se cada vez mais com situações em que vários Estados-Membros têm competência para exercer a ação penal no mesmo processo. Para responder aos desafios das múltiplas ações penais, no contexto da estratégia da UE de luta contra a criminalidade organizada, foram adotadas em 2024 novas regras que estabelecem um quadro jurídico para a transferência de processos penais de um Estado-Membro para outro.

Medidas para combater o terrorismo

A radicalização que conduz ao extremismo violento e ao terrorismo é uma preocupação nos Estados-Membros e não só. Em junho, a Comissão lançou o Polo de Conhecimentos da UE sobre a Prevenção da Radicalização, uma plataforma de ligação em rede para a colaboração transfronteiriça, a elaboração de recomendações políticas e a disponibilização de instrumentos de prevenção.

A prevenção da radicalização inclui a supressão de conteúdos terroristas em linha. Um relatório sobre a aplicação do Regulamento Conteúdos Terroristas em Linha mostra que este tem sido eficaz na supressão de conteúdos extremistas. Desde a entrada em vigor do regulamento, em junho de 2022, foram emitidas mais de 1 200 decisões de supressão. O regulamento obriga os prestadores de serviços a suprimir conteúdos terroristas o mais rapidamente possível e, em qualquer circunstância, no prazo de uma hora após receção de uma ordem de supressão emitida por uma autoridade nacional competente.

Em 2024, foram adotadas novas regras quanto à profundidade mínima das marcações de armas de fogo. Esta medida melhorará a rastreabilidade das armas de fogo em toda a UE, facilitando as investigações e promovendo o comércio seguro. Em março, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a acordo sobre regras novas e mais rigorosas para a importação, exportação e trânsito de armas de fogo para utilização civil. Esta iniciativa introduz procedimentos harmonizados e a concessão de licenças digitais, facilitando a rastreabilidade e dificultando a criminalidade organizada.

Um novo começo na gestão da migração e do asilo

Em maio de 2024, a UE adotou formalmente 10 atos legislativos que, em conjunto, constituem o Pacto em matéria de Migração e Asilo. Este novo conjunto de regras tem por base as anteriores propostas de reforma e introduz alterações às mesmas, oferecendo uma abordagem abrangente que visa reforçar e integrar as principais políticas da União Europeia em matéria de migração, asilo, gestão das fronteiras e integração.

Pela primeira vez, a União disporá de um mecanismo de solidariedade permanente obrigatório, o que significa que nenhum Estado-Membro confrontado com uma súbita pressão em matérias de migração terá de gerir a situação sozinho. A migração é parte integrante do aprofundamento das relações da União Europeia com parceiros de todo o mundo, com os quais colabora para dar resposta às causas profundas da migração irregular, combater a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, e promover vias legais de entrada na UE.

Na sequência da entrada em vigor das novas regras em junho, os Estados-Membros têm até meados de 2026 para pôr em prática o novo quadro. A fim de apoiar os Estados-Membros na execução do pacto, a Comissão apresentou um plano de execução comum que define os marcos a alcançar, nas medidas nacionais e da UE, para tornar o pacto realidade ao longo dos próximos dois anos. Partindo deste plano, os Estados-Membros elaboraram planos nacionais de execução, que deviam ser apresentados até 12 de dezembro.

Nove Estados-Membros receberam aconselhamento técnico personalizado para os ajudar na elaboração dos seus planos nacionais de execução do Pacto em matéria de Migração e Asilo. O instrumento de assistência técnica, que ajuda os Estados-Membros a conceberem e executarem reformas, prestou apoio e orientação em domínios fundamentais relacionados com a nova legislação, tais como os processos operacionais, as opções políticas e a utilização estratégica dos fundos da União. Este projeto emblemático continuará a apoiar os Estados-Membros em 2025.

Embora o conjunto completo de reformas em matéria de migração e asilo proporcione uma solução sustentável a longo prazo, foram também aplicadas medidas operacionais concretas no terreno para fazer frente aos desafios imediatos e atuais. A União Europeia lançou quatro planos de ação centrados em rotas migratórias específicas, a saber, as rotas do Mediterrâneo Oriental; do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico; dos Balcãs Ocidentais; e do Mediterrâneo Central, juntamente com um plano em 10 pontos para a ilha italiana de Lampedusa. Estas iniciativas puseram em prática medidas concretas, incluindo o apoio financeiro aos Estados-Membros e o reforço da gestão das fronteiras.



we have witnessed the movement of people within,



VÍDEO: O Pacto em matéria de Migração e Asilo — em vias de se tornar realidade.

Desde 2022, o Mecanismo de Solidariedade Voluntária, que apoia os Estados-Membros mais afetados pela pressão migratória, recolocou mais de 5 000 requerentes de asilo noutros países europeus. Trata-se de um passo gradual no sentido de um mecanismo permanente de recolocação entre os Estados-Membros. A partir de meados de 2026, a recolocação será um tipo de medida de solidariedade que os Estados-Membros contribuintes podem escolher no âmbito do novo quadro de solidariedade. Podem também optar por contribuições financeiras ou medidas de solidariedade alternativas (por exemplo, apoio em pessoal e em espécie).

Fazer frente à migração irregular

A Agência da União Europeia para a Cooperação Policial estima que mais de 90 % dos migrantes em situação irregular chegam à UE graças à intervenção de passadores. As redes de introdução clandestina de migrantes estão estreitamente ligadas a outras formas de criminalidade grave e organizada, incluindo o terrorismo, tráfico de seres humanos e branqueamento de capitais, o que aumenta a urgência da ação e cooperação com os parceiros internacionais.

Estão em curso negociações sobre um conjunto de iniciativas propostas em 2023 com vista a atualizar o quadro jurídico da UE, já com 20 anos, para combater a introdução clandestina de migrantes e reforçar as regras sobre cooperação policial, a fim de harmonizar as sanções aplicáveis aos passadores, aumentar os recursos e melhorar a recolha de dados. Além disso, a Aliança Mundial contra o Tráfico de Migrantes, lançada em novembro de 2023, está a reforçar a cooperação com os países parceiros em matéria de prevenção, resposta, proteção e alternativas à migração irregular.

A UE lançou uma série de iniciativas para combater a introdução clandestina de migrantes, incluindo projetos de parceria operacional comum, que reúnem as autoridades policiais e judiciais, sensibilizam para os riscos da migração irregular e fornecem informações sobre

alternativas de migração legal. Um projeto-piloto de sensibilização no Mediterrâneo Central foi lançado em Itália pelo Grupo de Contacto Europeu para as Operações de Busca e Salvamento.

Os últimos anos demonstraram que desafios significativos relacionados com a migração irregular e segurança podem resultar da isenção de visto para viajar para a UE. Os regimes de concessão de cidadania a investidores — geridos por países fora da UE isentos da obrigação de visto que procuram atrair investimento através da concessão de cidadania aos investidores ou de direitos de residência no país em causa — constituem um desses desafios. Em maio, a Comissão propôs a reintrodução permanente da obrigação de visto para os cidadãos de Vanuatu, depois de ter avaliado que os regimes de concessão de cidadania a investidores desse país representavam um risco para a segurança da União Europeia e dos seus Estados-Membros.

Gerir o regresso dos migrantes em situação irregular

Um sistema de migração funcional deve assegurar o regresso efetivo das pessoas que não têm o direito legal de permanecer na UE. Com o Roteiro para os Regressos e o apoio do coordenador responsável pelos regressos, estão em curso ações para ajudar os Estados-Membros a acelerarem este processo e para facilitar a reintegração dos repatriados. O recurso mais frequente ao reconhecimento mútuo das decisões de regresso ajudará a acelerar o processo, juntamente com um maior apoio da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. Foi disponibilizado financiamento no valor de 25 milhões de EUR, ao abrigo do Fundo para o Asilo, Migração e Integração, para ajudar os Estados-Membros nos seus programas de regresso voluntário.

Vias seguras e legais de migração para a Europa

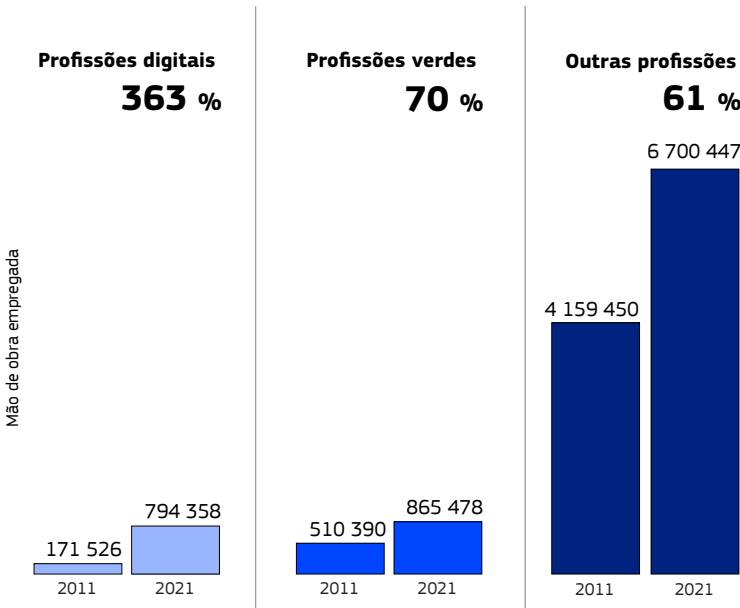
O Regulamento que institui o Quadro da União de Reinstalação e de Admissão por Motivos Humanitários, que entrou em vigor em junho no âmbito do Pacto em matéria de Migração e Asilo, cria uma estrutura permanente para reforçar vias seguras e legais de entrada na União Europeia para pessoas que necessitem de proteção internacional. Este ato estabelecerá um procedimento unificado para as operações de reinstalação e admissão por motivos humanitários, com base num plano de dois anos, que fixará o número de refugiados a admitir na UE. Um recém-criado Comité de Alto Nível de Reinstalação e de Admissão por Motivos Humanitários apoiará a Comissão para garantir o funcionamento do novo sistema.

Desde 2015, os programas de reinstalação patrocinados pela União Europeia, que envolvem um número significativo de Estados-Membros, ajudaram mais de 128 000 pessoas, entre as mais vulneráveis e a necessitar de proteção internacional, a encontrarem abrigo na UE. Para o período de 2024-2025, 14 Estados-Membros comprometeram-se a disponibilizar mais de 61 000 lugares para refugiados ao abrigo deste regime.

Além das políticas destinadas a ajudar aqueles que precisam de proteção internacional, políticas de migração bem geridas que proporcionem alternativas legais para as pessoas que chegam à UE impulsionam a economia e reforçam a cooperação com os parceiros internacionais. Todos os anos, entre três e 3,5 milhões de nacionais de países terceiros vêm viver legalmente na UE, principalmente para trabalhar, e ajudam a responder às necessidades do mercado de trabalho da UE que não são plenamente satisfeitas pelos trabalhadores da União. Os nacionais de países terceiros empregados na UE estão, cada vez mais, a colmatar lacunas importantes nas profissões persistentemente afetadas pela escassez de trabalhadores.

Mais de **27 milhões de pessoas** que vivem na UE são cidadãos de países terceiros — **cerca de 6 %** da população total.

Nacionais de países terceiros empregados (2011-2021)



Fonte: Comissão Europeia, Inquérito às Forças de Trabalho do Eurostat 2011-2021, elaboração do Centro Comum de Investigação, 12 de junho de 2024.

O plano de ação sobre a escassez de mão de obra e de competências na UE (ver capítulo 6), apresentado pela Comissão, reafirmou a importância das medidas de atração de talentos, estabelecendo prioridades neste domínio. Uma revisão da Diretiva Autorização Única foi adotada em abril, no âmbito dos esforços para atrair competências e talentos. A diretiva estabelece um procedimento de pedido simplificado e uma autorização única para conferir aos nacionais de países terceiros o direito de trabalharem e residirem na UE. As novas regras garantem proteção e tratamento justo e equitativo aos trabalhadores de países terceiros. A autorização não estará ligada a um único empregador, o que significa que os trabalhadores de países terceiros poderão mudar

de emprego, permitindo-lhes maior flexibilidade para trabalharem e viverem na UE durante o período de validade da autorização.

A União Europeia prosseguiu os seus trabalhos de operacionalização das parcerias de talentos já lançadas com o Egito, Marrocos e Tunísia. Além disso, lançou novos programas com o Bangladexe e o Paquistão no âmbito do seu compromisso mais amplo com estes países em matéria de gestão da migração. A iniciativa reforça as vias legais para a União Europeia, apoiando a mobilidade laboral internacional dos trabalhadores qualificados através de uma melhor correspondência entre oferta e procura de mão de obra no mercado de trabalho.

O espaço Schengen

O espaço Schengen tornou-se o maior espaço de livre circulação do mundo. Com a adesão da Bulgária e da Roménia em 2024, cresceu para abranger uma área de 4,5 milhões de quilómetros quadrados e uma população de 458 milhões de habitantes. Reconhecendo o contributo destes dois Estados-Membros para o funcionamento do espaço Schengen, os controlos nas fronteiras aéreas e marítimas foram suprimidos em 31 de março. Em dezembro, os Estados-Membros acordaram unanimemente em suprimir os controlos nas fronteiras terrestres internas dos dois países a partir de 1 de janeiro de 2025, completando a sua plena entrada no espaço Schengen.

A gestão eficaz das fronteiras externas da UE é um elemento fundamental para um espaço Schengen sem controlos nas fronteiras internas. A Bulgária e a Roménia reforçaram a cooperação em matéria de gestão das fronteiras para apoiar a sua adesão ao espaço Schengen. Através de quadros de cooperação individuais, estes dois Estados-Membros continuarão a contribuir para os esforços conjuntos europeus na resposta aos desafios da União em matéria de segurança nas fronteiras externas e de migração.

Em 2024, a UE reviu o Código das Fronteiras Schengen para reforçar a governação do espaço Schengen e melhor equipar os Estados-Membros para enfrentarem os desafios nas fronteiras externas da UE e as ameaças transfronteiriças

para a saúde e segurança. As regras revistas tornam os controlos nas fronteiras internas uma medida de último recurso, promovem alternativas e introduzem um mecanismo de transferência para os movimentos irregulares. Respondem à instrumentalização dos migrantes nas fronteiras externas da UE, oferecendo aos Estados-Membros a possibilidade de limitarem o número de pontos de passagem fronteiriços ou de reduzirem o seu horário de funcionamento. As regras permitem igualmente o reforço das medidas de vigilância das fronteiras. A Comissão também intensificou o apoio aos Estados-Membros para os ajudar no combate às ameaças híbridas decorrentes da instrumentalização da migração por parte da Rússia e da Bielorrússia, e no reforço da segurança nas fronteiras externas da UE.

O mais recente relatório sobre o estado de Schengen avaliou a evolução registada no ano anterior e definiu as principais prioridades para 2024 e 2025. O relatório revelou que, em 2023, foram emitidos mais de 10 milhões de vistos Schengen e mais de 500 milhões de passageiros visitaram o espaço Schengen, atingindo 92 % dos níveis de 2019 (anteriores à COVID-19). Isto contribuiu de forma significativa para a economia da União Europeia, dado que o turismo gera cerca de 10 % do produto interno bruto da UE e emprega aproximadamente 22,6 milhões de pessoas.

Forte apoio dos cidadãos e das empresas ao espaço Schengen



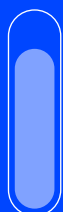
63 %

das pessoas na União Europeia consideram o reforço da cooperação no espaço Schengen a principal prioridade da UE até 2030.



33 %

das empresas afirmaram que o espaço Schengen diminui custos devido à ausência de controlos nas fronteiras internas.



83 %

das empresas concordam que o espaço Schengen é benéfico para o negócio e 81 % consideram-no uma das principais conquistas da UE.

Fontes: Comissão Europeia, Eurobarómetro Especial n.º 549, outubro de 2024; Comissão Europeia, Eurobarómetro Flash n.º 542, outubro de 2024.

Novos procedimentos para viajar para a Europa

O Sistema de Entrada/Saída é um sistema informático automatizado que registará os nacionais de países terceiros que viajem para a Europa para estadas de curta duração, sempre que estes atravessarem as fronteiras externas de qualquer um dos Estados-Membros ou dos países associados ao espaço Schengen. Um registo digital substituirá a aposição manual de carimbos no passaporte. Ajudará a detetar pessoas que ultrapassaram o período de estada autorizada, assegurará a partilha de informações em tempo real e melhorará a segurança, prevenindo a fraude de identidade. Permitirá igualmente automatizar os controlos nas fronteiras externas, acelerando progressivamente os procedimentos e facilitando e melhorando a experiência de viagem. O sistema é uma etapa essencial do processo de digitalização dos sistemas de controlo das fronteiras da Europa, reforçando ainda mais a abordagem da UE para a gestão integrada das fronteiras. Em dezembro, a Comissão apresentou uma proposta para pôr em funcionamento, de forma progressiva, o Sistema de Entrada/Saída. Uma vez aprovada a proposta e fixada uma data de início, os Estados-Membros disporão de seis meses para o implantar.

Este novo sistema abrirá igualmente caminho ao Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem, que em breve simplificará as viagens de milhões de visitantes de fora da UE. Uma vez operacional, os viajantes que não necessitem de visto para entrar em 30 países europeus terão de solicitar uma autorização de viagem através deste sistema. Esta autorização está associada ao passaporte do viajante e será válida por um período máximo de três anos ou até que o passaporte caduque, consoante o que ocorrer primeiro.

Uma nova iniciativa para digitalizar passaportes e bilhetes de identidade tem como objetivo tornar as viagens em toda a UE mais rápidas e mais fáceis, tanto para os cidadãos da UE como para os de países terceiros. Em outubro, a Comissão apresentou propostas para um quadro comum para a utilização de credenciais de viagem digitais e a criação de uma aplicação de viagem eletrónica da UE onde armazenar essas credenciais.

Melhor saúde

Os últimos cinco anos foram marcados por uma série de desafios sem precedentes que tiveram, e continuam a ter, impactos profundos na saúde das pessoas dentro e fora da UE. Estes acontecimentos mostraram que a política de saúde da União não pode continuar limitada às suas fronteiras pré-pandemia e que uma ação conjunta à escala da UE é crucial para o bem-estar social da Europa. Hoje, no âmbito de

uma União Europeia da Saúde mais forte, todos os Estados-Membros trabalham em colaboração quando é necessária uma ação europeia conjunta, para se prepararem para crises sanitárias e lhes darem resposta. Asseguram igualmente a disponibilidade de material médico a preços acessíveis e melhoram a prevenção, tratamento e acompanhamento de doenças como o cancro.

Plano Europeu de Luta contra o Cancro

Três anos após a sua adoção, o Plano Europeu de Luta contra o Cancro está a ter um impacto positivo na vida de muitas pessoas, abrindo caminho para uma melhor prevenção, deteção

precoce, tratamento e cuidados, e melhorando a qualidade de vida dos doentes e sobreviventes de cancro.



Como o Plano Europeu de Luta contra o Cancro está a fazer a diferença

- ✓ Melhoria dos conhecimentos sobre o cancro através da investigação e inovação.
- ✓ Melhor prognóstico e mais opções de tratamento graças a uma deteção precoce.
- ✓ Travar o cancro antes do seu início graças a esforços de prevenção.
- ✓ Melhoria dos cuidados oncológicos e redução das desigualdades, dado que todos têm direito a cuidados de saúde preventivos e curativos de boa qualidade e a preços acessíveis.

Uma das iniciativas emblemáticas da União Europeia neste domínio visa combater os cancros que podem ser prevenidos através da vacinação, nomeadamente os causados pelos vírus do papiloma humano (VPH) e pelo vírus da hepatite B (VHB). Especificamente, o Plano Europeu de Luta contra o Cancro apela à vacinação de, pelo menos, 90 % da população-alvo de raparigas na União Europeia e ao aumento significativo da taxa de vacinação entre os rapazes. Além disso, as medidas deverão melhorar o acesso

e aumentar a taxa de vacinação contra o VHB, a fim de prevenir o cancro do fígado. No entanto, as taxas de cobertura variam significativamente na UE: atualmente, a cobertura vacinal das raparigas contra o VPH é, em muitos Estados-Membros, consideravelmente inferior a 50 %, com poucos dados disponíveis sobre rapazes e jovens adultos. Existe também uma falta significativa de dados sobre as taxas de vacinação contra o VHB.



Vírus do papiloma humano

- A infeção viral mais comum do trato reprodutivo, causando uma série de doenças, tanto em mulheres como homens, incluindo lesões pré-cancerosas que podem progredir para cancro.
- **Cerca de 28 600 casos de cancro do colo do útero e 13 700 mortes** por ano nos Estados-Membros da União Europeia/países do Espaço Económico Europeu.
- **Três vacinas** autorizadas na UE.
- Recomendadas para raparigas e rapazes adolescentes e pré-adolescentes.
- O objetivo é vacinar totalmente, **pelo menos, 90 % da população-alvo** de raparigas da UE e aumentar significativamente a vacinação dos rapazes até 2030, a fim de eliminar o cancro do colo do útero e outros cancros causados pelo VPH.

Vírus da hepatite B

- A infeção crónica pelo vírus é uma das principais causas de doença hepática crónica, de cirrose e de cancro do fígado.
- **Estimam-se 64 000 mortes** por ano devido a doenças causadas pelo VHB e pelo vírus da hepatite C em toda a UE/Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.
- **12 vacinas** autorizadas na UE.
- Para lactentes, adultos de alto risco e, por vezes, em situações desfavorecidas, e profissionais de saúde.
- O objetivo é impulsionar a vacinação, em consonância com a meta de 2030 da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminar a hepatite viral como ameaça para a saúde pública na região europeia da OMS.

Foi recomendado que os Estados-Membros promovam a vacinação, melhorem a monitorização das suas taxas e combatam as informações falsas e a desinformação. Os Estados-Membros são igualmente incentivados a assegurar que as vacinas sejam gratuitas e de fácil acesso e a intensificar os esforços para alcançarem os objetivos da OMS para 2030 na Europa.

O tabaco é um dos principais fatores de risco de cancro, com mais de um quarto das mortes por cancro na UE, Islândia e Noruega a serem-lhe atribuídas. Em 2024, a União Europeia tomou medidas para melhor proteger as pessoas, especialmente as crianças, da exposição em segunda mão ao fumo e aos aerossóis, e alcançar o objetivo do Plano Europeu de Luta contra o Cancro de criar, até 2040, uma geração sem tabaco, com menos de 5 % da população a utilizar produtos tabágicos. Uma recomendação revista dirigida aos Estados-Membros, adotada em dezembro, visa alargar as políticas de espaços sem fumo a zonas exteriores essenciais, como parques infantis públicos, edifícios públicos,

paragens de meios de transporte e espaços exteriores de estabelecimentos de saúde e educação.

Apesar do seu papel crucial na melhoria da qualidade de vida, os cuidados paliativos estão frequentemente rodeados de estigmas e mal-entendidos. A conferência sobre cuidados paliativos inovadores para as pessoas com cancro, realizada em outubro, visou abordar estas questões, informando cidadãos e decisores políticos sobre a necessidade de cuidados paliativos adequados em toda a Europa.



➔ Stella Kyriakides, então comissária europeia responsável pela Saúde e Segurança dos Alimentos, participa no evento «Europa Donna Cyprus Pink Silhouette Walk», organizado no âmbito do Mês de Sensibilização para o Cancro da Mama. Nicósia, Chipre, 5 de outubro de 2024.

Fazer frente aos problemas de saúde mental

Num mundo complexo e repleto de mudanças, as pessoas sofrem pressões significativas no seu bem-estar mental. A abordagem abrangente da União Europeia à saúde mental, adotada em junho de 2023, apresentou 20 iniciativas emblemáticas e oportunidades de financiamento à escala da UE no valor de 1,23 mil milhões

de EUR, a fim de reunir todos os parceiros na resposta a este desafio crescente. Desde o início desta abordagem, registaram-se progressos significativos na ação conjunta em matéria de saúde mental em todos os Estados-Membros, com vista a promover uma boa saúde mental e apoiar os mais vulneráveis.



Promoção da saúde mental, prevenção e intervenção precoce

O projeto **Saúde Mental Juntos**: cooperação entre os Estados-Membros para o desenvolvimento e implementação da abordagem abrangente à saúde mental.

O desenvolvimento, em colaboração com a UNICEF, de um **conjunto de ferramentas de prevenção para crianças**, incidindo nos principais determinantes da saúde e na relação entre saúde mental e física.

Um **repositório de boas e promissoras práticas** para a promoção, prevenção, deteção e intervenção precoces no **portal de boas práticas da UE em matéria de saúde pública**.

A campanha «**Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis**», da **Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho**, sobre o impacto das novas tecnologias digitais.

Um projeto da **Aliança Europeia contra a Depressão** que aplica as melhores práticas em matéria de prevenção do suicídio.

Ajudar os que mais precisam, incluindo grupos vulneráveis e crianças

Projeto financiado pela UE, com a colaboração da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, para prestação de **primeiros socorros psicológicos às pessoas deslocadas e afetadas da Ucrânia**.

Recomendação da Comissão sobre os sistemas integrados de proteção das crianças e Diretiva Direitos das Vítimas revista.

14,5 milhões de EUR para projetos executados por partes interessadas, incluindo quatro destinados aos refugiados ucranianos (Well-U, Peace of Mind, MESUR e U-Rise), um sobre a proteção das crianças em Portugal (Vamos falar sobre crianças) e outro para as crianças vulneráveis na Finlândia (Icehearts).

Plataforma de apoio à saúde mental de jovens sobreviventes do cancro.

Espaços digitais e em linha mais seguros por via do Regulamento dos Serviços Digitais e da Estratégia para uma Internet Melhor para as Crianças.

A saúde mental das crianças e jovens é uma preocupação crescente na Europa. O declínio do bem-estar das crianças e adolescentes, atribuído a vários fatores, como a pressão escolar e as redes sociais, sublinha a necessidade de uma abordagem holística à saúde mental que envolva escolas e sistemas. Foi elaborado um conjunto de orientações destinadas aos decisores políticos e educadores, incluindo 11 recomendações e exemplos de boas práticas. A iniciativa faz parte dos esforços para promover uma mudança sistémica na forma como se aborda a saúde mental e o bem-estar nas escolas e construir ambientes de aprendizagem positivos. As orientações são complementadas por uma série de fichas informativas com conselhos práticos e ligações aos recursos.

20 % das crianças em idade escolar sofrem de problemas de saúde mental durante os seus anos de escolaridade.

Uma em cada cinco crianças declarou crescer infeliz e preocupada com o futuro devido ao assédio escolar, aos desafios relacionados com o trabalho escolar e à solidão.

24 % dos professores na Europa declaram que a profissão teve um impacto negativo na sua saúde mental.

O custo anual estimado das perturbações mentais nos jovens (0-19 anos) na Europa Ocidental é de 50 mil milhões de EUR.

Fonte: Comissão Europeia, Wellbeing and mental health at school – Guidelines for education policymakers, 2024.

O projeto Prioridade ao Bem-estar e à Saúde Mental das Crianças e dos Jovens, visa melhorar a prestação de cuidados de saúde mental, bem-estar e apoio psicossocial às crianças e jovens em Espanha, Itália, Chipre e Eslovénia. O projeto apoiará os quatro Estados-Membros na realização de reformas que melhorem o acesso das crianças e jovens aos cuidados e serviços de saúde mental. Apoiado pelo instrumento de assistência técnica da UE, o projeto disponibiliza conhecimentos técnicos especializados às autoridades nacionais. O instrumento apoiou também 13 Estados-Membros com reformas orientadas para a saúde mental e o bem-estar dos jovens, uma prioridade identificada durante o Ano Europeu da Juventude em 2022. Inclui projetos que promovem o bem-estar, especialmente nas escolas, e a prevenção de dependências, incluindo o consumo de substâncias e os jogos de azar e de computador em linha.

O programa europeu de intercâmbio, ligação em rede e competências no domínio da saúde mental, no valor de nove milhões de EUR e lançado em 2024, oferecerá formação multidisciplinar sobre saúde mental aos profissionais de cuidados de saúde e outros, tais como professores, assistentes sociais e trabalhadores em prisões e centros de detenção de menores. Cerca de 120 profissionais de 30 países, incluindo a Ucrânia, receberão formação para seguir uma abordagem abrangente da saúde mental. A UE disponibilizará também outros 10 milhões de EUR para apoiar a saúde mental de grupos vulneráveis, como as crianças e os refugiados.

Rumo a um sistema moderno de medicamentos

A reforma da legislação farmacêutica da UE, proposta em 2023, visa garantir a todos os doentes igualdade de acesso a medicamentos e um quadro regulamentar farmacêutico competitivo e favorável à inovação. Em 2024, avançaram as negociações sobre as principais propostas legislativas que estarão na base da maior revisão da legislação farmacêutica da UE em 20 anos.

A Aliança para os Medicamentos Críticos, estabelecida em abril de 2024, reúne intervenientes públicos e privados do setor da saúde europeu, com o objetivo de propor recomendações destinadas a reforçar a segurança do abastecimento e fortalecer as cadeias de abastecimento mundiais de

medicamentos essenciais. A Aliança analisará formas de atenuar os riscos estruturais e de reforçar o abastecimento, incentivando a diversificação e modernizando e impulsionando a capacidade de fabrico da UE, quando necessário. O seu trabalho contribuirá também para uma futura iniciativa legislativa para a adoção de um ato legislativo da UE sobre medicamentos essenciais.

A proposta de revisão das regras atuais, que estabelecem os procedimentos de alteração das autorizações de introdução no mercado de medicamentos, visa tornar mais eficiente a gestão do ciclo de vida dos medicamentos. Esta revisão promoverá o tratamento mais rápido das alterações, beneficiando tanto os titulares de autorizações de introdução no mercado como as autoridades reguladoras.

Em maio, foram introduzidas novas medidas para melhorar a disponibilidade de dispositivos médicos de diagnóstico — que incluem, entre outros, testes de gravidez, testes da COVID-19 e testes de deteção de glucose no sangue para diabéticos. As medidas concedem às empresas mais tempo de transição para se poderem adaptar às novas regras sobre dispositivos de diagnóstico. Além disso, as novas disposições obrigam também os fabricantes de todos os dispositivos médicos a informarem as autoridades nacionais e o setor da saúde em caso de perturbações no fornecimento de determinados dispositivos, e a colaborarem na implementação gradual de uma base de dados europeia sobre dispositivos médicos.

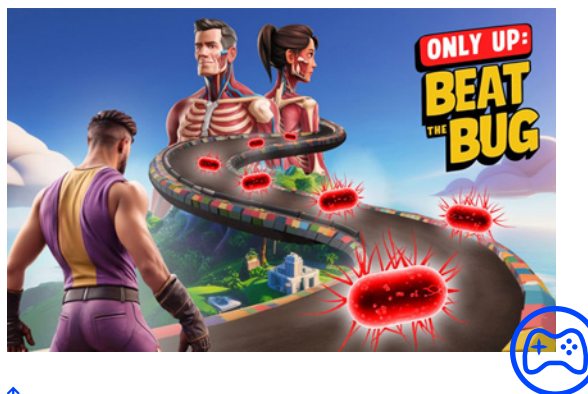
Prevenção de infeções e doenças

A resistência aos antimicrobianos, que ocorre quando bactérias e vírus se tornam resistentes aos medicamentos utilizados para os combater, é responsável por mais de 35 000 mortes por ano na União Europeia e custa aos seus sistemas de saúde 11,7 mil milhões de EUR. A resistência aos antimicrobianos é também uma das maiores ameaças para a saúde mundial que o planeta enfrenta atualmente: um aumento contínuo da resistência poderá resultar em cerca de 10 milhões de mortes no mundo até 2050.

A UE está a tomar medidas positivas para fazer frente a este desafio premente, trabalhando com comunidades locais e organizações mundiais de todos os setores e em todos os países para garantir que os antibióticos são utilizados de forma responsável, tanto em seres humanos como em animais. O maior projeto de sempre

financiado pela UE sobre a resistência aos antimicrobianos foi lançado em fevereiro, reunindo 120 parceiros em 30 países europeus para responder a este desafio comum. A Ação Conjunta sobre a Resistência aos Antimicrobianos e as Infeções Associadas aos Cuidados de Saúde, apoiada por 50 milhões de EUR no âmbito do Programa UE pela Saúde, centrar-se-á em domínios como a prevenção e controlo de infeções, vigilância e monitorização, utilização prudente dos antimicrobianos, sensibilização e inovação.

A fim de consciencializar os cidadãos para a enorme ameaça que a resistência aos antimicrobianos representa para a saúde pública, a Comissão lançou o Beat the Bug, um jogo em linha gratuito desenvolvido na plataforma *Fortnite*, no qual os jogadores assumem o papel de super-heróis que salvam o mundo dos supermicróbios. O jogo faz parte de uma campanha de comunicação para jovens, pais e professores em toda a UE. Foi igualmente desenvolvido material educativo para apoiar pais e educadores, com vista a promover medidas preventivas e uma utilização responsável dos antibióticos.



VIDEO GAME: Jogue o jogo — *Beat the Bug*.

Em dezembro, a Comissão e o Banco Europeu de Investimento assinaram um acordo no valor de 20 milhões de EUR com uma empresa dinamarquesa de tecnologia médica para o desenvolvimento de novos medicamentos antibacterianos altamente seletivos para infeções difíceis de tratar devido à resistência aos antimicrobianos.

A HERA Invest constitui um complemento de 100 milhões de EUR ao programa InvestEU. O seu objetivo é proteger as pessoas na UE contra as três principais ameaças para a saúde que exigem a coordenação de medidas à escala da União: agentes patogénicos com potencial pandémico ou epidémico; resistência aos antimicrobianos; e ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares. Em outubro, a Comissão e o Banco Europeu de Investimento assinaram com uma empresa biofarmacêutica francesa o primeiro acordo no âmbito da HERA Invest, no valor de 20 milhões de EUR. Pretende-se com isto apoiar a empresa no desenvolvimento e implantação de terapêuticas de largo espectro para combater ameaças biológicas à saúde pública.

A gripe aviária é uma doença viral que ocorre principalmente em aves. Embora a ameaça para a população em geral continue a ser reduzida, estão em maior risco as aves de capoeira e os trabalhadores agrícolas, bem como os veterinários. Em junho, a Comissão garantiu o acesso dos Estados-Membros à aquisição de 665 000 doses da vacina adaptada contra a gripe zoonótica e à reserva de 40 milhões de doses adicionais para os próximos quatro anos.

Celebração dos 50 anos da vacinação mundial

O lançamento, há 50 anos, do Programa Alargado de Imunização pela OMS foi um momento crucial na história da saúde pública. A vacinação tem salvo milhões de vidas no mundo inteiro. Em 1974, apenas 5 % das crianças do mundo tinham sido vacinadas contra a difteria, o tétano e a tosse convulsa. Atualmente, este número aumentou para quase 85 % das crianças em todo o mundo e 94 % na Região Europeia da OMS.

© WHO/Blink Media - Etinosa Yvonne



VÍDEO: Programa Alargado de Imunização da Organização Mundial da Saúde — evita mais de quatro milhões de mortes por ano.

As vacinas são cruciais para controlar os surtos de doenças infecciosas, pelo que o investimento na sua investigação e desenvolvimento é vital para a segurança sanitária e preparação para pandemias, tal como demonstrado pelo rápido desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19. A UE está a investir mais de 100 milhões de EUR no desenvolvimento de um centro europeu de vacinas, que visa assegurar acesso rápido a vacinas em situações de pandemia através de um consórcio das principais instituições europeias.

Em março, foi lançada uma nova iniciativa para melhorar o acesso a diagnóstico, informação e cuidados para os cidadãos que sofrem de doenças raras, as quais afetam até 36 milhões de pessoas na UE. Com um financiamento total superior a 18 milhões de EUR, a Ação Comum para a Integração das Redes Europeias de Referência para as Doenças Raras nos Sistemas Nacionais de Saúde reúne todos os Estados-Membros, bem como a Noruega e a Ucrânia, e pretende ajudar a preparar o caminho para uma cooperação futura mais eficaz, eficiente e sustentável.

Saúde mundial

A Assembleia Mundial da Saúde, composta por mais de 190 países, nos quais se incluem todos os Estados-Membros, adotou, em junho, um ambicioso pacote de alterações ao Regulamento Sanitário Internacional após dois anos de negociações. As regras reforçadas

visam melhorar a gestão das emergências internacionais de saúde pública e proporcionar aos cidadãos uma melhor proteção contra ameaças sanitárias transfronteiriças graves — uma prioridade fundamental da Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial. Além disso, decidiu-se prosseguir as negociações relativas a um acordo sobre pandemias, com o objetivo de alcançar um consenso na próxima reunião da assembleia, em maio de 2025.

Em março, foi lançado um novo consórcio mundial para promover a vigilância das águas residuais e do ambiente no âmbito dos sistemas de saúde pública e criar um sistema mundial para a deteção precoce de surtos epidémicos. A iniciativa envolve mais de 300 colaboradores mundiais, incluindo a UE, a OMS, a Fundação Bill e Melinda Gates, os Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos EUA e os Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças.

Em resposta à declaração da OMS, em agosto, de que o surto de varíola M constituía uma emergência de saúde pública de âmbito internacional, a União Europeia e os seus Estados-Membros (Equipa Europa) tomaram medidas imediatas e abrangentes para ajudar os parceiros a controlar e responder à doença. Tal incluiu a doação de mais de meio milhão de doses de vacinas, com a UE a ser a primeira a entregá-las no terreno na República Democrática do Congo, o país mais afetado pelo surto.



As primeiras remessas de vacinas contra a varíola M chegam ao aeroporto de Quinxassa. A iniciativa faz parte de um conjunto abrangente de medidas da UE no âmbito da Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial, componente fundamental da iniciativa Global Gateway para apoiar os parceiros no resto do mundo. Quinxassa, República Democrática do Congo, 5 de setembro de 2024.





CAPÍTULO 8

Uma Europa mais forte no mundo

Introdução

Em 2024, conflitos, crises humanitárias e catástrofes naturais continuaram a afetar o mundo. A União Europeia agiu com determinação, reiterando o seu empenho na paz, segurança e dignidade humana. Neste terceiro ano da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a UE continuou a reforçar a sua defesa e segurança. Colaborou também com os países candidatos, incluindo a Ucrânia, nas reformas que estes devem realizar, e com os potenciais países candidatos na preparação para a sua futura adesão. A União Europeia presta ajuda humanitária e continua empenhada em encontrar soluções para as crises no Médio Oriente, nomeadamente em Gaza e na Síria. Ao longo do ano, reforçou as suas parcerias internacionais, prestou assistência a pessoas que



Quase metade dos 1,9 milhões de deslocados em Gaza são crianças. Graças ao financiamento da UE, a UNICEF forneceu vestuário de inverno essencial a mais de 120 000 crianças deslocadas. 28 de janeiro de 2024.

dela necessitavam e deu resposta a catástrofes em todo o mundo. Ao adequar os esforços de ajuda imediata aos novos riscos e ao reforçar parcerias, consolidou o seu papel de liderança na assistência global. Esta abordagem unida é reveladora da resiliência da União Europeia e da sua visão para um continente livre e próspero, mesmo perante desafios mundiais.

Política europeia de vizinhança e negociações de alargamento

Alargamento

As atuais tensões geopolíticas e, em particular, a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia realçaram a importância da política de alargamento. O alargamento representa um

investimento na paz, segurança e estabilidade duradouras do nosso continente. Cada novo Estado-Membro reforça a economia da União Europeia e gera crescimento e emprego.

Em 2024, assinalou-se o 20.º aniversário do alargamento de 2004, o maior da história da União Europeia. Há 20 anos, com a entrada de 10 novos Estados-Membros, a UE tornou-se um dos maiores mercados únicos do mundo. Desde então, milhões de pessoas beneficiaram das vantagens proporcionadas por novas oportunidades, postos de trabalho e programas em toda a União Europeia.

Mais de 2,7 milhões

de jovens dos 10 Estados-Membros que aderiram em 2004 participaram, desde aí, no programa Erasmus+.

26 milhões

de novos postos de trabalho criados em toda a UE desde 2004.

79 %

dos cidadãos destes Estados-Membros consideram que a adesão à UE foi benéfica para o seu país.



[VÍDEO](#): Porque é tão importante celebrar o alargamento da UE de 2004?



A porta da adesão continua aberta aos países europeus que se unam aos valores da União Europeia e respeitem os critérios fundamentais. Os Estados que aspiram à adesão devem comprovar a robustez das suas práticas democráticas, respeitar o Estado de direito, manter a estabilidade das suas economias e melhorar a sua governação (ver capítulo 9).

A União Europeia avalia regularmente os progressos de todos os países candidatos. Em outubro, publicou o seu pacote anual de alargamento, no qual analisa os progressos realizados pelos países candidatos (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Macedónia do Norte, Moldávia, Montenegro, Sérvia, Turquia e Ucrânia) e pelo Kosovo (esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está conforme com a Resolução 1244/1999 do CSNU e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo), país potencialmente candidato. Os relatórios anuais concentram-se

sobretudo nas reformas fundamentais, nomeadamente no que se refere ao Estado de direito, administração pública, funcionamento das instituições democráticas e cumprimento dos critérios económicos para efeitos da adesão à União Europeia.

Uma vez encetadas as negociações de adesão, estas realizam-se em conferências intergovernamentais com os ministros e embaixadores dos Estados-Membros da UE e do país candidato. A primeira conferência deste tipo com a Moldávia e a Ucrânia realizou-se em junho de 2024, lançando formalmente as negociações de adesão com estes países. O exame analítico do acervo teve início em julho e prosseguirá em 2025. Neste período, a Moldávia e a Ucrânia devem demonstrar de que modo tencionam adotar e aplicar as regras e políticas da UE e delinear planos para um maior alinhamento.



↑
Mesa-redonda da Conferência Intergovernamental UE-Ucrânia.
Luxemburgo, Luxemburgo, 25 de junho de 2024.

Progressos realizados em 2024 pelos Balcãs Ocidentais na via da adesão à União Europeia



A **Albânia e a Macedónia do Norte**

concluíram o exame analítico do acervo, o primeiro passo na via da adesão à UE.

- > Foi já apresentado um relatório analítico sobre o primeiro dos seis grupos de regras relativamente aos quais os dois países devem satisfazer requisitos específicos (critérios de referência), por exemplo reformas do respetivo sistema judicial, da administração pública, governação, etc.
- > As negociações com a Albânia sobre o primeiro grupo foram encetadas na conferência intergovernamental que se realizou em outubro.
- > As negociações com a Macedónia do Norte sobre o primeiro grupo começarão quando o país satisfizer as condições exigidas.



A **Bósnia-Herzegovina** iniciou em março as negociações de adesão à União Europeia. Num fórum de alto nível que se realizou posteriormente debateram-se as reformas necessárias para dar início às próximas etapas.



O **Montenegro** fez progressos no seu processo de adesão à UE e, em junho, satisfazia já os requisitos fundamentais no domínio do Estado de direito e dos direitos fundamentais, como confirmado no relatório sobre o país. Entretanto, e à medida que as condições necessárias foram sendo reunidas, a União Europeia começou a encerrar provisoriamente os capítulos de negociação, tendo encerrado três em dezembro.



O **Kosovo** obteve em janeiro um regime de isenção de vistos para entrar na UE, o que significa que os seus cidadãos podem, atualmente, entrar na União Europeia para estadas de curta duração sem necessitarem de um visto.



A **Sérvia** fez progressos nas reformas do sistema judicial e na luta contra a corrupção, mas tem ainda de aplicar plenamente a legislação relativa aos meios de comunicação social, assegurar um melhor alinhamento com a política externa da União Europeia, apoiar a sociedade civil e os meios de comunicação social, e honrar o seu compromisso de normalizar as relações com o Kosovo.

Em contrapartida, o pedido de adesão à UE da Geórgia sofreu um revés em 2024 devido à aprovação de uma controversa lei que visa as organizações financiadas por fundos estrangeiros e que suscitou preocupações quanto à repressão deliberada das vozes independentes e à limitação das liberdades democráticas. Em virtude deste e de outros aspetos negativos no progresso da Geórgia rumo à adesão, o processo foi efetivamente suspenso.

As negociações de adesão com a Turquia continuam num impasse desde 2018, subsistindo ainda preocupações no que

respeita à democracia, Estado de direito, independência do poder judicial e respeito pelos direitos fundamentais.

As perspetivas de uma União Europeia mais alargada terão repercussões no seu funcionamento. Neste contexto, adotou-se em março a comunicação sobre reformas e análises de políticas pré-alargamento, na qual se analisam as implicações de uma UE mais alargada nos seus valores, políticas, orçamento e governação. Esta abordagem proativa visa assegurar que a UE está preparada para um futuro alargamento.

Apoiar a reforma, crescimento e integração dos países candidatos

Reduzir o fosso económico entre a União Europeia e os seus futuros membros ajuda-os a prepararem-se para uma transição mais harmoniosa. A UE apoia ativamente o desenvolvimento dos futuros membros através de novos instrumentos de financiamento, como o mecanismo para a Ucrânia (ver capítulo 1), o plano de crescimento para a Moldávia e o plano de crescimento para os Balcãs Ocidentais, e os atuais Estados-Membros contribuem com as suas competências especializadas para acelerar as reformas.

Desde 2021, a União Europeia disponibilizou 2,2 mil milhões de EUR em assistência financeira à Moldávia, a fim de promover a independência energética, as reformas do sistema judicial e o estreitamento de laços com a UE. O novo plano de crescimento proposto em outubro apoiará a trajetória da Moldávia com vista à adesão à UE e disponibilizará até 1,8 mil milhões de EUR entre 2025 e 2027 para desenvolver a sua economia e impulsionar as reformas relacionadas com a adesão.

Na sequência do retrocesso democrático da Geórgia, a UE reduziu os contactos políticos e suspendeu a concessão de um montante de 30 milhões de EUR no quadro do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, e de outro de 121 milhões de EUR em assistência direta às autoridades georgianas. Estas medidas não prejudicam o apoio da União Europeia à sociedade civil e aos meios de comunicação social independentes, essenciais para preservar a democracia. Em 20 de dezembro de 2024, a UE propôs igualmente que a obrigação de visto seja aplicada aos diplomatas e funcionários da Geórgia, bem como aos membros das suas famílias titulares de passaportes diplomáticos ou oficiais, quando viajarem para a UE para estadas de curta duração.

Apesar dos progressos realizados na via da adesão, os países dos Balcãs Ocidentais têm um produto interno bruto por habitante que se situa entre um quarto e metade da média da UE. Para colmatar esta disparidade, a União Europeia aprovou o plano de crescimento para os Balcãs Ocidentais, que visa reforçar os laços económicos tanto com a UE como no interior da região e, potencialmente, duplicar a dimensão das economias dos Balcãs Ocidentais no

prazo de uma década. O plano de crescimento começou já a ser aplicado e o Mecanismo para as Reformas e o Crescimento, num total de seis mil milhões de EUR, entrou em vigor em maio. Desde então, cinco dos seis parceiros dos Balcãs Ocidentais elaboraram ambiciosos programas de reforma detalhando as principais melhorias a introduzir em domínios como o Estado de direito, governação, capital humano, transições energética e digital, e setor privado, juntamente com uma lista indicativa de projetos de investimento. Estes programas de reforma foram aprovados em outubro.

Novo pacote de investimento para os Balcãs Ocidentais no âmbito do Plano Económico e de Investimento

- 1,2 mil milhões de EUR para investimentos em **oito domínios** relacionados com o transporte ferroviário, abastecimento de água e setor privado.
- O plano inclui atualmente **68 projetos emblemáticos** em áreas como transportes, digitalização, transição energética, ambiente, educação e crescimento do setor privado.
- A União Europeia já disponibilizou **5,4 mil milhões de EUR** em auxílios, que deverão gerar outros **17,5 mil milhões de EUR** de investimento, cobrindo mais de metade do plano total de 30 mil milhões de EUR.



↑ Ursula von der Leyen (quinta a contar da esquerda), presidente da Comissão Europeia, e Olívér Várhelyi (à esquerda), então comissário europeu da Vizinhança e Alargamento, receberam os líderes de seis parceiros dos Balcãs Ocidentais para um almoço de trabalho. Bruxelas, Bélgica, 19 de setembro de 2024.



Durante o ano, os dirigentes dos Balcãs Ocidentais organizaram várias reuniões ministeriais sobre o plano de crescimento para debater os esforços de integração (na Macedónia do Norte, em janeiro; na Albânia, em fevereiro; e no Montenegro, em maio). No outono, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, visitou os seis parceiros dos Balcãs Ocidentais e, em 18 de dezembro, realizou-se a Cimeira UE-Balcãs Ocidentais.

Na Cimeira do Processo de Berlim de 2024, foi adotado um novo plano de ação para o mercado comum regional, com vista a reforçar um dos objetivos centrais do plano de crescimento: a integração económica regional.

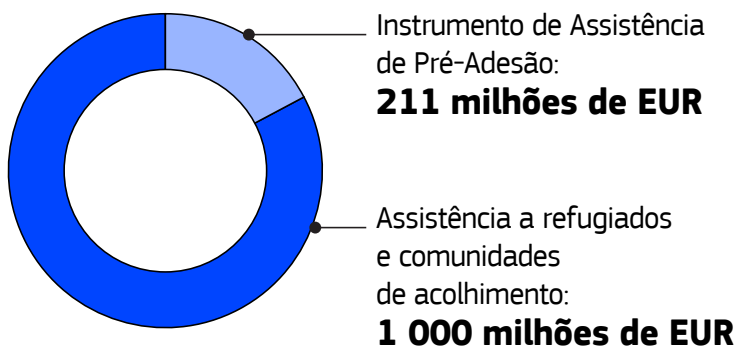
No seguimento das tensões suscitadas pelas atividades de perfuração ilegais no Mediterrâneo Oriental, a União Europeia tem vindo a reestabelecer os laços com a Turquia por meio de visitas e diálogos de alto nível sobre saúde, investigação, inovação e comércio. Em 2024, a UE comprometeu-se ainda a disponibilizar recursos financeiros substanciais para apoiar o país em diversos domínios.

↑
Ursula von der Leyen (primeira fila, à direita), presidente da Comissão Europeia, Roberta Metsola (segunda fila, à direita), presidente do Parlamento Europeu, e António Costa (primeira fila, quinto a contar da direita), presidente do Conselho Europeu, com os dirigentes da UE e dos Balcãs Ocidentais na Cimeira UE-Balcãs Ocidentais. Bruxelas, Bélgica, 19 de setembro de 2024.



↑
VÍDEO: Com o apoio da UE, milhares de projetos celebram o património cultural único e dinâmico dos Balcãs Ocidentais, promovendo a criatividade e a colaboração.

Financiamento da União Europeia para a Turquia



Plataforma de Investimento na Turquia: até **3 mil milhões de EUR** para investimento até 2027

Parceiros da Europa Oriental

A UE tem contribuído também para o reforço das economias na Vizinhança Oriental, ajudando-as a estabelecerem ligações mais estreitas com a União Europeia.

Em abril, na reunião de alto nível UE-EUA-Arménia, foi anunciado um Plano de Resiliência e Crescimento para a Arménia de 270 milhões de EUR. Esta iniciativa visa reforçar a economia da Arménia e apoiar as pessoas deslocadas. As negociações sobre um programa de parceria entre a UE e a Arménia pretendem igualmente reforçar a cooperação por meio de um roteiro de parceria mais ambicioso.

O Azerbaijão continua a ser um valioso parceiro energético, permitindo à União Europeia diversificar as fontes de aprovisionamento de gás e reduzir a dependência da Rússia. O apoio continuado da UE ao setor das energias renováveis do Azerbaijão, no contexto da 29.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP29), realizada em Baku, está a promover uma cooperação mais estreita no domínio da transição ecológica.

A União Europeia continua empenhada em apoiar as negociações de paz entre a Arménia e o Azerbaijão e está a financiar os esforços de paz, incluindo suporte para os dividendos da paz, através do Plano Económico e de Investimento. Pretende-se que isto se traduza em vantagens económicas e sociais concretas que promovam uma paz duradoura na região.



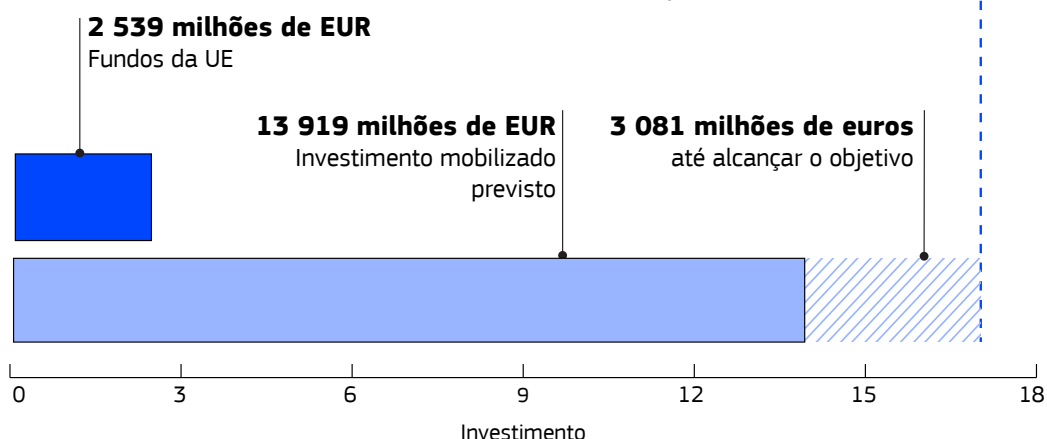
Com o apoio da UE, os estudantes de Baku assumiram desafios ambientais no concurso EU4Climate, procurando formas de melhorar o ambiente e salvar o lago Masazir. A iniciativa EU4Climate ajuda os países da Parceria Oriental a criarem e aplicarem políticas climáticas, promovendo um desenvolvimento hipocarbónico e resiliente às alterações climáticas. Baku, Azerbaijão, 5 de junho de 2024.

Os estreitos laços económicos entre a Bielorrússia e a Rússia têm permitido que esta última contorne algumas das sanções que lhe foram impostas. Em resposta ao envolvimento do regime de Lukashenko na guerra contra a Ucrânia, foram impostas novas sanções contra a Bielorrússia em junho de 2024. Estas novas medidas apresentam semelhanças com muitas das já aplicadas à Rússia e tornam as sanções da UE contra a Rússia ainda mais eficazes (ver capítulo 1).

Investimento da União Europeia na Parceria Oriental desde 2021

17 mil milhões de EUR

Objetivo até ao final de 2027



Vizinhança meridional

Deu-se maior importância a parcerias abrangentes com os vizinhos meridionais, com vista a melhorar o seu nível de vida e reforçar a sua estabilidade macroeconómica. Estas parcerias, adaptadas a cada caso, tornam a região mais segura, lidando com as causas profundas da migração e tratando abertamente questões complexas como a segurança.

Em março, a União Europeia e o Egito estabeleceram uma parceria global que abrange as relações políticas, migração, estabilidade económica, investimento sustentável e comércio. Em junho, organizaram uma Conferência de Investimento Egito-UE, atraindo investimentos na ordem dos 49 mil milhões de EUR.

A assinatura de uma importante parceria abrangente com a Tunísia, em 2023, conduziu à realização da grande Conferência de Investimento Tunísia-UE em junho, por ocasião da qual se assinou um memorando de entendimento (quadro formal de cooperação) centrado na energia, incluindo a renovável.

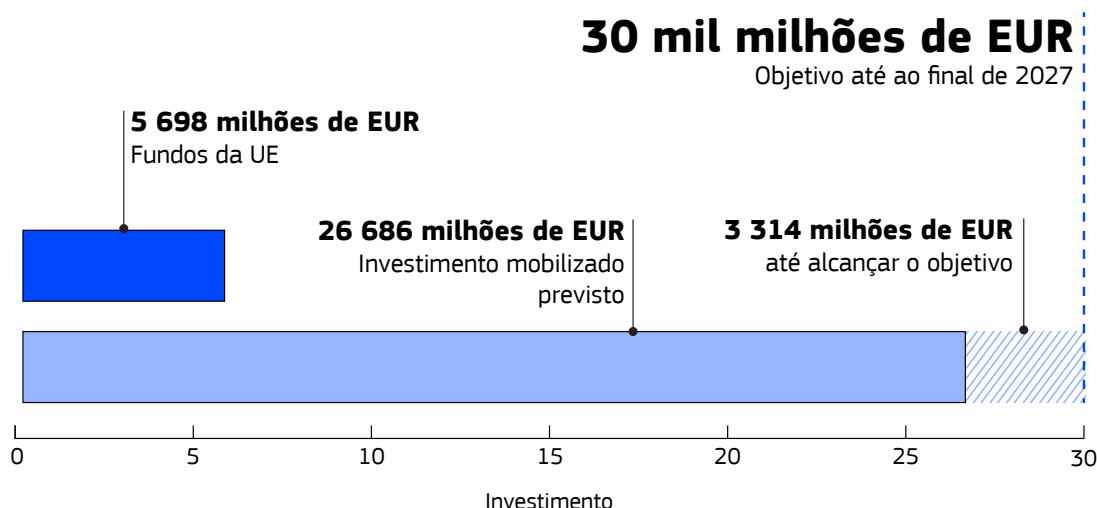
Os recentes acontecimentos no Médio Oriente aumentaram a incerteza quanto à sua estabilidade política, social e económica. Um pacote de apoio financeiro de emergência a curto prazo, no valor de 400 milhões de EUR, foi acordado entre a União Europeia e a Autoridade Palestiniana para que esta possa responder às suas necessidades financeiras mais prementes e apoiar reformas. Este apoio a curto prazo abrirá caminho para um programa plurianual destinado a assegurar a estabilidade financeira a longo prazo da Autoridade Palestiniana e a execução do seu programa de reformas.



Por ocasião da sua visita ao país, em maio, a presidente Ursula von der Leyen comprometeu-se a disponibilizar mil milhões de EUR ao Líbano. Em agosto, foi aprovada a primeira dotação, num montante de 500 milhões de EUR, que apoiará o Líbano em 2024 e 2025. Este financiamento destina-se a serviços básicos, como a saúde, educação e proteção social, bem como água, saneamento e higiene para grupos vulneráveis, entre os quais os refugiados sírios e os libaneses em situação de fragilidade. Apoiará igualmente as reformas fundamentais, o setor da segurança, a gestão das fronteiras (incluindo o combate ao tráfico e à introdução clandestina de seres humanos), a resiliência económica e a transição ecológica. Além disso, a União Europeia continua comprometida em apoiar os refugiados sírios por meio da ajuda humanitária e da ajuda ao desenvolvimento já em curso (ver a secção «Ajuda humanitária e proteção civil»).

↑
Da esquerda para a direita: Nikos Christodoulides, presidente de Chipre, Najib Mikati, primeiro-ministro do Líbano, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. Beirute, Líbano, 2 de maio de 2024.

Investimento da União Europeia na Vizinhança Meridional desde 2021



Acordos e parcerias internacionais

Parceiros da Europa Ocidental

Em 2024, as relações entre a União Europeia e o Reino Unido continuaram a ser uma prioridade, com base na aplicação integral, fiel e atempada do Acordo de Saída, incluindo o Quadro de Windsor, e o Acordo de Comércio e Cooperação. Estes esforços protegem os direitos de milhões de cidadãos da UE e de nacionais do Reino Unido residentes no estrangeiro, apoiam a estabilidade económica e facilitam o comércio. Prosseguiram igualmente as negociações para finalizar um

acordo entre a União Europeia e o Reino Unido no que diz respeito a Gibraltar.

A UE iniciou e concluiu negociações com a Suíça sobre um vasto pacote de acordos que visam aprofundar e alargar as relações bilaterais. Realizou também progressos com vista à assinatura de um acordo de associação com Andorra e São Marinho.

(Para mais informações sobre acordos de comércio e tecnologia, ver capítulo 2.)

Estratégia Global Gateway

Em 2024, graças à sua estratégia de investimento mundial Global Gateway, a União Europeia continuou a estabelecer parcerias em todo o mundo. Em conjunto, a UE, os seus Estados-Membros, os bancos de desenvolvimento e as instituições de financiamento europeias pretendem disponibilizar, até 2027, um montante máximo de 300 mil milhões de EUR em investimentos para reduzir o défice de investimento global e apoiar as transições ecológica e digital mundialmente.

A estratégia Global Gateway apoia projetos destinados a melhorar a conectividade digital, alargar o acesso à energia sustentável, desenvolver rotas de transporte e reforçar a saúde, educação e investigação. Tem por objetivo uma prosperidade duradoura, tanto para os países parceiros como para a UE.

Um montante máximo de

**300 mil milhões
de EUR**

em investimentos entre 2021 e 2027.

Em conjunto, a União Europeia e os seus Estados-Membros continuam a ser o maior prestador em todo o mundo de ajuda pública ao desenvolvimento, tendo disponibilizado 95,9 mil milhões de EUR em 2023 (último ano para o qual existem dados disponíveis), o que representa 42 % de toda a ajuda concedida. A UE é também o maior contribuinte mundial para a iniciativa «Ajuda ao Comércio» da Organização Mundial do Comércio.

Mais de 200

projetos emblemáticos em todo o mundo até à data.

**3,2 mil milhões
de EUR**

para projetos no domínio das energias renováveis em África.

África Subsariana

Em 2024, a União Europeia avançou de forma significativa nas suas parcerias com África, com particular incidência nos domínios do desenvolvimento sustentável, saúde e crescimento económico. A UE fez progressos na implantação do pacote de investimentos Global Gateway UE-África, num montante total de 150 mil milhões de EUR, focando-se em domínios como as energias limpas, infraestruturas digitais, transportes, saúde e educação.

No evento de alto nível da estratégia Global Gateway dedicado à educação, foram assinados acordos sobre programas num montante total de 245 milhões de EUR, relacionados com:

- ✓ mobilidade para fins de investigação e aprendizagem na Nigéria;
- ✓ apoio à educação das raparigas na Zâmbia;
- ✓ uma nova iniciativa da Equipa Europa em matéria de ensino e formação profissionais em África;
- ✓ lançamento de uma Academia da Juventude África-Europa;
- ✓ 15 novos projetos de mobilidade académica em África.

Estas iniciativas refletem o compromisso permanente da União Europeia para com uma educação inclusiva e de qualidade no âmbito da estratégia Global Gateway.

→ Medina Maneno, jovem empresária do Uganda, gere orgulhosamente a sua empresa de costura após receber formação por meio de um programa de desenvolvimento de competências apoiado pela UE e pela Bélgica. O investimento de 50 milhões de EUR visa ajudar mais jovens e mulheres como Medina a acederem a oportunidades de emprego e a criarem meios de subsistência sustentáveis. Adjumani, Uganda, 9 de novembro de 2023.

Iniciativas empreendidas na África Subsariana em 2024

- > Foi lançado em Cabo Verde um importante programa de apoio aos setores das energias renováveis, economia digital, economia azul e do corredor estratégico Praia-Dacar-Abidjá.
- > Assumiu-se o compromisso de apoiar a Mauritânia com um pacote de medidas de 210 milhões de EUR e, em março, estabeleceu-se uma nova parceria UE-Mauritânia para a migração.
- > Um montante adicional de 40 milhões de EUR foi disponibilizado para apoiar as iniciativas destinadas a consolidar as capacidades do Ruanda no domínio da investigação e do fabrico de vacinas, bem como no acesso a produtos de saúde através do reforço da educação, infraestruturas e gestão da cadeia de aprovisionamento.
- > Progrediu-se nos trabalhos de reabilitação da barragem de Kariba, essencial para as necessidades de energia não poluente da Zâmbia e do Zimbabué.
- > Foram lançadas novas iniciativas relacionadas com a gestão transfronteiras dos recursos hídricos em África.

Por ocasião do terceiro Fórum Empresarial Uganda-UE, realizado em 6 e 7 de março, foram lançados oito novos projetos no valor de mais de 200 milhões de EUR. Estes visam apoiar as pequenas empresas, as jovens empresárias, as empresas agrícolas e a infraestrutura digital. O Fórum reuniu 12 Estados-Membros, oito instituições financeiras, entre as quais o Banco Europeu de Investimento, e 193 empresas europeias.



A União Europeia contribuiu para o reforço da agricultura africana ao longo do ano, protegendo os produtos alimentares locais com indicações geográficas — rótulos de qualidade que provam a origem do produto e garantem acesso ao mercado europeu. No contexto da parceria para a investigação e a inovação em segurança alimentar e nutricional e agricultura sustentável, concretizaram-se esforços com vista à criação de um consórcio de investigação sobre as alterações climáticas, biodiversidade e igualdade entre homens e mulheres na agricultura, centrados em soluções práticas de agricultura e na partilha de conhecimentos.

A Comissão e a África do Sul, em colaboração com o grupo internacional de ativistas Global Citizen, lançaram a campanha de angariação de fundos «Desenvolver as energias renováveis em África», que terá a duração de um ano. A campanha mobilizará investimentos públicos e privados para acelerar projetos de energias renováveis no continente, que permitirão aos africanos ter acesso a energia a preços comportáveis e contribuirão para reduzir as emissões mundiais, em consonância com os compromissos anunciados na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2023 (COP28).

Ásia e Pacífico

No âmbito da estratégia Global Gateway, a União Europeia também tem trabalhado no sentido de transformar o corredor de transporte transcaspiano numa rota rápida e moderna que permita ligar a Europa e a Ásia. A UE reforçou igualmente as suas relações com os países da região por meio da celebração de um novo acordo de parceria com o Quirguistão e um memorando de entendimento e plano de ação para as matérias-primas críticas com o Usbequistão.



A União Europeia aprofundou ainda a sua parceria com o Sudeste Asiático, nomeadamente através de uma colaboração mais estreita com a Associação das Nações do Sudeste Asiático, prestando apoio a projetos relacionados com competências e formação profissional no Camboja, agricultura sustentável e reabilitação de uma estrada nacional no Laos, e um pacote para a economia digital nas Filipinas.

Além disso, a União alargou a sua cooperação na Ásia. Em abril, decorreu em Tóquio um importante diálogo político com o Japão sobre educação, cultura e desporto. A Coreia do Sul, por seu turno, aderiu ao programa de investigação e inovação da UE Horizonte Europa.

O lançamento do Protocolo Regional para o Pacífico, um acordo regional sob a égide do Acordo de Samoa (quadro de parceria de 20 anos com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico assinado em 2023), reforçou a parceria entre a UE e os países do Pacífico. A União Europeia continuou a apoiar os países insulares do Pacífico nos domínios da resiliência às alterações climáticas, economia azul e agricultura sustentável.

Américas e Caraíbas

Em 2024, a União Europeia prosseguiu a sua Agenda de Investimento Global Gateway com o lançamento de uma iniciativa que visa apoiar sociedades justas e inclusivas. Lançou igualmente o programa EL PACCTO 2.0, um programa de cooperação contra a criminalidade organizada transnacional, que apoia os sistemas judiciais e de aplicação da lei no combate a problemas como o tráfico de droga, tráfico de seres humanos e cibercriminalidade. Aliados aos projetos relativos à política em matéria de drogas (o programa de cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia sobre políticas em matéria de drogas) e à gestão das fronteiras (EUROFRONT), estes esforços estão a criar comunidades mais seguras e parcerias mais fortes em toda a região.



Jutta Urpilainen, então comissária europeia responsável pelas Parcerias Internacionais, participa numa cerimónia de plantação de árvores na Escola Primária de Thmey. Durante a sua visita, a comissária lançou medidas para promover o emprego verde e o crescimento sustentável e visitou a estação de tratamento de água de Bakheng, uma iniciativa Global Gateway que fornece água potável a mais de dois milhões de pessoas. Pnom Pene, Camboja, 13 de março de 2024.

Países e territórios ultramarinos

A UE assinou cinco novos acordos de cooperação com os países e territórios ultramarinos, relacionados com a digitalização, água e saneamento, proteção dos ecossistemas marinhos, turismo sustentável e cooperação

intrarregional. No âmbito da estratégia da UE para o Ártico, foi inaugurado um novo gabinete da UE em Nuuk, Gronelândia, para reforçar a parceria entre a União Europeia e o território.

Cimeiras internacionais

Nas cimeiras do G7 e do G20, os Chefes de Estado e de Governo das economias mais importantes do mundo reúnem-se para analisar desafios globais, coordenar medidas políticas e assumir compromissos importantes em questões mundiais.

A Cimeira do G7 que se realizou em junho em Fasano, na Apúlia, Itália, confirmou o apoio firme à Ucrânia. Os dirigentes concordaram em conceder à Ucrânia um empréstimo adicional de 45 mil milhões de EUR, tirando partido das receitas extraordinárias provenientes de ativos soberanos russos imobilizados. Os dirigentes do G7 lançaram igualmente iniciativas com vista a reforçar a segurança económica e a cooperação no setor da energia (sobretudo com África), melhorar a segurança alimentar e combater o tráfico de seres humanos.

O G7 está também empenhado em promover uma inteligência artificial segura e fiável. Para o efeito, tenciona lançar um plano de ação sobre a sua utilização no mundo do trabalho e desenvolver uma marca para apoiar o código de conduta internacional para as organizações que estejam a desenvolver sistemas avançados de IA. O Regulamento da UE em matéria de inteligência artificial (ver capítulo 5) e a assinatura da Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre inteligência artificial estabelecem estruturas destinadas a garantir que a IA respeita os direitos humanos e os valores democráticos.

Na Cimeira do G20, que se realizou em novembro no Rio de Janeiro, Brasil, os dirigentes debateram a desigualdade, a reforma da governação mundial e as alterações climáticas, e lançaram a Aliança Mundial contra a Fome e a Pobreza. A União Europeia aderiu à aliança como membro fundador, juntamente com 82 países, a União Africana, 24 organizações internacionais, nove



↑
No sentido dos ponteiros do relógio, a partir da esquerda e em primeiro plano: Charles Michel, então presidente do Conselho Europeu; Olaf Scholz, chanceler federal da Alemanha; Justin Trudeau, primeiro-ministro do Canadá; Emmanuel Macron, presidente de França; Giorgia Meloni, primeira-ministra de Itália; Joe Biden, então presidente dos Estados Unidos; Fumio Kishida, então primeiro-ministro do Japão; Rishi Sunak, então primeiro-ministro do Reino Unido; e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, na Cimeira do G7, em Fasano, Apúlia, Itália, 13 e 14 de junho de 2024.

instituições financeiras internacionais e 31 organismos com fins filantrópicos e organizações não governamentais. Na cimeira, a presidente Ursula von der Leyen anunciou o lançamento da campanha de angariação de fundos para as energias renováveis em África, que terá a duração de um ano. A fim de impulsionar progressos generalizados com vista à consecução dos objetivos acordados na COP28, a presidente convidou os dirigentes do G20 e outros líderes a unirem forças num novo Fórum Mundial para a Transição Energética, o qual reunirá governos, organizações internacionais e intervenientes financeiros, com o intuito de reforçar os esforços de implementação.

Relações da União Europeia com o Conselho de Cooperação do Golfo

O Conselho de Cooperação do Golfo congrega seis Estados do golfo Pérsico, com o objetivo de reforçar a integração política e económica. O Golfo tem quase um terço das reservas mundiais de petróleo.

Em outubro, a União Europeia e os seus Estados-Membros organizaram a primeira cimeira com o Conselho de Cooperação para debater questões relativas ao Médio Oriente e explorar formas de colaboração em novos domínios, tais como:

- ✓ **energias renováveis;**
- ✓ **segurança energética;**
- ✓ **conectividade;**
- ✓ **transição ecológica.**

Parceria para a segurança e defesa

Com base nos ideais da paz e da cooperação, a União Europeia continuou a trabalhar com os seus aliados para responder aos grandes desafios mundiais, a fim de manter a paz, reforçar a defesa e proteger a sua população. Neste espírito, a parceria entre a União Europeia e a OTAN adquiriu importância renovada em 2024, contribuindo para manter a estabilidade nos dois lados do Atlântico e prestando apoio à Ucrânia. A UE e a OTAN têm procurado coordenar melhor a ação civil e militar, tornar as infraestruturas vitais mais resilientes e melhorar a compreensão das crises e catástrofes, bem como a reação às mesmas. Atualmente, os novos diálogos estruturados tratam questões como as ciberameaças, atividades espaciais, tecnologias disruptivas, efeitos das alterações climáticas e indústria da defesa.



↑
Ursula von der Leyen (à direita), presidente da Comissão Europeia, e Mark Rutte (à esquerda), secretário-geral da OTAN. Bruxelas, Bélgica, 29 de outubro de 2024.

As Nações Unidas são outro dos parceiros importantes da União Europeia na luta pela paz, segurança e estabilidade. Em conjunto, trabalham para prevenir conflitos, apoiar missões de manutenção da paz e facilitar a reconstrução pós-conflito em todo o mundo. A parceria estratégica 2022-2024 entre a UE e a ONU sobre operações de paz e gestão de crises registou progressos durante o ano.

Parceria estratégica ONU-UE sobre operações de paz e gestão de crises

- 1 A UE e a ONU mantêm há longa data uma parceria inigualável para a gestão de crises e manutenção da paz nas áreas civil, policial e militar, assente em valores e compromissos comuns.
- 2 Organizam-se diálogos regulares de alto nível, como os do Comité Diretor UE-ONU da Gestão de Crises, e existe uma interação operacional contínua entre missões e operações, bem como uma estreita colaboração entre as sedes.
- 3 A União Europeia tem atualmente em curso 21 missões e operações no quadro da política comum de segurança e defesa, das quais 12 são civis, oito são militares e uma é civilo-militar. Destas 21 missões e operações, 11 decorrem em paralelo com missões da ONU, nomeadamente na República Centro-Africana, Iraque, Israel/Palestina (note-se que esta designação não deve ser interpretada como um reconhecimento de um Estado da Palestina e não prejudica a posição de cada Estado-Membro quanto a esta questão), Kosovo, Líbia e Somália.
- 4 Em conjunto, o contributo dos Estados-Membros representa um quarto do orçamento da ONU para a manutenção da paz.

Cooperação em matéria de segurança e defesa: situação em 2024

Realizaram-se diálogos em matéria de segurança e defesa com parceiros da vizinhança oriental e meridional da UE, de África, da região indo-pacífica, da América Latina e da América do Norte.

- > A União Europeia cooperou com organizações regionais como a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, a União Africana e a Associação das Nações do Sudeste Asiático;
- > Iniciou-se um diálogo regional sobre segurança com o Conselho de Cooperação do Golfo.

Estabeleceram-se parcerias de segurança e defesa com a Albânia, Coreia do Sul, Japão, Macedónia do Norte, Moldávia e Noruega.

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz

- > Prestou-se apoio às capacidades militares e de defesa dos parceiros;
- > Até à data, concedeu-se auxílio a 26 beneficiários de diversas regiões:
 - África,
 - Vizinhança Oriental e Meridional,
 - Balcãs Ocidentais;
- > A rede de conselheiros militares nas delegações da UE foi ampliada.

A segunda edição do Fórum Schuman sobre Segurança e Defesa decorreu em Bruxelas, Bélgica.

A União Europeia reconhece que medidas resolutas para manter a paz e estabilidade são essenciais, sobretudo em tempos de crise. O que acontece fora das fronteiras da União pode ter um impacto direto na segurança da sua população. A política comum de segurança e defesa permite à UE responder aos desafios de segurança realizando missões ou operações no estrangeiro, contribuindo para prevenir conflitos, melhorando a capacidade de resposta dos países às questões de segurança e minimizando as ameaças passíveis de se estenderem à Europa.

No âmbito desta política, a União Europeia lançou, em 2024, uma iniciativa em matéria de segurança e defesa para apoiar os países costeiros do golfo da Guiné na África Ocidental e ajudá-los a resolver os problemas de segurança com origem no Sael, nomeadamente o terrorismo e as atividades ilegais.



No Benim, 90 agentes de cinco unidades da Polícia Republicana receberam formação para manusear antiengenhos explosivos improvisados. Esta formação, parte da Iniciativa em matéria de Segurança e Defesa do Golfo da Guiné, decorreu em Kandi, Parakou, Dassa e Cotonu. Dassa, Benim, 2 de maio de 2024.

Compromisso da UE no domínio da segurança e defesa em todo o mundo

5

missões/operações militares em curso.

12

missões civis em curso.

3

operações militares navais em curso.

1

iniciativa civil e militar.

Abordagem integrada

As ações de segurança e defesa da União Europeia são desenvolvidas e executadas em concertação com outros instrumentos e ferramentas da UE para alcançar um impacto estratégico.

Objetivos

Manutenção da paz, prevenção de conflitos, reforço da segurança internacional, apoio ao Estado de direito, prevenção do tráfico de seres humanos e da pirataria, contribuição para a segurança marítima e fornecimento de equipamento militar e infraestruturas de segurança aos parceiros da UE.

Em fevereiro de 2024, a União Europeia também lançou a operação EUNAVFOR ASPIDES, uma operação marítima que protege os navios que circulam no mar Vermelho dos ataques dos rebeldes hutis, um grupo armado do Iémen. Esta operação ajuda a garantir que os navios possam circular de forma segura e reforça a segurança no mar Vermelho e na região próxima do Golfo.



↑

De 6 a 8 de julho de 2024, Josep Borrell (à direita), o então alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia responsável por Uma Europa mais Forte no Mundo, visitou o Jibuti para reforçar os laços com este parceiro regional essencial e avaliar o impacto das operações navais da UE. Visitou a fragata italiana *Virginio Fasan*, que opera sob a égide da Operação EUNAVFOR ASPIDES, uma missão militar da UE que protege a segurança marítima e a liberdade de navegação no mar Vermelho, oceano Índico, golfo Pérsico e outras zonas vizinhas.

Ajuda Humanitária e Proteção Civil

A crise no Médio Oriente

A situação humanitária na Faixa de Gaza deteriorou-se drasticamente desde outubro de 2023, quando o brutal ataque terrorista perpetrado pelo Hamas contra Israel, a subsequente escalada das hostilidades entre as partes e as operações militares israelitas em grande escala agravaram a crise existente.

Em 2024, a União Europeia continuou a apelar a um cessar-fogo imediato em Gaza, à libertação incondicional de todos os reféns, ao aumento urgente da ajuda humanitária a Gaza e ao fim duradouro das hostilidades. Repetidamente, instou também todas as partes, incluindo Israel, a respeitarem o direito internacional e o direito internacional humanitário, em especial as Convenções de Genebra, e a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para proteger e não prejudicar civis inocentes. A União Europeia está a trabalhar de forma incansável para evitar que o conflito se propague a toda a região e continua plenamente empenhada numa paz duradoura e sustentável, baseada na solução assente na coexistência de dois Estados e nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, através de esforços redobrados no âmbito do processo de paz no Médio Oriente.

Mais de 2,2 milhões de pessoas foram afetadas e centenas de milhares debatem-se com graves problemas de escassez de bens de primeira necessidade, como alimentos, água e abrigo. Os danos causados às infraestruturas escolares e hospitalares dificultaram ainda mais o acesso aos serviços essenciais. São sobretudo as crianças quem mais sofre, e muitas delas enfrentam traumas físicos e psicológicos. Também na Cisjordânia a situação se tem vindo a deteriorar, com a violência generalizada por parte dos colonos a ampliar as necessidades humanitárias nas comunidades palestinianas.

Custo humano da crise de Gaza (em setembro de 2024)

40 000
vítimas mortais.

88 000
feridos.

1,9
milhões de pessoas deslocadas.

Perante estes desafios, a União Europeia continua empenhada na sua missão humanitária e providencia ajuda vital por meio de assistência direta e de apoio financeiro substancial. Este apoio alargado assegura serviços essenciais — alimentos e água potável, cuidados médicos, abrigo, educação e proteção — às pessoas mais necessitadas em todas as zonas afetadas. O mecanismo de proteção civil da UE, o sistema de resposta de emergência da União Europeia, foi ativado 10 vezes em 2024 para prestar assistência a Gaza, coordenar as evacuações e apoiar os países vizinhos afetados pela crise.



As infraestruturas sanitárias na Faixa de Gaza sofreram graves danos devido às operações militares em curso em 2024. As operações de ajuda humanitária da UE contribuem para o financiamento da Organização Mundial da Saúde, o que permite fornecer equipamentos e medicamentos essenciais aos hospitais de toda a Faixa de Gaza. 6 de abril de 2024.

Apesar dos grandes riscos de segurança, a União Europeia continua a prestar assistência no âmbito do mecanismo, nomeadamente através do corredor marítimo de Chipre, uma rota marítima essencial que tem sido utilizada pela Alemanha, Chipre, Roménia e Eslováquia para fornecer alimentos

e material de abrigo. Nove Estados-Membros disponibilizaram ajuda em espécie ao Ministério da Saúde do Egito. O mecanismo apoia também os países parceiros, enviando peritos e coordenando as evacuações médicas de doentes palestinianos em estado grave para a Europa.



A UE apoia os palestinianos há mais de 20 anos

A União Europeia é o maior doador internacional de ajuda ao povo palestiniano.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO

✓ 2014–2020

**2,2 mil
milhões
de EUR**
atribuídos.

✓ 2021–2024

**1,36 mil
milhões
de EUR**
atribuídos (dos quais mais de
920 milhões de EUR foram já
aprovados).

AJUDA HUMANITÁRIA

✓ Desde 2000
Mais de

**1,1 mil
milhões
de EUR**

✓ Em 2024

**238 milhões
de EUR**
em ajuda humanitária
autorizados (*).

Mais de

**4 000
toneladas**
de material humanitário para
os palestinianos necessitados
em Gaza.

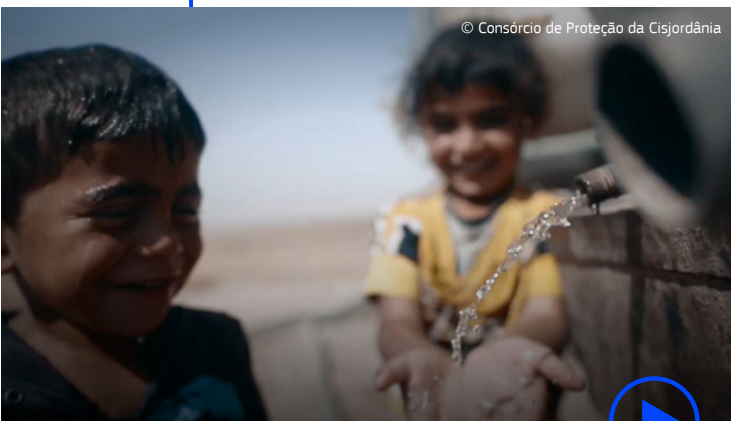
(*) incluindo o montante adicional de 45 milhões de EUR anunciado pela presidente Ursula von der Leyen em setembro.



VÍDEO: Ajudar Gaza — apoio médico aos palestinianos necessitados.



Na Cisjordânia, a UE e vários Estados-Membros colaboram com parceiros humanitários no terreno para proteger as comunidades expostas ao risco de deslocação forçada e à violência dos colonos.



© Consórcio de Proteção da Cisjordânia



↑
VÍDEO: Água potável para os palestinianos na Cisjordânia — a UE associou-se a 13 países na construção de redes de água, como a de Masafer Yatta, para que milhares de palestinianos tenham acesso a água limpa e a preços acessíveis.

Ajuda humanitária

As catástrofes naturais ou a erupção de conflitos põem em perigo a vida de milhões de pessoas. Nessas circunstâncias, a ajuda humanitária é uma tábua de salvação, proporcionando alimentos, abrigo e assistência médica aos mais vulneráveis.

A União Europeia está na linha da frente dos esforços de ajuda de emergência e é um dos principais doadores mundiais de ajuda humanitária. Presta apoio adaptado às necessidades das pessoas afetadas por crises de origem humana e catástrofes naturais em todo o mundo. Em 2024, disponibilizou 2,49 mil milhões de EUR para auxiliar mais de 300 milhões de pessoas necessitadas.

A Comissão está a estabelecer uma nova operação da ponte aérea humanitária para as pessoas mais necessitadas na Síria, a fim de fornecer equipamentos de cuidados de saúde de emergência e outros bens essenciais, estando também a aumentar o seu financiamento humanitário.

Ajuda humanitária da União Europeia no mundo em 2024

2 500 milhões de EUR

Orçamento total

956 milhões de EUR
África Subsariana

665 milhões de EUR
Médio Oriente e Norte de África

447 milhões de EUR
Ásia, América Latina, Pacífico
e Caraíbas

214 milhões de EUR
Ucrânia, Balcãs Ocidentais
e Cáucaso

205 milhões de EUR
Dotações não geográficas

Nas **Américas**, a União Europeia deu apoio:

- aos esforços para lidar com a crise humanitária na **Venezuela**;
- a vítimas de conflitos na **Colômbia**;
- a pessoas afetadas pela violência e pela criminalidade na **América Central** e noutros países;
- a pessoas deslocadas em toda a região;
- à organização da primeira **ponte aérea humanitária para o Haiti**, em 2024, em resposta ao aumento da violência por parte de gangues criminosos.

Na região do **Saél**, devastada por conflitos, crises climáticas e epidemias, a União Europeia prestou ajuda vital nos domínios da subnutrição, deslocamento de populações, saúde e educação.

As vítimas de conflitos e catástrofes em toda a **Ásia** também receberam apoio.

A União Europeia apoiou pessoas afetadas por conflitos prolongados e fenómenos meteorológicos extremos na **África Oriental e Austral**.

No **Afeganistão**, onde mais de metade da população necessita de ajuda humanitária, devido a conflitos, pobreza e alterações climáticas, a União Europeia prestou ajuda crucial tanto no interior do país como nos países vizinhos, centrando-se na segurança alimentar, cuidados de saúde e proteção.

No contexto da escalada do conflito em **Mianmar/Birmânia**, a União Europeia ajudou a satisfazer as necessidades crescentes da população local e a apoiar os refugiados roinjas no Bangladexe.

Capacidade da resposta humanitária europeia em 2024

Respondeu-se a 16 crises em 17 países (Afeganistão, Burquina Fasso, Chade, Cuba, Haiti, Iémen, Laos, Líbano, Mali, Níger, Palestina, República Democrática do Congo, Ruanda, São Vicente e Granadinas, Síria, Somália e Sudão).

A capacidade de resposta humanitária europeia apoiou as iniciativas da Equipa Europa em **cinco crises**, cooperando com oito Estados-Membros em operações conjuntas.

93 voos fretados.

Ao longo de 2024, a União Europeia organizou ainda diversos eventos de alto nível, a fim de maximizar o impacto humanitário. Em março, realizou-se em Bruxelas, Bélgica, o terceiro Fórum Humanitário Europeu, onde a União anunciou que iria disponibilizar mais de 7,7 mil milhões de EUR para crises mundiais em 2024.

No mês seguinte, a UE, Alemanha e França coorganizaram uma conferência humanitária para o Sudão. Em abril de 2023, a guerra civil que

5 402 toneladas de ajuda transportadas (por via aérea, marítima e terrestre).

16 683 passageiros transportados em voos de ajuda humanitária da UE.

3 armazéns abertos.

817 toneladas de existências mobilizadas.

13 peritos destacados.

ecloidiu no país provocou deslocações em grande escala e uma grave crise humanitária. Em resposta ao apelo lançado pelas Nações Unidas em fevereiro de 2024, os doadores internacionais comprometeram-se a disponibilizar mais de dois mil milhões de EUR. Desse montante, perto de 900 milhões de EUR provêm da UE e dos seus Estados-Membros para apoiar a população civil no Sudão e os refugiados nos países limítrofes.

↓
Farchana, no Chade, enfrenta uma crise humanitária causada pelo fluxo de refugiados de guerra sudaneses e pelos efeitos de recorrentes catástrofes naturais. Atualmente, mais de 800 000 pessoas encontram-se numa situação de grave insegurança alimentar e a necessitar urgentemente de ajuda humanitária. 28 e 29 de abril de 2024.

© MYOP para a UE



© MYOP para a UE



Continuando empenhada em responder aos desafios humanitários mundiais, a União Europeia presidiu, em maio, à vertente ministerial de alto nível da oitava Conferência de Bruxelas sobre o apoio ao futuro da Síria e da região. Os participantes salientaram a necessidade de encontrar uma solução política pacífica para o conflito na Síria e de continuar a apoiar financeiramente as pessoas afetadas. A União Europeia e os seus Estados-Membros, que continuam a ser os maiores doadores de ajuda à Síria, comprometeram-se a conceder 3,8 mil milhões de EUR em auxílios. Estes fundos destinam-se às necessidades prementes dos sírios na Síria, dos refugiados nos países limítrofes e das respetivas comunidades de acolhimento.



No desafiante contexto da Síria rural, as iniciativas apoiadas pela UE levam educação a comunidades há muito excluídas da escolaridade formal. Aqui, as crianças, muitas das quais deslocadas devido ao conflito, participam em atividades de aprendizagem que lhes proporcionam um caminho para um futuro melhor. 27 de janeiro de 2024.

A Síria encontra-se agora no 13.º ano da sua crise e enfrenta necessidades humanitárias sem precedentes. Cerca de 7,2 milhões de sírios continuam deslocados no interior do país e nunca como agora houve tanta necessidade de ajuda humanitária. As mulheres e crianças, que constituem mais de dois terços da população deslocada, estão, em grande medida, excluídas do ensino formal devido ao conflito em curso.



© GOAL

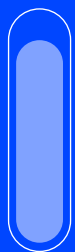


© WeWorld-GVC

Ajudar os outros na prevenção, preparação e capacidade de resposta a catástrofes

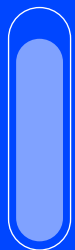
Em junho, por ocasião do Fórum da Proteção Civil e da Conferência sobre a Gestão de Crises, a União Europeia mostrou a sua clara determinação em delinear o futuro da gestão das crises mundiais. Este compromisso reflete fortemente a opinião pública, que defende uma abordagem unificada de resposta a catástrofes.

Em 2024, a UE tomou novas medidas para reforçar o mecanismo de proteção civil, com vista a melhorar a preparação, prevenção e resposta a catástrofes dentro e fora do seu território (ver capítulos 4 e 7).



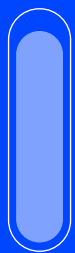
94 %

das pessoas na União Europeia creem que os Estados-Membros devem prestar assistência a outros Estados-Membros afetados por catástrofes.



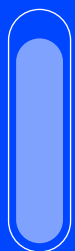
91 %

são de opinião de que os Estados-Membros devem ajudar os países terceiros afetados por catástrofes.



90 %

consideram importante que a UE ajude a coordenar a resposta a catástrofes em todo o mundo.



90 %

concordam que a ação coordenada da UE neste domínio deve ser reforçada no futuro.

Fonte: Comissão Europeia, Eurobarómetro Especial n.º 541, fevereiro de 2024.



↑
Janez Lenarčič (terceiro a contar da esquerda), então comissário europeu responsável pela Gestão de Crises, no oitavo Fórum Europeu da Proteção Civil. Bruxelas, Bélgica, 5 de junho de 2024.



CAPÍTULO 9

Reforçar a democracia

Introdução

Em 2024, as instituições e organismos da União Europeia trabalharam em estreita parceria para promover os interesses comuns da UE e obter resultados para os seus cidadãos. Prosseguiram os esforços com vista a melhorar o processo legislativo da União Europeia e reformar as administrações, a fim de as preparar melhor para as oportunidades e desafios de um mundo em mudança. Progrediu-se também no trabalho para criar democracias mais resilientes em toda a UE, promovendo eleições livres e justas, reforçando a liberdade dos meios de comunicação social e combatendo a desinformação. Conseguir melhores resultados em benefício dos cidadãos ao melhorar a legislação da UE é um objetivo comum e responsabilidade de todas as instituições da UE e dos Estados-Membros. Para tal, importa dotar os cidadãos dos meios que lhes permitam participar ativamente no processo democrático.



Deputados do Parlamento Europeu votam durante uma sessão plenária sobre uma nova lei da UE relativa à liberdade dos meios de comunicação social, destinada a proteger os jornalistas contra interferências políticas e a melhorar a transparência quanto à propriedade dos meios de comunicação social. Estrasburgo, França, 13 de março de 2024.

Trabalhar em conjunto para um futuro melhor

Instituições eficazes

O quadro institucional da União Europeia é único e o seu sistema de tomada de decisões está em constante evolução. Em princípio, a Comissão Europeia propõe novas leis de acordo com a direção política do Conselho Europeu e, enquanto colegisladores, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovam-nas. Em seguida, os Estados-Membros aplicam as leis e a Comissão vela pela sua correta aplicação. O trabalho destas instituições é complementado por outras instituições e organismos.

A Presidência do Conselho da União Europeia é exercida rotativamente pelos Estados-Membros por períodos de seis meses. Em 2024, a Presidência foi assegurada primeiro pela Bélgica e, em seguida, pela Hungria.



Painel sobre a liberdade dos meios de comunicação social organizado sob a presidência belga do Conselho para assinalar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, com Katrien Thienpont (à direita), especialista em meios de comunicação social, a jornalista ucraniana Olena Abramovych (segunda a contar da esquerda) e o cartunista belga Philippe Geluck (segundo a contar da direita). Bruxelas, Bélgica, 3 de maio de 2024.



O Conselho Europeu, composto pelos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da UE, António Costa (primeira fila, quinto a contar da direita), presidente do Conselho Europeu, e Ursula von der Leyen (primeira fila, terceira a contar da direita), presidente da Comissão Europeia. Em dezembro assinalaram-se os 50 anos do nascimento do Conselho Europeu. Bruxelas, Bélgica, 19 de dezembro de 2024.



A Conferência da UE sobre a Juventude foi organizada pela presidência húngara do Conselho no âmbito do Diálogo Europeu com a Juventude, que dá aos jovens europeus a oportunidade de trocarem pontos de vista com os decisores políticos sobre as questões e desafios que lhes dizem respeito. Budapeste, Hungria, 9 de setembro de 2024.



De cinco em cinco anos, o ciclo institucional da União Europeia recomeça com as eleições para o Parlamento. Estas eleições e a subsequente nomeação de uma nova Comissão são elementos essenciais do processo democrático da UE, tal como estabelecido nos Tratados. No último ano do ciclo de 2019-2024, as instituições da União Europeia concretizaram os ambiciosos objetivos fixados para esse período e prepararam terreno para um início harmonioso do novo ciclo político de 2024-2029 (ver capítulo 0).

O bom funcionamento dos processos interinstitucionais da União Europeia, incluindo a participação dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros, dos comités consultivos e das agências descentralizadas da UE, é fundamental para o êxito na elaboração das suas políticas. Em 2024, o Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões Europeu centraram-se no reforço da sua cooperação com os intervenientes da sociedade civil e os órgãos de poder local e regional dos países candidatos à adesão à UE, a fim de preparar um eventual futuro alargamento da União Europeia. Ao mesmo tempo, as instituições da União Europeia continuaram a refletir sobre as reformas necessárias para ajudar a UE a preparar-se para o futuro, tanto no que diz respeito a novos alargamentos como à necessidade de responder a desafios globais cada vez mais complexos.



Em junho, foi criada uma nova agência descentralizada para melhor proteger os cidadãos e o sistema financeiro da União Europeia contra o branqueamento de capitais e combater o financiamento do terrorismo. A Autoridade para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo é uma entre várias agências da União Europeia que contribuem para a aplicação das políticas da UE.



PODCAST: Um podcast sobre a Autoridade para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo.



VÍDEO: O ano de 2024 marcou o 30.º aniversário do Comité das Regiões Europeu.

Prospetiva estratégica

A prospetiva estratégica apoia a elaboração de políticas e o planeamento estratégico prospetivos da União Europeia, explorando tendências futuras suscetíveis de terem um impacto significativo na UE. Contribui para prever os riscos e oportunidades que irão moldar o futuro da Europa. O relatório de 2024 sobre as tendências globais — um projeto conjunto de nove instituições e organismos da União Europeia no âmbito do sistema de análise da estratégia e política europeias — descreve as principais tendências a médio e longo prazo e fornece aos dirigentes da UE informações sobre as principais opções estratégicas para os próximos anos (ver capítulo O).

Durante o ano, as instituições da União Europeia reforçaram a sua cooperação com os Estados-Membros em debates estratégicos à escala da UE graças à rede prospetiva que abrange toda a União. Neste contexto contam-se os esforços para modernizar as administrações públicas em toda a Europa, que prosseguiram em 2024 no âmbito da iniciativa CompAct. Além de ajudar os Estados-Membros a colmatar lacunas de competências e cumprirem a meta de tornar acessíveis em linha todos os serviços públicos essenciais até 2030, a iniciativa visa igualmente tornar as administrações públicas menos burocráticas, mais rápidas na prestação de serviços, mais transparentes e mais próximas das pessoas. Em 2024, auxiliou também as administrações nacionais e regionais (por exemplo, na Itália, Lituânia e Malta) a criarem capacidades prospetivas e utilizarem técnicas de prospetiva para desenvolver novas abordagens políticas em domínios como a saúde, política social e educação.

As instituições e organismos da União Europeia continuaram a investir na sua capacidade prospetiva. Por exemplo, o Comité Económico e Social Europeu estabeleceu o seu quadro interno de prospetiva estratégica e o Comité das Regiões Europeu reforçou a cooperação prospetiva com as regiões interessadas. Ao preverem os desafios e oportunidades emergentes, estes esforços asseguram que as políticas estão preparadas para o futuro e continuarão a melhorar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras de cidadãos.

Boa governação

A transparência, integridade e responsabilização são as características essenciais de uma democracia baseada no Estado de direito. Promovem a boa governação e reforçam a confiança no processo de elaboração de políticas.

A renovada base de dados DORIE (documentação e investigação sobre as questões institucionais europeias) permite agora aos utilizadores procurarem documentos sobre questões institucionais da União Europeia em todas as línguas oficiais da UE.

Para reforçar ainda mais a confiança do público nas instituições e organismos da União Europeia e desenvolver uma cultura comum de ética, oito instituições e organismos assinaram um acordo para criar um organismo interinstitucional de ética, com mandato para desenvolver normas comuns para a conduta ética dos seus membros e estabelecer um mecanismo formal de coordenação dos requisitos éticos.



Da esquerda para a direita: Roman Schremser, responsável principal pela conformidade e governação do Banco Central Europeu; Alessandro Chiochetti, secretário-geral do Parlamento Europeu; Willem Van de Voorde, embaixador e Representante Permanente da Bélgica junto da UE, quando o país ocupava a presidência em exercício; Věra Jourová, então vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelos Valores e Transparência; Koen Lenaerts, presidente do Tribunal de Justiça da União Europeia; Tony Murphy, presidente do Tribunal de Contas Europeu; Oliver Röpke, presidente do Comité Económico e Social Europeu; e Luca Menesini, vice-presidente do Comité das Regiões Europeu, na cerimónia de assinatura da criação do organismo interinstitucional de ética. Bruxelas, Bélgica, 15 de maio de 2024.

O Provedor de Justiça Europeu é o organismo responsável pela investigação de queixas relativas a má administração nas atividades das instituições da União Europeia. Em 2024, os casos de má administração foram muito raros (cerca de 5 %), e as recomendações do Provedor de Justiça foram aplicadas com êxito em cerca de três quartos dos casos.

Através do programa «Legislar melhor», a União Europeia prosseguiu também o seu trabalho para assegurar uma legislação eficiente e eficaz e reduzir os encargos administrativos sem comprometer os objetivos políticos. O princípio «entra um, sai um» garante que quaisquer encargos recentemente introduzidos sejam compensados pela eliminação de encargos equivalentes no mesmo domínio de intervenção. Esta abordagem complementa o programa para a adequação e eficácia da regulamentação, que pretende identificar e eliminar sistematicamente a burocracia e os custos desnecessários sempre que a legislação da União Europeia é revista e avaliada.

Prosseguiram igualmente os esforços para melhorar o desempenho ambiental das instituições da União Europeia, poupar energia e otimizar a utilização dos recursos.

Garantir a aplicação da legislação da União Europeia

As inovadoras leis adotadas durante o ciclo de 2019-2024, como as que apoiam a transformação ecológica e digital das nossas sociedades, só alcançarão os efeitos e benefícios pretendidos se forem plenamente implementadas e corretamente aplicadas. Incumbe à Comissão assegurar que assim o fazem todos os Estados-Membros, em primeiro lugar através de medidas preventivas e, se necessário, dando início a processos de infração. Estes têm por objetivo assegurar a correta aplicação do direito da União Europeia pelos Estados-Membros, dando-se especial atenção a violações que afetem muitas pessoas ou empresas. Se as infrações identificadas não puderem ser corrigidas, a Comissão pode instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia, que pode impor sanções financeiras ao Estado-Membro em causa.

INICIATIVAS DE SIMPLIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE 2024

POUPANÇAS/VANTAGENS PREVISTAS

Medidas de simplificação para os agricultores



Redução dos custos administrativos em 165 milhões de EUR

Portal único para a declaração do destacamento de trabalhadores



Redução dos encargos administrativos em 259 milhões de EUR

Processo de reconhecimento simplificado graças ao ato relativo à água potável



Poupança de 530 milhões de EUR por ano

Introdução de um registo central para pequenos montantes de auxílio (de minimis) para reduzir as obrigações de comunicação de informações das empresas



Poupança de 120 milhões de EUR por ano

Apoio à comunicação de informações sobre sustentabilidade e ao dever de diligência



Prevenção de efeitos indiretos nas pequenas e médias empresas e do excesso de conformidade

568 novos processos de infração foram iniciados em 2024.

52 processos relativos a 19 Estados-Membros foram submetidos à apreciação do Tribunal.

Foram solicitadas sanções financeiras em 10 processos.

Foram encerrados 542 processos de infração.

93 % dos quais nas fases iniciais do procedimento, poupando tempo às pessoas e empresas.

Estas medidas trarão benefícios concretos em diferentes domínios de intervenção e resultarão numa melhor proteção dos direitos dos consumidores e cidadãos.



↑
À frente, da esquerda para a direita: Maroš Šefčovič, então vice-presidente executivo da Comissão Europeia responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, as Relações Interinstitucionais e a Prospetiva, visita a propriedade do agricultor belga Jonas Lemaire-Taelemans juntamente com Peter Meedendorp, presidente do Conselho Europeu dos Jovens Agricultores. Lennik, Bélgica, 9 de janeiro de 2024.

A União Europeia continuou a trabalhar para prevenir, desde logo, a ocorrência de violações, prestando apoio precoce aos Estados-Membros na aplicação do direito da UE através de orientações práticas, reuniões, formação e assistência técnica em todos os principais domínios de intervenção. Por exemplo, através da iniciativa Accele-RES, a Comissão ajudou os Estados-Membros a aplicarem a Diretiva Energias Renováveis revista, facilitando a digitalização dos processos nacionais de concessão de licenças. Esta iniciativa inclui apoio financeiro e técnico, orientações e partilha regular de informações em matéria de implementação.

Em 2024, intensificaram-se também os esforços para melhorar a aplicação transfronteiras da legislação, por meio de uma proposta de novas regras contra as práticas comerciais desleais no setor agrícola. As regras reforçarão a posição dos intervenientes mais fracos na cadeia de aprovisionamento, nomeadamente os agricultores (ver também capítulo 4), e assegurarão que as autoridades responsáveis pela aplicação da lei dispõem dos instrumentos necessários para investigar, recolher provas e tomar medidas contra compradores estabelecidos noutro Estado-Membro.

A UE continuou também a financiar a formação dos magistrados e funcionários judiciais em matéria civil e penal, em conformidade com a Estratégia de Formação Judiciária Europeia. A estratégia promove ações de formação conjuntas para os funcionários de vários Estados-Membros, a fim de permitir o trabalho em rede e reforçar a confiança mútua. O objetivo é fortalecer a cooperação judiciária transfronteiras e assegurar a aplicação normalizada da legislação em toda a UE.

Preservar o Estado de direito e a democracia

Defender o Estado de direito

Num mundo cada vez mais instável e polarizado, é vital que a democracia, os direitos fundamentais e o Estado de direito sejam defendidos e preservados de forma proativa, dentro e fora da União Europeia. O Relatório de 2024 sobre o Estado de direito, como instrumento de prevenção, deu um importante contributo neste sentido ao mostrar que 68 % das recomendações dirigidas aos Estados-Membros em 2023 foram plena ou parcialmente executadas. Isto reflete os esforços significativos que estão em curso nos Estados-Membros com vista a realizar as reformas necessárias para reforçar o Estado de direito em domínios fundamentais como o sistema judicial, quadros de luta contra a corrupção, pluralismo e liberdade dos meios de comunicação social, e controlos e equilíbrios dos poderes institucionais. O relatório de 2024 foi alargado a quatro países candidatos ou potenciais candidatos (Albânia, Montenegro, Macedónia do Norte e Sérvia) para apoiar os seus esforços de reforma e constitui a base para um diálogo regular entre os ministros no Conselho dos Assuntos Gerais e entre os deputados ao Parlamento Europeu. A Comissão está também a organizar diálogos nacionais sobre o Estado de direito com as partes interessadas dos Estados-Membros.



↑
[VÍDEO: Colaboração no relatório sobre o Estado de direito.](#)

Outro importante instrumento da União Europeia para proteger o Estado de direito contra violações dos Estados-Membros é a possibilidade de desencadear de forma reativa

o artigo 7.º do Tratado da União Europeia. Este procedimento, que pode, em última instância, resultar na suspensão dos direitos de adesão, foi iniciado contra a Polónia em 2017 e contra a Hungria em 2018. Em 2024, o procedimento foi encerrado no que se refere à Polónia, após o país ter introduzido medidas substanciais para proteger a independência judicial e renovado o seu compromisso de responder às graves preocupações em matéria de Estado de direito através de um plano de ação específico. Estas ações levaram a Comissão a concluir que já não existia um risco manifesto de violação grave do Estado de direito na Polónia. O procedimento continua aberto no caso da Hungria.

Defender a democracia

Numa democracia saudável e próspera, os cidadãos podem exprimir livremente as suas opiniões, escolher os seus líderes políticos e ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro. A democracia na União Europeia é robusta, mas enfrenta desafios como o aumento do extremismo, ingerência nas eleições, difusão de informações manipuladoras e ameaças a jornalistas, à liberdade dos meios de comunicação social e ao pluralismo. O pacote para a defesa da democracia, adotado no final de 2023, pretende responder a desafios como a ingerência estrangeira e reforçar a resiliência interna, incentivando a participação cívica e democrática. Um dos principais elementos do pacote é a proposta para reforçar a transparência e a responsabilização democrática, expondo a ingerência estrangeira dissimulada. Em 2024, o Parlamento e o Conselho começaram a debater esta proposta. As medidas contribuirão igualmente para melhorar o funcionamento do mercado único através de normas comuns aplicáveis a atividades de representação de interesses realizadas em nome de países terceiros.

O pacote inclui ainda duas recomendações: uma sobre o reforço dos processos eleitorais na União Europeia e outra relativa à promoção da participação inclusiva dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nos processos de elaboração de políticas. Em conformidade com a primeira recomendação, foi elaborado

e apresentado em abril um Código de Conduta para as eleições para o Parlamento Europeu de 2024, a fim de assegurar a integridade das eleições e campanhas justas. A exaustiva lista de controlo foi acordada por todos os partidos políticos europeus, fortalecendo os esforços para prevenir a ingerência estrangeira e a manipulação da informação.

Do mesmo modo, as novas regras sobre a transparência da propaganda política, adotadas em março, vão apoiar a responsabilização na utilização de anúncios políticos, proteger os direitos fundamentais e ajudar a combater a manipulação da informação e a ingerência estrangeira nas eleições. De acordo com as novas regras, os anúncios políticos terão de ser claramente identificados como tal e indicar, entre outras informações, quem os pagou e o montante pago, a que eleições, referendo ou processo regulamentar estão ligados e se são propaganda política direcionada.

Em 2024, a União Europeia continuou a proteger e promover os direitos humanos em todo o mundo. Por exemplo, no âmbito do programa temático para os Direitos Humanos e a Democracia (no montante de 1,5 mil milhões de EUR), a UE apoiou a Iniciativa Global contra a Impunidade, uma iniciativa liderada pela sociedade civil contra crimes internacionais e violações graves dos direitos humanos.

O Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2024 — a maior homenagem da União Europeia ao trabalho no domínio dos direitos humanos — foi atribuído a María Corina Machado e ao presidente eleito, Edmundo González Urrutia, pela sua corajosa luta para restaurar a liberdade e democracia na Venezuela.



↑

A candidata presidencial da oposição venezuelana, María Corina Machado, e o líder das forças democráticas da Venezuela, Edmundo González Urrutia, ganharam o Prémio Sakharov de 2024. Puerto La Cruz, Venezuela, 10 de julho de 2024.



↑

Roberta Metsola (ao centro), presidente do Parlamento Europeu, com Edmundo González Urrutia (à esquerda) e Ana Corina Sosa (à direita), filha de María Corina Machado, durante a cerimónia de entrega do Prémio Sakharov 2024. Bruxelas, Bélgica, 17 de dezembro de 2024.

Liberdade dos meios de comunicação social

Os meios de comunicação social independentes atuam como vigilantes públicos, responsabilizando aqueles que se encontram no poder. São um pilar fundamental da democracia europeia e devem ser protegidos. O Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social, que entrou em vigor em maio, visa proteger de forma mais eficaz os meios de comunicação social e os jornalistas contra interferências políticas e assegurar que estes possam operar mais facilmente além-fronteiras. As suas disposições serão, na sua maioria, aplicáveis a partir de agosto de 2025.

8 projetos
financiados através de ações no âmbito das parcerias de jornalismo do programa Europa Criativa.

12 milhões de EUR
para apoiar a resiliência do setor dos meios de comunicação social.

6 milhões de EUR
destinados a outros projetos, com vista a reforçar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social na UE.

Em abril, a União Europeia também adotou novas regras para proteger os jornalistas e os defensores dos direitos humanos contra ações judiciais abusivas destinadas a silenciá-los. As regras procuram prevenir ações judiciais infundadas ou abusivas, as chamadas ações judiciais estratégicas contra a participação pública, ou SLAPP, que visam silenciar as pessoas que participam no debate público sobre questões como os direitos fundamentais, o ambiente e o acesso público à informação. Pela primeira vez, existe um sistema de garantias processuais poderosas para os processos transfronteiras. Estas salvaguardas permitirão aos tribunais dar resposta à litigância de má-fé e dissuadirão também os potenciais demandantes de se envolverem nessas práticas. Prosseguiram igualmente os trabalhos sobre a aplicação da Recomendação Anti-SLAPP, nomeadamente no que se refere aos quadros aplicáveis, formação, sensibilização e mecanismos de apoio, bem como à recolha de dados, comunicação de informações e monitorização.

Combate à manipulação da informação

As instituições da União Europeia estão a reforçar a sua resposta à desinformação e à manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros que visam políticas da UE e a democracia europeia.

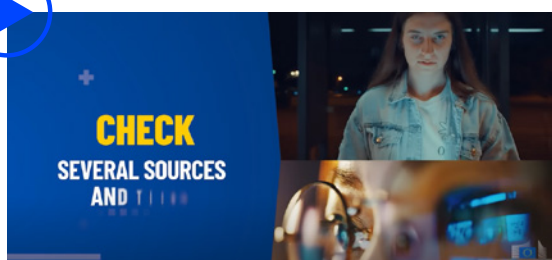
A ação articula-se em torno de quatro domínios fundamentais:

- 1** desenvolvimento de políticas para reforçar as democracias europeias, dificultando a utilização abusiva das plataformas em linha pelos autores da desinformação e protegendo os jornalistas e o pluralismo dos meios de comunicação social;
- 2** luta contra a ingerência estrangeira e os ciberataques através de projetos de sensibilização, de soluções tecnológicas avançadas e de uma melhor coordenação;
- 3** reforço da resiliência da sociedade contra a desinformação através da literacia mediática e da sensibilização;
- 4** cooperação com instituições, autoridades nacionais, sociedade civil e outras organizações.

Entre as ações empreendidas em 2024, procurou-se aumentar a sensibilização dos cidadãos para a situação através do Mecanismo Integrado de Resposta Política a Situações de Crise e de campanhas específicas dirigidas aos mesmos.

2024 foi o maior ano eleitoral da história: metade da população mundial teve a oportunidade de participar em eleições em 72 países, motivo pelo qual se deu especial atenção ao reforço da sensibilização e à proteção da integridade eleitoral, particularmente no que diz respeito às eleições europeias de junho.

A Rede Europeia de Cooperação para as Eleições realizou uma série de eventos para o intercâmbio de práticas de combate à desinformação.



Antes das eleições europeias, a Comissão lançou uma campanha de comunicação conjunta com o Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual para informar os cidadãos sobre os riscos conexos, incentivando o pensamento crítico e oferecendo conselhos práticos sobre a forma de detetar e combater a desinformação.



VIDEO: Descodificar as mentiras — proteção contra conteúdos enganosos durante o período eleitoral na UE.

Em março, a Comissão publicou orientações sobre as medidas recomendadas para as plataformas em linha e motores de pesquisa de muito grande dimensão, com vista a atenuar os riscos sistémicos suscetíveis de afetar a integridade das eleições. Um relatório pós-eleitoral publicado em julho não encontrou provas de nenhuma grande desinformação ou ingerência estrangeira nas eleições europeias. Em 2025, um relatório exaustivo sobre as eleições será publicado.

As principais plataformas em linha e os signatários do Código de Conduta sobre Desinformação comunicaram quais as medidas que tomaram para proteger a integridade das eleições europeias. Entre estas contam-se a exigência de que anunciantes ou criadores identifiquem claramente todas as imagens, vídeos ou ficheiros áudio que tenham sido criados ou alterados digitalmente, a colaboração com organizações de verificação de factos, a promoção de informações fidedignas e de elevada qualidade junto dos eleitores, e o desenvolvimento de campanhas específicas de literacia mediática e de pré-desmistificação.

Durante o ano, a Comissão renovou o seu apoio a importantes iniciativas para combater a desinformação, nomeadamente os polos do Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais. O observatório e os seus polos desempenharam um papel fundamental na monitorização e denúncia de campanhas de desinformação, e na sensibilização e promoção da literacia mediática antes das eleições europeias.

A União Europeia continua a apoiar a resiliência da informação da Ucrânia e a sua aproximação aos parceiros mundiais, nomeadamente para promover a Fórmula Ucraniana para a Paz. Para o efeito, a UE utiliza uma abordagem global da sociedade, trabalhando com as instituições governamentais, sociedade civil, organizações de meios de comunicação social e plataformas em linha. Para limitar o alcance da manipulação da informação e propaganda da Rússia, a União Europeia suspendeu as atividades de radiodifusão de diversos canais de desinformação estatais russos e pró-Kremlin. Com a entrada em vigor do Regulamento Serviços Digitais, os fornecedores de plataformas em linha e de motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão têm de avaliar regularmente os riscos que os seus serviços podem ter para a sociedade, incluindo ameaças à liberdade de expressão e o risco de os seus serviços serem utilizados em campanhas de desinformação.

Prosseguem os intercâmbios regulares sobre a guerra na Ucrânia com os signatários do Código de Conduta da UE sobre Desinformação. O Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais e os seus polos nacionais e regionais continuam a monitorizar e desmistificar a desinformação relacionada com a guerra, nomeadamente acompanhando o contributo desta desinformação para o volume total de desinformação que circula na UE. Esta ação é complementada por esforços mais vastos para combater a desinformação, tais como a campanha EUvsDisinfo, que se estima ter chegado a mais de 20 milhões de pessoas em 2024, e o Sistema de Alerta Rápido, que facilita a partilha de informações relacionadas com as campanhas de desinformação e ajuda a coordenar as respostas.



Manifestantes apelam às empresas de redes sociais para que tomem mais medidas no combate à desinformação russa sobre a sua guerra de agressão na Ucrânia. Dublin, Irlanda, 2 de março de 2022.

Capacitar os cidadãos

A União Europeia está empenhada em ouvir atentamente as opiniões dos cidadãos e das partes interessadas e em abrir ao público os processos de elaboração de políticas. Esta é outra forma de ajudar a UE a tornar-se mais transparente, responsável e eficaz. A plataforma Dê a sua opinião oferece aos cidadãos e às partes interessadas acesso aos três principais

canais de participação dos cidadãos: consultas públicas e comentários, a Iniciativa de Cidadania Europeia e os painéis de cidadãos europeus. A partir de 2024, os cidadãos podem também participar ativamente entre si, com a sociedade civil e com outras partes interessadas através da plataforma de participação dos cidadãos.

Participação dos cidadãos em 2024

LANÇADAS 27 CONSULTAS PÚBLICAS

REAÇÕES A:

- **60** documentos relativos a convites à apresentação de contributos;
- **12** propostas legislativas;
- **131** projetos de atos de execução e de atos delegados.

REGISTADAS 11 NOVAS INICIATIVAS DE CIDADANIA EUROPEIA

Estas apelaram à adoção de medidas em vários domínios: segurança da agricultura, segurança alimentar e segurança dos recursos hídricos; aborto sem risco; direitos dos consumidores para os jogadores de vídeo; etc.



↑
Imagem de uma das candidaturas vencedoras do curso de vídeo ImagineEU. O concurso instou escolas secundárias a promoverem a participação democrática e a Iniciativa de Cidadania Europeia, que permite aos cidadãos convidar a Comissão a apresentar uma proposta de ato jurídico se existir um número suficiente de cidadãos que a apoiem.

RECEBIDAS 30 000 RESPOSTAS/ OBSERVAÇÕES DE CIDADÃOS E PARTES INTERESSADAS

2 PAINÉIS DE CIDADÃOS EUROPEUS:

- **como combater o ódio na sociedade**, resultando em 21 recomendações;
- **como trazer os benefícios da eficiência energética aos cidadãos, às autoridades públicas e às empresas**, resultando em 13 recomendações.

Ambos os conjuntos de recomendações contribuirão para moldar futuras iniciativas da União Europeia.



↑
Alguns dos 150 cidadãos selecionados aleatoriamente para participarem no Painel de Cidadãos Europeus sobre Eficiência Energética. Os painéis de cidadãos estão a tornar-se eventos habituais da vida democrática na UE. Existe especial cuidado para garantir que são representativos da população da UE e suficientemente diversificados para refletir uma grande variedade de perspetivas e opiniões. Bruxelas, Bélgica, 14 de abril de 2024.

O Prémio da UE para a Ciência Cidadã liga a ciência à sociedade, incentiva a participação do público e reforça a confiança no progresso científico. Este ano, foi atribuído a três projetos, centrados na poluição marinha, biodiversidade agrícola e saúde mental.



Grande prémio, 60 000 EUR

INCREASE, por fazer avançar o conhecimento sobre a preservação das sementes através da capacitação da sociedade civil e dos cidadãos, em especial nas zonas rurais.



Prémio Comunidades Digitais, 20 000 EUR

CoAct for Mental Health, pela sua utilização de tecnologias digitais para desenvolver uma abordagem personalizada e melhorar a qualidade de vida das pessoas que sofrem de problemas de saúde mental.



Prémio Diversidade e Colaboração, 20 000 EUR

SeaPaCS — Participatory Citizen Science against Marine Pollution, por produzir conhecimentos transformadores que colmatam o fosso cognitivo e emocional existente entre a sociedade e o mar.

CAPACITAR OS CONSUMIDORES

Graças às regras da União Europeia em matéria de defesa dos consumidores, estes estão bem protegidos e têm o direito de receber informações claras sobre os produtos e serviços que adquirem. A partir de 13 de dezembro, novas regras garantem que todos os produtos não alimentares no mercado da UE são seguros desde a sua conceção. As novas regras pretendem fazer frente às grandes mudanças da sociedade e do

mercado que afetaram a segurança dos produtos de consumo nas últimas duas décadas e garantir com mais eficácia que todos os tipos de produtos são seguros, independentemente de serem vendidos fora de linha ou em linha. Além disso, as novas regras capacitarão os consumidores para a transição ecológica, permitindo-lhes escolher produtos mais duradouros e reparáveis (ver capítulo 4).

CAPACITAR AS CRIANÇAS E OS JOVENS

Para serem cidadãos ativos, os jovens têm de perceber como funciona a democracia e quais os seus direitos e responsabilidades. Devem também dispor de ferramentas específicas para dialogar com os decisores políticos. Nesta perspetiva, os Diálogos sobre a Política da Juventude e o Comité Consultivo da Juventude oferecem aos jovens adultos a possibilidade de fazerem ouvir a sua voz, enquanto a Plataforma Europeia para a Participação das Crianças proporciona um espaço seguro para as crianças entre os 10 e os 17 anos se pronunciarem sobre as leis e políticas europeias que lhes dizem respeito. Em 2024, mais de 1 000 crianças foram ativamente consultadas sobre a Recomendação sobre o desenvolvimento e o reforço de sistemas integrados de proteção das crianças.

Durante o ano, a União Europeia anunciou 60 medidas que darão mais voz aos jovens nas decisões que os afetam e aprofundarão a dimensão da juventude numa série de políticas da UE. Uma destas medidas é a «verificação jovem», para garantir que o impacto nos jovens é sistematicamente tido em conta na conceção de novas políticas da União Europeia.

Cidadãos de todas as idades e origens devem desempenhar um papel importante e ativo na definição das prioridades e do nível de ambição das políticas da UE. Quanto mais os cidadãos



↑ Margaritis Schinas (primeiro a contar da direita), então vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pela Promoção do Modo de Vida Europeu, foi o anfitrião de um diálogo sobre a política de juventude relativo ao modo de vida europeu, sublinhando o empenho da UE na promoção da democracia, direitos humanos e solidariedade. Bruxelas, Bélgica, 9 de abril de 2024.

participarem na conceção de políticas, mais eficaz e eficientemente a legislação da UE terá impacto nas suas vidas. É por esta razão que as instituições da União Europeia têm trabalhado ativamente para conferir aos europeus um papel mais decisivo na elaboração das suas políticas, e continuarão a fazê-lo no âmbito do novo ciclo político (ver capítulo 0).

O que pensam as crianças sobre a democracia?

AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GOSTARIAM DE:

- ter um papel mais determinante nas decisões que afetam diretamente as suas vidas;
- ter mais informações sobre o processo democrático e incentivos para nele participarem.

1 921 crianças de 23 Estados-Membros responderam ao inquérito em linha.

28 crianças e três jovens ativistas foram entrevistados.

122 crianças debateram o tema em grupos de reflexão.

Fonte: Inquérito sobre a participação democrática, primavera de 2024.

Contactar a UE

Pessoalmente

Em toda a União Europeia, há centenas de centros Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em linha (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt).

Por telefone ou por escrito

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
- pelo telefone fixo +32 22999696,
- através do seguinte formulário: european-union.europa.eu/contact-eu/write-us_pt.

Encontrar informações sobre a UE

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa (european-union.europa.eu).

Publicações da União Europeia

As publicações da União Europeia podem ser consultadas ou encomendadas em op.europa.eu/pt/web/general-publications/publications. Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o seu centro local Europe Direct ou de documentação (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt).

Legislação da União Europeia e documentos conexos

Para ter acesso à informação jurídica da União Europeia, incluindo toda a legislação da União Europeia desde 1951 em todas as versões linguísticas oficiais, visite o sítio EUR-Lex (eur-lex.europa.eu).

Dados abertos da União Europeia

O portal data.europa.eu dá acesso a conjuntos de dados abertos das instituições, organismos e agências da União Europeia. Os dados podem ser descarregados e reutilizados gratuitamente, para fins tanto comerciais como não comerciais. Este portal também disponibiliza uma série de conjuntos de dados dos países europeus.

